UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS
UNESP – CAMPUS DE FRANCA

ALINE MARIA DE CARVALHO PAGOTTO

FORJANDO A REVOLUÇÃO

A CULTURA POLÍTICA *PRIISTA* (1946-1988)

FRANCA
2015

ALINE MARIA DE CARVALHO PAGOTTO

FORJANDO A REVOLUÇÃO
A CULTURA POLÍTICA *PRIISTA* (1946-1988)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Campus de Franca, São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Agência financiadora: CAPES

Orientação: Prof. Dr. Alberto Aggio

FRANCA
2015

Pagotto, Aline Maria de Carvalho.
Forjando a revolução: a cultura política priista (1946-1988) / Aline Maria de Carvalho Pagotto. – Franca : [s.n.], 2015.

XXX f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Alberto Aggio

1. Mexico - Historia. 2. Mexico - Politica e governo. 3.Partidos politicos. I. Título.

CDD – 972

ALINE MARIA DE CARVALHO PAGOTTO

FORJANDO A REVOLUÇÃO
A CULTURA POLÍTICA *PRIISTA* (1946-1988)

Tese apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca, São Paulo, como pré-requisito para a obtenção de Título de Doutora em História.

Presidente:_____
Prof. Dr. Alberto Aggio

Examinador 1:_____
Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP (FRANCA)

Examinador 2:_____
Profa. Dra. Ana Raquel Portugal UNESP (FRANCA)

Examinador 3:_____
Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio, UNESP (ASSIS)

Examinador 4:_____
Profa. Dra. Adriane Vidal, UFMG (BELO HORIZONTE)

Franca, 05de Outubro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Quando o doutorado chega ao fim é sempre uma vitória, seja pelas evidentes questões profissionais, como também pelas "libertações" pessoais. Ainda mais se levarmos em conta a difícil realidade brasileira da graduação e da pós-graduação. Por isso repito: é sempre uma vitória. Todavia, deve ser ela compartilhada com pessoas e instituições que nos ajudaram ao longo do caminho. Por essa razão, começarei minha lista de agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a todos do Programa de Pós-Graduação em História da FCHS – UNESP/Franca pela atenção com que me receberam nesses anos de pesquisa. Em especial, à Maísa Helena de Araújo. Estendo-me também aos demais setores da UNESP, pois alguns de seus funcionários acompanharam-me atenciosamente desde o primeiro ano de graduação em 2003; principalmente, Andréa Beatriz, Jacimar, Laura Jardim, Sebastião Granzoti, Valdinho, Viviane e Zé Livreiro.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento à pesquisa em seus três anos. Assim como, deixo aqui minha gratidão ao programa da CAPES chamado Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Todos foram muito atenciosos ao longo do processo e os técnicos, até mesmo, me ligaram várias vezes para a atualização do mesmo. Indubitavelmente, a verba disponibilizada ajudou a amadurecer a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Alberto Aggio. Agradeço às exímias correções em numerosos artigos, trabalhos, relatórios e do texto final. Agradeço também à acessibilidade para quaisquer questões, bem como o apreço, a confiança e a preocupação; com respeito, afirmo que aquilo que me foi transferido em orientação será o alicerce de minha vida profissional.

Agradeço à banca geral de qualificação composta pelos professores Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro e Dra. Ana Raquel Portugal. Agradeço a atenção e dedicação de ambos à leitura do relatório de qualificação, contendo o primeiro capítulo, garantindo análises críticas que engrandeceram a pesquisa. Agradeço, sobretudo, pela sugestão da mudança do título da pesquisa, realmente deu outro sentido a ela.

Agradeço à concessão de documentos históricos por parte da profa. Dra. Doralícia Carmona Dávila da Universidade Autônoma de Guanajuato (UAG), que com afabilidade compartilhou seus dados e trabalho de uma vida inteira.

Agradeço à carinhosa e respeitosa recepção do prof. Dr. Benjamin T. Smith na Universidade de Warwick, Coventry, Reino Unido, compartilhando comigo seus inúmeros documentos e reflexões acerca do período pós-revolucionário mexicano.

Agradeço também às correções e críticas construtivas de Saúl Jerónimo da UAM, Azcapotzalco. Com certeza, elas me ajudaram a amadurecer e a compreender melhor o complexo período aqui analisado. Esse contato me foi viabilizado pelo querido prof. Dr. Carlos Alberto Barbosa, um exemplo de educação. Conhecer vocês me deixou muito esperançosa, pois vi que a academia pode ser sim um espaço de gentilezas e respeito.

Estendo os agradecimentos aos colegas de pós-graduação da UNESP/Franca (e de fora dela), em especial, Bruna Campos Gonçalves, Camila Savegnago, Claudia Aparecida Francisco, Débora Leonel Soares, Elder Massa, Elisa Maria Verona, Helena Papa, Paulo R. Oliveira, Pedro Russo, Plauto Daniel e Renata Ribeiro Francisco.

Agradeço também aos amigos de graduação e de fora dela, especialmente, à Amanda, à Bianca, ao Carlos, à Cecília, à Clara, à Claudia, ao Daniel, à Débora, à Eleonora, ao Elder, à Isabel Maria, à Janaina, ao Jackson, ao Jorge, à Juliana, à Lays, ao Levi, ao Leonardo, à Luciana, à Luiza, à Natasha, à Olésia, ao Pedro, ao Pedro, à Priscila, à Rafaela, à Raphaela, ao Raul, à Renata, ao Renato, ao Régis, ao Roberto, à Rochelle, ao Ulysses e às outras inúmeras queridas pessoas que provavelmente esqueci. Lembrem-se minha memória é péssima.

Agradeço também às famílias que me receberam no exterior. Primeiramente, agradeço a querida família da Juliana. Adorei passar um tempo com vocês e vivenciar a rotina de amor e cumplicidade que estabeleceram. Como fruto dessa união belíssima, o amável e peralta Levi, que criança linda; e agora, há mais um bebezinho. Através de você conheci a batalhadora Paulina, que presente. Finalmente, agradeço à família da querida Isabel Maria Cobo, uma professora batalhadora e cheia de garra. Adorei conhecer sua família, a Alba e seus pais. Por seu intermédio, conheci muitas pessoas legais, como a Blanca Michaela, a Jane, o Javier, o Rafael e muitas outras pessoas.

Agradeço também à minha família. Agradeço à querida presença de todos. Sr. José Luís Pagotto e Sra. Marlene de Carvalho Pagotto, obrigada por tudo. Estendo esse agradecimento aos barulhentos irmãos de alma e sangue: Ariadne, Bianca, Bruna, Gabriel, Igor, João Pedro, Junior, Natália Carvalho e Victor. Esqueci alguém? Espero que não. Os nomes estão em ordem alfabética. Então, gosto de todos da mesma forma. Quero que saibam

que são (todos, sem exceções) motivos de muitas alegrias, apesar das preocupações. Hoje compreendo que aprendemos juntos nessa caminhada de aperfeiçoamento.

Por último e não por menor importância, dirijo-me aos queridos companheiros de aperto, peleja e risadas, Silvia e Thiago. Thiago, obrigada pela carinhosa companhia. Nosso mundo se completou com você. Silvia, meu amor, nada disso teria sentido sem você. Obrigada por existir.

Obrigado a todos.

Aline Pagotto

Araraquara, 2015.

“A história, cujo objeto precípuo é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicitações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe, portanto, uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das idéias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes, sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época.”

RÉMOND, René. Uma história do presente. In: **Por uma história política**. 2° Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p. 13.

“Busca e achado momentâneo de nós mesmos, o movimento revolucionário transformou o México, fê-lo “outro”. Sermos nós mesmos sempre é chegar a ser esse outro que somos e que trazemos escondido no nosso interior, mais do que tudo como promessa ou possibilidade de ser. Assim, em certo sentido, a revolução criou a nação; em outro, não menos importante, estendeu-a a raças e classes que nem a Colônia nem o século XIX puderam incorporar. Mas, apesar de sua fecundidade extraordinária, ela não foi capaz de criar uma ordem vital, que fosse ao mesmo tempo visão do mundo e fundamento de uma sociedade realmente justa e livre. A revolução não fez de nosso país uma comunidade, nem sequer uma esperança de comunidade: um mundo em que os homens se reconhecem nos homens e onde o “principio de autoridade” – isto é, a força, qualquer que seja sua origem e justificação – ceda lugar à liberdade responsável. Realmente, nenhuma sociedade conhecida atingiu um estado semelhante.”

PAZ, Octavio. **O labirinto da Solidão e Post scriptum**. 3° Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 155.

PAGOTTO, Aline Maria de Carvalho. **Forjando a revolução:** a cultura política *priista* (1946-1988). 2015. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, São Paulo, 2015.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a cultura política *priista* mexicana nos idos de 1946 a 1988. O termo "*priista*" refere-se ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), que predominou no cenário político-cultural do país ao longo do mencionado recorte de tempo. Contudo, o mesmo não surgiu em 1946, como se pode concluir. Foi inaugurado, em 1929, como uma alternativa política ao caótico período pós-revolução, recebendo o seguinte nome: Partido Nacional Revolucionário (PNR, 1929-1938). Após a inauguração do PNR, sucedeu o firmamento do *Maximato* (1929-1936) e a escolha de presidentes *pnristas* até 1938. Neste ano, o então presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) realizou uma reforma no partido, pois julgava que o mesmo havia se distanciado dos anseios da Revolução Mexicana (1911-1920). A mudança acabou sendo estrutural e ideológica, deixando-o com uma roupagem mais radical. Isso resultou, inclusive, na alteração da sua nomenclatura, que passou a chamar-se Partido da Revolução Mexicana (PRM, 1938-1946). Mas, elegeu apenas um presidente, o Ávila Camacho (1940-1946). Afinal, em 1946, seu sucessor, Miguel Alemán (1946-1952), estabeleceu uma nova reforma, alegando que os ideais da revolução haviam sido cristalizados pelas instituições do Estado. O PRM foi, então, rebatizado e ganhou o seguinte nome: Partido Revolucionário Institucional. Tal mudança representou, sobretudo, uma guinada do partido à direita. A partir disso, o PRI elegeu presidentes até o ano 2000. Diante de tantas discussões acerca desse complexo período mexicano, esta pesquisa assimila a perspectiva do sociólogo italiano Giovanni Sartori, a qual apregoa a existência de um sistema de *partido hegemônico pragmático* figurado pelo PRI e firmado de 1929 a 2000. Além disso, parte-se aqui do pressuposto de que, a partir de 1946, tornou-se necessário ao partido formular uma cultura política, que orientasse e disciplinasse seus correligionários diante de suas novas mudanças estruturais e ideológicas. Conseqüentemente, o *priismo* emergiu e se consolidou como um importante instrumento político. Mas, vigorou somente até 1988. Quando o então presidente Carlos Salinas (1988-1994) promoveu novas modificações no PRI e no governo, derrubando muitos dos mecanismos arbitrários do PRI. Assim, a cultura política tornou-se desnecessária, já que não mais acompanhava o governo mexicano e o quadro dirigente do partido. Deste modo, a pesquisa aqui apresentada traça um caminho rigorosamente pontual. O primeiro capítulo analisa a história do México ao longo do século XX, uma vez que sua complexidade e peculiaridade exigem tal cuidado. O segundo, por sua vez, debruça-se acerca da trajetória *priista*, buscando, sobretudo, compreender a emergência e a consolidação do *priismo*. O terceiro e último capítulo apresenta a cultura política *priista* e, além disso, constata algo importante: no período designado, o *priismo* acabou forjando a noção de Revolução Mexicana, já que sua continuidade dependia desse distanciamento conceitual, mas, para não quebrar radicalmente com alguns grupos políticos, promoveu a idéia de uma "revolução" que se institucionalizou.

Palavras-chave: México contemporâneo. PNR. PRM. PRI. Cultura política *priista*.

PAGOTTO, Aline Maria de Carvalho. **Forjando la revolución:** la cultura política priista (1946-1988). 2015. 250 f. Tese (Doctorado en Historia) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, São Paulo, 2015.

RESUMEN

Esta investigación analiza la cultura política mexicana PRI entre 1946 y 1988. El término "PRI" se refiere al Partido Revolucionario Institucional (PRI), que se impuso en la escena política y cultural del país durante el tiempo que el recorte mencionado. Sin embargo, no surgió en 1946, como puede concluirse. Abrió sus puertas en 1929 como una alternativa política al período posterior a la Revolución Mexicana, obteniendo el siguiente nombre: Partido Nacional Revolucionario (PNR, 1929-1938). La apertura del PNR obedeció el firmamento de Maximato (1929-1936) y la elección de presidentes pnristas hasta 1938. Este año, el entonces presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) llevó a cabo una reforma en el partido, ya que pensaban que se había distanciado de los deseos de la Revolución Mexicana (1911-1920). El cambio resultó ser estructural e ideológico, dejándole con un atuendo más radical. Esto dio lugar incluso en el cambio de su nomenclatura, que llegó a ser llamado el Partido de la Revolución Mexicana (PRM, 1938-1946). Pero tuve sólo un presidente electo, el Ávila Camacho (1940-1946). Después de eso, en 1946, su sucesor, Miguel Alemán (1946-1952), estableció una nueva reforma, alegando que los ideales de la revolución se habían cristalizado por las instituciones del Estado. El PRM fue entonces renombrado y ganó el siguiente nombre: Partido Revolucionario Institucional. Este cambio representó, sobre todo, un giro del partido a la derecha. A partir de esto, los presidentes priistas fueron electos hasta el año 2000. Con tantas discusiones sobre este complejo periodo mexicano, esta investigación asimila la perspectiva del sociólogo italiano Giovanni Sartori, que proclama la existencia de un sistema de partido hegemónico pragmático representado por el PRI y firmado entre 1929 y 2000. Además, a partir de 1946, se hizo necesario formular una cultura política del partido para que orientase y disciplinase sus partidarios frente a sus nuevos cambios estructurales e ideológicos. En consecuencia, el priismo surgió y se consolidó como un importante instrumento político. Pero sólo duró hasta 1988. Cuando el entonces presidente Carlos Salinas (1988-1994) promovió nuevas modificaciones en el PRI y el gobierno, volcando muchos de los mecanismos arbitrarios de PRI. Por lo tanto, la cultura política se ha convertido en innecesaria, ya que ya no acompañaba el gobierno mexicano y el partido gobernante. Por lo tanto, la investigación presentada en este documento esboza un camino preciso. El primer capítulo analiza la historia de México durante el siglo XX, ya que su complejidad y singularidad requieren esa atención. El segundo, por su parte, se centra en el camino PRI, buscando sobre todo para entender el surgimiento y consolidación de priismo. El tercer y último capítulo presenta la cultura política del PRI y, por otra parte, señalar algo importante: en el período señalado, el priismo acaba forjando la idea de la Revolución Mexicana, ya que su continuidad dependía de esta brecha conceptual, promoviendo la idea de "revolución institucionalizada".

Palabras clave: México contemporáneo. PNR. PRM. PRI. Cultura política del PRI.

PAGOTTO, Aline Maria de Carvalho. **Forging the revolution**: the PRI political culture (1946-1988). 2015. 250 f. Thesis (Doctorate in History) – Faculty of Social Science and Humanities, University of Estate of São Paulo "Julio de Mesquita Filho", Franca, São Paulo, Brazil, 2015.

ABSTRACT

This research analyzes the PRI political culture back in 1946 till 1988. The term "PRI" refers to the Institutional Revolutionary Party (PRI) from Mexico, which won the political and cultural scene of the country during the mentioned time. However, it did not emerge in 1946, as can be concluded. It opened in 1929 as a alternative to the chaotic post-revolution period, obtaining the following name: National Revolutionary Party (PNR 1929-1938). The opening of PNR obeyed the firmament of Maximato (1929-1936) and the election of *pnristas* until 1938. This year, the President Lazaro Cardenas (1934-1940) started a reform in the party because it was growing apart of the main objectives of the Mexican Revolution (1911-1920). The change turned out to be structural and ideological, leaving it with a more radical outfit. This resulted in even a change of nomenclature, which came to be called the Party of the Mexican Revolution (PRM, 1938-1946). But had only an elected president, Avila Camacho (1940-1946). After all, in 1946, his successor, Miguel Aleman (1946-1952) established a new reform, claiming that the ideals of the revolution had crystallized in the state institutions. The PRM was then renamed and became: Institutional Revolutionary Party. This change represented, above all, a turn of the party to the right wing. Then, it elected presidents till 2000. With so many discussions on this complex Mexican period and PRI's presidents, this research comprehends the perspective of an Italian sociologist, Giovanni Sartori, which proclaims the existence of a hegemonic pragmatic party system, played by the PRI and existent between 1929 and 2000. In addition, from 1946, it became necessary to develop a political culture of the party to the party supporters, so it would discipline and guide them through the new structural and ideological changes. Consequently, this political culture emerged and consolidated as an important political tool. And only it lasted until 1988 when the then president Carlos Salinas (1988-1994) promoted further changes in the PRI and the government, overturning many of the arbitrary mechanisms of PRI. Therefore, the political culture has become unnecessary as no longer accompanied the Mexican government and the ruling party framework. Therefore, the research presented in this paper outlines a strict way point. The first chapter discusses the history of Mexico during the twentieth century, as their complexity and uniqueness require such care. The second, meanwhile, focuses on the PRI, looking especially for understanding the emergence and consolidation of PRI. The third and final chapter presents the political culture of the PRI and, moreover, to point out something important: the period indicated, the PRI has just forged the idea of the Mexican Revolution, since its continuity depended on this conceptual gap, but not a radical break with any political groups, they promoted the idea of "institutionalized revolution".

Key Words: contemporary Mexico. PNR. PRM. PRI. PRI political culture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 233
FIGURA 2 233

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

CAPÍTULO 1: O MÉXICO NO SÉCULO XX **51**

1.1. O Porfiriato (1876-1911) 61

1.2. A Revolução Mexicana (1911-1920) 73

1.3. Da Dinastia Sonorense ao Cardenismo (1920-1940) 89

1.4. "Virando à direita": a nova fase mexicana (1940-1968) 100

1.5. O esvaecimento do milagre (1968-2000) 118

1.6. O decênio *panista* e o retorno do PRI (2000-2012) 132

CAPÍTULO 2: A TRAJETÓRIA *PRIISTA* **134**

2.1. O surgimento do PNR 138

2.2. Primeira Reforma: a formação do PRM 151

2.3. Segunda Reforma: a formação do PRI 164

2.4. Ascensão e crise do *priismo* 176

CAPÍTULO 3: FORJANDO A REVOLUÇÃO **196**

3.1. Estrutura 200

3.2. Contracorrente 213

3.3. Cultura política e suas nuanças 223

3.4. Forjando a revolução 252

CONSIDERAÇÕES FINAIS **260**

BIBLIOGRAFIA **264**

INTRODUÇÃO

Introdução

A história contemporânea do México no século XX destacou-se, especialmente, por dois episódios: a Revolução Mexicana (1911-1920) e o longevo governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI, 1929-2000). No início do século, a revolução foi sentida como a única alternativa ao *porfiriato* (1884-1911) e às condições abjetas que vivia grande parcela da população. A emergência dessa conflagração agrária, nacional e popular resultou em importantes conquistas de âmbito político e social. Todavia, os combates excruciantes implicaram na devastação do território mexicano e em muitas mortes, conjugando resultados típicos de cataclismos sociais. Esperava-se que, após o processo revolucionário, a cena política mexicana alcançasse a almejada estabilidade. Mas, revelou-se cada vez mais volúvel, apresentando, inclusive, conflitos e altercações em torno de um debilitado Poder Executivo[1]. Nesse exato momento, emergiu o PRI, que, prontamente, se estabeleceu como partido hegemônico, vigorando por ininterruptos setenta e um anos. "Um recorde de nível mundial", como afirma o cientista social Dr. Adrián Galindo da Universidade Autônoma do Estado de Hidalgo (UAEH)[2].

O caminho trilhado pelo PRI na política mexicana admitiu duas formações precedentes: o Partido Nacional Revolucionário (PNR, 1929-1938) e o Partido da Revolução Mexicana (PRM, 1938-1946). O PRI – propriamente dito – apareceu somente em 1946, momento em que se iniciou sua predominância. O leitor poderia concluir que os três partidos foram idênticos, mas suas respectivas formações representaram momentos históricos e partidários distintos, tal qual explicitaremos a seguir.

No período de 1929 e 1938, o México ainda vivia uma intensa efervescência política e social, que levou a constantes enfrentamentos – não raramente, armados – dentro da própria classe política advinda do movimento revolucionário. Nesse contexto, o ex-presidente Plutarco Elías Calles (1924-1928) fundou, em 1929, o PNR que elegeu presidentes consecutivamente até 1936. O PNR caracterizou-se como um partido "amalgama", interessado em firmar alianças com as diversificadas forças políticas, para, assim, manter-se

[1] Referimo-nos à *Dinastia sonorense* (1920-1934) e ao inesperado assassinato de Álvaro Obregón, em 1928.
[2] GALINDO, Adrián Castro. **Estado fallido y militarización**. Disponível m:<http://www.aacademica.com/000-062/961>. Acesso em: 02/02/2015.

no poder. Com tais diretrizes, passou a ser chamado internamente de "partido oficial do Estado". Para mantê-las, empregou algumas ações corporativas, por exemplo, o controle da classe operária através da Confederação Regional Operária Mexicana (CROM). Mas, sua existência, obviamente, não exterminou os problemas mexicanos.

Após a vitória de Lázaro Cárdenas (1936-140), em 1936, adveio o exílio de Elías Calles e a mudança de nomenclatura do partido, que passou a se chamar Partido da Revolução Mexicana (PRM). O partido tornou-se *setorial*, direcionando-se unicamente aos setores da sociedade, especialmente, ao camponês e ao operário. Essa foi uma característica, inclusive, que persistiu por muitos anos. Filiavam-se organizações políticas e não pessoas. Além disso, a presidência de Cárdenas representou um sexênio de consolidação política e reformas sociais diretamente conectadas aos ideais da revolução. Sua política reformista de esquerda chegou a nacionalizar a exploração petrolífera e a regulamentar a reforma agrária; garantindo-lhe uma aguda pressão política da ala conservadora do novo PRM e do novo partido conservador, Partido Ação Nacional. Por essa razão, Cárdenas escolheu como sucessor, o moderado Manuel Ávila Camacho (1940-1946).

Sob a liderança de Ávila Camacho, o "partido oficial" passou por uma série de mudanças estruturais, que lhe garantiram uma nova roupagem: a democrata. No entanto, essas modificações foram formalizadas no seio do partido pelo seu sucessor, Miguel Alemán Valdés. E, assim, deu-se vida ao PRI. Essa nova formação significou, sobretudo, a exclusão dos militares da vida política mexicana, já que não poderiam participar dela ativamente. Significou também uma mudança de discurso. Afinal, entre 1940 e 1980, o setor operário adquiriu grande força no interior do partido, assumindo uma retórica voltada à causa operária. Logo, o setor agrário, que havia imperado entre 1930 e 1940, acabara perdendo espaço. Instaurou-se, por assim dizer, um novo momento no país.

Para Carlos Alberto Barbosa, o período de 1940 a 1968 exprimiu estabilidade política e crescimento econômico, com evidente contração da oposição (apesar da fundação do PAN, em 1939) e centralização política em torno do Poder Executivo[3]. Estabeleceu-se também um procedimento informal denominado *tapadismo*, no qual o presidente vigente indicava seu sucessor. Isso acabou, inclusive, se tornando uma marca do período. O mesmo ocorreu com a noção de "nacionalismo revolucionário", que foi primeiramente formulado por Cárdenas e, depois disso, assimilado e promulgado ao longo de todo o período pós-revolucionário.

[3] Cf. BARBOSA, Carlos A. S. **A Revolução Mexicana 1910-1920**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 111.

O governo *priista* havia encontrado, portanto, uma "fórmula política" que permita seu crescimento e consolidação no poder. No entanto, ao focar-se exclusivamente a este procedimento, não se atentou às rápidas mudanças pelas quais passava a sociedade mexicana. Nesse momento, o país cresceu demográfica, econômica e culturalmente. O intenso desenvolvimento econômico e a conseqüente prosperidade levaram a historiografia mexicanista a definir esse período como "*Era de Ouro*". Do mesmo modo, o "*boom*" populacional ocasionou mudanças significativas no quadro demográfico, como a expansão das zonas urbanas e o firmamento de um país predominantemente urbano. Houve também o crescimento do número de escolas, colégios e universidades. Com maior acesso à cultura, o movimento estudantil ressurgiu mais forte e determinado. Esse grupo passou a pedir, sobretudo, a mudança do modelo econômico adotado a partir da Segunda Guerra Mundial, afirmando que ele havia aumentado a distribuição desigual de riquezas e era incapaz de gerar empregos em ritmo adequado para absorver os aumentos demográficos[4]. Denunciavam também a tendência autoritária, estável e corporativa do regime. Sendo assim, iniciou-se uma convulsão social que degringolou no fatídico episódio de Praça das Três Culturas[5]. No dia 2 de outubro de 1968, estudantes, em sua maioria da classe média, juntamente ao setor operário, manifestaram-se contra o modelo vigente, alegando que ele reafirmava os laços de dependência externa. Reivindicavam o estabelecimento dos valores democráticos da Constituição de 1917, deixando implícito que o governo *priista* desonrava a revolução. Todavia, a intensa repressão culminou no *Massacre de Tlatelolco*, acontecimento no qual muitos jovens foram brutalmente assassinados.

Esse conflito obviamente nunca foi esquecido e, com certeza, definiu os anos porvindouros. A partir dele, iniciou-se uma série de questionamentos acerca do governo *priista*, piorando com os recorrentes escândalos de corrupção e suspeitas crônicas quanto aos processos eleitorais.

Nos meados da década de 1980, ocorreu uma secessão no PRI, que originou o Partido da Revolução Democrática (PRD). A liderança do novo partido ficou a encargo do filho do ex-presidente Cárdenas, Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano. Nas eleições de 1988, a disputa presidencial ficou, então, entre Carlos Salinas de Gortari (PRI) e Cárdenas (PRD). Cárdenas tornou-se, rapidamente, o favorito, representando a primeira real ameaça ao PRI. Mas, o

---

[4] Cf. COSÍO, Daniel Villegas. **Historia mínima de México.** Séptima reimpresión. México: El Colegio de México, 1994. p.169.

[5] A Praça das Três Culturas é também conhecida como Praça de Tlatelolco. Fica na Cidade do México, DF.

resultado das eleições acabou deveras questionado. Durante a contagem de votos, ocorreu uma pane no sistema, que interrompeu o processo por aproximadamente duas horas – daí a famosa resposta do governo: "*se cayó el sistema*"[6] – e no fim do dia, quando o "sistema voltou", Salinas foi declarado presidente. Prontamente, espalharam-se rumores de fraude eleitoral por todo o país. A partir de 1990, o governo *priista* ficou ainda mais desacreditado. Por essa razão, o recém-eleito presidente Carlos Salinas tomou algumas decisões políticas com o intuito de remediar a situação, como a criação do Instituto Federal Eleitoral[7], que tinha como incumbência fiscalizar as eleições presidenciais. Substituiu também o modelo vanguardista de "nacionalismo revolucionário", para o neoliberal, resultando em diversas privatizações[8]. Apesar dessas iniciativas e da porvindoura presidência do *priista* Ernesto Zedillo Ponde de Leon (1994-2000), a situação apenas piorou e, por conta disso, as eleições da virada do milênio tiveram um resultado surpreendente.

No dia 2 de Julho de 2000, o *panista* Vicente Fox de Quesada venceu as eleições à presidência mexicana. Após setenta e um anos, o PRI deixava o Poder Executivo. Fox governou de 2000 a 2006 e, posteriormente, passou o encargo ao seu correligionário Felipe Calderón Hinojosa, que governou de 2006 a 2012. As eleições de 2006 foram muito controvertidas, já que novamente incorreram acusações de fraude eleitoral. Inobstante grande parte da população mexicana esperasse resultados distintos dessa nova gestão, esses dois sexênios apresentaram aumento da inflação e escândalos de corrupção, assim como, implicaram em um aumento significativo da violência e dos grupos de narcotraficantes. Isso levou ao surgimento de milícias justiceiras, como as *autodefesas.* Apesar disso, acreditava-se que o "partido oficial" demoraria a reaparecer no cenário político do México. *Au contraire.* Nas eleições de 2012, a disputa presidencial ficou entre Andrés López Obrador (PRD) e Enrique Peña Nieto (PRI) e, no mês de julho de 2012, anunciou-se a vitória do *priista* com 39% dos votos. Peña Nieto trouxe consigo antigos temores de abalos à democracia.

Este breve retrospecto expõe características bem diferentes de um mesmo partido. A princípio, apresentou-se com um partido mais preocupado em unificar os variados grupos políticos do país, para, assim, estabilizar a política e resistir no poder. Nesse momento, a política adotada resumiu-se ao "nacionalismo revolucionário". Em seguida, mostrou-se como

---

[6] A frase em espanhol afirma: "caiu o sistema".

[7] O *Instituto Federal Electoral* (IFE) foi inaugurado em 90 por Carlos Salinas. Mas, em 10 de Fevereiro de 2014, houve uma reforma institucional, que modificou seu nome, chamando-o *Instituto Nacional Electoral*, para, assim, torná-lo uma autoridade nacional.

[8] Cf. AGUILAR, Sergio Mendez; BENITEZ, José Luíz. **Problemas sociales, políticos y económicos de México**. MEXICO: UNAM, 2006.

um reencontro aos ideais da revolução, ambicionando, portanto, concretizar suas reivindicações. Assim, adotou uma lógica corporativa, com inclinações socialistas. Por essa razão, alguns mexicanistas, como Hanz W. Tobler, afirmam que esse período representou a "fase tardia" da Revolução Mexicana. Finalmente, empreendeu-se, num âmbito geral, uma política liberal social moderada, alicerçada no autoritarismo, no nacionalismo e no reformismo[9]; com exceção de Luís Echeverría Álvarez (1970-1976), que instaurou um modelo econômico próprio chamado de desenvolvimento compartilhado[10].

As reformas estruturais foram uma marca desse partido. No período de 1929 a 1990, passou por duas importantes reformas: a primeira em 1938 e a segunda em 1946[11], que acabaram, inclusive, mudando sua nomenclatura. Além delas, sofreu mais oito modificações estruturais dentre as décadas de 1950 e 1990[12], que resultaram na manutenção de sua nomenclatura e na alteração de seus documentos básicos: "Estatuto do Partido", o "Programa de Ação" e a "Declaração de Princípios". Pode-se afirmar, portanto, que o conjunto de mudanças atingiu o partido estrutural, política e ideologicamente.

Algumas dessas alterações foram sentidas pelo governo mexicano, e dois exemplos claros disso resumem-se às reformas que originaram o PRM e o PRI. No fim da década de 1930, por exemplo, o "partido oficial" formou uma instituição política completamente diferente daquela que se estabeleceria uma década depois. Isso, obviamente, refletiu no governo mexicano, já que o mesmo partido predominou no cenário político-cultural da época, ocupando a maioria dos cargos públicos municipais, estaduais e federais, e, por conta disso, qualquer mudança estrutural mais intensa acabava – quase sempre – reorientando a

---

[9] Cabe aqui uma advertência: o PRI e o Poder Executivo não estiveram sempre em comum acordo. O PRI articulava-se de acordo com suas normas e doutrinas que, às vezes, não combinavam com a lógica do governo federal.

[10] Esse modelo de Echeverría ambicionava um grande desenvolvimento econômico, mas, com a redistribuição de riquezas.

[11] A primeira reforma originou o Partido da Revolução Mexicana (PRM) e a segunda formou o Partido Revolucionário Institucional (PRI).

[12] Cf. OCAMPO, Rigoberto. **El sistema político mexicano**. México DF: Publicaciones Cruz O., 1990. p.177-179. [Conforme Rigoberto Ocampo, após a reforma que originou o PRI, em 1946, as porvindouras assembléias do partido acabaram modificando seus documentos básicos, o Estatuto, o Programa de Ação e a Declaração de Princípios. No ano de 1952, a assembléia modificou os documentos básicos com o intuito de "democratizar" a estrutura *priista*. Em 1965, o presidente Carlos Madrazo liderou a reforma que adotou um novo sistema de seleção interna aos candidatos municipais e estaduais. Em 1968, a assembléia modificou pela quinta vez o estatuto do partido. Nos idos de 1971 e 1972, houve novamente reformas nesses documentos. Em 1978, os mesmos documentos passaram por reforma, para que o partido se direcionasse então unicamente aos trabalhadores. E, finalmente, em 1990, após o escândalo de Salinas, em 1988, a assembléia designou que a seleção de candidatos realizar-se-ia através da "consulta na base", recusando o "nacionalismo revolucionário" e permitindo a existência de correntes internas.]

administração federal[13]. A presidência de Lázaro Cárdenas (1936-1940) e a reforma do PNR, em 1938, exemplificam claramente o exposto. O partido passou a ser PRM e tornou-se mais radical. Consequentemente, o governo acabou se tornando mais radical também, alicerçado em uma política socialista, que aumentou enormemente o número de terras distribuídas aos camponeses.

O recorte cronológico deverá ser compreendido com base nos processos expostos acima. Ademais no período entre 1946 e 1988, o PRI tornou-se um partido politicamente hegemônico e, consequentemente, promovedor de uma cultura política que passou a moldar o México e seu regime democrático. Essa cultura política respaldou-se – especialmente – na égide de que as principais reivindicações e valores promulgados durante a revolução haviam sido cristalizados pelas instituições do Estado mexicano. Havia nela, portanto, uma dupla legitimação: a revolução e a instituição, em alusão à Revolução Mexicana e às instituições do Estado moderno. Ao utilizar desses dois termos tão caros ao imaginário político mexicano, legitimou-se. O *priismo* prolongou-se de 1946 até 1988, esmorecendo num momento de eleições polêmicas e intensas reformas políticas, que mudaram, inclusive, a ideologia do partido[14]. No fim da década de 1980, as instituições que estavam estruturadas nessa cultura política, desde 1946, deixariam de funcionar.

Quando falamos em "cultura política" referimo-nos a um conceito que nasceu nas ciências sociais, mas acabou sendo assimilado pela história. Essa assimilação ocorreu após um processo de *reestruturação* da história política, que começou nos meados de 1980, sob a liderança de René Rémond da Universidade de Paris X-Nanterre. Todavia, a história – em um âmbito geral e não somente a política – já havia passado por outra complexa e extensa renovação.

A história política, cuja perspectiva priorizou o estado, as instituições, as revoluções e os grandes personagens, predominou ao longo de todo o século XIX. A partir do século XX, contudo, tal domínio foi questionado, fundando-se, então, um movimento de renovação. Logo, a história de perspectiva política passou a ser concebida como a porta-estandarte do saber tradicional.

---

[13] Mantemos, portanto, um posicionamento diferente daquele adotado pela historiografia, que concebe o "partido oficial" com uma instituição absolutamente autônoma em relação ao Estado mexicano. De fato, o PRI não era o Estado, mas existia sim uma relação entre eles, que, às vezes, se estreitava ou se espaça, seguindo os interesses do partido e/ou do Estado.

[14] Cf. DOMINGUEZ, Humberto Chávez. **La estrutura del estado neoliberal en México**. Disponível:<http://portalacademico.cch.unam.mx/materiales/prof/matdidac/sitpro/hist/mex/mex2/HMII/Salinato.pdf>.Acesso em: 15/01/14.

O movimento de renovação da história começou, em 1929, com a inauguração da revista francesa *Annales*. Para Peter Burke, "a revista até hoje, com mais de oitenta anos, continua a encorajar inovações"[15]. Seus fundadores – Lucien Febvre e March Bloch – buscaram difundir "uma abordagem nova e interdisciplinar da história"[16]. Essa abordagem criticou o conhecimento histórico tradicional, que priorizou a política, a eventualidade e os heróis de batalha, em uma narrativa episódica, linear e superficial[17]. Apresentavam-na, sobretudo, como uma crônica dos acontecimentos. Suas ideias espalharam-se pelo *milieu* acadêmico parisiense e, por isso, foram chamados para assumir cátedras no *Collège de France* e na *Sorbonne*.

Os *Annales* objetivaram, principalmente, substituir o saber tradicional por uma compreensão teórico-metodológica embasada na longa duração, que privilegiasse a análise de conjuntura das civilizações e suas mentalidades. Propunham ainda o estabelecimento de uma história-problema e interdisciplinar, que dialogasse com a antropologia, a geografia, a psicologia, a sociologia, entre outras. Tal qual se percebe na afirmação de Lucien Febvre: "historiadores sejam geógrafos. Sejam juristas, também, sociólogos e psicólogos"[18].

Esse movimento pode ser dividido em quatro etapas. A primeira delas ocorreu entre 1920 e 1945 e caracterizou-se como um grupo pequeno e subversivo, que se rebelou contra a história tradicional[19]. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), obteve o devido reconhecimento e, por conta disso, passou a ditar as regras da história. Iniciava-se, assim, a segunda fase, que trouxe novos conceitos (estrutura e conjuntura) e métodos (história serial)[20]. Foi marcada pela publicação de "O mediterrâneo" de Fernand Braudel, em 1947, que causou um verdadeiro furor no meio intelectual. O livro estabelecia uma inovadora concepção de tempo histórico, para a qual existiam três fases de tempo, a curta, a média e a longa duração. Nos meados da década de 1960, estabeleceu-se a terceira fase, que ficou marcada pelas altercações e divergências internas. Tal qual afirma Burke, "(eles eram) uma 'escola' unificada apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos

[15] BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989.** A Revolução Francesa da historiografia. 2° Ed. São Paulo: Edunesp, 1991. p.8.
[16] Ibidem, p.23.
[17] Ibidem, p.26.
[18] FEBVRE apud BURKE, op. cit., p.08.
[19] BURKE, op. cit., p.8.
[20] Ibidem, p.8.

eventos"[21]. Nesse cenário, tornou-se tão plural que pouco restara das especificidades anteriores. Assim, sobressaíram-se os nomes de Jacques Le Goff e Pierre Nora. A partir de 1989, então, firmou-se a quarta fase. Nela, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a história sócio-cultural[22]. Mas, não obtiveram o costumeiro impacto acadêmico. Seus destaques foram Georges Duby e Jacques Revel.

Conforme Peter Burke,

> A história dos Annales pode assim ser interpretada em termos da existência de três gerações, mas serve também para ilustrar o processo cíclico comum segundo o qual os rebeldes de hoje serão o *establishement* de amanhã, transformando-se, por sua vez, no alvo dos novos rebeldes. Mesmo assim, algumas de suas preocupações básicas permanecem, pois a revista e os indivíduos a ela associados oferecem o mais sistemático exemplo, neste século, de uma interação fecunda entre a história e as ciências sociais.[23]

Esse compêndio acerca dos *annales* ajudar-nos-á compreender o descrédito pelo qual passou a história política. Não obstante tenham promovido uma oportuna reestruturação do conhecimento histórico, sua metodologia fez com que a história assumisse – intencionalmente – características muito distintas daquelas assumidas por sua vertente política; sem abrir-lhe espaço para que aderisse à renovação. Pensavam nela, portanto, como o conhecimento tradicional *per se*, que estava ultrapassado e logo cairia em desuso.

Em meio à nova atmosfera, a renovação prezava a cientificidade da história, repudiando qualquer característica *événementielle*. Partiam do pressuposto de que a história política acabava por assumir uma perspectiva "oficial", que retomava episódios heróicos e nacionalistas, sem análises profundas em relação ao contexto. Caracterizavam-na, portanto, como anedótica, elitista, factual, idealista, individualista, linear, psicologizante, etc.

Para René Rémond, houve uma severa condenação à história política, que define do seguinte modo:

> Factual, subjetiva, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Se se imaginar ponto por ponto o contrário desse retrato cruel, ter-se-á o essencial do programa que a história regenerada se atribuía. Estava, portanto, escrito que a história

[21] BURKE, op. cit., p.8.
[22] Idem, p.9.
[23] Idem, p.9.

> política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. Quanto aos historiadores que tivessem a fraqueza de ainda se interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino.[24]

Para a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, a "marginalização" da história política ocorreu, sobretudo, em razão das inúmeras críticas direcionadas ao Estado, pois era compreendida com um mero instrumento das classes dominantes, sem autonomia. Sendo assim, o político passava a ser um reflexo das injunções econômicas, destituído de dinâmica própria[25].

A autora faz referência aos anos 1960, nos quais os paradigmas totalizadores, como o estruturalismo, o marxismo e o funcionalismo, avançaram por toda a Europa, aumentando ainda mais a marginalização da dimensão política. Nesse ponto, Rémond afirma que Karl Marx e Sigmund Freud foram os principais responsáveis por acabar com o pequeno prestígio que restava à história política[26].

Como se nota no excerto:

> Marx e Freud, cada um à sua maneira e por vias diferentes, contribuíram igualmente para acabar com o prestígio da história política. Um, fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político. O outro, pondo em plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, às pulsões sexuais, grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultou a ambição e o apetite de poder próprios do político. [27]

Pensava-se que a história política logo desapareceria. Na década de 1980, porém, ocorreu uma paulatina reintrodução da perspectiva política nos estudos históricos e, em seguida, a mesma retomou atividade. Para Rémond, esse retorno deve ser compreendido por

---

[24] RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**. 2° Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p. 18-19
[25] FERREIRA, Marieta Moraes. **A nova velha história: o retorno da história política**. Estudos históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, n° 10, 1992. p. 266.
[26] RÉMOND, op. cit., p. 20.
[27] Ibidem, p.21.

intermédio de duas perspectivas: as transformações do século XX e a própria dinâmica da pesquisa histórica[28].

Os conflitos recorrentes do século XX, sobretudo, pós-1960, desajustaram a economia e obrigaram os Estados a intervir, aumentando seu controle. De certo modo, isso indicou que a pressão de um conjunto de interesses, se bem direcionados, podia alterar o curso da economia[29]. Se a pressão política podia mudar o rumo da economia, logo, os interesses econômicos modificariam também o curso da política. Como afirma Rémond: "uma escolha política que pode nada dever a análise econômica, como a decisão de nacionalizar grandes setores de produção ou de troca, terá sobre a economia consequências incalculáveis"[30]. Concluir-se-ia, portanto, um dado importante: a política era sim autônoma e não dependia do interesse das classes dominantes.

Neste ponto, é necessário mencionar que, além das crises do século XX, o retorno do político manteve-se atrelado à mudança de papel do Estado[31]. Na sociedade contemporânea, a política organizou-se em torno do Estado e estruturou-se em função dele, assim seu poder representou o grau supremo da organização política e principal ambiente de competição[32].

Conforme Rémond, o próprio contexto proporcionou o retorno da dimensão política no campo da história e os principais fatores foram:

> (...) a experiência das guerras, cuja experiência não pode ser justificada e entendida apenas com base nas dimensões econômicas; a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembrou que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar credito à ideia de que o político tinha uma consciência própria e dispunha mesmo de certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social. Assim como, a crise dos paradigmas totalizantes, como marxismo, funcionalismo e estruturalismo, deram vazão para que a dimensão política voltasse à tona na história.[33]

Alguns historiadores perceberam a nova abertura ao político e compreenderam sua importância nos estudos históricos, passando, inclusive, a lhe defender no ambiente acadêmico. E, no fim da década de 1980, promoveram outro movimento de renovação, que

[28] RÉMOND, op. cit., p.21.
[29] Ibidem, p. 23.
[30] Ibidem, p. 24.
[31] FERREIRA, op. cit., p. 267.
[32] RÉMOND, op. cit., p. 23.
[33] Ibidem, p. 25.

analisou e sistematizou o emprego da dimensão política na história. A conjunção dos movimentos fez dessa vertente um ramo extremamente produtivo da historiografia. Obviamente que as características assumidas por ela distaram em muito daquela imperatriz do século XIX.

O movimento de renovação da história política teve precursores e o historiador Rémond faz questão de citá-los: Albert Tribaudet, André Siegfried, Charles Seignobos, François Goguel, Georges Weill, Jean-Jacques Chevallier e Marcel Prélot. Tais autores propiciaram as condições necessárias para a política não desaparecer por completo. Seus diferentes papéis no meio acadêmico viabilizaram a percepção da política em contanto com outras ciências, que não a história. Isso lhe garantiria, posteriormente, a característica da pluridisciplinaridade.

Como afirma Rémond:

> É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada; a pluridisciplinaridade é para ela como o ar que ela precisa para respirar.[34]

Nesse período, a história política se encontrou, portanto, com várias ciências: a antropologia, a ciência política, a geografia, a lingüística, a psicologia, a sociologia, entre outras. Essa pluridisciplinaridade assegurou a utilização de novos conceitos e técnicas de investigação, sua renovação tornou-se, então, algo factível. E, assim sendo, o movimento se estabeleceu na Universidade de Paris X-Nanterre e na Fundação Nacional de Ciências Políticas da França, com os seguintes destaques: Jean-Pierre Rioux, René Rémond e Serge Berstein.

Seu fortalecimento deu-se mediante a publicação de "Por uma história política" (1988) de Rémond. Na verdade, foi apenas organizado pelo autor, já que recebeu a contribuição intelectual de vários historiadores, como Aline Coutrot, Antonine Proust, Jean-François Sirinelli, Jean-Jacques Becker, Jean-Noel Jeanneney, Jean-Pierre Azéma, Michel Winock, Pierre Milza, Philippe Levillan e o próprio Rémond. A obra, em si, propôs a renovação da

[34] RÉMOND, op. cit., p. 29.

história política e, para isso, realizou uma excelente análise da política na historiografia, com os aspectos a serem reestruturados e a reinserção de temas polêmicos na investigação histórica, como a associação política, a biografia, as eleições, a guerra, as idéias políticas, os intelectuais, a mídia, a opinião pública, o discurso político, os partidos políticos, a política interna e externa, a religião e o tempo presente. Além disso, apresentaram novos métodos para o estudo desses temas.

"Por uma história política" conjetura uma renovação alicerçada, especialmente, nos conceitos e métodos das Ciências Políticas. Para Rémond, essa aproximação fez com que a história política se interessasse por fenômenos sociais que, até então, negligenciara[35]. A perspectiva política atualizada renovou o horizonte do historiador e, assim, noções como cultura política, imaginário político e representações passaram a ser aplicados em contextos remotos, possibilitando uma nova luz aos acontecimentos e fenômenos cujas peculiaridades ainda intrigam a humanidade[36].

Segundo Rémond:

> Assim também o estudo dos partidos e dos grupos de pressão, quando se transpõe os seus ensinamentos para períodos remotos, descobre analogias instrutivas com as facções revolucionárias, os clubes políticos ou as formações parlamentares da monarquia constitucional, mas também particularidades reveladoras da diferença dos tempos e situações que mostram a diversidade das modalidades imaginadas para funções perenes.[37]

Ao ocupar-se dessas novas temáticas integrou todos os atores políticos e, por assim dizer, abandonou duas de suas principais críticas: o elitismo e o individualismo. Além disso, assumiu outras características importantes, como exemplo, a utilização de uma vasta documentação histórica e a adoção da pluralidade de ritmos, que combinou o recente imediato e o passado mais longínquo, desistindo de ater-se apenas a curta duração. Como afirma Ferreira: "há inúmeros acontecimentos que advêm em um ritmo imediato, mas existem outros que se inscrevem em uma longa duração, como a história das formações políticas e das ideologias, no qual a *cultura política* ocupa um lugar importante"[38].

---

[35] RÉMOND, op. cit., p. p. 30.
[36] Ibidem, p. 30.
[37] Ibidem, p. 31.
[38] FERREIRA, op. cit., p. 269.

Apesar desse extenso e complexo movimento de renovação, a história política ainda lida com grande descrédito. Afinal, os historiadores continuam aprisionados aos primeiros escritos dos *Annales*, como se o movimento estivesse em 1929, e à história cultural social, que caiu em voga, crendo que a história política permanece cativa do passado e da perspectiva oficial. Ignoram, portanto, o processo complicado pelo qual passou.

Segundo Ferreira,

> Os clichês de que nada de respeitável pode ser feito fora das alamedas reais do social e do econômico continuam a ser repetidos, ignorando-se as mudanças profundas que têm marcado esse campo de trabalho. Em 1988, François Furet chamou a atenção para isto ao reconhecer que, a despeito da reintrodução na história das questões da política, "esta partida ainda não tinha sido ganha", pois a massa da *École des Annalles*, mesmo os historiadores da geração seguinte à sua, continuavam ligados à história social, à história das mentalidades.[39]

É essencial afirmar que essa renovação não hostilizou a história estabelecida pelos *Annales*. No entanto, os historiadores que foram surgindo e se atrelando ao movimento de perspectiva política acabaram por estabelecer premissas mais radicais e métodos bem particulares; como ocorreu com o historiador Pierre Rosanvallon[40]. Rosanvallon garante um novo olhar ao horizonte da história política *renovada*, que muito nos interessa e garante, inclusive, um dos aportes teóricos desta pesquisa. Alongar-nos-emos, assim, um pouco mais acerca de suas ideias e métodos.

Pierre Rosanvallon (1948, Blois, França) é um historiador conhecido pela perspectiva fortemente arraigada ao político. Antes de firmar uma sólida carreira acadêmica, deixou pegadas visíveis pela estrada da militância. Após graduar-se na Escola de Estudos Avançados em Comércio, em 1969, assumiu o cargo de tesoureiro na Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). Em 1972, foi convidado para exercer o encargo de assessor político da CFDT.

No final da década de 1970, alguns colegas militantes convidaram-no para concorrer a cargos públicos. Mas, Rosanvallon recusou a proposta e, em seguida, retomou a vida acadêmica. Tendo isso em vista, em 1976, ingressou na Universidade de Paris-Dauphine. Foi admitido como diretor de pesquisa (1978-1982) e, logo, vinculou-se ao círculo de Cornelius

[39] FERREIRA, op. cit., p. 270.
[40] Ibidem,. p. 270.

Castoriadis, Claude Lefort e François Furet. Em 1979, publicou "O capitalismo utópico: a história da idéia de mercado". A partir disso, foi nomeado professor na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, em 1983, e posteriormente, em 1989, diretor de estudos. No início da década de 1990, assumiu a direção do *Centro de Pesquisas Raymond Aron*, na qual ficou até 2005. Rosanvallon ocupa também, desde 2001, a cátedra de história moderna e contemporânea do político no Colégio da França, na cidade de Paris.

Essa trajetória diferenciada que intercalou sua atuação no mundo da política e sua vida acadêmica acabou por dar bons frutos, como é o caso do livro "Por uma história do político". A obra traz dois textos que são – ao mesmo tempo – acessíveis e formidáveis: "Por uma história filosófica do político" e "Por uma história conceitual do político". E, embora tenham poucas páginas, promulgam uma nova compreensão do político nos estudos históricos.

Através da análise da democracia e de seu vínculo com as principais questões da sociedade contemporânea, "Por uma história do político" promove uma nova abordagem teórico-metodológica da história Política. Nessa obra, Rosanvallon afirma que a concepção de "político" adotada pela história ainda está muito atrelada à noção da Ciência Política, para a qual a política constitui apenas uma subárea do sistema social.

Conforme o próprio autor, para que seja profícua ao campo da história, precisará assumir uma definição própria, na qual o político se refira a um conjunto de procedimentos a partir dos quais desabrocha a ordem social[41]. Sendo assim, o político e o social são indissolúveis, este derivando daquele seu significado, forma e realidade.

Para Rosanvallon,

> O político pode ser definido então como uma esfera de atividades caracterizada por conflitos irredutíveis. O político resulta da necessidade de estabelecer uma norma para além do ordinário, norma que, entretanto, não pode de modo algum ser derivada de algo natural. Pode ser definido, portanto, como processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição. "A atividade política", como afirma Hannah Arendt em idêntica linha, "está subordinada a pluralidade da atividade humana... A atividade política diz respeito à comunidade e com o modo pelo qual ser diferente afeta as respectivas partes".[42]

[41] ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 39.
[42] ROSANVALLON, op. cit., p. 42.

Além disso, Rosanvallon assevera que há uma recorrente confusão entre os termos "política" e "político", que são ditos como meras derivações de gênero e, na verdade, possuem significados teóricos distintos. O mundo da política seria uma resultante do mundo do político, operada na mobilização dos mecanismos simbólicos de representação. A partir disso, percebe-se que a teoria política tradicional vive uma crise séria, já que não consegue acompanhar as transformações da democracia contemporânea. E, sendo assim, o momento exige uma remodelagem da política, que deve ser feita com base em comparatismos e, consequentemente, na própria história. Percebe-se, portanto, que o autor defende uma história política mais atrelada ao político, do que à política.

Cabe aqui um *addendum*: essa compreensão acerca do político está em constante ampliação. Afinal, a transição de uma sociedade corporativa à sociedade moderna ocasionou o que Rosanvallon designou como "déficit de representação". De acordo com ele, o político foi chamado para representar uma sociedade que não tinha um rosto definido. E, embora algumas medidas tenham sido tomadas para que a sociedade moderna seja representada, ainda não foram suficientes para dar um rosto a ela.

Rosanvallon define ainda que isso originou ao "imperativo da representação", no qual todos são – obrigatoriamente – representados, sem exceção. Para citar um exemplo, ele menciona o princípio de igualdade ligado ao advento de uma ordem social. A igualdade figura, em verdade, como subversora de toda tentativa de legitimar a diferença em razão de alguma ordem natural. Se não existem limites na imposição da igualdade, não existem diferenças para lutar ou resistir.

Nesse caso,

> A vida social é caracterizada por dois processos, baseados em novas reivindicações por igualdade econômica e pela redução das diferenças antropológicas. Esses dois aspectos da modernidade levam assim a uma ampliação considerável do domínio prático do político, quando comparado a perspectiva aristotélica.[43]

Para que essas questões sejam resolvidas, Rosanvallon sugere uma nova vertente da história política, a "história filosófica do político". Essa história apreende o político como um princípio ou um conjunto de princípios que influenciam as relações das pessoas na vida comunitária e no mundo. Seu objetivo está na compreensão dos sistemas representativos, ou

[43] ROSANVALLON, op. cit., p. 43.

seja, na forma como eles foram idealizados e desenvolvidos, permitindo, assim, aos indivíduos e/ou grupos conceber uma vida comunitária. Conforme as representações nascem, compreende-se como uma época, um país ou um grupo social elabora respostas àquilo que, com maior ou menor precisão, percebem como um problema.

A história filosófica do político fornece uma descrição histórica da atividade intelectual na interação entre a realidade e a representação. Tornando possível a identificação do que Rosanvallon chama de "constelações históricas", segundo o qual "em torno delas as novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações de vida pública sofrem mudanças decorrentes das transformações das instituições e das formas de relacionamento e de controle social"[44].

Não obstante tenhamos aludido a relação existente entre essa história e o político, ainda não especificamos sua conexão com a Filosofia. Ela é filosófica por refletir conceitos incorporados à "auto-representação" da sociedade, como: a igualdade, a soberania, a democracia, etc. Isso permite organizar e verificar a inteligibilidade dos eventos e seus princípios subjacentes. Por essa razão, prioriza dois momentos históricos: 1) a perda da autonomia da ordem social como organismo corporativo e 2) o subsequente período democrático.

De acordo com Rosanvallon, essa história não pode se limitar a uma análise das ideias clássicas, como ocorre na história das ideias, pois seu fundamento preocupa-se com o estudo das ideias, clássicas ou não, junto ao seu contexto histórico-político, como a história das mentalidades[45]. Os grandes textos seriam importantes apenas para ilustrar as questões suscitadas em uma época e as respostas então oferecidas.

A história de Rosanvallon preocupa-se, na verdade, em incorporar todos os elementos que produzem uma cultura política. Isso não exclui os grandes textos teóricos, mas, exige uma leitura/interpretação diversificada, que envolve discursos parlamentares, emblemas, jornais, literatura, movimentos de opinião, panfletos e símbolos. Ou seja, "não há objeto que possa ser considerado alheio para esse tipo de história do político"[46].

E complementa:

---

[44] ROSANVALLON, op. cit., p. 44.

[45]Cf. VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Brasília: Brasiliense, 1987. [Conforme Vovelle, a história das mentalidades é o estudo da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas das vidas dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem]

[46] Ibidem, p. 45.

> Ela consiste em reunir todos aqueles materiais empregados, cada um de modo separado, por historiadores das ideias, das mentalidades, das instituições e dos eventos. Por exemplo: a relação entre o liberalismo e a democracia durante a Revolução Francesa não pode ser resolvida como um debate de alto nível travado entre Rousseau e Montesquieu. Deve-se fazer um esforço para entender o que as pessoas que citaram estes autores como autoridades leram de fato nas obras deles; estudar o calhamaço das petições enviadas à Assembleia Nacional; imergir no mundo dos panfletos, inclusive os satíricos, reler debates parlamentares, familiarizar-se com práticas dos clubes e comitês. Também é necessário estudar a história das palavras e o desenvolvimento da linguagem (democracia não significa a mesma coisa em 1789 e 1793, por exemplo). Essa história é naturalmente multifacetada.[47]

O cerne da questão é, portanto, compreender os clássicos não somente como uma expressão, mas também como a formalização de um momento histórico, político e/ou filosófico específico. Afinal, "se os grandes textos gozam de *status* particular nessa história, é porque a sua peculiar qualidade é, precisamente, a de estabelecer uma conexão entre um texto e um problema" [48]. O foco, portanto, deve ser esse. E as mais diversas temáticas não poderão se restringir unicamente a perspectiva de dois grandes clássicos, por exemplo.

A história filosófica do político apresenta uma abordagem original, tanto em sua base teórica, quanto em seus métodos. E, tal abordagem possui uma dupla característica: a interação e a compreensão. A interação refere-se à análise do modo pelo qual uma cultura política, suas instituições e eventos, estabelecem formas políticas estáveis. Segundo o Rosanvallon, "isso é feito mapeando as sobreposições, divergências, distorções, convergências e lacunas que caracterizam a formação de modelos políticos e determina o que é equívoco ou ambíguo acerca deles ou, ainda, em suas realizações"[49]. Já a abordagem compreensiva se refere à apreensão de uma questão situando-a no contexto de sua emergência, de modo que se torna impossível ao historiador manter uma perspectiva objetivista.

Para o autor, "a abordagem compreensiva busca apreender a história em seu fazer-se, ou seja, enquanto ela mantém suas potencialidades – e antes, portanto, que ela se efetive no

[47] ROSANVALLON, op. cit., p. 45.
[48] Ibidem, p. 46.
[49] Ibidem, p. 48.

modo histórico e passivo, como um fato necessário”[50]. Isso pressupõe a capacidade do estudioso de aproximar-se do objeto com uma “empatia controlada”.

Rosanvallon justifica essa ideia de *empatia* científica pela noção da *invariância*, no que se refere à imutabilidade da realidade do pesquisador e seu objeto de estudo. Por isso, sugere que o trabalho do historiador direcione-se rumo a um novo tipo de comprometimento intelectual. Fato esse que não haveria de implicar em elaborar uma noção profundamente comprometida, com preferências ou suposições, tomando por realidade a representação de grupos sociais e/ou atores com quem tem maior identificação.

> O objetivo é tornar essa história conceitual em um meio para compreender o presente. É possível que isso soe um lugar-comum: o que é interessante na história do passado é sua capacidade de lançar luz sobre o presente. Olhando a questão mais de perto, porém, as coisas não são tão simples. Com efeito, muitos livros de história preferem reinterpretar a história a partir dos termos do presente, ou mesmo do futuro, conforme imaginam que ele será. Essa inversão de termos de compreensão me parece particularmente surpreendente no campo da história política.[51]

A história filosófica do político sugere, portanto, que se rompam as barreiras e os pré-conceitos existentes, desde o início do século XX, com relação à investigação histórica do político. Para que, assim, a compreensão do passado e a investigação do presente façam parte de um mesmo ofício ou de um mesmo processo intelectual. Além disso, a nova concepção viabiliza uma escrita que admite a interpretação, o comentário e a erudição; estabelecendo uma “história de ressonâncias”, que intercala as experiências do pesquisador àquelas experimentadas pelo objeto de estudo.

Rosanvallon sugere ainda uma polêmica reconciliação entre o trabalho intelectual e o envolvimento cívico-político. A perspectiva proposta considera a vida acadêmica parte integral da experiência cívica, o que conduz a uma nova forma de comprometimento; algo com maior substância.

Por essa razão, o mesmo autor afirma que “o objetivo é alcançar o ponto em que a distinção entre conhecimento e ação desaparece.”[52]. E, conclui, “é em razão disso que não

[50] ROSANVALLON, op. cit., p. 48.
[51] Ibidem, p. 53.
[52] Ibidem, p. 56.

detecto uma diferença clara entre as minhas publicações acadêmicas e aquilo que escrevo enquanto engajamento social e político mais direto”[53].

> O trabalho do historiador do político é parte e parcela desse processo cívico. O conhecimento torna-se então uma forma de ação, que torna o trabalho intelectual per si uma forma de prática política. Trata-se de uma forma de entendimento político que, pela sua contribuição à elucidação das antinomias, participa da tentativa de definir o que pertence propriamente ao domínio do político. O que está em jogo aqui é a conexão entre erudição e envolvimento, entre o compromisso do trabalho e o compromisso no trabalho.[54]

Essa história identifica, sobretudo, a intersecção entre os conflitos humanos e suas representações de mundo, considerando o político como um terreno no qual a sociedade se transforma. Por essa razão, conduz à compreensão do pano de fundo contra o qual as categorias promovem uma ação, na qual são simultaneamente construídas e transformadas. Busca-se uma análise mais aprofundada das principais questões de uma determinada sociedade, ou seja, como elas refletem a ordem social, delineiam seus sistemas e os tipos de desafios.

Rosanvallon afirma que essa perspectiva fixa-se como algo semelhante a

> (...) pensar a democracia retomando o fio de sua história. Contudo, não se trata somente de dizer que a democracia tem uma história; é preciso considerar, de modo mais radical, que a democracia é uma história e como tal indissociável de um trabalho de explorações e experimentações, de compreensão e elaboração de si mesma.[55]

Finalmente, a história filosófica do político tem como principal intuito refazer a extensa genealogia das questões políticas contemporâneas, para assim, torná-las inteiramente compreensíveis. Deste modo, a história assume o papel de reviver uma sucessão de presentes, assimilando-os como variadas experiências do passado. Trata-se de reconstruir o modo pelo qual os indivíduos e os grupos elaboraram uma compreensão de suas situações, assim como, compreender os repúdios e adesões a partir dos quais formularam seus objetivos e, em seguida, considerar a maneira pela qual suas visões de mundo limitam e organizam o campo de suas ações. Em suma, sua intenção é “seguir o fio das experiências e das tentativas, assim

[53] ROSANVALLON, op. cit., p. 56.
[54] Ibidem, p. 56.
[55] Ibidem, p. 76.

como, dos conflitos e das controvérsias, através dos quais a polis tentou encontrar sua forma legítima"[56].

A partir dessa compreensão, passaremos a uma questão muito importante: a assimilação do conceito de *cultura política* pela história política renovada. Como já afirmamos, ele nasceu nas ciências sociais na década de 1960 e, trinta anos depois, foi assimilado pelos estudos históricos. Contrariamente ao que se pensa, não foi analisado/sistematizado pelo livro célebre de René Rémond e, não obstante tenha sido mencionado na introdução e na conclusão, falou-se apenas que haveria de ser uma vertente futura. Essa renovação iniciada por Rémond constituiu um primeiro e importante passo à porvindoura assimilação, pois consentiu que alguns conceitos e valores de outras ciências (como a antropologia, a política, a filosofia, lingüística, a psicologia, sociologia, entre outros) fossem emprestados à história política, para que, assim, perdesse o caráter narrativo, monolítico, teleológico e factual.

O "encontro" entre essa nova história política e a ciência política possibilitou a instrumentalização do conceito mencionado acima, o que viabilizou, portanto, sua inserção na historiografia. Mas, seu estudo exige a elaboração de uma sólida base conceitual que, obviamente, delimita e fundamenta sua viabilidade metodológica em relação à temática proposta.

A cultura política *per se* foi estruturada/sistematizada no século XX, mas, abrolhou no final do século XVIII, como algo semelhante ao que concebemos hoje em dia. Conforme Rodrigo de Pato Sá Motta, em suas viagens aos Estados Unidos, Aléxis de Tocqueville elaborou a noção de "*habitus* do coração", para a qual a força de organização política estaria relacionada aos hábitos e aos costumes de um povo e não somente às suas instituições[57]. Essa ideia foi aproveitada e examinada pelos cientistas sociais do século XX.

O conceito propriamente dito surgiu na década de 1960, momento no qual foi publicado o clássico "A cultura cívica: atitudes políticas e democracia em cinco nações" (1963) dos estadunidenses Gabriel Almond e Sidney Verba. O livro apresentou uma análise extensa de cinco nações, a Alemanha, os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a Itália e o México. Os dois últimos foram incluídos como sociedades em transição (e, portanto, menos "evoluídas").

---

[56] ROSANVALLON, op. cit., p. 78.
[57] MOTTA, Rodrigo P. S. **A História Política e o conceito de cultura política**. Anais do X Encontro Regional de História. Mariana: 1996. p.15.

Almond e Verba elaboraram um sistema que assimilou três tipos de cultura política: a cultura política paroquial, a cultura política da sujeição e a cultura política participativa. A cultura política paroquial refere-se às sociedades simples, nas quais dificilmente se identifica uma separação entre as estruturas políticas e as religiosas. Essas sociedades seriam caracterizadas ainda pela baixa participação política, pois os atores políticos têm uma visão muito limitada de suas estruturas, não conseguindo elaborar demandas individuais e/ou coletivas, como exemplo, os autores citam as comunidades tribais da África. A cultura política de sujeição refere-se às sociedades em que os indivíduos dirigem suas avaliações, percepções e sentimentos, prioritariamente às estruturas executivas e administrativas, que estão encarregadas de elaborar e responder demandas individuais e coletivas; como exemplo, os autores citam a monarquia francesa e afirmam: "assim, o monarquista francês tem conhecimento das instituições democráticas, mas, simplesmente não confere legitimidade a elas"[58]. E, finalmente, a cultura política da participação cujos sistemas de avaliação, percepção e sentimento, equilibram-se entre ambas as estruturas, a política e a administrativa, nos aspectos de *entrada e saída* do sistema político. Indivíduos da política participativa podem ser favoráveis ou não-favoráveis às mais variadas classes de objetos políticos. Tendem, portanto, a assumir um papel político mais ativo, de modo que sua percepção do todo pode variar entre a aceitação e a rejeição.

Essas culturas políticas haveriam de ser, em verdade, resultado da junção de duas dimensões básicas: 1) a orientação que será adotada ao objeto político (a cognitiva, a afetiva ou a avaliação) e a 2) o objeto ao qual se destinam essas orientações (as estruturas de incorporação das demandas individuais e/ou coletivas, as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e/ou coletivas, a percepção do sujeito como ator político e o sistema político como totalidade). Como afirmam os autores,

> Caracterizar a cultura política de uma nação significa, na verdade, o preenchimento da *matrix* para uma amostra válida de sua população. A cultura política torna-se a freqüência de diferentes tipos de orientação, como a cognitiva, a afetiva, e avaliativa, rumo ao sistema político geral, o aspecto de suas entradas e saídas, e o "eu" como ator político. [59]

[58] ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. 3° ed. London: SAGE, 1989. p. 14.
[59] Ibidem, p.16.

Essas definições não acabam por aqui. Os modelos de cultura política podem assumir uma forma mais complexa à medida que seus grupos e/ou atores políticos assumem papéis divergentes, levando ao que os autores afirmam como modelo "sistemicamente misto". Por exemplo, o modelo de cultura participativa contém indivíduos que se orientam como súditos ou paroquiais e vice-versa. Assim, a cultura política assume uma forma híbrida, sendo transitória ou não, como a cultura paroquial-súdita, a cultura súdita-participante e a cultura paroquial-participante.

Para Almond e Verba, as culturas políticas são heterogêneas e, por conta disso, a mais desenvolvida sociedade participativa contém uma subsistente estrutura de paroquiais e súditos. Haverá sempre uma persistente e significante diferença de orientação política. Para designar esses elementos "divergentes", os autores utilizam do termo "subcultura".

Segundo eles:

> O termo subcultura pode ser utilizado para se referir ao estrato da população que é persistentemente orientado no sentido da política de *inputs* e *outputs*, mas também é abertamente orientado para a política estrutural. Como ocorre nos EUA com a esquerda do Partido Democrático e a direita do Partido Republicano, que aceitam a estrutura governamental e a política americana, mas diferem persistentemente uns dos outros em relação à violência doméstica. Referimo-nos a isso como subcultura.[60]

Após essas definições de culturas mistas e suas subculturas, Almond e Verba apresentam sua tese: a cultura política mais avançada seria aquela que, sendo híbrida, assimilaria todas as características benéficas das outras culturas. Logo, a cultura cívica cumpriria esse papel de formação *parfait*. Seu civismo não seria aquele dos livros didáticos de educação moral e cívica, que informavam como o cidadão devia ou não agir em uma democracia. Essa cultura cívica não seria apenas uma questão moral, mas também uma ponderação filosófica e política. O cidadão favorável a ela deveria ser um "ativista político-racional", orientado pela razão e não pela emoção. E, portanto, bem informado, para que, assim, tomasse decisões sábias.

Como afirmam:

[60] ALMOND; VERBA, op. cit., p.27.

> A cultura cívica compartilha muito dessa noção de ativismo-racional; isto é, na verdade, como essa cultura e mais alguma coisa. Significa a participação de indivíduos no processo de *input*. Na cultura cívica descrita nesse trabalho encontrar-se-ão altas freqüências de ativismo político, de exposição na comunicação política, de discussão política e de preocupação com questões políticas.[61]

A cultura cívica, como o leitor pode concluir, passou por severas críticas na segunda metade do século XX, que lhe condenou, inclusive, ao ostracismo. Essas críticas argüiam o fato dela estabelecer uma tipologia dos sistemas políticos, pois as instituições democráticas e o civismo seriam, nesse caso, fenômenos praticamente indiscerníveis. Afirmavam também que tal cultura formou o paradigma da "boa democracia", já que analisou as sociedades ocidentais, principalmente a estadunidense, como sólidas e estáveis, garantindo a elas certo "tom" de superioridade. Assim, o modelo "perfeito" tinha uma cultura cívica obrigatoriamente forte e consolidada. Do mesmo modo, contestaram seu caráter *behaviorista*, ou melhor, comportamental-funcionalista, visto que focava nas atitudes e orientações dos cidadãos nos assuntos do político. E, finalmente, asseveravam que ela procurava estabelecer uma relação entre cultura e estrutura política, que dificilmente combinaria.

Houve ainda severas críticas às análises a respeito da Itália e do México. Os países não-atlânticos foram avaliados como regiões em transição, que não possuíam uma cultura cívica enraizada. No caso do México, as críticas evidenciaram deficiências típicas da complexa pesquisa transnacional. E, se concentraram em três questões: os dados utilizados, as ambigüidades, os erros de tradução e os problemas de validade ou equivalência. Os dados coletados à análise da cultura política mexicana embasaram-se em questionários que foram espalhados por todo o território na década de 1950. As perguntas possuíam, entretanto, graves erros de tradução (que foram percebidos muitos anos depois), e isso, certamente, deslegitimou suas respostas. Se a tradução inglês/espanhol tinha problemas, logicamente, a tradução espanhol/inglês também possuía e, por conta disso, as amostras foram desqualificadas pela crítica.

Essas críticas foram muito importantes, pois alguns aspectos realmente precisavam mudar. Todavia, a noção de cultura política foi elaborada no período do pós-guerra, o que fez com que ela assumisse algumas questões desse contexto, como o nacionalismo exacerbado e a busca pela vigência da democracia. O caráter nacional apareceu em razão da necessidade de

[61] ALMOND; VERBA, op. cit., p. 29-30.

se identificar aquilo que haveria de mais comum na cultura compartilhada por indivíduos de uma mesma comunidade ou nação. Já a questão democrática estava atrelada à compreensão do papel político dos Estados-nação. Afinal, constatava-se que os indivíduos e grupos políticos conduziam cada vez mais suas atividades em função dos "valores nacionais".

Conforme Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro,

> A cultura política, portanto, remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político. E preciso ressaltar, porém, que a utilização da noção por parte de seus autores está vinculada a uma preocupação quanto às condições de desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos. Dessa forma, em sua própria gênese, o conceito de cultura política não pode ser dissociado da idéia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas. Diferentemente dos antropólogos, cuja noção de cultura traz implícita a idéia de relativização, Almond e Verba entendem que a cultura política democrática – ou cultura cívica, para usar a terminologia dos autores - é uma conquista da sociedade Ocidental. Seu projeto é entender como essa cultura tem sido absorvida (ou não) nas sociedades contemporâneas.[62]

Após a identificação dessas lacunas nos estudos de cultura política, o conceito caiu em ostracismo por quase três décadas. Mas, foi retomado pelos cientistas sociais nos meados da década de 1980. No campo da história, acompanhou a renovação de Rémond em 1988 e, logo depois, foi incorporado/sistematizado nos estudos de Jean-François Sirinelli e Serge Berstein. Nos anos seguintes, continuou a ser debatido por historiadores renomados, como: Ângela de Castro Gomes, Eliana Regina de Freitas Dutra, Giacomo Sani, Joan Botella, Joseph V. Femia, Maria Helena Rolim Capelato, Margareth Sommers, Rodrigo de Patto Sá Mota, entre outros.

Essas novas formações do conceito mudaram bastante suas características. Tornaram-lhe mais flexível, aumentando sua abrangência analítica. Fizeram-lhe também um instrumento propício ao estudo de história política. E, assim sendo, passaremos à definição conceitual de Berstein, pois, além dela nortear os historiadores contemporâneos, embasa esta pesquisa.

De acordo com Serge Berstein, inicialmente, acreditou-se que a cultura política era uma "chave universal" e, por isso, abriria qualquer porta[63]. Com o tempo, percebeu-se que ela representava um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não direcionavam a uma

---

[62] CARNEIRO, Leandro; KUSCHNIR, Karina. **As dimensões subjetivas da política**: a cultura política e a antropologia. Revista estudos históricos, São Paulo, v.13, n.24, p.227-250.

[63] BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultura**l. Lisboa: Estampa, 1998.p.350.

interpretação determinista e unívoca, mais sim à compreensão de um complexo sistema de acepções, ideologias, representações e símbolos. A partir dessa conscientização, os historiadores passaram a sistematizá-la, para que, assim, conviesse aos estudos históricos.

O historiador Jean-François Sirinelli foi o primeiro a esquematizar a cultura política em seus estudos e, por conta disso, acabou inaugurando uma nova vertente no campo da história. Nesse momento, Sirinelli definiu o conceito como a representação de "uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política"[64]. Isso levou ao entendimento de "uma leitura comum do passado e de uma projeção do futuro vivida em conjunto"[65].

Em seguida, Serge Berstein elaborou uma nova definição conceitual, que se revelou mais organizada e complexa. E, segundo ela

> (...) [a] cultura política [é] um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história.[66]

A compreensão acima parte do pressuposto de que o pesquisador de cultura política encontra no passado um universo de informações importantes, que são assimiladas como comprovações. Trata-se de "garimpar" o que está oculto no contexto, para então, encontrar em um discurso, por exemplo, as "palavras-chave" que, em geral, codificadas, afirmam mais do que aparentam.

Para a completa identificação da cultura política, contudo, Berstein sugere as "grelhas de análise". Essas grelhas permitem a visualização da cultura como um todo e, por conta disso, asseguram a absorção das seguintes questões: a base filosófica ou doutrinal, a leitura

---

[64] RIOUX; SIRINELLI, op. cit., p.350.

[65] SIRINELLI, Jean-François. **Pour une histoire des cultures politiques.** Voyages en Historie. Besançon : Annales littéraires de lÚniversité de Besançon, 1995.

[66]BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; (orgs). **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.31.

comum e normativa do passado histórico, a visão institucional, a concepção de sociedade ideal e o discurso codificado.

Percebe-se que o conceito não é uma mera questão territorial, como muitos cogitaram inicialmente. E, em um único país, há uma pluralidade (quase infinita) de culturas políticas, cujas áreas de abrangência correspondem às zonas de valores compartilhados. Se, porventura, alguma delas cresce e fica muito ampla, temos o que Berstein definiu como "cultura política dominante"[67]. Ainda assim, ela coexiste com outras culturas políticas, cujas "referências e conjeturas de futuro são absolutamente diferentes das suas"[68].

Para Berstein, a cultura política surge como uma solução aos problemas enfrentados pela sociedade em que emerge e para os quais apresenta alternativas. Assim, aparece em um momento de crise que ameaça seu grupo, oferecendo, portanto, uma resolução. Mas, será operacional apenas no momento em que suscitar adesões de setores importantes da sociedade e, por isso, ela demora a se impor. Nessas crises, as culturas preexistentes, às vezes, se encontram e se influenciam mutuamente, o que as fortalece e suscita uma adaptação às mudanças da sociedade. Podemos, assim, concluir uma questão muito importante: as culturas políticas são vagarosas, mas se adaptam e, por isso, não morrem.

Assim conclui:

> Noutros termos, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos.[69]

Além da cultura política se estabelecer na longa duração, Berstein afirma que ela é difundida por canais de socialização política tradicionais, como: a escola, o exército, a família e os partidos políticos. Apesar disso, não ocorrem transmissões somente pela via doutrinária, como se pensou de início. Na verdade, sua ação é variada, porque sua composição recebe inúmeras influências, como normas e raciocínios, que, ao serem repetidos, acabam interiorizados.

De acordo Berstein:

---

[67] BERSTEIN, op. cit., 1998, p.354.
[68] Ibidem, p. 355.
[69] Ibidem, p. 356.

> A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades.[70]

O escopo da cultura política na história, segundo Berstein, reside em fornecer uma resposta ao problema das motivações do político, compreendendo as razões pelas quais os cidadãos adotam uma ou outra conduta política. Essa questão, que mal agitou os historiadores, apresenta-se, contrariamente, como o foco da ciência política. Afinal, parte-se do pressuposto de que, ao adquirir uma cultura política, o indivíduo adulto se transforma num núcleo rígido, que informa suas referências em razão do mundo que expressa. Deste modo, seu estudo se legitima a partir da dupla função que exerce: é um fenômeno, ao mesmo tempo, individual, uma vez que interiorizado pelo indivíduo, e coletivo, posto que partilhado por grupos numerosos.

E, complementa:

> A força da cultura política como elemento determinante do comporta-mento do indivíduo resulta, em primeiro lugar, da lentidão e da complexidade da sua elaboração. Adquirida no decurso da formação intelectual, beneficia do caráter de certeza das primeiras aprendizagens. Reforçada pela confrontação destas com os acontecimentos surgidos durante a existência humana, continua a aumentar em poder de convicção e no papel de chave de leitura do real. A habituação do espírito à sua utilização como grelha de análise acaba por torná-la um fenômeno profundamente interiorizado e que, como tal, é impermeável à crítica racional, porque esta faria supor que uma parte dos postulados que constituem a identidade do homem fosse posta em causa.[71]

Em suma, Berstein afirma que os estudos de cultura política são muito úteis ao campo de história. Afinal, permite-nos descobrir, no âmbito individual, as raízes e as filiações individuais, que restituídas por uma construção lógica e imparcial, demonstram as motivações do político. Além disso, permite-nos compreender, no âmbito coletivo, a coesão dos grupos

[70] BERSTEIN, op. cit., 1998, p. 357.
[71] Ibidem, p. 360.

organizados em torno de uma cultura e, sendo assim, apreender a razão pela qual o coletivo partilha uma visão comum de mundo, em uma leitura semelhante de passado e perspectiva idêntica de futuro, cujas crenças, normas e valores, constituem um patrimônio individual, garantindo-lhes canções, gestos, símbolos e vocabulários.

E, conclui,

> As possibilidades abertas pelo enfoque nas culturas políticas são amplas e férteis, e apenas recentemente começaram a ser exploradas pela historiografia brasileira. Estudos inspirados por esse campo conceitual permitem uma compreensão mais rica e sofisticada do comportamento político, indo além da tradicional ênfase no interesse e na adesão a idéias como fatores motivadores. Os estudos dedicados à cultura política revelam outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medos), a fidelidade, as tradições (família, religiões) e a adesão a valores (moral, honra e patriotismo).[72]

O catalão Joan Botella, outro teórico norteador desta pesquisa, afirma que um ponto importante da cultura política é a hegemonia, ou seja, o predomínio de um determinado *corpus* de idéia numa sociedade. Idéias essas ligadas a existência de um determinado setor dominante (mas, sem ter que existir uma determinada mecânica entre as características desse grupo dominante e as idéias que expressam).

Conforme o autor, a hegemonia – aparentemente inquestionável – é, portanto, consequência da ação contínua da multiplicidade de instituições predominantemente privadas, as mesmas que Antonio Gramsci denominou como sociedade civil[73].

Por isso, afirma:

> Não é desmedido sugerir a pertinência de um enfoque desse estilo para a compreensão das culturas políticas. Particularmente, a homogeneização da indústria cultural e do entretenimento a mercê da exportação generalizada da produção estadunidense, reforçada por pautas de comportamento de tipo passivo (é progressivamente *el espectador* o protagonista mais visível da nossa sociedade).[74]

---

[72] BERSTEIN, op. cit., 1998, p.363.

[73] BOTELLA, Joan. Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In: CASTILLO, Pilar; CRESPO, Ismael. **Cultura política:** enfoques teóricos y análisis empíricos. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997. p. 34

[74] BOTELLA, op. cit., p. 35.

Botella realiza ainda duas importantes críticas aos estudos de cultura política, as quais levamos em consideração. Em primeiro lugar, Joan adverte que as culturas são mais maleáveis do que se imagina, afinal, as mudanças econômicas, políticas e sociais podem produzir alterações em um breve período de tempo, o que definitivamente as influenciam. Deste modo, a ideia de culturas milenares, com vagarosas modificações, pode ser adequada em certos contextos, mas inadequada em outros. Em segundo, assinala o pequeno espaço atribuído às subculturas. Nesse caso, afirma que assim como os mecanismos de socialização política são importantes para a transmissão da cultura política, também o são para a subcultura. Afinal, desenvolve-se contra os valores sociais e políticos dominantes, expressando características e valores próprios dos grupos sociais minoritários e, *a priori*, dominados. Por conta disso, cria um instrumento próprio, ou seja, uma subcultura, para que, assim, isole-se das influências ideológicas dominantes e permita-se estabelecer uma identidade e/ou um discurso específico.

Em suma, a cultura política distanciou-se da alcunha de "ideologia" ou "conjunto de tradições" ao assimilar novos elementos em sua composição. Assim, pode-se afirmar que surge como resposta aos dilemas enfrentados no interior da sociedade e, por isso, admite a elaboração de diretrizes e soluções para sanar tais problemas. Ao longo dos anos, torna-se mais complexa devido a sua capacidade de se adaptar às novas questões emergentes. Adapta-se, todavia, não morre. E sua difusão ocorrerá de diferentes modos: nas assembleias, nos discursos, no seio da família, nos clubes e grupos políticos, nos partidos, nos jornais e periódicos, entre outros.

No seu interior, as representações configuram um conjunto de elementos que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, os mitos, os símbolos, os discursos, os vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras e etc.). Deste modo, implicam também em reapresentar uma presença que pode ser sensorial ou perceptiva e/ou fazer presente algo ausente, como afirma Falcon, "re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos"[75].

A cultura política nos estudos históricos viabilizou a retomada de antigos e polêmicos enfoques temáticos, como o partido, que, antes da renovação de Rémond, seria impossível. Conforme Botella, "é sabido que a existência de 'organizações e instituições socializadoras' –

[75] FALCON, Francisco. **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro, Campus, 2000. p. 46.

dentre as quais, os partidos políticos – é crucial para a transmissão das culturas políticas, uma vez que rompe com a noção de cultura política como 'variável independente'"[76].

A procedência lógica dessa afirmação admite que o partido político seja apreendido como uma representação monográfica específica de determinada sociedade e, ao mesmo tempo, portadora de uma cultura política peculiar, uma subcultura do todo social, que requer a pesquisa sobre as diferentes subculturas que dão forma à própria cultura política do partido[77]. Há, portanto, a demanda de uma análise que caminhará desde a formação do partido até o estabelecimento de suas subculturas, com o intuito de compreender tudo o que ele compõe e engloba. Para Botella, acaba por se tornar um "(...) fator dinâmico da cultura política, explicando suas possíveis mudanças e sua evolução através do tempo"[78].

O estudo de cultura política, contudo, ainda recebe severas críticas da historiografia. Por essa razão, o historiador, se não for cauteloso, possuindo um heterogêneo (no sentido de que deverá beber da água de diferentes fontes) e sólido respaldo teórico, acabará em um dilema semelhante ao de Epicuro, visto que se deixará levar pela retórica censora. Essas críticas dividem-se em dois grupos: 1) o primeiro grupo afirma que a cultura política pode ser um conceito muito abrangente e, por isso, pode levar a qualquer conclusão que se queira (sujeito a manipulação de hipótese e resultado) e 2) para que o conceito não seja muito abrangente, deve ser ele utilizado em regiões diminutas e não, por exemplo, em âmbito nacional. Mas, o conceito dificilmente consegue ser comprovado em pequenas regiões, pois exige muito tempo e vasta documentação. Então, o dilema se estabelece: ou o conceito é abrangente em demasia, sendo passível de manipulação, ou é ineficaz por ser utilizado em regiões pequenas e, portanto, sendo de difícil comprovação.

A partir dessa explicação, a pesquisa aqui exposta analisa a cultura política *priista* mexicana nos idos de 1946 a 1988. Partimos do pressuposto de que, a partir de 1946, tornou-se necessário ao partido formular uma cultura política, que orientasse e disciplinasse seus correligionários diante de suas mudanças estruturais, políticas e ideológicas. Sabe-se, porém, que a cultura política é resultado de um processo lento e gradual de afirmação e consolidação, o que se iniciou, sobretudo, com os primeiros passos do partido. Em seguida a isso, a cultura política *priista* emergiu e se firmou como um importante instrumento político de legitimação, trazendo consigo novos símbolos culturais que eram sugeridos continuamente como

[76] BOTELLA, op. cit., p. 31.
[77] GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. Trad.Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008. p.87.
[78] Botella, op. cit., p. 31.

alternativas ao Maximato e ao radicalismo cardenista. Analisar a cultura política *priista* implicará, então, em compreender seus principais símbolos, que se fundamentaram, sobretudo, na ideologia *priista* do século XX. Algumas delas sofreram alterações ao longo do tempo, mas não o suficiente para serem desconsiderados. Além disso, elas não estão presentes durante todo o período exatamente. Isso demonstra como uma cultura política pode ganhar ou perder significados, símbolos e representações. No caso mexicano, os signos culturais que permaneceram e continuaram a influenciar a sociedade foram enormes, mas alguns vão diminuindo com o tempo e ganham-se outros novos ao longo do caminho. Em razão do grande número de permanências, não há como analisar de forma aprofundada cada um desses signos e representações, mesmo por que fugiria do objetivo principal dessa pesquisa. E, sendo assim, preferimos aprofundar na abordagem das suas principais nuanças. De qualquer forma, ela vigorou somente até 1988. Quando o então presidente Carlos Salinas (1988-1994) promoveu novas modificações no PRI e no governo, derrubando muitos dos mecanismos políticos estruturados pelo partido. Assim, a cultura política tornou-se desnecessária, já que não mais acompanhava o governo mexicano e o quadro dirigente do partido.

Além desse conceito, esta pesquisa compartilha das ideias promovidas pelo cientista político Giovanni Sartori em "Partidos e sistemas partidários" (1976). Nesse livro, Sartori analisa, obviamente, os sistemas partidários em suas mais variadas formas; o que inclui, para uma análise comparativa, os países latino-americanos, Chile e México.

O México do século XX, segundo Sartori, é um sistema partidário não-competitivo, hegemônico e pragmático. Todavia, um sistema não-competitivo consiste em questões muito mais complexas do que a simples vitória de um determinado candidato sem oposição, como pode concluir o leitor. Essa situação implica em um cenário no qual os candidatos e opositores são privados de direitos iguais e, por isso, sofrem obstruções, vivem atemorizados e padecem com punições quando se manifestam. Portanto, não há um marco jurídico que viabiliza a competição justa entre os partidos.

Conforme Sartori, o sistema não-competitivo admite dois tipos de partidos políticos: o único e o hegemônico. O partido único ocorre quando existe (e se permite) apenas um partido no cenário político e, sedo assim, apresentam-se de três formas, o autoritário, o pragmático e o totalitário. Já o partido hegemônico permite a existência de outros partidos, porém, exercendo sempre um papel secundário; que pode ou não vir a ser relevante sob aspectos substantivos. O sistema hegemônico não é, evidentemente, uma estrutura multipartidária ou

“semicompetitiva”, mas, na melhor das hipóteses, um sistema em dois níveis, no qual, segundo Sartori, “um partido tolera e distribui de maneira discricionária, uma fração de seu poder a grupos políticos subordinados”[79]. Assim, a fórmula utilizada pode aparentar uma política competitiva, mas não permite a disputa clara e a contestação efetiva e, consequentemente, não há alternância política.

Existem dois subtipos de partido hegemônico: 1) o partido ideológico-hegemônico e 2) o partido pragmático-hegemônico. No partido ideológico-hegemônico, os partidos secundários são realmente satélites e não se percebe ao certo até onde eles têm real participação nas tomadas de poder, embora ocupem cargos administrativos governamentais e parlamentares. Todavia, há um pluralismo simulado, ou melhor, um “mercado partidário simulado”[80]. Isso ocorre para que se apazígue a oposição, uma vez que a disposição hegemônica fortalece somente a comunicação política com relação à quantidade e à qualidade do influxo de informações e, logicamente, não permitindo a expressão da oposição. Ainda assim, “o partido hegemônico sabe mais e ouve mais, mas, não relaciona as reivindicações com seu atendimento. Qualquer que seja a informação, o partido hegemônico pode impor sua própria vontade”[81], tal qual afirma Sartori.

O partido pragmático-hegemônico é especificado a partir da análise do regime *priista* que se estabeleceu no México ao longo do século XX, como já especificamos. O PRI representa nesse período, segundo Sartori, um exemplo claro de hegemonia pragmática, com seu pluralismo unipartidário. Afinal, assemelha-se ao partido do tipo amálgama, que inclui e agrega diferentes causas e grupos, porém, figura como único protagonista real no cenário político, muito embora cercado por uma legião de partidos satélites. Daí, sua duradoura e esmagadora (quase) imobilidade, que se sobressai à representação ínfima da oposição mexicana.

Conforme o autor,

> O PRI mexicano vem operando e conformando sua atual estrutura desde 1938. Foi precedido – de 1929 a 1937 – pelo PNR, que foi reconstruído em 1938 sob o nome de PRM em 1946. A pesar do mito revolucionário expresso por todas as denominações sucessivas, o PRI é claramente pragmático e, portanto, inclusivo e agregativo. (...) É também, como pretendo mostrar

[79] SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Trad. Waltersin Dutra. 2° Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 258.
[80] Ibidem, p. 260.
[81] Ibidem, p.260.

> agora, o único protagonista de uma disposição ou arranjo num partido único.[82]

A partir dessa explanação, Sartori inicia sua tese. Nas eleições mexicanas de 1958 a 1973, percebe-se a força estrondosa do PRI e a representação tímida da oposição materializada pelo PAN, PARM[83] e o PPS[84]. De 1938 a 1958, o PRI chegou a receber por volta de 90% das cadeiras do parlamento. Após a reforma eleitoral[85] de 1963, o quadro melhorou muito pouco: o partido passou a receber entre 70% a 80% das cadeiras. Aparentemente, o sistema mexicano foi *liberalizado*, mas o teto de vinte cadeiras atribuído aos partidos menores equivale a estabelecer uma barreira fixa que congela o papel secundário dos partidos de "dentro" e de "fora".

Sartori explica:

> O PAN já tinha 20 cadeiras em 1964 e foi, na verdade, prejudicado pela nova disposição; 14% da votação correspondeu a 9,4% das cadeiras no congresso de 1970, e a proporção não se modificou significativamente em 1973. É certo que a situação se inverte para os dois outros partidos, que passa a conseguir mais cadeiras do que votos, mas sua força é insignificante. Acrescentemos imediatamente que o PRI pode ser (moderadamente) generoso no congresso, porque este é relativamente pouco importante. O México é, com efeito, governado por um presidente de uma maneira que se assemelha à do ditador do tipo romano. Como disse um autor, "os mexicanos evitam a ditadura pessoal aposentando seus ditadores a cada seis anos". Os números importantes são, portanto, os relacionados às eleições presidenciais, nas quais os candidatos do PRI tiveram em 1958, 1964 e 1970, nada menos de 90,4%, 89% e 85,8% do total de votos.[86]

O nível mais elevado de poder era o do presidente, que resolvia as principais questões da nação. As outras decisões ficavam a encargo de um comitê central de sete membros do PRI. Para Sartori, as regras tornam-se evidentes: o PRI tinha que ganhar, não importava como[87]. Se havia qualquer dúvida quanto à "ampla margem de vitória necessária ao PRI, as urnas eram falsificadas ou substituídas"[88]. Se a cooptação dos grupos dissidentes falhava,

---

[82] SATORI, op. cit., p.261-262.
[83] Partido Autêntico da Revolução Mexicana
[84] Partido Popular Socialista
[85] Essa reforma eleitoral permitiu que partidos minoritários recebessem um máximo de vinte cadeiras, com relação à porcentagem recebida de votos.
[86] SATORI, op. cit., p. 262
[87] Ibidem, p. 262
[88] Ibidem, p. 262

ocorria repressão. Nesse caso, o PAN e sua direita conservadora mantinham viva a imagem de um PRI de esquerda e revolucionário. E os pequenos grupos da esquerda seriam fortemente reprimidos, se causassem algum problema nessa ordem *priista*.

De acordo com Sartori,

> Para que minha exposição não seja mal-entendida, devo dizer que estou apenas interessado em mostrar que o padrão mexicano enquadra-se na definição de um sistema hegemônico. Não estou sugerindo de modo algum, portanto, que eleições livres e realmente competitivas pudessem afastar o PRI do poder. Na realidade, há provas esmagadoras do contrário. A questão não é a possibilidade de que o PRI venha a perder se for permitida uma oposição livre e total, mas sim que a organização hegemônica mantém o partido unido e que a passagem para um sistema competitivo colocaria em risco sua unidade, pois eliminaria as penalidades proibitivas impostas pela fórmula hegemônica às visões e divisões partidárias. Como democracia, o México é, no máximo, uma quase-democracia ou uma democracia esotérica.[89]

Por fim, o sistema de partido hegemônico pragmático desenvolvido por Sartori nos meados da década de 1970 resume-se a uma estrutura que, de certa forma, se faz dependente do processo eleitoral, com relação ao desempenho do partido hegemônico e sua oposição, para que, assim, possa exercer sua preeminência. Há, contudo, uma evidente simulação de mercado partidário (como parte dessa estrutura), que ilude os cidadãos mexicanos e, especialmente, os partidos secundários, quanto à existência de uma "voz da oposição".

Assim sendo, partimos do pressuposto de que o México viveu um regime hegemônico durante o século XX. Contudo, existe – hoje em dia – uma grande discussão, sobretudo, nas ciências sociais, acerca desse tema. Alguns estudiosos afirmam que esse sistema elaborado por Giovanni Sartori tornou-se inviável no momento em que incidiu a vitória *panista*. A opinião é compreensível, portanto, será aqui respeitada. Mas, entendemos que, entre 1946 e 2000, o México experimentou o sabor *agridoce* do sistema de partido hegemônico, o que acabou com a derrota de 2000. Quiçá, não seja mais essa a realidade mexicana – e isso deixaremos aos cientistas políticos –, mas foi definitivamente sua realidade durante o longevo governo *priista*.

Esta pesquisa de doutorado foi divida em três capítulos, que correspondem às esferas de interesse da tese aqui apresentada. O primeiro capítulo denominado "O México no século

[89] SATORI, op. cit., p. 263

XX" contextualiza a formação do regime democrático mexicano no decorrer do século XX e, por essa razão, é dividido em cinco partes: a "República restaurada e o Porfiriato" (1876-1911); a "Revolução Mexicana" (1911-1920); a "Dinastia sonorense e o Maximato" (1920-1940); a "Era de Ouro" (1940-1969), o "Esvaecimento do milagre" (1969-1990) e, finalmente, "O decênio panista e o retorno do PRI" (2000-2012).

O segundo capítulo chamado "A trajetória *priista*" apresenta o contexto histórico e político de emergência do *priismo*, ou melhor, o momento em que surgiu e se consolidou a cultura política *priista*. Para isso, recupera-se a trajetória do PRI levando em consideração suas antigas formações: o PNR e o PRM. Assim, é dividido em quatro partes: "A família revolucionária: o nascimento do PNR (1929-1938)"; "A primeira reforma: o cardenismo e o PRM (1938-1940)"; "A segunda reforma: o surgimento do PRI e o advento do *priismo* (1940-1969)" e, por fim, "A ascensão e a crise do *priismo* (1969-1988)".

O terceiro capítulo analisa a cultura política *priista* propriamente dita. Para isso, começa com um resgate da estrutura do partido, o que foi e como se organizava, e, em seguida, esquematiza esse conjunto de representações que deram sentido ao sistema de partido implantado no México. Por conta disso, o mesmo foi dividido em quatro partes: "A estrutura 'oficial'"; "A contracorrente"; "A cultura política *priista* e suas nuanças" e "Forjando a Revolução".

Com o propósito de auxiliar a exposição da tese aqui formulada utilizamos os anexos, que contém uma série de documentos mexicanos importantes, sobretudo, as cartas, os discursos e manifestos dos presidentes *priistas* de 1946 a 1988.

CAPÍTULO 1
O MÉXICO NO SÉCULO XX:
DA REVOLUÇÃO MEXICANA À DERROTA DO PRI

O México no século XX:
Da Revolução mexicana à derrota do PRI

A historiografia especialista em México fundamenta o prenúncio do século XX a partir das últimas décadas do século XIX, cujas inquietações e problemáticas haveriam ocasionado a eclosão de uma revolução social[90]. Após a Reforma (1854-1861), o México deu início a uma nova etapa da historiografia, abandonando a perspectiva dualista (conservadora e liberal) dos últimos anos e consolidando alguns aspectos científicos. Esses historiadores foram, em sua maioria, embasados nos ditames *positivistas*, cuja compreensão favoreceu o emprego de uma vasta documentação histórica, assim como, defendeu o enfoque temático de tempos remotos, por exemplo, os períodos "pré-cortesiano" e "colonial". Além disso, o triunfo liberal no campo de batalha refletiu na historiografia, uma vez que se passou a realizar estudos que privilegiavam a perspectiva liberal e enalteciam o partido no poder (*porfirista*). Isso definitivamente contribuiu para o estabelecimento de uma história oficial, dogmática e parcial, que modelava heróis e inventava mitos.

Os historiadores voltados ao firmamento dessa história foram Alfonso Toro Castro, Antonio García Cubas, Francisco del Paso y Trancoso, Guillermo Prieto, Joaquín García Icazbalceta, José Fernando Ramírez, Justo Sierra Méndez, Julio Ortiz de Zárate, Luís Pérez Verdía, Manuel Orozco y Berra e Nicolás León Calderón. Nesse cenário, Alfonso Toro se sobressaiu ao publicar a primeira história geral da época em "México através dos séculos (1884-1889)", que constituiu, como afirma Eugenio Hoyo, "um grande monumento ao liberalismo"[91]. Já Garcia Cubas e Guilhermo Prieto foram os precursores da história oficial. Mas, as publicações em um âmbito geral foram inspiradas na consolidação do liberalismo e,

---

[90]Cf. BARTRA, Armando; CÓRDOVA, Arnaldo; GILLY, Adolfo; MORA, Manuel Aguilar, SEMO, Enrique. **Interpretaciones de la Revolución Mexicana.** 6° Edición. Ciudad de México: Nueva Imagen, 1983; HOYO, Eugenio Cabrera. **Historiografia mexicana.** Revista Sobretiro de Humanas, Nuevo León, n° 20, p. 230-241. 1979; KNIGHT, Alan. **Interprating Mexican Revolution.** University of Texas Magazine on Mexican studies, paper number 88-02. 2000. Disponível: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/tpla/8802. pdf>. Acesso em: 14/03/2014; KNIGHT, Alan. **Revisionismo, anti-revisionismo y política. ¿**Hay espacio para una nueva interpretación de la revolución? Aportaciones totémicas. Revista electrónica Sincretismos sociológicos, México, Año 3, Número 4, Mayo. 2012; MATUTE, Alvaro. **Orígenes del revisionismo historiográfico de la revolución mexicana.** Revista Signos históricos, número, 3, volumen II, p. 29-48, Junio. 2000; MIJANGOZ, Eduardo Días. **La historiografía de la revolución:** entrevista con Gloria Villegas**.** Revista de Estudios históricos TzinTzun, n° 14, p. 144-158, Julio-Diciembre. 1991.

[91] HOYO, Eugenio Cabrera. **Historiografia mexicana.** Revista Sobretiro de Humanas, Nuevo León, n° 20, p. 230-241. 1979. p. 232-233.

muito embora outras influências tenham ocorrido ao longo do século XX, nota-se a persistência de algumas dessas características nos dias atuais.

No período de 1900 a 1910, os historiadores mantiveram tais características. A partir de 1911, contudo, essa perspectiva cedeu espaço para uma nova tendência historiográfica, que emergiu juntamente à eclosão da Revolução Mexicana. A "história revolucionária", como define o historiador Alan Knight, ramificou-se em três importantes gerações: os observadores e/ou participantes, os acadêmicos comprometidos e os acadêmicos técnicos (ou revisionistas)[92].

A primeira geração compôs-se de analistas observadores e/ou participantes, que chegaram a lutar ou a fazer política, ou mesmo, que exerceram a função de comentaristas engajados durante a revolução. Essa geração pode ser dividida entre os intelectuais mexicanos de esquerda, como Andrés Molina Henríquez, Gilberto Magaña, Heriberto Frías, Isidro Falabella, Jesus Silva Herzog e Mariano Azuela, e os de direita, como Francisco Bulnes e Jorge Vera Estañol. Os "revolucionários" e os "observadores" redigiram manifestos, memórias e novelas, que eram publicados no período e, por isso, tinham a função de transmitir – mediante uma retórica parcial – as informações da revolução, tal qual fizeram Álvaro Obregón, Gabriel Gavira Castro e Salvador Alvarado Rúbio. Além disso, a primeira geração inclui os comentaristas estadunidenses, Ernest Gruening e Frank Tannenbaum. Tannenbaum acabou se tornando um grande nome da historiografia da Revolução Mexicana, cuja importância o faz ser lido e mencionado nos dias atuais.

Essa geração foi responsável, conforme Knight, por compor uma imagem da revolução, na qual a pensavam como um movimento agrário, nacionalista, popular e rural; e tal imagem ainda é muito forte. Entretanto, a noção estabelecida muito se influenciou pelo "furor revolucionário" do momento, já que os historiadores escreviam enquanto a revolução acontecia. Suas interpretações eram, portanto, "comprometidas", mas foram os responsáveis por transmitir as primeiras sensações do contexto. Por essa razão, Knight lhes nomeia: a "velha ortodoxia".

Segundo Knight,

[92] KNIGHT, Alan. **Interprating Mexican Revolution.** University of Texas Magazine on Mexican studies, papernumber88-02.2000.Disponível:<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/tpla/8802.pdf>. Acesso em: 14/03/2014. p.01.

> Uma geração inicial de escritores foram participantes/observadores; eles lutaram, politizaram, ou eram comentadores engajados. Isto inclui escritores mexicanos de direita e de esquerda, e comentaristas estadunidenses altamente influentes, como Frank Tannenbaum e Ernest Gruening.[93]

A segunda geração surgiu no final da década de 1940 e compôs-se de historiadores acadêmicos, que se alicerçavam na retórica erudita e no estabelecimento de uma abordagem narrativa. A lógica utilizada buscou a objetividade e a imparcialidade e, por conta disso, seus estudos passaram a abordar outros temas, além da revolução, como exemplo, as elites nacionais, o governo e os grandes eventos. Isso fez com que tal historiografia não aderisse às grandes generalizações históricas e se mantivesse significativamente vinculada à velha ortodoxia, por exemplo, a noção de revolução continuou a ser aquela instituída por Frank Tannenbaum.

Essa mesma geração concebeu a Revolução Mexicana como um movimento social agrário, espontâneo, popular e rural, caracterizado pelo conflito entre camponeses e latifundiários, bem como, marcado por um forte sentimento nacionalista e, até mesmo, xenofóbico. Para eles, a revolução havia derrubado o *porfiriato* e, em seguida, estabelecido um regime nacionalista, radical e reformista, que, apesar dos seus problemas, representava "certo" avanço mexicano. De acordo com Knight, "mesmo quando essa geração se concentrava nos grandes homens e nos grandes eventos, os pressupostos ainda eram os da velha ortodoxia"[94]. Por fim, os principais nomes mexicanos do período foram Berta Ulloa, Daniel Cosío Villegas, José C. Valadés e Roberto Blanco Moheno. E, os estrangeiros foram Charles Cumberland, Robert Quirk e Stanley Ross.

No fim da década de 1960, percebe-se o advento de uma terceira vertente historiográfica, que o mexicanista Alan Knight chama de "*baby-boomer*". Essa geração se referiu aos historiadores nascidos após a revolução e que, em geral, não se deixava influenciar pelo furor revolucionário. Deste modo, pode-se afirmar que ela era mais numerosa e muito mais técnica em termos acadêmicos. Conforme Knight, "eles eram os *baby-boomers* da historiografia mexicana. Eram mais numerosos, sem dúvidas, mais profissionais, e talvez mais sinceros (e/ou mesquinhos)"[95].

---

[93] KNIGHT, op. cit., p.01.
[94] Ibidem, p. 03.
[95] Ibidem, p. 03.

Seguindo a voga mundial da historiografia, essa geração especializou-se em tópicos e, por isso, avançou sobre os arquivos púbicos a fim de documentar sua pesquisa. Coincidentemente, os arquivos mexicanos se tornaram mais acessíveis à comunidade científica na época, que, contrariamente aos seus predecessores, evitou a tradicional concentração nas elites e líderes míticos, para realizar a "história dos de baixo".

A característica mais marcante desta geração foi, sem dúvida alguma, o aumento considerável do número de historiadores. Segundo Knight, isso ocorreu devido ao crescimento do ensino de nível superior em âmbito mundial e consequente aumento dos alunos de mestrado e doutorado[96]. Além disso, estava na moda nos anos 1960 estudar temáticas latino-americanas, o que definitivamente ajudou.

No que se refere a isso Knight afirma que:

> Foi também consequência do ciclo historiográfico inevitável, que, com o passar do tempo e a abertura dos arquivos, os temas "contemporâneos" retrocederam, escaparam das garras irresponsáveis de jornalistas e comentaristas instantâneos e encontraram refúgio com sérios historiadores. Nos dez anos de 1946 a 1955, por exemplo, a *Hispanic American Historical Review* publicou dezessete artigos acerca do pós-colonial do México, dos quais apenas dois (em uma breve nota) com foco no Porfiriato ou Revolução; durante a época de 1956 a 1975 publicaram quarenta e três artigos (sugerindo apenas um aumento global modesto no interesse pelo período pós-colonial do México), mas destes, nada menos do que vinte e três analisaram o Porfiriato e a Revolução (ou seja, uma proporção de 10:13).[97]

Essa grande quantidade de estudos referentes à história do México contemporâneo constituiu também um reflexo do contexto histórico e político do país. O fim dos anos 1960, e daí em diante, foram anos em que governo *priista* e seu "milagre econômico" pareciam ruir. Isso gerou um reboliço no meio intelectual e popular, que, até então, haviam conhecido apenas a "paz" do PRI. Por essa razão, o episódio de Tlatelolco (1968) haveria de ser compreendido como a "última gota", que lhes incitaria a (re)pensar a história mexicana, para, assim, revelar e/ou desmistificar aspectos encobertos.

Conforme Knight,

[96] KNIGHT, op. cit., p. 04.
[97] Ibidem, p. 04.

> Além disso, o final dos anos 1960 e algum tempo depois foram anos em que o sistema político mexicano e o "milagre econômico" pareciam vacilar (olhando para trás a partir da perspectiva de hoje, nós só podemos nos perguntar o porquê de todo aquele barulho). Mas, não é de se estranhar que aqueles que, como ocorreu com os historiadores, trabalhando no pós-1968 mexicano, haviam conhecido apenas a paz do PRI, seu milagre, Tlatelolco (1968), e as invocações rituais oficiais da revolução que pareciam voar em face da realidade mexicana, deveriam questionar o que era a Revolução, sentindo o desejo de desmascarar e desmistificar isso.[98]

Começaram a surgir, portanto, muitos artigos, livros, *papers* e teses, que tinham por escopo compreender e justificar a revolução. Como eram muitos, seria praticamente impossível que seguissem um mesmo modelo teórico-metodológico. Assim sendo, apareceram novos modelos científicos, tal qual a conhecida história quantitativa mexicanista, que se consolidou por intermédio dos historiadores James Wilkie, John Henry Coatsworth e Peter H. Smith.

A história oral também apareceu no cenário acadêmico mexicano, como um dos possíveis trajetos para se chegar à "história dos de baixo". E os principais historiadores foram Ann Craig e Eugenia Meyer. Do mesmo modo, a história regional virou uma grande tendência historiográfica e alguns historiadores que estavam em outras vertentes aderiram a ela. Nesse grupo, encontramos historiadores como Allen Wells, Ann Craig, Arturo Warman, Carlos Martínez Assad, Daniela Spencer, David Brading, David La France, Dudley Ankerson, Enrique Montalvo, Francisco Paoli, Frans Schryer, Gilbert Joseph, Heather Fowler Salamini, Héctor Aguilar Camín, lan Jacobs, Jean Meyer, John Womack, Mark Wassennan, Paul Friedrich, Romana Falcón, Stuart Voss e Thomas Benjamin[99]. Para Knight, o decano dessa história (e da micro-história) foi Luís González[100].

Nesse grupo, percebe-se ainda o surgimento de estudos históricos do trabalho e dos camponeses. Essas pesquisas foram realizadas por historiadores como Barry Carr, John M. Hart, Joe C. Ashby, Pablo González Casanova, Ramón Ruiz e Rodney Anderson, que se concentraram, sobretudo, na análise das grandes indústrias têxteis e das confederações nacionais, como exemplo, a COM, a CROM e a CTM. De acordo com Knight, a história camponesa é mais "bem-servida", parcialmente por receber auxílio dos estudos regionais, como ocorre com as pesquisas de Beatriz Rojas, Friedrich Katz, Herbert Nickel, Heriberto

[98] Cf. KNIGHT, op. cit., p. 04.
[99] Ibidem, p. 05.
[100] Ibidem, p. 05.

Moreno García, John Coatsworth, John Tutino, Juan Felipe Leal, Manuel Plana, Marco Bellingeri, Maria Vargas Lobsinger e Mari-José Amerlinck de Bontempo. Já David Brading, Frans Schryer e lan Jacobs resgataram os *rancheiros* do esquecimento, contudo, ainda são necessários estudos sobre a questão agrária no centro e norte do México, pois, segundo Knight, o sul teve grandes trabalhos como os de Allen Wells, Gilbert Joseph e Thomas Benjamin. Além disso, houve uma importante ramificação estudiosa da questão Estado-Igreja, que foi dominada pela análise pontiaguda do revisionista Jean Meyer.

Nota-se que, apesar da grande produtividade, a historiografia mexicanista dessa época passou a elaborar sínteses históricas do México, nas quais a perspectiva referente ao "micro" acabou sendo generalizada para servir ao "macro". Alguns autores procuraram lançar uma interpretação sintética genuína, como: François-Xavier Guerra, Hans Wemer Tobler, Jean Meyer, John Hart, Ramón Ruiz e o próprio Alan Knight. Mas, caberá aqui um *addendum*: apesar de Alan Knight dar a entender que era um revisionista, chegou a afirmar alguns anos mais tarde que era, na verdade, um conservador, um antirevisionista. Tal qual se constata na citação a seguir: "sou, sem pudor, conservador ou antirevisionista. Quero dizer, creio que Tannenbaum e sua geração captaram o caráter essencial da revolução de 1910, como um movimento popular e agrário – precursor da revolução estadista posterior ao decênio de 1920"[101].

Percebe-se também que esses historiadores são, em suma, estrangeiros e no que se refere a isso Knight afirma que:

> Eu atribuo isso, em parte, a um conjunto de considerações muito práticas: os europeus têm menos acesso a fontes primárias, daí são levados a síntese; eles também operam em um mundo acadêmico, onde a história mexicana é um *rinconcito* bastante obscuro e exótico, portanto, eles são levados a ensinar e escrever, em um nível mais elevado de generalidade para justificar sua existência acadêmica. Quando o norte-americano mexicanista pode, por vezes, sentir uma sensação de claustrofobia acadêmica, a neurose ocupacional do mexicanista europeu é mais provável uma agorafobia; prevalece a sensação itinerante em um vasto terreno vazio, onde ocasionalmente encontramos colegas perdidos há muito tempo, como Stanley encontrou Livingstone nas selvas do Congo.[102]

[101] KNIGHT, Alan. **La Revolución Mexicana:** del porfiriato al nuevo régimen constitucional. Vol. I. México: Grijalbo, 1996. p. 15.
[102] KNIGHT, op. cit., 1996, p. 07.

As generalizações históricas citadas por Alan Knight podem ser vistas como interpretações conclusivas, que são, em verdade, características típicas do revisionismo historiográfico. Essa mesma compreensão é dividida por Carlos Alberto Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes no artigo "A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas". Conforme os autores, o grupo foi assim denominado, pois utilizava uma nova abordagem metodológica, que lhes permitia elaborar severas críticas às interpretações clássicas[103]. Cabe aqui lembrar, contudo, que esse grupo foi heterogêneo e dividiu-se, sobretudo, em dois grupos: 1) os historiadores que analisaram criticamente seus predecessores e, por isso, chegaram a negar o título de "revolução" aos acontecidos de 1911 a 1920; e 2) os historiadores que, além de questionar o episódio, propuseram uma nova abordagem teórico-metodológica alicerçada, especialmente, na história regional.

Ao contrário de Knight, cujo comentário historiográfico pára no revisionismo, Barbosa e Lopes avançam com sua análise, identificando, inclusive, uma quarta geração de historiadores, a geração da "revolução resgatada". Esse grupo se sobressaiu, principalmente, por realizar críticas severas às tendências revisionistas que tendiam a minimizar a raiz agrária e popular do movimento de 1910. No fim da década de 1980, portanto, aumentou-se a publicação de livros que analisavam a revolução de forma antirevisionista. E, nesse grupo, encontramos alguns historiadores renomados, como exemplo, Alan Knight, John M. Hart e Hans W. Tobler.

Esses historiadores começavam seus livros sempre com uma breve exposição do *porfiriato* a fim de embasar as posteriores causas da revolução, uma vez que a busca analítica pelos seus momentos antecessores indica-nos que procuravam compreender as "verdadeiras raízes" revolucionárias, as reais questões socioeconômicas e a grande diversidade ideológica e regional. Assim sendo, percebe-se que seus objetivos eram, sobretudo, resgatar o caráter eminentemente agrário e popular da revolução.

Tendo isso dito, caberá aqui asseverar que a historiografia mexicanista não se ateve somente às questões da revolução, embora tenha ela se sobressaído no que se refere aos outros temas. Como se sabe, a história do século XX no México analisou, especialmente, o processo revolucionário e o governo *pós-revolucionário*, que constituiu, em suma, em um regime de

[103] BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. **A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI:** tendências gerais e novas perspectivas. Revista História, São Paulo, UNESP, V.20, p. 163-199, 2001. p. 174.

partido hegemônico exercido por mais de setenta anos. Nesse caso, a historiografia "revolucionária", como define Alan Knight, prevaleceu, pois objetivava encontrar no passado insurgente algumas respostas ao sistema político vigente, em toda sua complexidade e singularidade. Após o episódio de Tlatelolco, em 1968, alguns historiadores (afirmamos "alguns", pois a maioria acreditava que essa abordagem não era do *milieu* histórico e, por conta disso, encontramos nesse grupo a contribuição de alguns cientistas sociais) passaram a elaborar análises críticas referentes à realidade sociopolítica da época; assim, suas interpretações ramificaram-se do seguinte modo: 1) os estudiosos que interpretavam o governo *priista* como um *regime ditatorial*; 2) aqueles que lhe concebiam como um regime de *partido único*; e, finalmente, 3) aqueles que o compreendiam como um regime de *partido hegemônico*.

A idéia de que o país vivia uma ditadura apareceu primeiramente em uma entrevista do ensaísta peruano Mario Vargas Llosa, que a chamou de "ditadura perfeita" [104], pois não era sentida como tal e perdurava há quase um século[105]. Mas, tomou força após o episódio de 1968. Como se nota, essa interpretação manteve-se (e se mantém) atrelada ao pensamento político de esquerda, e embora Llosa tenha posturas diferentes hoje em dia, na época estava absorvido por esse pensamento.

A partir desse episódio, então, observa-se a publicação de obras que promulgavam tal compreensão, como se nota a seguir: "El presidencialismo mexicano" de Jorge Carpizo; "La transición de la democracia en México" de Octavio Rodríguez Araújo e "Medios de comunicación y elecciones" de Carola García Calderón e Leonardo Figueira Tapias. Além deles, existem publicações mais atuais, a partir de 2000, que partem da mesma compreensão, como: "La guerra y las palabras" de Lopes Volpi, "La transición y el pantano" de José Luis Tejeda e "Partido revolucionário Institucional 1946-2000" de Victor Manuel Muñoz Patraca. No Brasil, encontramos também essa mesma perspectiva analisada no artigo científico "Do PRI ao sistema plural de transição" de Nelson Rojas, que foi publicado na Revista Lua Nova de 1997, n°40/41. Essa perspectiva acabou sendo muito debatida e, com o tempo, acabou perdendo força, uma vez que seus adeptos diminuíram ao longo da presidência *panista*.

O regime de "partido único" surgiu nos meados de 1970, como alternativa ao pensamento anterior. Definitivamente, não se apresentou tão forte quanto aquela idéia emitida

[104] Alguns anos mais tarde Llosa afirmou: "ainda bem que eu estava errado ao falar em ditadura perfeita. Não era tão perfeita e acabou caindo. Fico muito contente por isso. Durou 75 anos. Mas, de fato foi a ditadura mais sutil, mais hábil".
[105] Cf. SETTI, Ricardo. **Conversas com Llosa**. Peru: Panda Books, 2010. p. 101.

por Llosa, mas recebeu a contribuição de vários estudiosos. Esse grupo (em geral, articulou-se com posições políticas, geralmente, mais moderadas, recebendo, inclusive, o apoio de alguns *priistas*[106]) asseverava que a ideia da ditadura não se sustentava, já que havia uma alternância de poder no país, embora ocorresse em eleições "viciadas" e com figuras do mesmo partido. Por essa razão, adotaram uma nova compreensão: o regime de partido único. Mas, o conceito *per se* foi elaborado pelo francês Maurice Duverger, a fim de nomear os sistemas políticos da China e da Rússia. Isso garantiu, portanto, embasamento suficiente na argumentação levantada pelos estudiosos contrários a tal perspectiva.

Nesse período, observa-se, então, a publicação de livros que assimilaram essa temática: "Antecedentes del partido único en México" de Justo Sierra; "Caciquismo y poder político en el México rural" de R. Bartira; "Las elecciones en México" de Pablo Gonzaléz Casanova; "Los Orígenes del partido único en México" de Alejandra Lajous; "México en el siglo XX" de Gloria María Delgado Cantú; "Mexican democracy: a critical view" de Kenneth F. Johnson e "Yucatán: sociedad, economía, política y cultura" de Enrique Montalvo. Além deles, existem também publicações a partir do ano 2000, que ainda divulgam tal compreensão, como: "1968: eles só queriam mudar o mundo" de Regina Zappa e Ernesto Soto; "México: crisis y oportunidad" de Juan Olmedo; "Proctecionismo político en México" de Raúl Torres Mejía e "Responding to crisis in contemporary Mexico" de Claire Bruester.

Por fim, a "hegemonia *priista*" apareceu como última interpretação e alternativa às outras duas compreensões. Esse grupo compreendia que as ideias de "ditadura" e "partido único" eram irrisórias, já que havia alternância de poder e o país não possuía um sistema político semelhante ao que se estabeleceu na URSS. Por essa razão, os estudiosos passaram a utilizar da concepção de "hegemonia" para que, assim, indicasse que o sistema se diferenciava exatamente por não possuir uma alternância partidária. Além disso, houve uma forte influência do italiano Giovanni Sartori, que elaborou, no fim da década de 1970, a concepção do sistema político mexicano alicerçado em um partido hegemônico pragmático, tal qual vimos na introdução. Assim, os livros que utilizaram dessa mesma ideia serão elencados a seguir: "Del autoritarismo a la democracia" de Victor Manuel Muñoz Patraca; "El desafio de la reforma institucional del México" de Riodan Roett; "El sindicalismo mexicano frente a la reforma del Estado" de Aldo Muñoz Armenta; "La frontera norte de Mexico y el siglo y medio de atropedo yaqui" de Manuel Servín Massieu; "La lucha por la hegemonia em México" de Miguel Basáñez; "Memorias presentes" de Antonio Haas; "Mexico al inicio del

[106] Carlos Salinas de Gortari afirmou em 1988: "chegou ao fim a era de partido prácticamente único".

siglo XXI" de Alberto Assiz Nassif, "Partido Revolucionário Institucional: crisis y refundación" de Francisco Reveles Vázquez e, finalmente, o artigo "Eleições de 1988: retórico ou rumo pluripartidário" de Maria Teresa Sadek, na Revista Lua Nova de 1989, n°17.

Como já informamos na introdução, partimos do pressuposto de que se instaurou, após a Revolução Mexicana, um regime hegemônico que perdurou até o ano 2000. Mas, lembramos novamente que há – hoje em dia – uma grande discussão acerca desse tema. Uma parte dos mexicanistas afirma que o preceito estabelecido por Giovanni Sartori tornou-se inviável a partir do momento que ocorreu a vitória *panista*. Todavia, elucidamos nesta tese que, no período de 1946 e 2000, o país viveu um regime de partido hegemônico, finalizado com a derrota do PRI em 2000. Essa pode não ser a realidade mexicana de hoje, mas ela ocorreu durante o governo *priista* de 1946 a 2000.

1.1 O *Porfiriato* (1876-1911)

Os momentos antecessores à revolução referem-se ao que a historiografia mexicanista designou como "*era porfiriana*" ou "*porfiriato*" em alusão ao governo ditatorial do general José de la Cruz Porfírio Díaz Mori, nos idos de 1876 a 1911. Porfírio Díaz nasceu em 15 de setembro de 1830, na cidade de Oaxaca de Juaréz, estado de Oaxaca, México. Foi filho do *criollo* José Faustino Díaz e da mixteca Petrona Mori[107]. Iniciou sua carreira militar, em 1846, como voluntário na guerra entre Estados Unidos e México. Dez anos mais tarde, lutou contra o ditador Antonio López de Santa Anna y Pérez de Lebrón, visando destituí-lo do poder. Por essa razão, apoiou o Plano de Ayutla e a promulgação da Constituição de 1857. Durante a Guerra da Reforma (1854-1857), lutou em favor do liberalismo, assim como, posicionou-se contra o poderio econômico e político que a igreja católica representava no país.

Alguns anos após a Reforma, aconteceu a invasão francesa (1862), que estabeleceu o império de Fernando Maximiliano (1864-1867). Benito Pablo Juárez García foi o principal líder da luta contra a invasão e responsável, sobretudo, pela destituição do império e Restauração da República (1867-1876). Por essa razão, Juárez venceu as eleições presidenciais de 1867, sendo reeleito ao mandato de 1871 a 1875, interrompido pela sua morte em 1872. Uma vez eleito, procurou estabelecer a ordem no país e legitimar sua autoridade e, para isso, nomeou ministros que lhe ajudariam na batalha, como Porfírio Díaz e

[107] Cf. DÍAZ, Porfírio. **Memorias del General Porfírio Díaz**. Texas: Whitt & Co., 1929.

Sebastián Lerdo de Tejada. No início de 1867, promulgou a Constituição de 1857. Essa *Carta* defendeu a abolição da escravatura, as liberdades de comércio, imprensa e propriedades individuais, e o direito de voto (claro, a partir dos dezoito anos aos homens casados e a partir de vinte e um anos aos solteiros) .

No fim do primeiro mandato, contudo, o governo passou a gerar alguns descontentamentos, o que auxiliou Porfírio Díaz em suas porvindouras investidas. Afinal, havia se candidatado à presidência em 1867 e, após sua derrota, promovera uma rebelião contra Juárez, com o apoio de Félix Díaz e Gerônimo Treviño; mas, o motim não chamara a devida atenção. No ano de 1870, porém, o capital estrangeiro pouco se interessara pelo território mexicano, a educação pouco avançara e o nacionalismo permanecera no plano das idéias. Nesse caso, a "Lei de desamortização das propriedades rurais e urbanas das corporações civis e religiosas do México" ou, como era conhecida, a "Lei Lerdo" (promulgada por Miguel Lerdo de Tejada), acabou agravando a tensão popular, pois exigia que a Igreja vendesse todas as suas propriedades, assim como, proibia novas compras. Além disso, atingiu os bens das corporações civis, o que afetou particularmente as terras indígenas e os *ejidos*, objetivando fazer do México um país de pequenos e médios proprietários. Assim sendo, Díaz candidatou-se às eleições de 1871, mas, Juárez foi reeleito. Descontente com o resultado, Díaz elaborou o elaborou o Plano da Noria[108], que resultou em uma série de sublevações por todo o país. Seus motivos firmaram-se, sobretudo, na fraude eleitoral. Todavia, Juárez faleceu vítima de apoplexia (o termo médico antigo para o Acidente Vascular Cerebral). E, Sebastián Lerdo de Tejada foi nomeado presidente interino, sendo, portanto, responsável por invocar as próximas eleições.

Lerdo de Tejada foi eleito presidente ao mandato de 1872 a 1876. Manteve-se basicamente com o mesmo programa político de Juárez, ou seja, o Poder Executivo fortemente centralizado. Não obstante, passou a tomar uma série de atitudes dentro do governo que acabaram lhe garantindo uma severa oposição. Lerdo promoveu uma reforma de leis que, para a mídia nacional, favorecia aos EUA , assim como, diminuía os direitos dos estados da federação em detrimento de um governo centralizado e, por fim, a lei anticlerical ficou ainda mais rígida.

[108] O *Plan de la Noria*, foi firmado em novembro de 1871, cujas reeleições indefinidas colocavam em perigo as instituições nacionais. Vários estados estavam privados de suas autoridades legitimas e submetidos a governos impopulares e tirânicos, impostos pela ação direta do Executivo. Por esta razão, Porfírio Díaz lançou este plano governamental, para renegar as reeleições e enaltecer a democracia.

No final de seu mandato, ofereceu a anistia política a Díaz e seus aliados. Contudo, muitos dos anistiados foram obrigados a exilar-se; Díaz foi obrigado a residir nos Estados Unidos. Em Nova Orleans, Díaz redigiu o Plano de Tuxtepec, que firmava um levante contra Lerdo, desconhecendo-o como presidente mexicano e proibindo-o de se reeleger à presidência. Esse plano salientava, especialmente, os grandes malefícios da reeleição à democracia mexicana. Mas, Lerdo foi reeleito em 1876 e, em seguida, derrubado, pois o ato de reeleger-se lhe trouxera grande impopularidade. Logo, foi obrigado a fugir aos Estados Unidos, onde morreu sozinho treze anos depois. No México, Díaz assumiu a presidência, cargo no qual ficaria até 1880.

O advogado José María Iglesias também não reconheceu a reeleição de Lerdo de Tejada e, por essa razão, auto-proclamou-se, simultaneamente à Díaz, presidente do México (28 de outubro a 23 novembro de 1876). Iglesias acabou recebendo o apoio do governador e da elite de Guanajuato. Mas, "cavou a própria cova" ao afirmar publicamente que não se identificava com o Plano de Tuxtepec, o que ocasionou sua perseguição por parte de Díaz e seus aliados. Levando-o a abandonar o México. Durante essa perseguição em Guanajuato, a presidência interina ficou sob o comando de Juan Nepomuceno Méndez, que governou de 11 de dezembro de 1876 a 17 de fevereiro de 1877.

O primeiro mandato de Díaz objetivou apaziguar os ânimos em todo o território nacional, para assim, promover o desenvolvimento econômico[109]. Nesse momento, as questões políticas ficaram de lado, com exceção da "não-reeleição", que havia sido prometida em campanha. A presidência de Díaz obteve, portanto, uma severa oposição, embora tenha conseguido eleger Manuel González Flores ao próximo mandato (1880-1884).

Durante a presidência de Manuel González, aumentou-se a construção de vias férreas no país, assim como, instaurou-se a primeira conexão submarina mexicana, saindo de Veracruz com destino aos Estados Unidos. Apesar dessas medidas, o governo acabou gerando contrariedades devido à corrupção. Para Carlos Barbosa, "González fez um bom trabalho na primeira metade da sua administração, mas, a segunda foi desastrosa, marcada por rebeliões populares e perda de prestígio"[110]. A mídia nacional tratava o governo como uma administração irrisória; principalmente, após cessar o pagamento da dívida externa e,

[109] Vale lembrar que o crescimento econômico é analisado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Já o desenvolvimento econômico é pensado a partir dos índices de educação, pobreza, saúde e renda. Hoje em dia, utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para comparar diferentes economias.
[110] BARBOSA, op. cit., p. 27.p.32

consequentemente, entrar em divergência com os EUA. Essa situação conflituosa ajudou Díaz em sua reeleição ao próximo mandato (1884-1888).

Para Ana Maria M. Correa, seu reaparecimento nas eleições fez com que a imprensa ironizasse o slogan de sua campanha anterior, que repudiava a reeleição ("Sufrágio efetivo, não reeleição") e, assim, afirmavam a necessidade de um novo slogan, mais condizente com a realidade mexicana, como: "Sufrágio efetivo não, reeleição" [111].

De acordo com o mexicanista José Godoy, o segundo mandato de Díaz foi marcado pelo auxílio de intelectuais aos quais denominava "científicos", por apoiarem-se, segundo eles mesmos, em métodos científicos para a administração pública[112]. Além disso, realizou uma série de reformas na Constituição de 1857, que, inclusive, lhe garantiu a permanência na presidência até o ano de 1911 (e o aumento do mandato de quatro para seis anos, em 1892). Díaz centralizou ainda mais o Poder Executivo e promoveu a "paz", já que reprimia severamente quaisquer tentativas de sublevações, fossem elas camponesas, indígenas, militares ou operárias. Por essa razão, instituiu a "Lei de fuga", que consistia no ato de simular a fuga de um detento "indesejável", para então, executá-lo. Estabeleceu também o pagamento da dívida externa, o que gerou maior estabilidade financeira, reorientando as relações comerciais ao continente europeu.

Porfírio Díaz consolidou uma interpretação "oficial" de seu governo, segundo a qual, para Barbosa, "havia pacificado e colocado ordem no país; valorizava sua riqueza natural; e aproveitava a mão-de-obra existente e o investimento estrangeiro" [113]. Para contribuir com isso, anistiou os conservadores (que haviam lutado em 1857 e 1867) e alforriou a Igreja católica. Entretanto, aferrolhou a mídia e o Congresso. Não obstante isso, o país – em um âmbito geral – acabou mesmo mais estável, com um aumento considerável da produção e uma intensa aceleração do desenvolvimento econômico. Houve ainda o crescimento do comércio, da indústria e do transporte, assim como, investiu-se com maior afinco na construção de estradas, ferrovias e linhas telegráficas, implicando na dependência econômica mexicana das grandes potências estrangeiras.

---

[111] CORRÊA, Anna M. Martinez. **A Revolução Mexicana 1910-1917.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.p.12.
[112] GODOY, José F. **Porfírio Díaz, the president of México.** *The master builder of a great common wealth*. New York and London: The Knickerbocker Press, 1910.p. 38.
[113] BARBOSA, op. cit., p. 27.p. 35.

Para os historiadores Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, "o *porfiriato* cresceu economicamente por, sobretudo, diversificar a economia mexicana"[114]. Mas, Díaz foi responsável por um conjunto de medidas que desenvolveram o país, como: a definição da fronteira setentrional; a incorporação do país ao mercado mundial; o aumento do investimento de países estrangeiros, direcionados principalmente à malha ferroviária (20 mil Km de ferrovia) e à mineração (estima-se que foram investidos, em 1910, 3,4 bilhões de pesos); o crescimento da renda per capita de 1%, em 1880, a 5.1%, em 1893; o crescimento das exportações em seis vezes e o das importações em três vezes, em 1910; o crescimento do orçamento nacional em 1896, igual a 7 milhões de pesos e, em 1906, aproximando-se de 24 milhões de pesos[115].

Dentre 1884 a 1888, ocorreu aquilo que a historiografia convencionou chamar de *"pax* porfiriana". Esse nome refere-se ao crescimento da produção (e, embora alguns tipos de produção tivessem pouco crescimento, ainda assim, haviam aumentado), à estabilidade política (após os longos anos de disputas e guerras, que se desenrolavam desde 1846) e, por fim, à aceleração do desenvolvimento econômico e tecnológico. Nesse momento, a oposição era praticamente inexistente, porém, tal inexistência ocorrera, na maioria das vezes, com já evidenciamos, em razão de uma violenta e silenciadora censura. E, sendo assim, mexicanos da situação lhe chamavam de "caudilho indispensável" ou "general necessário".

Para o mexicanista Alan Knight, o *porfiriato* direcionou a um tipo de estabilidade e paz que nunca haviam sido experimentadas no México. Contudo, a *pax porfiriana*, afirma Knight, "é uma paz com falhas", já que era, na verdade, "um misto de coerção recorrente, com consentimento popular"[116].

E continua:

> (...) contudo, a continuidade do governo, local e regional, e a ausência de uma guerra civil séria, contrastaram com o endêmico conflito político dos anos da Independência. Díaz conhecia os velhos anos: ele havia lutado contra os conservadores e seus aliados, em 1860, contra seus amigos liberais, como Juárez e Lerdo, em 1870, e, finalmente, batalhando para a presidência. Liberal por filiação, Díaz tinham mais apetite por poder que aderência aos

[114]AGUILAR; Héctor Camín; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana:** história do México contemporâneo 1910-1989**.** São Paulo: Edusp, 2000.p. 15.
[115] Cf. AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 15.
[116] KNIGHT, op. cit., p. 1-36.

> princípios morais e, uma vez presidente, criou um regime forte e centralizado ao redor de sua própria pessoa.[117]

Nos meados de 1893, Díaz promulgou a primeira de um conjunto de leis que ficaram conhecidas como "Lei dos Baldios" (1893-1902). Essas leis tiveram por escopo viabilizar a colonização das terras improdutivas, para que, assim, fossem arrendadas, aumentando, consequentemente, a produção nacional. Era necessário, contudo, uma empresa que avaliasse, medisse e dividisse os terrenos considerados aptos. Os próprios colonos acionavam essas companhias responsáveis pela análise territorial e os honorários seriam pagos com um terço do terreno ou do valor total. Após a análise, os terrenos baldios eram doados gratuitamente aos colonos que, tecnicamente, fossem capazes de deixá-los produtivos.

No início de 1894, Díaz anunciou a "Lei sobre ocupação e alienação dos terrenos baldios". Essa lei tinha por objetivo categorizar "os terrenos da nação", para assim, definir – especificamente – quais eram cabíveis à "Lei dos Baldios". Em suma, estabeleceu-se que os territórios nacionais eram compreendidos do seguinte modo: 1) os terrenos baldios; 2) as excedências; 3) as demasias e 4) os terrenos nacionais. Os baldios referir-se-iam aos territórios da República que não haviam sido destinados para utilização pública. As excedências representariam os territórios particulares, possuídos por vinte anos ou mais, que iriam além das determinações territoriais estabelecidas nos títulos. Já as demasias abarcariam as propriedades particulares com extensões maiores que aquelas estipuladas nos títulos; contudo, esse excesso estaria dentro do limite estipulado pelo próprio título e, sendo assim, haveria sido ajustada à extensão titulada. Finalmente, os territórios nacionais implicariam nos terrenos baldios encontrados, que seriam analisados por comissões oficiais ou companhias e que não haveriam sido suspendidos publicamente.

Conforme se lê na lei de 1894:

> Artigo 2 °. São todas as regiões da República que não são destinados ao uso público, pela autoridade habilitada a fazê-lo pela lei, nem cedidos pela mesma a titulo oneroso ou lucrativo. Artigo 3 °. Eles são excessos os terrenos possuídos por indivíduos com título primário, e em extensão maior do que este determina, sempre que o excesso esteja dentro dos limites indicados no título, e, por conseguinte, inteiramente confundido com a extensão titulada . Artigo 4 °. As excedências são propriedades de terras privadas para 20 anos ou mais, fora do limite que marca o título primário. Artigo 5 °. São nacionais as terras públicas descobertos, demarcadas e

[117] Ibidem., p. 34.

> medidos por comissões oficiais ou empresas autorizadas a fazê-lo, e que não foram vendidos legalmente.[118]

A mesma lei revogou ainda o artigo que proibia a venda das terras colonizadas aos estrangeiros. Conforme Ana Corrêa, dentre 1890 a 1906, "as companhias se apropriaram, a títulos honorários, de 16.800.000 hectares"[119]. Deste modo, conclui que "a ação das companhias demarcadoras foi sentida em todo o território mexicano, sendo que a área medida equivale à quarta parte desse território"[120].

Os latifundiários começaram a importar máquinas avançadas com o intuito de aumentar sua produção, fazendo dela algo mais rentável. A construção de ferrovias e o aumento da malha ferroviária deixaram o transporte mais rápido, mas, a adoção dessas máquinas aumentou sua velocidade. Alguns produtos mexicanos, como o açúcar, o álcool e o melado, melhoraram em nível de qualidade e produção e, por isso, passaram a ser mais exportados. Aumentou-se, portanto, a qualidade, a quantia e a velocidade. Por outro lado, contudo, as consequências foram drásticas. As fazendas que não atingiam o mesmo grau de modernização eram fechadas, alegando falência. Do mesmo modo, as novas tecnologias reduziam a necessidade de mão-de-obra, muito embora, a instalação das máquinas atraísse um grande número de trabalhadores – carpinteiros, marceneiros e ferreiros. Após suas instalações, eram dispensados e ficavam à mercê de novos trabalhos. Alguns deles conseguiam trabalhos braçais nas mesmas usinas que ajudaram a inovar. Mas, outros migravam a fim de encontrar emprego em novas regiões.

Nesse caso, a população camponesa foi a que mais padeceu. Afinal, cultivava em terrenos comunais, ou seja, em territórios nacionais, que estavam com suas famílias há muitos anos. Após a promulgação dessa lei e o firmamento dessas terras como propriedade nacional, as plantações canavieiras avançaram sobre seus territórios e, com o auxílio do Estado, conseguiram impor-se. Ao serem expulsos de suas terras, passaram a trabalhar nas fazendas mais próximas, acumulavam dívidas e, consequentemente, ofereciam sua mão-de-obra como pagamento, as famosas *tiendas de raya*. Isso ocorreu com maior intensidade na região sul do país, sobretudo, no estado de Morelos.

---

[118] DUBLAN, Manuel; LOZANO; José María. **De las disposiciones Legislativas**. Desde la Independencia de la República. México: Imprenta del Comercio Dublan, 1896.
[119] CORRÊA, op. cit., p. 20.
[120] Ibidem, p. 20.

Durante o governo de Díaz, houve maior incentivo à expropriação de terras, pois, objetivava-se aumentar a economia e sua produção e ampliar a mão-de-obra disponível para trabalhar nas fazendas. Esse foi o principal problema do período, muito embora a expropriação ocorresse desde a República e sendo apenas acelerada com a promulgação da lei. De acordo com Knight, "em 1821, 40% das terras voltadas à agricultura nas regiões centro e sul do país, pertenciam às aldeias comunais; em 1910, às vésperas da revolução, apenas 5% delas. Logo, 90% dos camponeses não possuíam terras"[121].

Segundo Barbosa, "os beneficiários dessa política foram, obviamente, os latifundiários ricos, em detrimento dos peões pobres, trabalhadores sem terras e camponeses"[122]. O autor afirma ainda que, nesse momento, nota-se "o surgimento de uma classe média agrária chamada de rancheiros"[123]; que ajudou a desagregar a oposição campesina, com base no velho e efetivo caciquismo.

Além da questão campesina, abrolhou o problema indígena. A historiografia chama, ainda que, dubiamente, o conflito entre o governo e essa tribo, como a "Pacificação dos *Yaquis*". Esse conflito iniciou-se em 1870, mas intensificou-se entre 1890 a 1909. Intensificou-se, em verdade, após a convocatória do governo de Díaz para a colonização do território *yaqui*, sobretudo, o Vale dos Yaqui e Vale de Maio. Os *Yaquis*[124], então, insurgiram-se em defesa de sua terra. Apesar da resistência, a tribo perdeu a importante batalha de *Mazocoba* (1900) e, por conta disso, acabou sendo transladada para Yucatán, a fim de trabalharem em fazendas de *henequén*[125]. A mudança teve por principal intuito desarraigar os yaquis, para que, assim, se promovesse uma forçosa pacificação. Todavia, a separação geográfica acabou não perdurando muito tempo e, a partir de 1911, muitos deles retornaram ao estado de Sonora[126].

Na região urbana também houve resistência. No fim do século XIX, o operariado era visto como um segmento suscetível ao álcool, ao ócio e às espertezas, e, por essa razão,

---

[121] KNIGHT, op. cit., p. 30.
[122] BARBOSA, op. cit., p. 41.
[123] Ibidem, p. 41.
[124] Os *Yaquis* consistem em uma tribo indígena do estado mexicano de Sonora. Encontram-se assentados no largo do rio *Yaqui*; daí seu nome. Alguns documentos históricos evidenciam que os yaquis ocupam esse mesmo território desde o período remoto do Descobrimento, momento em que foram avistados pela primeira vez por Diego de Guzmán (1533).
[125] *Henequén* é uma planta da família *Agave* típica do México. Suas folhas são muito conhecidas por serem fibrosas e, por isso, são chamadas de *Henequén*, que traduzido pode significar corda ou lã. No México, as fazendas de *Henequén* estão concentradas em Yucatán, Veracruz e Tamaulipas.
[126] Cf. ABBONDANZA, Ermanno. **La cuestión Yaqui en el segundo porfiriato, 1980-1909.** Una revisión de la historia oficial. Revista Signos Históricos, México, núm. 19, enero-junio, p. 94-126, 2009.

necessitado de muitos afazeres e disciplina. Sendo assim, eram obrigados a trabalhar em condições péssimas: baixos salários, sem descanso semanal e férias, não tinham segurança e tinham uma jornada de trabalho que atingia de 15 a 18 horas diárias. Deste modo, os operários passaram a se organizar em associações e sindicatos, recorrendo às greves (como as que ocorreram em 1892, 1895 e 1898) para lutar por leis que estabelecessem e regulamentassem direitos e normas trabalhistas[127].

O descontentamento com o regime de Porfírio Díaz alastrou-se, portanto, entre os camponeses, indígenas e operários. Todavia, não parou neles. Na primeira década do século XX, a insatisfação atingiu também a classe média. Afinal, o desenvolvimento acelerado da economia e da tecnologia mexicana durante o *porfiriato* proporcionou a ascensão de um setor progressista da sociedade, que, por sua vez, mantinha contato com centros urbanos mais adiantados, como, por exemplo, o europeu e o estadunidense, e, por isso, sustentava críticas severas à Díaz e seus assessores *científicos*. Esses progressistas compreendiam a forte tensão que pairava sobre a sociedade mexicana, antevendo os riscos de seu prolongamento. Eles ideavam o estabelecimento de uma "verdadeira" democracia liberal, já que aquela estabelecida pelo *porfiriato* somente se "autoproclamava" liberal e, em verdade, mantinha posturas deveras conservadoras.

Os progressistas eram, basicamente, representados por intelectuais influenciados pelo anarco-sindicalismo e liberalismo, mas, que estavam mais conectados à causa social, como: Alfonso Cravioto, Antonio Díaz Soto y Gama, Benjamín Millán, Enrique Flores Magón, Evaristo Guillén, Federico Pérez Fernández, Humberto Macías Valadez, Juana B. Gutiérrez Mendoza, Juan Sarabia, María del Refugio Vélez, Ricardo Flores Magón, Rosalío Bustamante, Santiago de la Hoz e Tomás Sarabia. Esses nomes reuniram-se no Clube Liberal "Ponciano Arriaga", que surgiu no início do século XX[128].

No início do século XX, dois fatores aumentaram consideravelmente o descontentamento da população mexicana em relação ao *porfiriato*. Primeiro, os investidores estrangeiros passaram a abandonar o país, já que estavam atônitos com alta inflação e a criação de novos impostos para compensar as isenções fiscais. E, segundo, às vésperas do

---

[127] Cf. GARCÍA, M. Luna. **El movimiento obrero en el estado de México.** Primeras fábricas, obreros y huelgas (1830-1910). 2° Edición. México: Universidad Autónoma de México, 1996; e VÁLDÉS, José C. **El Porfirismo**. Historia de un régimen. México: Universidad Autónoma de México, 1987.

[128] Cf. **Manifesto de el Club Liberal "Ponciano Arraiga"**. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/5RepDictadura/1903MCL.html>. Acesso em: 12/12/13

sexto mandato[129], Díaz aceitou – pode-se afirmar, impulsivamente – conceder uma entrevista ao jornalista estadunidense James Creelman da renomada Pearson´s Magazine. Essa entrevista gerou muita polêmica, pois afirmara que seu caminho na política mexicana chegava ao fim, já que o país estava preparado para implantar a democracia liberal. Díaz ainda chegou a afirmar que a democracia do país não estava sendo prejudicada por seu governo ininterrupto e sim, auxiliada.

Como se lê a seguir:

> É um erro supor que o futuro da democracia no México tenha sido prejudicado pela longa continuidade de um presidente. Posso dizer com grandes certezas e sinceridades que ao longo da presidência não fui corrompido de minhas ideologias políticas. Acredito que democracia pode ser um único e verdadeiro governo, embora na prática possa-se unicamente elevar e desenvolver pessoas perante ela. [130]

Após a "Entrevista Creelman", como ficou conhecida, a oposição mexicana ressuscitou e personificou-se em Bernardo Reyes e Francisco I. Madero. Bernardo Reyes, o antigo Ministro de Guerra de Díaz, infiltrou-se em algumas áreas da vida política mexicana, como o Exército, as lojas maçônicas e os pequenos comerciantes. Dentre 1908 e 1909, o *reyismo* fundou alguns clubes e jornais. Mas, em 1909, calou-se ao ceder às pressões do presidente vigente.

Francisco I. Madero tinha uma trajetória diferente daquela efetuada por Reyes. Havia estudado na Europa e nos Estados Unidos e, por isso, ao retornar ao México, aumentou o império maderista ao incorporar novas máquinas nas plantações algodoeiras, adquirir mais terras e utilizar de técnicas avançadas de irrigação. Madero tinha ainda uma perspectiva voltada à política mexicana e, por isso, falava constantemente sobre a democracia, o sufrágio universal e a campanha de "não-reeleição". Portanto, objetiva candidatar-se à presidência, sem permitir, no entanto, que suas metas políticas desfizessem o "império" da família Madero.

---

[129] Os mandatos presidenciais de Porfírio Díaz seguem a ordem estabelecida adiante: o primeiro mandato presidencial ocorreu de1876 a 1880; o segundo mandato ocorreu entre 1884 a 1890; o terceiro aconteceu entre 1890 e 1896; o quarto de 1896 a 1902; o quinto de 1902 a 1908 e, finalmente, o sexto seria de 1908 a 1914, mas foi interrompido pela revolução.

[130] LÚJAN, José María. **Entrevista Díaz – Creelman**. México: Cuadernos del Instituto de Historia, Série Documental, Número 02, 1963, p.51.

No início de 1909, o Clube Central Antireelecionista foi fundado, anunciando o novo personagem político da oposição, Francisco Madero e, prontamente, tornou-se alvo do favoritismo nacional. No mês de Maio, o clube consolidou-se no Partido Antireelecionista. Depois disso, abriram-se trinta e sete clubes em nome do partido. Nesse período, Madero chegou a cruzar o México com uma pequena comitiva a fim de propagar seus interesses políticos. Ao longo de 1909, passou por Nuevo León, Veracruz e Yucatán (onde haviam ocorrido algumas manifestações e fortes opressões do governo). Passando ainda por Colima, Jalisco, Querétaro, Puebla, Sinaloa e Sonora.

Nos meados de 1910, Madero formalizou sua candidatura à presidência e, depois, rumou ao norte do país, para então, continuar com sua campanha. Foi preso ao chegar a Monterrey e, em seguida, conduzido a San Luís de Potosí, para que, assim, fosse julgado por sedição. Neste contexto, como a situação esperava, Díaz foi reeleito. Após o processo eleitoral, Madero recebeu auxílio do amigo, então Ministro da Fazenda, José Ives Limantour, que lhe transferiu à prisão domiciliar. No mês de outubro, fugiu aos Estados Unidos, aonde escreveu o Plano de *San Luís de Potosí*. Nesse plano, afirmou que a via legal não havia sido suficiente para que se acabasse com o circuito de reeleições ao qual o México estava aparentemente condenado. Por essa razão, conclamar-se-ia a população às armas. E, notavelmente, a revolução recebia data e hora para ocorrer – às 18 horas do dia 20 de novembro de 1910.

No plano havia menções às questões da terra e, no 3° artigo, percebe-se que Madero procura mencionar os ejidos, sem especificar, no entanto, quais seriam os casos exatos de devolução de terras e/ou indenização.

Como se nota no trecho a seguir:

> Art. 3°.- (...) Abusando da lei de terreno baldio, muitos pequenos agricultores, em sua maioria indígenas, foram despojados de suas terras, e por acordo do Ministério do Desenvolvimento, ou decisões judiciais da república. Sendo justo retornar aos antigos donos das terras, que foram retirados tão arbitrariamente. São declarados, contudo, sujeitos a revisão essas disposições e decisões. (...) Só no caso em que essas terras passaram para uma terceira pessoa antes da promulgação deste plano, os antigos proprietários receberão uma indenização por aqueles em cujo benefício foi verificado o despojo.[131]

[131] DEPARTAMENTO DEL DISTRITO FEDERAL. **Plan de San Luís de Potosí.** Dirección General de Acción Cívica. Publicación Núm. 113, con motivo del XXII aniversario de la Revolución Mexicana. (1932) Disponível em: <http://www.bibliotecas.tv/zapata/1910/z05oct10.html>. Acesso em: 21/06/2012

Na primeira iniciativa, Francisco I. Madero não atingiu suas metas; mesmo porque ninguém apareceu. A revolução ocorreu em sua segunda convocação, em fevereiro de 1911. Iniciar-se-ia, então, "a fase maderista", tal qual define Barbosa, afirmando ser ela "uma fase política, que se desenrolou de novembro de 1910 a fevereiro de 1913" [132].

Após esta exposição, concluímos que o período histórico mexicano conhecido como *porfiriato* ou *era porfiriana* (1876-1911) representou, especialmente, uma avalanche de inovações que esboroou a sociedade mexicana no fim do século XIX e início do XX. O México abriu-se ao capital estrangeiro, o que, para Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, foi responsável pela implantação e consolidação do capitalismo[133]. Neste cenário, a sociedade encontrava-se ainda caciquista, oligárquica e desajustada, entorpecida pelas novidades mas jugulada por suas tradições conservadoras. Esses trinta e cinco anos de governo foram responsáveis por grandes avanços, como a estabilização política e o desenvolvimento econômico-tecnológico. Mas, Díaz assumiu – cada vez mais – o papel de "velho oligarca", o que acarretou em uma centralização de poder. Seu governo promulgou a "Lei dos Baldios", levando a um aumento de investidores na economia agrária mexicana, que, por sua vez, direcionou ao aprimoramento tecnológico dos meios de produção e, obviamente, ao crescimento da produção em si. Não obstante, a mesma lei acabou por ejetar grupos camponeses e indígenas de terras comunais que cultivavam há muitos anos (no caso dos *yaquis*, agricultavam no largo do rio há mais de três séculos). Isso gerou um grande desgosto no campo. Na área urbana, o governo construiu redes de comunicação telegráfica, aumentou a malha ferroviária e perpetrou reformas estruturais. Mas, o operariado não usufruiu dessas melhorias e, por isso, recorreu às greves com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho e aumento de salário. A classe média também ficou insatisfeita quando conseguiu experimentar algumas realidades mais avançadas que a mexicana, passando, assim, a arquitetar severas críticas ao governo de Porfírio Díaz. Foi, então, nesse cenário de crescimento acelerado e inovações e, ao mesmo tempo, de contrariedades e desordem, que se instaurou a revolução.

1.2 A Revolução Mexicana (1911-1920)

[132] BARBOSA, op. cit., p. 62.
[133] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 16.

O *porfiriato* aconteceu, como apreendemos no item anterior, nos idos de 1876 a 1911. Após seu colapso no início do século XX, a história da revolução pode ser periodizada da seguinte forma: a) o movimento de Francisco I. Madero (1911-1913); b) o regime do Gen. Victoriano Huerta (1913-1914); c) a guerra civil (1914-1916) e, finalmente, d) a grande coalizão (1916-1920). O primeiro momento refere-se ao episódio em que as elites mexicanas se agruparam e se organizaram com o intuito de derrubar o *porfiriato* e, em seguida, passaram a lutar entre si pelo poder, com apoio popular. O segundo é assim demarcado em referência ao golpe militar do general Huerta, que, em meio às constantes disputas das elites, aplicou o golpe e passou a ser presidente. Já o terceiro refere-se à organização das elites e camadas populares, em resposta, principalmente, ao golpe militar de 1913, a fim de tomar o Poder Executivo na Cidade do México e impor suas exigências. Por fim, o último período é deste modo situado em alusão à derrota dos grupos populares e rurais e ao estabelecimento de uma nova coalizão entre a classe média, os industriários, os latifundiários e os pequenos comerciantes.

Este trabalho parte do pressuposto de que a Revolução Mexicana configurou-se em uma conflagração de caráter agrário, nacional e popular, mas que se distanciou do paradigma de revolução marxista. Isso é dito em alusão ao fato de que não ocorreu um levante nacional, uníssono e homogêneo, que pelejou para destituir violentamente uma superestrutura antiquada[134]. No caso do México, a revolução ocorreu em âmbito nacional no sentido de ela ter sido um movimento social que ocorreu de forma alastrada e fragmentada por todo o país. Alguns segmentos tinham aspirações (quase unicamente) regionais e, por essa razão, muito pouco entendiam e/ou queriam da superestrutura, se suas reivindicações fossem atendidas. Como afirma F. Tannenbaum: "(ocorreu) não uma revolução nacional no sentido de que todo o país participou do mesmo movimento e ao mesmo tempo. Ela foi local, regional e em alguns momentos, até mesmo, por estados. Não foi monolítica e, muito menos, unidirecional"[135]. Deste modo, pode-se afirmar que a compreendemos como um evento que foi disseminado e multidirecional.

Além do mais, a revolução *per se* não foi resultado apenas da miséria abjeta ou da falta de desenvolvimento econômico. Muito pelo contrário. Foi resultado, sobretudo, das três

[134] Cf. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Vol. 1. Tomo 1. Tradução de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
[135] TANNENBAUM, Frank. **Peace and Revolution**. New York: Columbia University Press, 1968. p. 121-122.

questões elencadas a seguir: 1) a desordem do crescimento econômico; 2) as mudanças políticas que estavam ocorrendo; e, finalmente, 3) o desapego delas pelas questões de cunho social. A primeira refere-se à ausência de um programa para a expansão econômica, o que, por consequência, viabilizou uma evidente divisão entre as regiões do país, que separavam o avanço e a carência dele. Já a segunda questão remete às diversas mudanças políticas promovidas pelo *porfiriato*, que garantiram, inclusive, a proveitosa estabilidade política, após longos anos de combate (desde a Independência em 1810). Contudo, algumas dessas mudanças foram polêmicas e geraram contrariedades, embora houvesse apaziguado ânimos, como exemplo: a reforma da Constituição de 1857, a fim de permitir a reeleição presidencial. Isso possibilitou a vigência de um regime ditatorial que perdurou por longos trinta e cinco anos, o que consistiu, sem dúvidas, numa das razões pelas quais Madero iniciou seu levante e fundou o Partido Nacional Antireelecionista. Enfim, o terceiro ponto refere-se ao fato do *porfiriato* ter adiado a promulgação de reformas sociais, por exemplo, ao evitar a reforma da Lei dos Baldios para que as terras expurgadas fossem restituídas às camadas populares.

No dia 20 de novembro de 1910, Madero realizou a primeira chamada à revolução, mas não atingiu suas metas; conforme já exposto. Isso não impediu que ele fosse ouvido e compreendido por todo o território mexicano e, a partir disso, começou a "fase maderista". Nos meses porvindouros, a revolução e seus ideais seriam disseminados intensamente, especialmente, nos seguintes estados: Baixa Califórnia, Chihuahua, Cidade de Juárez e Sonora. E, apesar de cada vez mais desgastado, o exército de Porfírio Díaz mantinha-se forte contra as sublevações. No mês de maio, os *maderistas* passaram a vencer os combates travados, como ocorreu com Pancho Villa e José Orozco, em 09 de maio de 1911, na Cidade de Juárez. Isso fez com que os combatentes acelerassem o processo de assinatura do "cessar-fogo" e, no dia 21, assinaram um acordo de paz acatando a formação de um governo provisório. Nos dias seguintes, as tropas rebeldes continuaram a tomar as cidades que resistiram.

No dia 25, Díaz renunciou à presidência e, em seguida, foi substituído pelo presidente interino Francisco Leon de la Barra. Na famosa carta de renúncia, escreveu que seria respeitada a vontade do povo e, sendo assim, abandonaria a presidência.

Como se lê, no excerto a seguir:

> Neste conceito, respeitando, como sempre respeitei, a vontade do povo e em conformidade com o artigo 82 da Constituição Federal, venho ante a

> Suprema Representação da Nação, demitir-me, sem reservas, do cargo de Presidente Constitucional da República, com que me honrou o povo mexicano; e o faço com tanta razão por saber que para mantê-lo terei que continuar a derramar sangue mexicano, matando o crédito da nação, derrubando suas riquezas, secando suas fontes e expondo sua política a conflitos internacionais.[136]

O mapa da revolução *maderista* era o seguinte: em Chihuahua, Abraham Gonzaléz, os Pascual Orozco e Pancho Villa; em Sonora, José María Maytorena; e, em Coahuila, Eulálio e Luís Gutiérrez. Na baixa Califórnia, com José María Leyva; em Guerrero, os irmãos Figueroa; em Zacatecas, com Luís Moya. Esses líderes regionais acatavam a Francisco Madero como líder nacional e sucessor de Díaz.

A questão agrária esteve fortemente presente no discurso de Madero, atraindo líderes populares voltados à causa rural. Um destes líderes, Emiliano Zapata, aderiu à revolução apenas em março de 1911, mas representou a ala camponesa na revolução até seu assassinato. Antes de aprofundarmo-nos nesse assunto, contudo, é importante elaborar uma breve exposição acerca da vida de Zapata, para compreender algumas de suas posturas ao longo do processo revolucionário.

Emiliano Zapata (1879-1919) foi um camponês mestiço de origem humilde, que recebeu pouca instrução. Trabalhou como peão e adestrador de cavalos no estado de Morelos, região sul do México. Após a promulgação da Lei dos Baldios e seu impacto social, Zapata passou a promover ideias acerca da restituição de terras aos usurpados e da distribuição das excedências. Em seguida, foi acusado de sedição e aprisionado. Tão logo liberto, em 1909, Zapata formulou o lema "Terra e Liberdade" e, sob essa insígnia, passou a organizar camponeses, com a intenção de ocupar e repartir terras. Ainda que o governador de Morelos enviasse tropas, dificilmente impetravam grande mal. Com o tempo, outras lideranças surgiram pelo país compactando o movimento em prol da distribuição de terras. O primeiro deles foi Genovevo de la O, em Cuernavaca, e, depois dele, vieram Gabriel Tepepa, Rafael Merino e Torres Burgos.

---

[136] **Carta de la renuncia**. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1911 RPD.html>. Acesso em: 12/12/13. [No texto original, lê-se: "*en tal concepto, respetando, como siempre he respetado la voluntad del pueblo, y de conformidad con el artículo 82 de la Constitución Federal vengo ante la Suprema Representación de la Nación a dimitir sin reserva el encargo de Presidente Constitucional de la República, con que me honró el pueblo nacional; y lo hago con tanta más razón, cuando que para retenerlo sería necesario seguir derramando sangre mexicana, abatiendo el crédito de la Nación, derrochando sus riquezas, segando sus fuentes y exponiendo su política a conflictos internacionales*"]

No mês de março de 1911, Zapata aliou-se a Madero e, com a morte infeliz de Torres Burgos, passou a ser o Chefe do Exército do Sul. Após a queda de Díaz, solicitou que se cumprissem as promessas de Madero, quais sejam: as distribuições e restituições de terras. Mas, Madero adiou o quanto pôde e, a fim de ganhar tempo, pedia que o exército do sul se desmobilizasse. Em novembro de 1911, Zapata elaborou o *Plan de Ayala*, no qual declarava Madero como um líder incapaz de cumprir os objetivos da revolução e que, por isso, deveria renunciar à presidência. Essa situação de conflito e negociação durou um ano, pois, em fevereiro de 1913, Madero foi assassinato a mando do general Victoriano Huerta. Zapata recusou ao convite de participar do golpe e uniu-se aos opositores constitucionalistas liderados por Venustiano Carranza. Juntamente a Pancho Villa, Zapata lutou até a expulsão do general Huerta.

Durante a Convenção de Águas Calientes, em outubro de 1914, Zapata aproximou-se ainda mais de Villa contra as posturas abertamente moderadas de Venustiano Carranza. Contudo, a aliança Zapata-Villa não durou muito e, logo, se apartaram. Os *zapatistas* mantinham-se mobilizados, porém, muito desgastados, após três anos de batalhas. O governo *carrancista* ofereceu, inclusive, uma recompensa pela cabeça de Zapata, com o intuito de desencorajar novos levantes. A guerra prosseguiu até 1919 e, em 09 de abril, o general Jesús Guajardo convidou Zapata para uma reunião, fingindo simpatizar-se com seus ideais e, ao entrar no recinto, Guajardo atirou diversas vezes contra ele. Depois, entregou seu corpo à Carranza, para assim, receber a recompensa.

Além de Zapata, existiu outro importante líder camponês: José Doroteo Arango, o Pancho Villa (1878-1923). Não se sabe ao certo a razão pela qual Pancho Villa entrou no banditismo. Alguns estudiosos afirmam que sua irmã haveria sido violentada, o que lhe faria optar pela vida de "justiceiro"; uma questão sem provas. Todavia, essa imagem de "Robin Wood mexicano" fez com que ele fosse admirado por camponeses nortistas, sobretudo, nos estados de Chihuahua e Dourado.

Após a morte de Madero, em 1913, o general Huerta implantou um regime militar, que foi combatido pelas forças de Carranza, Obregón, Villa e Zapata. Um ano depois, Huerta renunciou e fugiu para os Estados Unidos. Os líderes vitoriosos sem entrar em acordo acabaram entrando em conflito novamente. Villa foi alvo de constantes ataques, mas acabou resistindo a todos eles. Em seguida, os Estados Unidos reconheceram o governo de Carranza

e, além de fornecer armas, permitiram que utilizassem a ferrovia estadunidense para derrotar as forças *villistas*. Assim, Villa se tornou o maior inimigo dos Estados Unidos.

A primeira ação de vingança contra os "gringos" foi estrondosa, uma vez que Villa ordenou o fuzilamento de dezessete texanos que estavam no México para reativar as minas de Chihuahua. Isso foi muito mal visto pela opinião pública estadunidense, mas o presidente Woodrow Wilson decidiu não enviar uma ofensiva. No dia 09 de março de 1916, contudo, Villa assassinou 500 homens em Columbus, EUA. Logo, o presidente Wilson ordenou que o general John Pershing organizasse um grande ataque para, assim, punir o exército *villista*. Não obstante, ninguém o encontrou. Com o tempo, os estadunidenses acabaram abandonando o solo mexicano, pois a ocupação causava incômodos para ambos os países.

A partir de 1920, Villa decidiu abandonar a vida de justiceiro e revolucionário, procurando dedicar-se unicamente a sua fazenda de Canutillo. Paulatinamente, começou a recuperar tesouros roubados e enterrados durante as batalhas da revolução. Alguns estudiosos afirmam que Villa havia enterrado seus "tesouros" numa cova falsa na cadeia montanhosa de Sierra Madre e, por isso, fazia excursões solitárias às montanhas, durante vários dias, para buscá-los; mas, isso também nunca foi comprovado. Nos meados de 1920, Álvaro Obregón foi eleito e, imediatamente, passou a suspeitar de um retorno *villista*. Por essa razão, planejou uma emboscada: no dia 20 de julho de 1923, Villa foi atingido por 47 balas em seu automóvel pela polícia secreta e pelos pistoleiros contratados por familiares de vítimas.

Retornemos ao tema da revolução. Em outubro de 1911, Madero venceu as eleições. E, no dia 06 de novembro de 1911, assumiu a presidência mexicana. O principal objetivo foi estabelecer uma República, que respeitasse as liberdades democráticas (expressão, indivíduo, imprensa etc.). Tão logo assumiu a presidência, aumentou sua horda de inimigos. Isso ocorreu por mudar a estratégia política que havia mantido até então e, após sua vitória, assumiu atitudes contraditórias em relação àquela que articulava durante a revolução.

Nos primeiros meses, o presidente Madero anistiou e firmou acordos com os científicos do *porfiriato*. Do mesmo modo, absteve-se de resolver algumas questões de ordem social e, por conta disso, seu governo voltou-se – cada vez mais – às demandas político-econômicas dos conservadores. O gabinete ministerial ficou assim: Manuel Calero como Secretário de Relações Exteriores; Abraham González como Secretário de Governo; Ernesto Madero como Secretário da Fazenda e Crédito Público; José González Salas como Secretário de Guerra e Marinha; Manuel Vázquez Tagle como Secretário de Justiça; Rafael L.

Hernández como Secretário de Fomento, Colonização e Indústria; Manuel Bonilla como Secretário de Comunicações e Obras Públicas e, finalmente, Miguel Díaz Lombardo como Secretário de Instrução Pública e Belas Artes. Desses, apenas Manuel Bonilla e Abraham González lutaram com Madero durante a revolução. O resto do ministério compunha-se de liberais da diminuta elite intelectual e conservadores moderados (os *científicos*). Silva Herzog nos conta que, nessa época, os partidários da revolução afirmavam sorrateiramente que "o presidente Madero governaria com seus inimigos, contra seus amigos revolucionários"[137].

Madero conservava a idéia de que o problema do país era unicamente político e que, sendo isso inteiramente resolvido, as outras questões de ordem econômica e social caminhariam por si só. Ficava evidente que, com sua vitória nas eleições, ele acreditava que esse problema estava inteiramente resolvido. Mas, esquecia-se de que seus lemas de campanha (ainda muito utilizados) como o sufrágio efetivo, a não-reeleição e a liberdade democrática, entre outros, eram muito pouco usufruídos pelas camadas populares e, portanto, muito pouco se resolvia para eles. Com vinte dias de presidência, recebeu um aviso de que os rebeldes do sul estavam elaborando um plano político. Após a derrota de Porfírio Díaz, Zapata solicitou que se cumprissem as promessas de Madero. Mas, o presidente recém-eleito adiou o quanto pôde e, nesse ínterim, pedia que Zapata e seu exército, primeiramente, se desmobilizassem.

Em novembro de 1911, Zapata finalizou o Plano de Ayala, no qual declarava Madero incapaz de cumprir os objetivos da revolução, afirmando, principalmente, que seu governo era muito diferente daquele discurso proferido em 1910. E, sendo assim, ele deveria renunciar à presidência, para entregá-la ao general Pascual Orozco.

Esse plano não afirmava Zapata como líder da Revolução Libertadora, muito embora isso fosse divulgado pela mídia mexicana. Zapata era apenas um possível substituto. O plano propriamente dito não se direcionava ao poder, mas sim à restituição de terras e, por isso, afirmava que as aldeias e os camponeses deveriam receber suas terras, conforme havia sido prometido. E, o trecho a seguir evidencia isso:

> 7º. Em virtude da imensa maioria dos povos e cidadãos mexicanos, não são donos além do chão em que pisam. Sofrem os horrores da miséria, sem poder melhorar sua condição social, nem poder dedicar-se a industria ou a agricultura por ser monopolizado em poucas mãos. (...) a fim de que os

[137] HERZOG, Jesús Silva. **Breve historia de la Revolución Mexicana** – los antecedentes y la etapa maderista. México: Fondo de Cultura Económica, 1969. p. 65.

> povos e cidadãos obtenham ejidos, colônias, fundos legais, e se melhore em tudo e para todos e para sempre a falta de prosperidade e bem-estar dos mexicanos.[138]

Além de Zapata, surgiram outras oposições. Alguns grupos insurgiram e se mobilizaram contra Madero, como: o grupo *porfirista* de Bernardo Reyes; o nortista dos irmãos Emílio e Francisco Vázquez Gómez; o sulista comandado pelo general Pascual Orozco; o Exército, e, por fim, um grupo de governadores. Para combater as sublevações (e não mais lutar ao lado de revolucionários), Madero formou um exército com o impassível general Victoriano Huerta; para isso, porém, teve que contratar novos empréstimos.

Ao longo de 1912, o governo *maderista* recebeu constantes ataques, sobretudo, por parte do grupo de ex-*porfiristas* liderados por Bernardo Reyes e Félix Díaz. Em outubro, Félix Díaz arquitetou um levante em Veracruz, mas, não obteve sucesso e acabou preso, juntamente a Bernardo Reyes, que já havia sido aprisionado por armar um levantamento no começo do ano[139]. No dia 9 de fevereiro de 1913, o general Manuel Mondragón conjeturou um levante que libertaria Reyes e Díaz da prisão e, em seguida, tomaria o poder no Palácio Nacional. E, após a libertação, o exército sublevante seguiu seu plano. Em frente ao palácio, iniciou-se um combate entre o esquadrão ex-*porfirista* e o exército leal ao governo de Madero, no qual, inclusive, Reyes morreu e o general Lauro Villar, Chefe Comandante de Madero, acabou ferido. Em seguida, Díaz e Mondragón tomaram a Ciudadela, com a ajuda de Gregório Ruíz e Fidencio Hernández. Mas, passaram a ser combatidos por Huerta, que substituíra Villar, e Henry Lane Wilson, embaixador estadunidense, que, aparentemente, simpatizava-se com ambos, Díaz e Huerta. Um dia depois, Díaz e Huerta procuraram chegar a um acordo. E, Madero pressentia o perigo de um acordo entre ambos, por isso, retirou o general Huerta do cargo e lhe ofereceu a Felipe Ángeles. Contudo, o Ministro da Guerra impôs o cargo à Huerta e Madero cedeu.

Nos dias seguintes, ocorreram reuniões privadas entre Díaz e Huerta em um casebre de Cidade de Juárez. A aproximação entre eles levou à simulação de um combate, com o intuito de que as tropas de Huerta não fossem tão prejudicadas. Apesar das artimanhas, Huerta

---

[138] CENTRO DE ESTUDIOS DE HISTORIA DE MÉXICO. **Plan de Ayala**. México: CONDUMEX, 1985. p. 2-3.

[139] Cf. HARRISON, J. P. **Henry Lane Wilson, el trágico de la decena**. Disponível em: < http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/LQ1KQGU5HBQVBFCTVU87SX8IEJ29LK.pdf > . Acesso em: 13/04/14; RODRIGUEZ, J. **La decena trágica**. Nuevo León: Impresión del Obrero, 1913; SILVA, José Valero. **La decena trágica**. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/revistas/moderna/vols/ehmc03/021.pdf>. Acesso em: 13/04/14.

acabou sitiando os sublevados na Ciudadela. E, cada vez mais, o embaixador Henry Lane Wilson envolvia-se com o que ocorria no México, denunciando a inaptidão do presidente, alegando simpatia para com Díaz e realizando constantes ameaças de intervenção. Em 16 de fevereiro, foi estabelecido um pacto de cessar-fogo por vinte e quatro horas, mas os rebeldes violaram-no. Madero acusou Huerta de ineficiência, por isso, lhe cobrou posturas efetivas e, mesmo sendo avisado da traição de Huerta, preferiu dar-lhe voto de confiança. No dia 17, Gustavo Madero (irmão do presidente) descobriu a farsa de Huerta e, sendo assim, aprisionou-o. Em seguida, o levou até Madero, para que seu irmão fosse informado do que ocorria e lhe castigasse. Mas, o presidente Madero acreditou nos apelos do general e lhe concedeu mais um voto de confiança.

No dia 18 de fevereiro, o general Huerta se desmascarou e começou um levante contra o presidente. Logo, Madero e Pino Suárez (vice-presidente) foram aprisionados. Gustavo A. Madero acabou sendo morto em um restaurante, onde vários homens lhe cercaram e, em meio a vários xingamentos, apunhalaram-no. Como se não bastasse, ainda atiraram contra seu corpo já sem vida, e não satisfeitos, esquartejaram-no. Diante disso, Zapata e outros revolucionários foram convidados a participar do levante *huertista*. Mas, obviamente, a maioria deles recusou. Esse episódio que ocorreu de 9 a 18 de fevereiro de 1913 acabou conhecido como “a dezena trágica”.

No dia 19 de fevereiro, Huerta assinou o Pacto de Ciudadela, no qual estabeleceu um governo provisório. E, para aparentar legalidade, nomeou como interino Pedro Lascurián, responsável pelo mandato mais curto da história mexicana. Alguns minutos depois de assumir a presidência, Lascurián demitiu-se com o intuito de passá-la a Huerta. O mandato em si durou quase uma hora. Quando Huerta assumiu a presidência, os ex-*porfiristas* (ainda vivos), em suma, conservadores e militares, voltaram ao poder. O governo estabelecido por Madero acabou-se por completo, o que deu vazão ao estouro de uma nova revolta, popular e rural, que se preparava amiúde. No dia 22, Madero foi obrigado a assinar sua renúncia à presidência mexicana. Mas, assinou somente porque Huerta havia lhe prometido que, se assinasse, pouparia sua vida, a do vice-presidente e de suas respectivas famílias. Nesse mesmo dia, os prisioneiros foram conduzidos a um carro que supostamente lhes levaria a Veracruz, para que, assim, embarcassem em um trem rumo aos Estados Unidos. Ao chegarem a Lecumberri, porém, foram todos assassinados.

No final de fevereiro de 1913, iniciou-se o governo contrarrevolucionário de Huerta (1913-1914), que chegou à presidência, como evidenciado, sem muita "resistência". Apenas um homem da região nordeste fazia oposição aberta ao general-presidente. O governador de Coahuila, Venustiano Carranza, afirmava que não aceitava o governo recém-estabelecido. Esse novo personagem afirmava também que a ascensão de Huerta representava o rompimento da ordem constitucional da República e, sendo assim, em 26 de março de 1913, redigiu um novo plano político. O Plano de Guadalupe, além de desconhecer Huerta, declarava Carranza como o "Primeiro Chefe da Revolução". Nele, tal qual ocorrera com os planos de Díaz e Madero, não havia espaço para as reformas sociais. No excerto a seguir, percebe-se a recusa ao governo *huertista*, assim como, a nomeação Venustiano Carranza como a liderança máxima do Estado:

> Primeiro - Se desconhece o general Victoriano Huerta como Presidente da República. Segundo - Se desconhece também os Poderes Legislativo e judicial da Federação. (…) Quarto - Para a organização do Exército encarregado de se fazer cumprir nossos propósitos, nomeamos como Primeiro Chefe do Exército, que se denominará "Constitucionalista", o cidadão Venustiano Carranza, Governador do Estado de Coahuila.[140]

Carranza deu início, então, a terceira etapa da revolução, a fase constitucionalista. Esse nome foi utilizado em referência a Constituição de 1857, pois apoiavam a implantação da carta elaborada por Benito Juárez. Em 18 de abril de 1913, os constitucionalistas que aderiram a esse novo movimento assinaram o Pacto de Monclova (referência à Estação de Monclova, em Coahuila), com o intuito de formalizar a aliança entre eles. Essa nova formação conseguiu importantes adesões, como Álvaro Obregón, Pancho Villa e Zapata. Mas a divisão geográfica era a seguinte: na região norte, havia a "Divisão do Norte" liderada por Villa, que agia em Chihuahua, Durango e Zacatecas; o "Exército do Nordeste" de Pablo González, que operava em Coahuila, Nuevo León, Tamaulipas e Tampico; o "Exército do Noroeste" liderado por Obregón, que atuava em Sinaloa e Sonora e, por fim, o "Exército da Libertação" liderado por Zapata, que atuava no sul do país. De acordo com Barbosa, "o motivo ideológico desse grupo, vinculado a uma pequena burguesia agrária e urbana, fora derrotar os últimos vestígios do

[140] MAGAÑA, Gildardo. **Emiliano Zapata y el Agrarismo en México. Tomos I a V.** Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana. México, 1a ed. 1937. Edición facsimilar 1985. Tomo III. p. 91-93.

Antigo Regime e ascender na política local e nacional, mas, existiam altercações nele também, como a disputa Villa-Carranza" [141].

Nesse período, o governo de Huerta aproximou-se astutamente daqueles que representavam o Antigo Regime, como os ex-*porfiristas*, os *científicos*, a Igreja, os progressistas e os ex-*reyistas*. Esse suporte considerável do exército *huertista* acabou proporcionando sua vitória nas primeiras batalhas. E, cabe aqui mencionar, que Huerta, nessa época, já não recebia apoio dos EUA, afinal, a presidência havia passado às mãos do democrata Woodrow Wilson (1913-1921). Inclusive, essa falta de apoio quase levou ambos os países a um combate mais sério, pois, Wilson ameaçou intervir no México por diversas vezes, chegando, até mesmo, a tomar, em 21 de abril de 1914, o Porto de Veracruz, a principal receita do país, a fim de fragilizar o Estado (e também para encontrar Villa, como já mencionado). A tática *huertista*, sem suporte internacional, vingou apenas até os primeiros meses de 1914.

O exército constitucionalista passou a se equipar e organizar gradativamente, para assim, agir numa forte contraofensiva. Aproveitaram-se, em verdade, da perda de forças de Huerta, que lutava incessantemente desde o golpe. Dentre maio a julho, conseguiram importantes vitórias, principalmente aquelas lideradas por Obregón e Villa. Em 8 de julho de 1914, Huerta acabou renunciando à presidência e, assim, entregando-a ao presidente interino Francisco Sebastián Carvajal y Gual (15 de julho a 13 de agosto de 1914).

No dia 13 de agosto de 1914, Francisco Carvajal e o exército constitucionalista assinaram os Tratados de Teoloyucan, no qual se afirmava, sobretudo, a desmobilização das forças *huertistas* e a nomeação de Carranza como "Comandante Revolucionário de México"[142]. A partir disso, os principais chefes militares da revolução organizaram-se para formar uma assembleia, cujo objetivo seria discutir programas e assuntos do novo governo, como havia sido prometido pelo próprio Carranza. A primeira delas ocorreu na Câmara dos Deputados, em Cidade de México, mas, alguns dos chefes se recusaram a participar, alegando que a mesma deveria ocorrer em um território neutro. E, diante disso, a reunião passou a acontecer em Aguascalientes.

A Convenção de Aguascalientes ocorreu no dia 10 de outubro de 1914 e dela participaram os revolucionários que haviam lutado contra o regime *huertista*, como os

[141] BARBOSA, op. cit., p. 75.
[142] Cf. **TRATADOS DE TEOLOYUCAN.** Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/6/2883 /16.pdf>. Acesso em: 07/08/2013.

carrancistas, *obregonistas*, *villistas*, *zapatistas*, entre outros. Nesta mesma reunião, decidiu-se que o Poder Executivo não mais seria ocupado por Venustiano Carranza, deixando, então, a encargo dos interinos Antonio Irineo Villarreal (31 de outubro a 4 de novembro de 1914) e Eulálio Gutiérrez (3 de novembro a 16 de janeiro de 1915). Foram debatidas as questões sociais que haviam sido evitadas, até então, porém, sem chegar a maiores conclusões. Logo, Emiliano Zapata e Pancho Villa foram nomeados respectivamente Chefe do Exército do Sul e Chefe da Divisão do Norte[143].

Obregón e Carranza não reconheceram a autoridade dessa convenção e, por isso, abandonaram Aguascalientes. Depois disso, *villistas* e *zapatistas* partiram rumo à Cidade do México para tomar o poder central, o Palácio Nacional, o que acabou acontecendo em dezembro de 1914. Quando as tropas *villistas-zapatistas* ocuparam a principal cidade mexicana destituíram Gutiérrez da presidência interina. Esta passou às mãos de Roque González Garza (16 de janeiro a 10 de junho de 1915) até que ocorreu sua renúncia em favor de Francisco Lagos Cházaro (10 de junho a 10 de outubro de 1915). Por conta da ocupação do palácio, Lagos transferiu a sede do governo federal para Toluca, e, poucos meses depois, renunciou à presidência, que retornou a Carranza. Isso ocorreu simultaneamente à realidade estabelecida pelo exército *villista-zapatista*. Como afirmamos, em dezembro, as forças de Villa e Zapata tomaram a Cidade do México. Logo, estabeleceram um Conselho Executivo da República Mexicana, com um presidente e um Conselho de Governo. Para Barbosa, o CE "passou a legislar por todo o território nacional, o que nega a tese de localismo do movimento *zapatista*"[144]. Esse mesmo CE promulgou leis que viabilizaram a distribuição e restituição de terras, e leis eleitorais, fiscais e trabalhistas.

Segundo o mesmo autor,

> Nos primeiros anos de revolução, o país não havia se machucado tanto, quanto às despesas e destruições. Mas, em fins de 1914, o país já estava muito destruído e sem recursos para continuá-la. Contudo, com a Cidade do México sob novo controle, a Convenção passou a ocorrer por lá, até seu fim definitivo em Outubro de 1915. Emiliano Zapata e seu exército do sul foram

[143] Cf. RAMÍREZ, A. Hurtado. **Aguascalientes vivió la convención revolucionaria.** Disponível em: <http://www.aguascalientes.gob.mx/segob/archivohistorico/docs/convencion.pdf>. Acesso em: 12/03/13; REYES, F. Heroles. **La convención de Aguascalientes.** Disponível em:<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/700/38.pdf>. Acesso em: 12/03/13.
[144] BARBOSA, op. cit., p. 85.

> os responsáveis por dar um caráter social à revolução, que, em primeira instância, teve e fez questão de manter um caráter unicamente político.[145]

No fim de janeiro de 1915, Obregón recuperou a cidade para os constitucionalistas. Apesar de Roque González continuar presidente interino, Carranza voltou ao cargo de Comandante Revolucionário do México. Para controlar as sublevações e as greves, enviou às regiões mais intensas e sensíveis grupos de militares e políticos. Os grupos militares obrigatoriamente jugulavam qualquer conflito. Mas os políticos rumavam às regiões turbulentas a fim de regulamentar as novas leis de caráter social, para, então, tranquilizar as camadas populares. Tal qual ocorreu com a promulgação da Lei Agrária em 6 de janeiro de 1915 e, nos dois meses porvindouros, a jornada política do general Salvador Alvarado, em Yucatán, para regulamentá-la. Nessa lei, estabelecia-se que o *ejido* seria o novo sistema de *tenencia*, assim como, a reparação das injustiças cometidas durante o *porfiriato*. Seu escopo era devolver os territórios àqueles que haviam sido desapossados. Para isso, a população despojada enviaria uma solicitação formal à *Comissão Agrária Local* (que existiria em cada região) e, mediante uma análise meticulosa, firmar-se-ia um veredicto, que seria enviado, juntamente à documentação do processo, para uma Comissão Agrícola Nacional. Esse processo de restituição não teve a adesão esperada e, em junho de 1915, Carranza expediu um manifesto à nação afirmando que a Comissão era necessária e que ela aceleraria as restituições, fosse pela distribuição das terras do governo, pela reivindicação dos lotes que haviam sido anexados ilegalmente, pela compra e expropriação de grandes lotes ou pelos meios possíveis de aquisição legal. E, mesmo assim, a Comissão demorou a ser verdadeiramente instalada, ocorrendo apenas em 8 de março de 1916. Na área urbana, Obregón ficou responsável por firmar uma série de acordos com o operariado da Casa do Operário Mundial (COM, fundada em 1912). Mediante isso, conseguiram um exército de operários que combateriam aos camponeses, caso fosse necessário (e logo após o recuo das forças camponesas, Obregón desmobilizou o exército e prendeu seus líderes). Contudo, a situação de Villa e Zapata já não era a mesma. Seus exércitos estavam devastados e esfalfados. No final de 1915, ambos perderam várias batalhas e, por isso, recuaram e se separaram, uma vez que Zapata voltou ao sul e Villa rumou ao norte.

Os adeptos de Carranza compunham-se de intelectuais conservadores que dificilmente estariam envolvidos na revolução pela ala radical. Eram eles: Alfonso Cravioto, Félix

[145] Ibidem, p. 77.

Palavicini, Luís Cabrera e Luís Manuel Rojas. Todos de Coahuila e/ou do centro-sul do país. Os *obregonistas* eram diferentes e habitualmente tomavam atitudes mais radicais. Existia, portanto, uma fissura entre eles, pois os *carrancistas* afirmavam que os *obregonistas* eram, com afirma Barbosa, "sem cultura e educação, selvagens e radicais"[146].

Nos meados de 1916, houve todo um processo de "preparação" do Estado mexicano para que se consolidasse o governo *carrancista* (1917-1920). Em 25 de outubro, Benjamín Hill e Obregón fundaram o Partido Liberal Constitucionalista (PLC), resultado de uma série de reuniões das quais fizeram parte os *maderistas*: Alejo González, Cesaleo Castro, Eduardo Hay, Eduardo Neri, Jesús Ureta, José Inocencio Lugo, Manuel García Vigil e Pablo González. Esse grupo estabeleceu Carranza como seu candidato presidencial. Além disso, de 1 de dezembro de 1916 a 31 de janeiro de 1917, ocorreu uma Assembleia Constituinte; mas, a carta foi promulgada somente no dia 5 de fevereiro. E, sendo assim, conseguiu garantir a vigência da democracia, promovendo, inclusive, a educação laica, os direitos trabalhistas e a legislação agrária.

Conforme o excerto abaixo:

> Art. 27.- A propriedade das terras e águas compreendidas dentro dos limites do território nacional, corresponde originariamente a nação, a qual, teve e tem o direito de transmitir o domínio delas aos particulares, constituindo a propriedade privada. Esta não poderá ser expropriada por causa da utilidade pública e mediante indenização..[147]

Para Alan Knight, "o constante aparecimento de Obregón no cenário mexicano, muitas vezes, se sobressaindo à imagem do Comandante Revolucionário, preanunciou uma ruptura que ocorreria mais à frente"[148]. Nesse caso, Knight se refere à cisão que ocorreu entre Carranza e Obregón, levando à presidência interina de Adolfo de la Huerta (1 de junho a 30 de novembro de 1920) e, mais à frente, a presidência de Álvaro Obregón (1920-1924).

No dia 1 de maio de 1917, Carranza foi eleito presidente. Sua carreira política no México pode ser periodizada da seguinte forma: 1) Presidente Municipal de Cuatrociénegas, em Coahuila (1894-1898); 2) Governador de Coahuila (1911-1913); 3) Comandante

---

[146] BARBOSA, op. cit., p. 90.
[147] **CONSTITUICION POLÍTICA DE MÉXICO**. Disponível em: < http://www.juridicas.unam.mx/infjur/leg/conshist/pdf/1917.pdf>. Acesso em: 08/07/2013.
[148] KNIGHT, op. cit., p. 101.

Revolucionário do México (1914-1917), um cargo paralelo às presidências interinas escolhidas pela Convenção de Aguascalientes e, finalmente, 4) Presidente do México (1917-1920), quando ficou legitimamente encarregado do Poder Executivo.

O governo de Carranza coincidiu com um período muito preocupante da história mundial: a Primeira Grande Guerra (1914-1918). Essa guerra teve consequências profundas: 15 milhões de soldados europeus ficaram feridos, 8 milhões foram mortos, 7 milhões acabaram incapacitados. A Alemanha, por exemplo, perdeu 15,1% da população masculina ativa, já a França perdeu 10,5% dela. Sem recursos e devastada, a Europa foi obrigada a importar produtos para subsistir e, consequentemente, os países latino-americanos que não estiveram diretamente envolvidos com o conflito acabaram assumindo esse papel, aumentando a exportação e melhorando a economia.

No México, o período da Grande Guerra implicou em um importante crescimento econômico, sobretudo, pelo aumento da demanda por produtos básicos, assim como, pelo crescimento da arrecadação fiscal, pois, agora existia uma estabilidade política que viabilizava isso. O presidente recém-eleito, contudo, acabou não cumprindo algumas das promessas realizadas durante a luta revolucionária, não dando a devida importância aos artigos de cunho social. Carranza chegou a devolver alguns territórios aos latifundiários e convocou ainda uma nova assembleia, para reformar a constituição. Nesse sentido, os exércitos de camponeses da região norte e sul não acataram a ordem de desmobilização, continuando na luta, apesar de bem desgastados.

No primeiro semestre de 1918, a COM acabou perdendo a importância de outrora, afinal, os conflitos recorrentes entre os dirigentes sindicais acabaram por desvirtuar os objetivos e os interesses da organização. Sendo assim, em 12 de maio de 1918, surgiu a Confederação Regional Operária Mexicana (CROM); a primeira organização sindical mexicana de caráter nacional. Ela surgiu após uma série de reuniões em Tampico e Veracruz, que discutiram as principais estratégias da futura organização. Em março, a reunião ocorreu em Saltillo e nela se firmou que a CROM promoveria um sindicalismo "regulamentado", contrapondo a ação direta e agressiva de antigamente. Tal perspectiva levou, inclusive, a fundação do Partido Trabalhista Mexicano[149] (PLM, 1919-1940), liderado por Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles.

[149] Na língua original, lê-se: *Partido Laborista Mexicano*. O *Partido Laborista Mexicano* (PLM) foi fundado, em 1919, por Luís L. Morones, um conhecido sindicalista do período. O partido fazia-se "braço direito" da CROM

No início de 1919, o exército de camponeses ainda se fazia resistente e Carranza havia desistido de qualquer negociação, oferecendo, até mesmo, um preço pela cabeça de Zapata. Em 09 de abril, o general Jesús M. Guajardo, a pedido de Pablo González, convidou o insurgente para uma reunião, na qual supostamente conversariam sobre suas afinidades revolucionárias. Quando Zapata o encontrou, porém, Guajardo disparou diversas vezes contra ele; a seguir, entregou seu corpo a Carranza em troca da recompensa oferecida (e, na verdade, acabou recebendo metade do que havia sido oferecido).

No jornal *El democrata*, publicando no dia 9 de abril de 1919, dizia-se assim: "Tenho a profunda pena de pôr ao conhecimento de vocês, que hoje, as uma e meia da tarde, foi assassinado o Comandante General Chefe Emiliano Zapata, por tropas do chamado Coronel Jesús M. Guajardo, quem com toda premeditação, assassinou ao covardemente"[150].

Após a morte de Zapata, iniciaram-se vários conflitos por todo o país. Dentre eles, Pancho Villa despontou com o Plano de Rio Florido, cujo programa político sugeria o retorno da Constituição de 1857. Mas não recebeu a devida atenção. Assim, o Exército de Libertação do Sul do finado Zapata começou a desintegrar-se, sobretudo, em seguida à deposição de Carranza.

Nos meados de 1919, o presidente vigente e Obregón passaram a disputar realmente o Poder Executivo. Com receio, Carranza solicitou o adiamento das candidaturas, para que, assim, atrasasse as eleições. E, conseguiu. Obregón foi obrigado a se retirar do cenário político; contudo, arquitetou sua candidatura mesmo à distância. Em junho de 1919, escreveu um artigo chamado "Manifesto à nação" no jornal *O Democrata*, no qual afirmou que seria candidato à presidência e que, diferentemente de seus opositores, não firmaria "acordos" de qualquer índole.

Como se percebe, no trecho a seguir:

> Apresento-me, pois, no tablado político para dizer à nação: sou candidato a presidência da República na próxima campanha eleitoral; não tenho compromisso de nenhuma índole, nem dentro, nem fora do país. Não vou me deter em formular um programa cheio de espelhismos, que um dia reclamei.[151]

---

e, a partir de 1920, tornou-se o partido mais importante do México. Afinal, elegeu candidatos como Álvaro Obregón e Elías Calles. Todavia, o assassinato de Obregón acabou levando-o ao fim.

[150] **EL DEMOCRATA**. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1919PMZ.html>. Acesso em: 12/12/13.

[151] **MANIFESTO A LA NACIÓN.** Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revol

Neste mesmo manifesto, Obregón afirmou que esse seria um momento para se repensar o Partido Liberal, já que, em razão de suas constantes falhas, permitia que o Partido Conservador tomasse conta da cena política, como ocorria sempre. Seria esse, então, um momento propício a se formar um novo partido político, que abrangesse todos os segmentos da complexa sociedade mexicana. Por essa razão, fundou o Clube Liberal, que acoplaria as mais variadas vertentes políticas, a fim de estabilizar o país e, ao mesmo tempo, contemplar todas as opiniões[152]. Além disso, havia outros candidatos à presidência de 1920. Candidataram-se: Alfredo Robles Domingues pelo Partido Nacional Cooperativista (nomeado de Carranza); Ignácio Bonillas pelo Partido Liberal Democrático e Pablo González pela Liga Democrática. Mas, Obregón era o candidato com maior apoio popular, pois angariou uma aliança política com indivíduos e as organizações mais importantes do México, como a CROM, o governador de Morelos, Gildardo Mangaña, e o governador de Sonora, Plutarco Elías Calles.

Carranza atrapalhou recorrentemente a campanha eleitoral de Obregón. Em abril de 1920, chegou a determinar a intervenção militar do estado de Sonora, pois afirmava que o mesmo havia se empossado do Rio Sonora, que, em verdade, constituía uma propriedade nacional, como justificava. A intenção era clara: assustar aos aliados de Obregón. Mas, ocorreu exatamente o contrário. O governador, Elías Calles, e a população *sonorense* ficaram revoltados e, no dia 23 de abril, iniciaram um novo levante revolucionário, no qual Calles lançou o Plano de Água Prieta, um manifesto político que criticava o governo estabelecido após a revolução e exigia a deposição de Carranza. Dias depois, Obregón foi capturado e condenado por sedição. Mas, conseguiu fugir em seguida e, no caminho à Cidade do México, deparou-se com um exército de comandantes e personalidades políticas que o apoiavam e almejavam a mesma deposição.

Com a insurreição de Obregón, Carranza passou a estudar cautelosamente os caminhos a serem tomados. Afinal, o descontentamento se alastrava rapidamente. Alguns dias após o levante de Sonora, até mesmo, seu assistente tentou matá-lo, o que lhe fez abandonar a Cidade do México e rumar a Veracruz, a fim de se fortalecer e, depois, voltar para lutar. Mas, a realidade afinou seus planos. Foi combatido por todo o caminho, ocorrendo, então,

---

ucion/IM/1919%20Jun6ElDemocratap.1,2,3,6.pdf>. Acesso em: 13/02/2013.

[152] Nota-se que tal iniciativa de Obregón funcionou como alicerce ao porvindouro Partido Nacional Revolucionário (PNR). Mas, inicialmente o Clube funcionou paralelamente ao PLM.

assassinatos, deserções e saques. Antes mesmo de chegar à Puebla, abandonou seus pertences e seguiu com uma pequena comitiva rumo a Veracruz, mas, no trajeto encontrou um exército *obregonista* liderado pelo general Rodolfo Herrero, que lhe aprisionou e executou em 21 de maio de 1920. Depois de dez dias, anunciou-se a presidência interina de Felipe Adolfo de la Huerta (1 de junho a 30 de novembro de 1920). Seu mandato (que somou apenas seis meses) focou-se no apaziguamento das forças rebeldes e na organização do governo para que, assim, convocasse as próximas eleições. Quando convocadas, Álvaro Obregón foi eleito presidente com 113.751 de votos, o que significou um alto índice de aprovação. Com essa vitória, a história mexicana começava uma nova fase: a dinastia sonorense.

1.3 Da Dinastia Sonorense ao Cardenismo (1920-1940)

O período *obregonista* ficou conhecido por ajustar a reforma agrária e restabelecer as relações diplomáticas com os Estados Unidos. Ficou conhecido também por restabelecer o equilíbrio das forças políticas do país, chegando a anistiar tanto os conservadores quanto os rebeldes perseguidos pelos governos anteriores. Sua política viabilizou a formação e o registro de vários partidos políticos e, apesar dessa pluralidade crescente, a estabilidade não se apresentou de modo efetivo; por exemplo, nesse momento, ocorreu a fundação do Partido Comunista Mexicano (PCM), que, até então, era clandestino[153].

De acordo com Pablo González Casanova, o decênio de 1920

> (...) foi, ao contrário do que se pode pensar, um período cuja principal característica foi a abundância de partidos. E, apesar dessa abundância, não existia um sistema de partidos que faria da vida política estável. Foi um decênio que se distinguiu pela debilidade da Presidência da República, do Executivo, frente aos estados e ao Congresso da União. Quando Obregón assumiu o poder, em 1920, dois partidos se sobressaíram em suas pautas: o Partido Laborista Mexicano (PLM) e o Partido Nacional Agrarista (PNA).[154]

[153] Cf. CANO, Andaluz. **La gestión presidencial de Plutarco Elías Calles**. México: UNAM, 2006; RIVERA, José Castro. **La clase obrera en la historia de México: en la presidencia de Plutarco Elías Calles**. 4° Ed. México: Siglo XXI, 1987.
[154] GONZÁLEZ, Pablo Casanova. **La democracia en México**. 27° Edición. México: Editora Era, 2004. p. 44.

O restabelecimento das relações entre Estados Unidos e México foi sentido em dois importantes momentos da presidência. Em primeiro, no dia da posse de Obregón, em que políticos estadunidenses compareceram à cerimônia. Em segundo, ao se firmar, em 1923, o Tratado de Bucareli que pretendia negociar as exigências estadunidenses aos danos ocasionados pela revolução em seu território. Discutido entre maio e agosto daquele ano e promulgado em setembro de 1923, sua vida útil não ultrapassou o primeiro ano, quando o então presidente Elías Calles deliberou seu cancelamento.

Ao longo da presidência *obregonista*, houve uma revolta liderada por Adolfo de la Huerta, que, após a presidência provisória, ocupava o cargo de Ministro das Finanças. Em 1922, de la Huerta negociou a dívida externa mexicana e, por conta disso, enxergou-se como legatário do presidente vigente. Mas compreendeu prontamente que os planos de Obregón direcionavam-se ao Secretário de Governo Elías Calles. Em 1923, de la Huerta levantou-se em armas, mas não obteve grandes resultados e acabou fugindo aos Estados Unidos. Em seguida, Calles foi oficialmente anunciado como o novo candidato à presidência pelo PLM. Tendo isso dito, cabe aqui afirmar que, após Obregón, ele seria o terceiro presidente mexicano oriundo do estado de Sonora, o que foi devidamente notado pela historiografia e, portanto, designado como *Dinastia sonorense* (1920-1928).

O apoio *obregonista* a Calles promoveu ainda mais sua reputação de político radical (daí a alcunha de "candidato operário"); o que, às vezes, deixou evidenciar em alguns discursos de campanha: "Não serei tão cauteloso e moderado", afirmava Calles, "mas seguirei a política do General Obregón"[155]. E mais: "sou um revolucionário que não claudicou... defenderei os princípios consignados na nossa Constituição, sobretudo, os artigos de 27, 123 e 130... colocarei todas as minhas energias e meu caráter todo, para elevar o nível moral, intelectual e econômico das classes trabalhadoras"[156]. Essa reputação radical avançou por toda a nação levando, inclusive, à manifestação de alguns grupos políticos mais conservadores. A igreja, por exemplo, não gostou da candidatura de Calles, e chegou a afirmar que "suas raízes árabes indicavam um comportamento pior que o soviético"[157]. E, assim sendo, pediram a Obregón que não desse a ele seu apoio, afirmando: "Senhor presidente, valores fortes, como

[155] ELIAS CALLES. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[156] Ibidem.
[157] Ibidem.

os vossos, servem de sentinela para guardar a honra nacional, e uma desonra será se prestar vosso apoio para que ele salte ao poder"[158].

No dia 1 de julho de 1924, Calles foi eleito presidente do México. Seu governo ficou conhecido pela ampliação das rodovias, da malha ferroviária e do sistema de irrigação. Assim como, tornou-se popular pelas seguintes construções: a primeira linha aérea nacional; a Escola de Agronomia de Chapingo; a Escola Médico-veterinária; o Banco Nacional do México e o Banco Ejidal e Agrícola. E, no âmbito legislativo, legalizou o divórcio e o fim das isenções fiscais. Mas, cabe lembrar que sua administração também ficou conhecida pela "política de terror" que exerceu. Afinal, os levantes camponeses e as greves urbanas foram severamente reprimidos, sendo seus insurgentes, em grande maioria, fuzilados.

Durante seu governo, Calles expediu uma lei adicional que regulamentou as instituições religiosas (lê-se: Igreja Católica) no México. A "Lei Calles", como ficou conhecida, inseriu duras disposições *anticlericais* ao artigo 130 da Constituição de 1917. Nela afirmava-se que a Igreja seria reconhecida oficialmente apenas mediante o cadastro e o pagamento de tributos. Além disso, limitou o número de sacerdotes por diocese, assim como, estabeleceu que todo sacerdote ou líder religioso deveria se registrar nas prefeituras, para então, receber um alvará. Estabeleceram-se também penalidades severas ao descumprimento das mesmas, nas quais os religiosos estavam sujeitos a uma multa de 500 pesos, com direito a cárcere de cinco anos àqueles que criticassem o governo publicamente. Encerraram-se cultos e atividades de 142 igrejas e 73 conventos, pois seus líderes foram expulsos do país. A lei ocasionou, portanto, uma cisão entre o Estado e a Igreja, o que acendeu, indubitavelmente, a Guerra Cristã (1926-1929). Guerra essa que foi travada entre as forças do governo *callista* e as milícias cristãs, com seus arcebispos, bispos, padres, presbíteros e leigos, resistentes às diretrizes e normas estabelecidas pela nova lei, que restringiu, portanto, a participação da Igreja católica no Estado e na sociedade mexicana.

Nos meados de 1925, Obregón mudou-se para o estado de Sonora, mas, continuou a intervir nos assuntos nacionais. Dentre 1924 e 1926, Calles e Obregón mantiveram uma parceria política, o que, para alguns, aparentava uma antiga "diarquia"[159]. A partir de 1926, contudo, ocorreram pequenas rusgas entre Obregón e alguns políticos *callistas*. Afinal, o ex-

---

[158] Ibidem.

[159] Cf. DELGADO, Gloria María Cantú. **Historia de México**: México en el siglo XX. México: Pearson Educación, 2003; GARCÍA, Gastón Cantú. **El pensamiento de la reacción mexicana (la derecha).** Tercero Tomo. México: UNAM, 1997; MEYER, Lorenzo. **Agenda ciudadana**. Disponível em: <http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/010621.pdf >. Acesso em: 14/12/13.

presidente almejava a aprovação de uma emenda que viabilizasse a reeleição "não-consecutiva". Mas, Calles e seus homens defendiam um governo civil, sem reeleições, passando a manter-se, portanto, em oposição declarada ao general Obregón. Alguns grupos políticos se manifestaram contrários à reforma e seus principais líderes foram perseguidos e executados, como ocorreu com os generais Arnulfo R. Goméz e Francisco R. Serrano. Isso levou, obviamente, a aprovação da emenda e, depois disso, o ex-presidente defendeu e promoveu sua reeleição, o que culminaria em vitória.

Álvaro Obregón foi reeleito em 1 de julho de 1928, e, após dezessete dias, assassinado. No dia 17 de julho, ocorreu um almoço no restaurante *La Bombilla*, em *San Angelo*, para celebrar sua vitória. No fim do almoço, Obregón retirava-se do restaurante, quando foi assassinado pelo católico insurgente José Leon Torral – seminarista contrário às políticas anticlericais[160].

Após a morte de Obregón, Calles conjeturou um acordo entre os governantes, conservadores e progressistas, no qual afirmava que nenhum militar se candidataria à presidência provisória ou constitucional. Sua intenção era neutralizar os militares, para assim, facilitar o trabalho do Congresso, por uma única razão: acreditava que, com o assassinato de Obregón, a "*era dos caudilhos*" havia terminado[161]. Deste modo, sugeriu à presidência interina, o advogado Emílio Portes Gil. Conforme Pablo González, "Calles como presidente deu três passos importantes: o primeiro foi impedir a sua própria reeleição; em segundo, retirou-se da escolha de uma pessoa ou candidato determinado; em terceiro, propôs que o candidato não fosse um caudilho e sim um civil"[162].

Compete aqui mencionar que, com a morte de Obregón, Calles passou a receber apoio da maioria do Congresso e, sendo assim, mudou o antigo Bloco Revolucionário Obregonista, que começou a ser chamado de Bloco Nacional Revolucionário. No dia 22 de novembro de 1928, conjeturou a formação do Partido Nacional Revolucionário (PNR), juntamente a Aarón Sáenz, David Orozco, Emílio Portes Gil, Gonzálo N. Santos, José Manuel Puig Casauranc, Luís L. León, Manlio Fabio Altamirano e Manuel Pérez Treviño. Nos primeiros encontros,

---

[160] Cf. BARBOSA, Carlos Alberto S. **A fotografia a serviço de Clio.** Uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1900-1940). São Paulo: EDUNESP, 2006; BETLHE, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930**. 1° Reimpressão. Volume V. São Paulo: EDUSP, 2008; MAYER, Alicia (coord.). **México en tres momentos: 1810-1910-2010.** Primera Edición. México: UNAM, 2007.
[161] MEDINA, Luis Peña. **Hacia el nuevo Estado, 1920-1994**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.p. 70.
[162] GONZALEZ, op. cit., p. 57.

firmaram um comitê que estabeleceu Calles como presidente, Luís L. León como secretário e Manuel Perez Trevinõ como tesoureiro.

No mês de janeiro de 1929, iniciou-se a I Convenção do PNR. Esse encontro teve por intuito estabelecer um programa de partido, definindo diretrizes e normas e, por conta disso, acabou somente no mês de março. Tendo isso feito, apresentou-se o PNR à sociedade mexicana. O novo partido uniu diferentes segmentos sociais, objetivando que a disputa política fosse institucional e não pelas armas, como, até então, havia sido. De acordo com González, "Calles introjetou na classe política o convencimento de que seus interesses e ambições estariam mais bem resguardados em uma grande aliança, que evitaria o desgaste político, produto do enfrentamento entre facções e dos efeitos desastrosos dos avanços militares"[163].

Assim, Calles foi oficialmente nomeado presidente do PNR e passou a ser chamado por muitos de "Chefe Máximo da Revolução". Afinal, continuava a ser uma voz influente no governo mexicano, mesmo após o fim do mandato presidencial. Sua liderança ultrapassou, inclusive, o encargo e o poder resguardado ao Executivo.

Para o historiador Luís Medina Peña,

> O PNR nasceu assim como uma grande aliança destinada a arbitrar a distribuição pacífica de cota de poder nacional e local para os integrantes. Não foi um partido de classe nem um partido ideológico e muito menos um partido totalitário. No fim das contas, resultou em um partido de comitês, mais importante por seus quadros que por seus membros. Nasceu com o pluralismo instalado em seu interior, o que sublinhou suas funções de arbitragem e negociação. Buscava ser o mais inclusivo possível e por ele desenhava princípios ideológicos gerais com os quais os grupos estatais podiam estar de acordo.[164]

A presidência provisória de Portes Gil (1928-1930) conservou o programa político *callista* (mas com um "tom" mais moderado) e, por isso, se permitiu dividir e restituir terras, assim como, fortalecer organizações campesinas e operárias. No início de 1929, passou a apaziguar e solucionar problemas do período antecessor, para, então, convocar as próximas eleições. Portanto, conferiu autonomia à Universidade Nacional do México, já que a mesma não se submetia às ordens do Estado, bem como, não apoiava a formação do PNR. Assim

[163] GONZALEZ, op. cit., p. 59.
[164] MEDINA, op. cit., p. 73.

como, expediu uma lei adicional, em 22 de junho, permitindo à Igreja manter sua prática religiosa. Em 27 de junho, participou da primeira missa pública do México.

Nos meados de 1929, anunciou o primeiro candidato do PNR, o *michoacano* Pascual Ortiz Rúbio, um diplomata com formação acadêmica em história e geografia. Ortiz Rúbio exercia o cargo de Embaixador no Brasil, quando recebeu o convite para concorrer à presidência pelo PNR. Conforme afirmou posteriormente, "(Calles) chamou-me ao exercício do governo no qual compartilharei o poder com o PNR, que lançaria minha candidatura e cujos princípios me acolheriam por completo"[165]. Para alguns historiadores, a nomeação ocorreu em razão de sua neutralidade, o que lhe fazia mais "manejável" na campanha eleitoral contra o *obregonista* Aarón Sáenz[166].

No dia 17 de novembro de 1929, Pascual Ortiz Rúbio foi eleito presidente, mas seu mandato durou apenas até 1932. Afinal, Ortiz Rúbio sofreu uma série de atentados, assim como, discordou das orientações dadas e/ou outorgadas por Calles. Para substituí-lo, o mesmo convocou o jogador de *baseball* Abelardo Rodríguez, que governou de 4 de setembro de 1932 a 30 de novembro de 1934, consistindo, portanto, no último presidente interino do México.

O governo de Rodríguez focou-se em reformas, como as estipuladas a seguir: em primeiro, anulou a reeleição "não-consecutiva" (1933); em segundo, modificou a lei de Patrimônio Ejidal e Monopólio (1933); em terceiro, firmou a Lei de Beneficência Privada (1933); em quarto, construiu o Banco Hipotecário e de Obras Públicas (hoje, Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos, Banobras, 1933); em quinto, enviou ao Congresso a Lei Orgânica da UNAM e, finalmente, em sexto lugar, decretou que o Estado teria controle sobre o Banco do México. No dia 4 de novembro, outorgou o salário-mínimo. Quase um ano depois, em outubro de 1934, reformou o 3° artigo da Constituição de 1917, para que, assim, se estabelecesse um sistema de educação socialista, o que gerou – novamente – um conflito entre Estado e Igreja[167].

---

[165] RÚBIO PASCUAL ORTIZ. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015. [No texto original: *llamó me al ejercicio de un Gobierno en el que yo comparta el poder con el PNR (Partido Nacional Revolucionario) que lanzaría mi candidatura y a cuyos postulados me acogería en todas sus partes...*"]

[166] Cf. **5 de Febrero de 1930**. Disponível em: < http://pri.org.mx/TransformandoaMexico/Efemerides/Efemeridaspx?y=11187>. Acesso em: 13/02/14; **Informes presidenciales: Pascual Ortiz Rubio**. Disponível em: < http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/re/RE-ISS-09-06-06.pdf>. Acesso em: 13/12/13.

[167] Cf. DIÁRIO OFICIAL. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1933SMI.pdf>. Acesso em: 13/12/13; DIÁRIO OFICIAL. Disponível em: http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1934EDS.pdf>. Acesso em: 13/12/13.

O período histórico que começa com a presidência de Portes Gil e finaliza com o mandato de Abelardo Rodríguez foi denominado pela historiografia como "Maximato", em alusão à Elías Calles e seu poder descomedido. Como mencionado anteriormente, Calles chegou a ultrapassar o poder resguardado ao Executivo, acarretando em um governo dualista (Calles e o presidente eleito) de longos dez anos[168]. Esse dualismo teve fim somente com a consolidação de novas forças políticas, tal qual ocorreu com os grupos de camponeses e operários. Nessa época, eles se fortaleceram e mudaram de perspectiva política, o que os distanciou progressivamente de Calles.

Conforme Medina Peña:

> O cenário político exigia algo mais arbitrário daí a criação de um novo caudilho, um caudilho institucional. E existia um dilema no período: aceitar ao Calles ou recair no caos. Todo o segredo do governo de Calles, o Maximato, segundo o qual o governo era compartilhado entre ele e o presidente, residiu no feito de que era produto de uma necessidade política, que começou a ser definido pela morte de Obregón e ficou mais agudo com os jogos dos amigos políticos e dos principais atores políticos. O Maximato cobriu os anos que correram entre 1930 e 1935 e correspondem não somente a época em que se quis que o PNR tivesse vigência política real, senão também ao sexênio de Obregón. O PNR se concebeu no plano das ideias como o substituto coletivo da figura caudilhesca.[169]

Na II Convenção do PNR, em 1933, seus correligionários escolheram o próximo candidato à presidência, Cuahutemóc Lázaro Cárdenas. Além disso, designou-se também um novo plano de governo, o Plano Sexenal, que regulamentou a intervenção do Estado em suas diferentes esferas, como a industrial, a rural, a sindical, entre outras. Esse plano foi organizado para que se cumprisse em um período mínimo de seis anos e, assim sendo, a cada ano cumprir-se-ia uma etapa.

Conforme apontado abaixo:

> O Plano Sexenal acontecerá em seis etapas anuais e sucessivas, cada uma delas será devidamente pensando e planejado pelo Executivo na União, com a colaboração do Partido, e cujos alinhamentos serão expostos ante o país

[168] Nessa época, o PNR recebeu um segundo nome: o "Partido Oficial do Estado"; e por isso, seus correligionários diziam fazer parte de uma "família revolucionária" e, inclusive, se chamavam de "irmãos".
[169] MEDINA, op. cit., p. 75.

> pelo C. Presidente da República, o primeiro de janeiro do ano correspondente.[170]

No dia 1 de dezembro de 1934, Cárdenas assumiu a presidência. E, nos primeiros meses de governo, o presidente recém-eleito já percebia uma cisão no interior do "partido oficial", com as seguintes vertentes políticas: a oligarquia *callista* e o radicalismo *cardenista*. De acordo com Aguilar Camín, "a oligarquia *callista* rejeitava o *cardenismo*, pois havia se habituado à especulação comercial, à espoliação de fazendas da velha classe latifundiária, às empresas pessoais subsidiadas e engordadas com recursos públicos"[171]. Por conta disso, Cárdenas aproximou-se daqueles que estavam insatisfeitos com o poderio de Calles, sobretudo, operários e camponeses.

O principal conflito entre as duas "alas" do governo ocorreu no dia 15 de junho de 1935, momento no qual o ex-presidente realizou uma série de críticas à divisão do gabinete e ao radicalismo *cardenista*. No dia 18, contudo, o presidente recém-eleito solicitou a renúncia de todos os membros do gabinete e, até mesmo, a deposição de Calles do PNR. Este percebeu tarde demais que havia uma base de apoio a Cárdenas no PNR e, quando isso ocorreu, fugiu aos Estados Unidos. A partir disso, a dirigência do "partido oficial" ficou a encargo do ex-presidente, Emílio Portes Gil. Mas, ele logo renunciou ao cargo em razão da pressão e da resistência do gabinete; como havia feito enquanto presidente. A partir disso, o partido ficou, então, sob a tutela do próprio presidente, o que acabou caracterizando o período pela forte expressão da presidência, uma vez que controlava o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o próprio PNR.

Com o PNR nas mãos, Cárdenas iniciou uma reforma no partido. Durante a greve pela nacionalização das petrolíferas, em 1938, o PNR adotou uma nova denominação: Partido da Revolução Mexicana (PRM). Essa mudança se concretizou pela coalizão dos seguintes setores: o setor camponês, representado pela Liga de Comunidades Agrárias (LCA) e pela Confederación Nacional Camponesa (CNC); o setor operário, composto pela Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), a Confederação Rural e Operária Mexicana (CROM), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e, do mesmo modo, os dois grandes sindicatos filiados às centrais: o de mineiros e o de eletricistas; o setor popular; e o setor militar, no qual ficavam incluídos todos os membros das Forças Armadas. Segundo Medina Peña, a gestão de

[170] PLANO SEXENAL. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015

[171] AGUILAR, op. cit., p. 110.

Cárdenas incitou uma mudança de paradigmas que transformou o PNR, um partido de comitês, no PRM, um partido de setores[172].

O PRM tinha uma abordagem política diferente daquela adotada pelo PNR, como se nota a seguir:

> Para ele propõe: vigiar a sistemática aplicação dos preceitos constitucionais e das leis agrárias em vigor, procurando as reformas que para tais ordenamentos se estimem pertinentes, a fim de transformar por completo o regime da propriedade rural, y para satisfazer totalmente as necessidades das terras e águas dos núcleos de população que carecem de tais elementos, o que eles não obtêm em quantidade suficiente. (…) O programa mínimo do partido, em matéria de cooperativismo, compreende os seguintes pontos principais: a) Fomentar a organização de cooperativas entre os pequenos agricultores; b) Organizar as cooperativas de consumo entre os camponeses, para evitar assim a exploração de que são objeto por parte de intermediários.[173]

Após a criação do PRM, Cárdenas atingiu alguns objetivos políticos que engrandeceram sua presidência e a sua imagem. De um lado, ele reduziu a burocracia política, promovendo uma disciplina mais rígida; e do outro, "completou a obra", como afirma Medina, "de instaurar o presidencialismo ao 'estilo mexicano', juntando a administração presidencial ao estilo do *Maximato*, com a primazia política arbitral de 'Chefe de Estado'"[174].

De acordo com Barbosa,

> (...) o PNR, que havia sido criado tendo em vista principalmente às questões políticas, não dava mais conta da complexidade social do país. Em 1938, o antigo partido foi transformado no novo Partido da Revolução Mexicana (PRM), com uma estrutura semicorporativa, formada por quatro setores: camponês, operário, popular e militar.[175]

O período *cardenista* representou, sobretudo, a consolidação política tardia dos pressupostos propagados durante a revolução. Contudo, não designou somente bem-aventuranças. A partir de 1938, as reformas sociais foram brecadas: houve menor investimento do exterior; as companhias estrangeiras saíram do país, pois, receavam as greves

---

[172] MEDINA, op. cit., p. 81.
[173] PACTO, PRINCIPIOS Y PROGRAMA DEL PRM. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015
[174] MEDINA, op. cit., p. 100.
[175] BARBOSA, op. cit., p. 108.

e a nacionalização; a malha ferroviária encontrava-se extremamente deteriorada e a baixa tecnologia atrapalhava a produção nacional. Desde 1935, a inflação aumentava anualmente. Em 1936, aumentou em 26% e, em 1939, 9%. De 1934 a 1940, o salário-mínimo diminuiu em 21% ao ano. Além disso, em 12 de abril de 1939, ocorreu um acidente grave na linha férrea Guadalajara-Laredo, no qual dois trens colidiram e ocasionaram a morte de cinquenta pessoas, o que provocou a comoção nacional e tornou mais grave a situação.

Esse apanhado de acontecimentos promoveu o aumento da oposição ao governo, pois, a ala conservadora estava farta, sobretudo, das seguintes questões: a alta da inflação, as aulas de educação sexual[176], e as velhas estradas ferroviárias. E, no fim de seu mandato, Cárdenas passou a ser pressionado por uma nova vertente conservadora, o Partido Ação Nacional (PAN), inaugurado em 17 de setembro de 1939.

No mês de novembro de 1939, ocorreu a III Convenção do partido, que deliberou o 2° Plano Sexenal (1941-1946) e a candidatura de Ávila Camacho. Cárdenas acabou sugerindo a candidatura de um político da ala moderada, contrariando seus aliados que almejavam a candidatura de Francisco J. Múgica, conhecidamente radical. E, um ano depois, as eleições ocorreram em clima de violência, com assaltos, queima de veículos, saques às lojas e alguns feridos. Nelas, Camacho concorreu, sobretudo, com o Juan Andreu Almazán do Partido Revolucionário Unificação Nacional (PRUN), apoiado também pelos partidos PLM e PAN. Estima-se que Almazán fora o grande favorito às eleições de 1940. O resultado, contudo, foi o seguinte: Camacho recebeu 2.476.641 votos pelo PRM (93,89%); Almazán recebeu 151.101 pelo PAN, PLM e PRUN (5.72%) e Rafael Sánchez Tapia (um candidato independente) ganhou apenas 9.842 votos (0.39%). Após a vitória de Camacho, os *almazanistas* manifestaram-se inconformados com as eleições e declararam-na "uma grande farsa".

Para Barbosa, a fase tardia da Revolução Mexicana pode ser evidenciada, principalmente, em três questões:

> Em primeiro lugar, a elite política *cardenista* fora formada essencialmente por membros que lutaram durante a revolução e traziam consigo as experiências da luta revolucionária e de suas bandeiras de transformação social. Eram, em geral, elementos atuantes nas alas radicais ou jacobinas do constitucionalismo, muitos deles os principais responsáveis pela introdução das leis progressistas na Constituição de 1917. Em segundo lugar, as

[176] A educação socialista propagada por Cárdenas estabelecia a educação sexual na grade curricular das escolas mexicanas. Essa proposta foi abertamente repudiada pela oposição conservadora, que afirmava induzir os jovens à prática sexual.

> reformas sociais e políticas implantadas sob Cárdenas significaram a adoção prática dos artigos mais avançados da Constituição de 1917. Foi com a realização tardia das reformas que a revolução adquiriu dimensão social. Por último, a realização das reformas *cardenistas* só foi possível porque o Exército Federal – instrumento de poder da oligarquia – havia sido definitivamente eliminado pelas forças camponesas em 1914.[177]

Em suma, o governo de Lázaro Cárdenas ficou marcado pelas seguintes questões: a fuga de Elías Calles; a criação do PRM e a política de cunho social. Como dito anteriormente, a vitória de Cárdenas e a reforma do PNR obedeceram diretamente ao abandono da política por Calles e a mudança estratégica do partido, que se tornou um partido *setorial*, logo, direcionado aos principais setores da sociedade. Essa peculiaridade continuou por longos anos: filiavam-se organizações políticas e não pessoas. Além disso, o *cardenismo* significou um período de consolidação política e reformas sociais vinculadas aos ideais da Revolução Mexicana. Sua política reformista nacionalizou as petroleiras mexicanas e legitimou a reforma agrária; garantindo-lhe uma forte pressão política da ala conservadora do PRM e do novo partido conservador, o PAN, assim como, lhe garantiu também a alcunha de "corporativo" e "comunista". Por essa razão, Cárdenas escolheu como sucessor o moderado Ávila Camacho (1940-1946), muito embora, seus aliados pedissem a indicação do radical Francisco J. Múgica. Após as eleições, o Executivo ficou a encargo de Camacho (1940-1946), cujo primeiro discurso ponderou acerca da história do México, afirmando que já não precisava ser um terreno de constante luta armada, mas sim de conciliação[178].

1.4 "Virando à direita": a nova fase mexicana (1940-1968)

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o avanço do fascismo na Europa, o México (e, de modo geral, a América Latina) passou a exportar mais matérias primas. Isso gerou um relativo crescimento interno, já que o capital estrangeiro investido era maior (o que viabilizou, inclusive, a implantação de novas ferramentas e maquinarias), reativando, portanto, a agricultura, a indústria e a mineração. Nesse cenário, o presidente recém-eleito

[177] BARBOSA, op. cit., p. 109.
[178] CAMACHO, Ávila. Primer Informe de Gobierno. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015

empregou o modelo de substituição das importações, o que, para alguns estudiosos, como Gilbert Joseph, mudou o foco do governo da zona rural à zona urbana[179].

A presidência de Ávila Camacho diminuiu ainda a participação militar na política mexicana e, sendo assim, expediu uma lei que proibia essa prática, com exceção dos militares que haviam se aposentado ou exonerado. Mas, cabe aqui uma explicação: embora Elías Calles tivesse firmado um acordo com o gabinete a fim de que os militares se distanciassem da política, não havia firmado uma lei que os proibisse de participar dela, portanto, muitos ainda se candidatavam aos cargos públicos. O "setor militar" foi eliminado do PRM e, em seu lugar, se colocou o "setor popular", mais especificamente a Confederação Nacional de Organizações Populares (CNOP). Seu escopo era, sobretudo, organizar a classe média, diferenciando-a em escalas, como: artesãos, pequenos e médios agricultores, comerciantes, estudantes, entre outros[180]. Isso ocorreu possivelmente para que se evitasse o advento de uma extrema direita, como sucedia na Europa.

Nesse mesmo período, o *ejido* deixou de ser prioritário e, sendo assim, a distribuição de terras foi interrompida. A Confederação Nacional Campesina (CNC), conhecidamente *cardenistas*, acabou sendo destituída e, consequentemente, os camponeses beneficiados foram despojados de suas propriedades. No âmbito urbano, o sindicalista Fidel Velásquez e a Confederação dos Trabalhadores do México (CTM) se sujeitaram às exigências conservadoras do governo, para desgosto do operariado, que não aceitava tal aliança. Do mesmo modo, a educação socialista foi suspendida e se formou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Rua (também conhecido como SINATRACA[181]), cuja função era agrupar o pessoal que trabalhava dentro do sistema nacional de educação. Além disso, em 1941, anunciou-se a conversão do Departamento do Trabalho (que havia sido criado por Madero[182])

---

[179] Cf. CYPHER, James. **Estado y capital en México.** Política de desarrollo en 1940**.** México: Siglo XXI, 1997; JOSEPH, Gilbert; NUGENT, Gabriel (coord.). **Every day form of state formation: revolution and the negotiation of rule in modern Mexico**. EUA: Duke University Press, 1994; RUBESTEIN, Anne. **Bad language, naked ladies and other threats to the nation.** A political history of comic books. EUA: Duke University Press, 1998; VAUGHAN, Mary Kay. **Cultural politics in Revolution:** teachers, peasants, and schools in México 1930-1940. EUA: University of Arizona Press, 1997.

[180] CAMACHO, Ávila. Primer Informe de Gobierno. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[181] *Sindicato Nacional de los Trabajadores de la Calle* (SINATRACA)

[182] Cabe aqui afirmar que a questão do operariado começou a ser resolvida a partir de 1911, com a criação do "Departamento do Trabalho" pelo então presidente Francisco I. Madero. Esse departamento ficou responsável pela veiculação de informações referentes ao trabalho por toda República, assim como, com o encargo de auxiliar "equitativamente" nas contendas entre patrão e operário. Já o firmamento de uma lei voltada unicamente à questão do "trabalho" ocorreu após a publicação do "Decreto sobre o descanso semanal e a jornada máxima de trabalho", em 1914. No ano seguinte, anunciou-se a "Lei do Trabalho".

em Secretaria do Trabalho e Previdência Social, cujo objetivo era mediar os conflitos entre "patrão e operário" e "Estado e operário".

Camacho ainda expediu uma lei adicional, cuja intenção foi reorganizar as eleições mexicanas, regulamentando, por exemplo, a existência de novos partidos políticos, para que, assim, se oferecesse expressão às demais correntes ideológicas, sem prejudicar a unidade nacional. Deste modo, foram criadas as seguintes organizações: o "Conselho de Padrão Eleitoral" (CPE); a "Comissão Federal de Vigilância Eleitoral" (CFVE); a "Comissão Local Eleitoral" (CLE) e os "Comitês Distritais Eleitorais" (CDE)[183].

No fim de seu mandato, o "partido oficial" aparentava um partido completamente diferente daquele fundado por Cárdenas. Durante a IV Convenção, portanto, anunciou-se uma nova mudança de nomenclatura: o PRM passou a se chamar Partido Revolucionário Institucional (PRI). Esse "novo" partido se sustentaria no princípio da colaboração de classes, no apoio ao regime operante e na integração dos setores agrário, operário e popular, com o lema: "democracia e justiça social". Depois disso, anunciou-se ainda o "Plano Federal de Governo 1946-1952", postulando Miguel Alemán Valdés como o próximo presidenciável. Em verdade, Alemán Valdés foi o verdadeiro responsável por sancionar o partido e os programas políticos denominados "Declaração de Princípios", o "Pacto do PRI" e o "Programa do Partido Revolucionário Institucional".

Essa mudança ocorreu mediante a alegação de que o PRM havia cumprido sua missão histórica e, sendo assim, precisava elaborar novas metas: 1) a exclusão dos comunistas do partido; 2) a conservação e ampliação das organizações operárias; 3) o fim da luta de classes; e, finalmente, 4) o início de uma nova época, com o aperfeiçoamento institucional em resposta à Guerra Fria e o triunfo dos moderados no âmbito nacional.

Conforme Medina,

> Ao concluir a guerra mundial foi necessário reformar o partido da revolução. Em 18 de janeiro de 1946, diante de pouco mais de 2.000 delegados, declarou-se dissolvido o PRM por se considerar cumprida sua missão histórica, e aprovou a Declaração de Princípios, programa de ação e estatutos do Partido Revolucionário Institucional – PRI.[184]

[183] CAMACHO, Ávila. Primer Informe de Gobierno. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[184] MEDINA, op. cit., p. 130.

Para Pablo González, contudo, assim que abandonou o programa *cardenista*, o PRI representou "uma inevitável contradição de conceitos com que foi concebido e nomeado: Partido da Revolução Institucional[185].

Por isso, afirma que

> A mudança do PRM ao PRI, gradativa e global, foi de um partido em que o peso do proletariado e das bases populares eram consideráveis, por mais próximo que estivesse; o outro, no qual acabou a ingerência das organizações obreras, desapareceu o debate político interno nos centros de trabalho e fundaram as assembleias da base, característico do novo processo de hierarquização do Estado.O regime do PRI maquinou um estado autoritário e centralizado; capaz de administrar toda a luta política; inclusive a sindical.[186]

As eleições de 1946 ocorreram, portanto, com a mesma desconfiança do processo antecedente. Nelas, concorreram Miguel Alemán (PRI), Ezequiel Padilla Peñallosa (o Partido Democratico Mexicano, o PDM, e o PAN), Enrique Calderón (Partido Popular, PP) e Agustín Castro (Partido da Força Popular, PFP). Em 7 de julho, apresentou a seguinte configuração: Alemán venceu com 1.786.901 (77.9%) votos e Padilla recebeu 443.357 (19.3%) votos. Já Calderón obteve 33.952 (1.5%) e Augustín com 29.337 (1.3%)[187]. Por essa razão, os *padillistas* acusaram este processo de fraudulento e, no dia 12 de agosto, foram indignados às ruas, sem, no entanto, causar grande impacto no cenário político.

Ao longo do mandato de Alemán Valdés, o México aumentou consideravelmente a construção de obras públicas, de estradas ferroviárias e de sistemas de irrigação. Mas conteve a distribuição de terras, de modo que reformou o 27° artigo da Constituição de 1917, resguardando os direitos dos fazendeiros. Nesse momento, as indústrias automotivas e elétricas se espalharam por todo o território nacional. Foram construídas novas escolas de alfabetização, concretizando, assim, o lema de campanha: "a guerra ao analfabetismo". Foram inauguradas também escolas incentivadoras e propagadoras da cultura mexicana, como o Conservatório Nacional de Música. Do mesmo modo, foram fundadas as seguintes instituições: o Banco Nacional do Exército, o Colégio Técnico de Educação, a Comissão Nacional de Cinematografia, a Comissão Nacional de Turismo, a Diretoria Geral de Educação Normal, o Instituto Nacional das Belas Artes e Literatura, o Instituto Nacional Indigenista, o

[185] GONZÁLEZ, Pablo Casanova. **El Estado y los partidos políticos en México**. México: Era, 1981. p.60.
[186] Ibidem, loc. cit.
[187] Cf. ZAVALA, Silvio. **Apuntes de historia nacional 1808-1974.** México: Editora Efe, 1980.

Instituto de Pedagogia e, finalmente o Instituto de Investigação Científica. Além disso, impulsionou-se a cultura com o apoio aos artistas e poetas, como David Alfaro Siqueiros, Diego Rivera e Octavio Paz. E, foram inauguradas as primeiras instalações das cidades universitárias da UNAM; as quais, hoje, são conhecidas como C.U. ("Cidades universitárias"). Por conta dessas numerosas mudanças, Alemán Valdés recebeu, em 1951, o título *Doctor Honoris Causa* pela Universidade Autônoma de Sinaloa (UAS). Um ano depois, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

O período *alemanista* não implicou somente em boas conquistas. Nessa época, o México possuía uma dívida externa de 346 milhões de dólares. Mas, a situação legada dos governos anteriores não viabilizou outra opção, senão realizar uma nova negociação. Isso levou à desvalorização da moeda, cuja cotação deixou o dólar a US 8,65 pesos. Nas zonas urbanas, o governo também adotou uma política conservadora "antigreve" [188], o que fez do movimento operário um "alvo fácil".

No dia 29 de dezembro de 1950, Alemán reformou o artigo 145 do Código Penal, adicionando o polêmico delito de "Dissolução Social".

Nele, afirmava-se que:

> Será aplicada a prisão de dois a doze anos e multa de mil a dez mil pesos ao estrangeiro ou mexicano que, de maneira falada ou escrita, ou por qualquer outro meio realize propaganda política entre estrangeiros ou mexicanos, difundindo ideias, programas ou normas de ação a soberania do Estado mexicano (...) se perturbar a ordem pública quando os atos determinados no parágrafo anterior tendam a produzir rebelião, sedição ou motim.[189]

Essa reforma institucionalizou a coerção à manifestação social. Inclusive, sua anulação haveria de ser uma das bandeiras do movimento estudantil de 1968. Após o novo "delito", foi criada a Diretoria Federal de Segurança, que teria como encargo a espionagem dos inimigos do regime *priista*[190].

Para González, no governo de Alemán

---

[188] Essas greves operárias ocorriam, na maioria das vezes, devido aos baixos salários e às posturas antidemocráticas dos sindicatos, cujos líderes eram conhecidos como "*charros*", significando "ilegítimos" ou "corruptos".

[189] ALEMÁN, Miguel Valdés. Primer Informe**.** In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[190] Cf. RODRÍGUEZ, Octavio Araújo. **La reforma política y los partidos en México.** 12° Edición. México: Silgo XXI, 1997; TORRES, David Mejía. **Proteccionismo político en México.** México: UNAM, 2001.

> (...) o país recebeu um ar de mudança, de maneira tenaz e agressiva criou as condições favoráveis ao desenvolvimento estabilizador. E, por isso, submeteu os trabalhadores e camponeses a ações de repressão e concessão, durante um processo de acumulação e corrupção; o auge dos novos ricos. Um auge do qual teve parte a aprovação da reforma do artigo 27 da constituição; que afirmava o direito de amparo aos donos das terras e ampliou o tamanho legal da pequena propriedade, dando vazão ao *neolatifundismo*.[191]

No fim de seu mandato, Alemán arguiu a respeito da reeleição presidencial, mas, não conseguiu legitimá-la. Foi obrigado, portanto, a escolher um sucessor, o Secretário de Governo Adolfo Ruíz Cortines, que, em razão da idade, possivelmente não terminaria o mandato, dando vazão ao retorno de Alemán. Em 14 de outubro de 1951, Ruíz Cortines, com seus setenta e um anos de idade, anunciou a candidatura pelo PRI. Na "Cidade dos Esportes", proclamou também que o lema de campanha seria: "Austeridade e trabalho 1952-1958", focando especialmente na questão da geração de empregos, para a movimentação da economia mexicana.

Nas eleições de 1952, concorreram os seguintes candidatos: Ruíz Cortines (Partido Nacionalista Mexicano, PNM, e PRI); o católico Efraín González Luna (PAN)[192]; o conservador Miguel Henríquez Guzmán (Partido Constitucionalista Mexicano, PCM) e o comunista Vicente Lombardo Toledano (Partido Comunista Mexicano, PCM, e Partido Operário e Camponês Mexicano, POCM).

Para a historiadora Elisa Servín,

> A candidatura de Ruíz Cortines era postulada também pelo Partido Nacionalista Mexicano, tanto que Henríquez Guzmán contava com o apoio das organizações sem registro oficial: o Partido Constitucionalista Mexicano, integrado por um grupo de velhos constituintes de 17 e o Partido da Revolução, cujo dirigente e fundador, o general Cándido Aguilar, renunciou a sua própria candidatura em Maio de 1952, para unir-se em coalizão a Henríquez. Por sua parte, Lombardo Toledano era também candidato do Partido Comunista e do Partido Operário Camponês Mexicano, ambos sem registro oficial.[193]

---

[191] GONZÁLEZ, op. cit., p. 61.
[192] Em 1951, Efraín González foi o primeiro candidato à presidência pelo PAN.
[193] SERVÍN, Elisa. **Las elecciones presidenciales de 1952.** Disponível em: < http://www.historicas.unam.mx/moderna/ehmc/ehmc23/285.html> . Acesso em: 12/12/13.

No dia 6 de julho, anunciou-se a vitória de Adolfo Ruíz que recebeu 74,32% dos votos mexicanos. O sétimo presidente eleito pelo PRI. No dia seguinte, houve manifestações e discussões entre lideranças políticas, uma vez que a oposição acreditava ter ocorrido (novamente) fraude eleitoral. No dia 1 de dezembro de 1952, portanto, o presidente recém-eleito publicou uma lista de todos os seus bens, para que, assim, a população soubesse o que possuía antes de assumir a presidência. Depois, solicitou o mesmo ao seu gabinete, com mais de 250 mil funcionários, pois, segundo ele, iniciar-se-ia uma época de "honradez"[194]. Isso ocorreu, sobretudo, devido à incredulidade da população no governo *priista*, já que o período antecessor havia aniquilado a pouca confiança que sobrava.

Ainda em julho, Ruíz Cortines enviou ao Congresso uma proposta que eventualmente reformou os artigos 34 e 115 da Constituição de 1917, concedendo o direito de voto à mulher. No dia 11 de dezembro, anunciou o Plano Agrícola de Emergência, para elevar a produção e o cultivo de produtos alimentícios básicos[195]. Por fim, reorientou a exploração de petróleo, construindo as refinarias de Azcapotzalco e Pemex.

Durante a mesma presidência, as distribuições de terra foram reduzidas pela metade, no que se referem às já diminutas distribuições dos governos *camachista* e *alemanista*. No entanto, mantiveram-se as construções de obras públicas, como: as escolas primárias e secundárias, a malha ferroviária, as rodovias e as represas (a famosa represa *Falcón* foi inaugurada no mês de outubro de 1953). Foi expedida uma lei que normatizou as responsabilidades do serviço público, uma vez que existia um nível crítico de corrupção nesse setor. Estabeleceu-se um programa social de habitação pelo Instituto Nacional de Habitação. Reduziram-se os impostos, como o Imposto sobre as Pessoas (ou, em espanhol, o *Impuesto Sobre la Gente*, ISR), diminuindo o custo de vida. Reduziram-se também os gastos públicos, para que se pudesse resgatar a economia e, nesse sentido, desacelerar a inflação monetária. Criou-se ainda a Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o intuito de que o país avançasse nessa área. Finalmente, concretizou-se o programa "Marcha ao mar", no qual se promoveu a exploração consciente das zonas costeiras nacionais.

Esse período não foi somente de "bem-aventuranças", muito pelo contrário. Ao longo da presidência, Ruíz Cortines aumentou o controle do movimento camponês e operário e, para

---

[194] ALEMÁN, Miguel Valdés. Primer Informe**.** In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[195] Cf. BEEZLEY, William; MEYER; Michael. **The oxford history of Mexico.** New York: Oxford Press, 2010; HODGES, Donald. **Mexico under siege**. London: Zed books, 2002; PANSTERS, Wil G. **Violence, coercion and state making in twenty century Mexico**. California: Stamford University Press, 2012.

isso, inaugurou a Confederação Revolucionária de Operários e Camponeses (CROC). A confederação implicou numa instituição pró-governo "aglutinadora" de vários sindicatos, a principal oposição à CTM. Deste modo, o presidente retirou (astutamente) da cena política as principais ameaças ao Estado[196].

A partir de 1954, o peso desvalorizou ainda mais em relação ao dólar, que havia chegado a 8,65 e, agora, passava a 12,50. Essa situação diminuiu o poder aquisitivo da população, que já não era grande, e incitou ameaças de greve geral. No início de 1955, convocaram-se as eleições para deputados, governadores e senadores. E, mesmo com as medidas impopulares tomadas pelo governo *priista*, o partido já havia incorporado em suas filas milhões de *charros* e mulheres, equivalendo, naquele momento, aos votos da conquista. Apesar de expressiva, a supremacia do PRI não se fez sentir em todo o território. No Distrito Federal, por exemplo, ficou evidente o favoritismo *panista* durante as eleições municipais, que havia recebido 43% dos votos.

Nos meados de 1958, ocorreram três manifestações importantes no país, o que definitivamente invalidou a perspectiva tradicional do movimento estudantil de outubro de 1968 como o único questionador do regime *priista*. A primeira delas consistiu numa invasão de terras da região norte pela União Geral dos Operários e Camponeses do México (UGOCM), a qual o governo coagiu e desocupou prontamente. Ocorreu também o levante dos professores *cardenistas* que criticavam o governo *priista* vigente e, portanto, conclamavam a uma greve geral. Esse movimento foi reprimido pela força policial e militar, mas, diante da condenação pública, o governo decidiu negociar e, por fim, concedeu o aumento salarial solicitado. Houve ainda a greve das ferrovias, a mais perigosa à estabilidade política nacional[197]. Foi duramente reprimida e solucionada apenas no governo de López Mateos, que, até então, atuava como Secretário do Trabalho e, por isso, lidava diretamente com as greves.

Conforme Lorenzo Meyer,

> (…) as políticas de Ruíz Cortines continuaram insistindo no desenvolvimento industrial através da proteção ao empresário privado e da manutenção de um bom ritmo no gasto governamental, sim modificar os

[196] Além dessa confederação, cabe-nos aqui informar que o próprio PRI foi outro ponto de apoio fundamental ao governo na desmobilização dos grupos operários e camponeses.

[197] Cf. CORDOVA, Arnaldo. **La política de masas y el futuro de la izquierda en México.** Primera Reimpresión. México: Era, 1986; ALEGRE, Robert F. **Las rieleras: gender, class and memory in the railroad movement, 1958-1959.** EUA: University of Nebraska Press, 2013; SERVIN, Elisa; REINA, Leticia. **Cycles of conflict and centuries of change.**EUA: Duke University Press, 2007.

> mecanismos de distribuição do ingresso, exceto por certo controle de preços sobre os artigos de consumo popular.[198]

No fim de seu mandato, Ruíz Cortines introduziu uma prática política que ficou conhecida como "*tapadismo*". Esse método permitia que o presidente vigente escolhesse seu sucessor. Antes disso, o cargo de Secretário de Governo era muito visado, pois sabia-se – "à boca pequena" – que o secretário vigente teria grandes chances de ser o próximo candidato à presidência nacional. No *tapadismo*, a escolha do candidato ficava às escuras, o que provocava uma luta desenfreada entre os possíveis competidores. A disputa ficava cada vez mais intensa ao aproximar-se a data do "Quinto Informe Presidencial", momento no qual o presidente em vigência anunciava seu sucessor.

Para González Casanova,

> Todas as forças políticas do país, as de oposição e as de governo, dedicaram-se, então, a discutir bizantinamente o programa de governo exigido pela conjuntura nacional, tendo como único resultado que o presidente Ruíz Cortines pudesse decidir, sozinho e sem qualquer discórdia pública, quem seria seu sucessor. Começou assim a tradição de unanimidade na decisão maior da política mexicana que é, como em toda parte, quem vai herdar o poder, quem e como o transmite. Esta é uma das chaves da estabilidade política do milagre mexicano: seu eficaz mecanismo sucessório.[199]

De acordo com Lorenzo Meyer, o principal problema deste sistema inventado pelo governo *priista* residiu no fato de que o candidato "destapado", no fim do quinto ano de governo, dificilmente, se faria conhecer. Sua verdadeira moral e capacidade política apareceriam no decorrer de seu próprio mandato presidencial.

Como afirma,

> Uma das peculiaridades do nosso sistema político, é que, até agora, a verdadeira identidade do tapado não aparece ao descobri-lo, senão tempos depois, quando já é tarde para reagir. Quando o presidente saliente deu o sinal e a maquinaria do imparável partido oficial continuou a andar, o cidadão comum pretende conhecer algo, mas não muito, sobre a verdadeira natureza e projeto político de quem será distinto. Em verdade, o "destape", o curriculum oficial que a imprensa publica e os discursos e gestos da campanha eleitoral que se segue, não permitem revelar a verdadeira e intima

---

[198] MEYER, Lorenzo. **La encrucijada.** Disponível em: < http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/9_la_encrucijada.pdf>. Acesso em: 12/12/13. p.1277.

[199] MEYER, Lorenzo. **La encrucijada.** Disponível em: < http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/9_la_encrucijada.pdf>. Acesso em: 12/12/13. p.1277.

> identidade de quem até pouco tempo era um leal e fiel colaborador e interprete do Senhor presidente.[200]

Mediante isso, Ruíz Cortines contrariou a tradição do partido e não nomeou como candidato, o Secretário de governo Ángel Carbajal. No dia 4 de novembro de 1957, anunciou a candidatura de Adolfo López Mateos ao período de 1958-1964, recebendo o apoio do Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM), Partido Popular (PP) e Partido Nacionalista Mexicano (PNM). E, sendo assim, o principal opositor foi o empresário Luís Héctor Álvarez (PAN).

No dia 6 de julho de 1958, López Mateos foi eleito presidente do México, com 90.43% dos votos (6.767.754 votos). Luís Héctor recebeu somente 9.44% dos votos (705.303 votos) e os candidatos "não-oficiais" receberam 0.13% da votação. Alguns dias depois, o PAN falou mal do processo eleitoral, afirmando que as autoridades haviam cometido "ilegalidade parcial" e/ou "desenfreada e pública atividade imposicionista"[201], logo, as eleições eram ilegítimas.

Em 1 de dezembro de 1958, contudo, a cerimônia de posse ocorreu e López Mateos assumiu a presidência, demonstrando-se um presidente muito carismático. Durante o discurso, afirmou que combateria as desigualdades sociais, mas, rememorou que o país vivia um período único da história mexicana, com estabilidade política e progressivo crescimento econômico. Conforme Aguilar e Meyer, esse período de crescimento e estabilidade significou, em verdade, a consolidação política de um monólogo institucional. Por essa razão, os autores afirmam que:

> (...) o que "ajudou" a estabilidade política foi o monólogo institucional. Em 1940 e 1968, o México viveu o triunfo de uma espécie de monólogo institucional. Todas as negociações deviam dar-se no interior do aparelho do Estado através de seus canais e instrumentos, com suas organizações sociais e piramidais, seu partido rolo-compressor e suas autoridades arbitrárias. O que fugia dessas normas de negociação intramuros era violentamente reprimido: vide greves ferroviárias e invasões de terras da UGOCM no Norte (1958).[202]

---

[200] MEYER, Lorenzo. **El tapadismo, juego perverso.** Disponível em: < http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/21enero1993.pdf>. Acesso em: 12/12/13.
[201] LÓPES, Adolfo Mateos. Primer Informe**.** In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[202]AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 85

López Mateos assumiu uma política mais "social", em relação aos demais presidentes. Lançou o programa social de "Reforma Agrária Integral", que distribuiu 16 milhões de hectares aos camponeses, o maior número desde Lázaro Cárdenas. No âmbito urbano, houve ainda a reforma do 123° artigo Constituição de 1917, para que, assim, se reajustasse o salário-mínimo[203]. Mas, continuou com as construções e reformas estruturais, como aeroportos, malha ferroviária, redes elétricas, telefônicas e telegráficas. Ao longo do seu mandato, inaugurou ainda o Museu de Antropologia, o Museu do Vice-Reinado no Convento de Tepotzotlán, o Museu da Cidade do México, o Museu de Arte Moderna e o Museu de Ciências Naturais. Estabeleceu também a Comissão Nacional de Livros e Textos Gratuitos (conaliteg), o Centro Hospitalar de 20 de Novembro, o Conjunto Urbano Nonoalco Tlatelolco, o Conjunto Habitacional Unidade Independência e o Instituto Politécnico Nacional.

No início de 1959, a greve ferroviária ainda não havia cedido às pressões do governo e, por isso, continuava a todo vapor. Mas, para que a situação fosse resolvida, ordenou-se a ação da força policial, o que resultou na prisão e/ou no desaparecimento de seus líderes políticos. Os líderes aprisionados acabaram acusados de dissolução. Com isso, acreditava-se que ela havia acabado. Todavia, em março, iniciou-se outra greve e esta se alastrou com maior força pelo território nacional. No mês de abril, outros manifestantes foram presos pelo mesmo delito. No entanto, os ferroviários logo acabaram jugulados pela polícia mexicana, o que levou, inclusive, ao assassinato do líder Rubén Jaramillo e sua família, executados em 1961. Por essa razão, afirmamos que, se houve algo constante nesse período designado como a "*era de ouro*" do México, foi – indubitavelmente – o autoritarismo; um produto da tradição autoritária do país, mas presente, nesse período, em toda a América Latina.

No mais, López Mateos viajou bastante ao exterior para divulgar a cultura mexicana. Isso aumentou a exportação em 32% e as importações em 9.8%; reduzindo o saldo negativo da balança comercial. Afinal, firmaram-se tratados comerciais com a Grécia, a Indonésia, a Itália e a Polônia. Além disso, recebeu a visita do presidente estadunidense J. F. Kennedy que, após a vitória da Revolução Cubana, ofereceu a "Aliança ao Progresso", cujo propósito fora, explicitamente, agenciar reformas políticas e sociais e, implicitamente, evitar outras insurreições na América Latina.

---

[203]Cf. HERZOG, José Silva. **Una vida en la vida de México**. Segunda Edición. México: Siglo XXI, 1993; CAREY, Elaine. **Plaza of sacrifices: gender, power and terror in Mexico of 1968.** EUA: University of New Mexico Press, 2005.

No início de 1960, o presidente ainda ofereceu o país para sediar os XV Jogos Olímpicos. Em seguida, nacionalizou a empresa estrangeira "Mexican Light and Power Co", vigorante no país desde 1898, que passou a chamar-se "Companhia Mexicana de Luz e Força". Essa nacionalização ocorreu inesperadamente, mas ainda mais inesperadas foram suas normas que previam a distribuição de uma parte do lucro ao operariado e uma bonificação no fim de cada ano.

Em 1962, foram reformados os artigos 54 e 63 da Constituição de 1917, para que, segundo López Mateos, "vigorasse a vida democrática"[204]. Essas duas mudanças firmavam que os partidos políticos que tivessem 2,5% das votações nacionais teriam direito a eleger cinco deputados à Câmara. Assim, a cada meio por cento a mais se arrumaria mais um deputado. Logicamente, isso indicava que outros partidos mexicanos, além do PRI, teriam maior representatividade no cenário político.

No ano de 1963, o presidente López Mateos tomou algumas medidas a fim de distanciar os ex-presidentes do Executivo, afinal, eles cumpriam o papel de Conselheiro Político do presidente vigente e, por isso, envolviam-se demasiadamente nas questões políticas do país. Alemán e Cárdenas, por exemplo, pressionavam-no para que tomasse posturas políticas mais condizentes com suas respectivas ideologias, palpitando sobre todas as questões do Estado, assim como, coagindo-o quanto a certos projetos sociais. Cárdenas, inclusive, chegou a exigir publicamente algum posicionamento do governo em relação ao delito da dissolução. A partir disso, López se reuniu com os ex-presidentes e lhes concedeu tarefas individuais no Estado, que iam desde o cargo de Conselheiro Informal a Conselheiro do Gabinete da Cozinha, com o intuito de limitar seus aconselhamentos a um tema específico. Sendo assim, no mês de dezembro de 1963, outorgou cargos públicos a todos os ex-presidentes: Aberlardo L. Rodríguez, Adolfo Ruíz Cortinéz, Emilio Portes Gil, Lázaro Cárdenas; Miguel Alemán, Pascual Ortiz Rubio e Roque González Garza.

Na VII Convenção do PRI, em 17 de novembro de 1963, anunciou-se a candidatura presidencial do Secretário Gustavo Díaz Ordaz Bolaños, considerado um dos líderes da ala conservadora do partido. Esse novo candidato advinha de família tradicional mexicana, a mesma de Porfírio Díaz, e, muito embora fosse tio do carismático artista Roberto Gómez Bolaños, criador do personagem Chaves, possuía a fama de carrancudo e maçante. Após o anúncio, afirmou em discurso: "Com a Constituição como guia, sem admitir retrocessos nem

[204] LÓPES, Adolfo Mateos. Reforma electoral para vigorizar la vida democrática. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

claudicações, muito menos absurdas precipitações, o povo mexicano marcha até as grandes metas que a revolução lhe traçou; a paz e a liberdade e o progresso para melhor realizar a justiça social"[205].

Sua candidatura recebeu o apoio do PPS[206] e do PARM e, em maio de 1964, recebeu o apoio de Cárdenas, que afirmou: "Nós, os homens da revolução, senhor licenciado, desejamos que o senhor realize seu programa social, que o povo conheceu por você mesmo"[207].Cabe aqui mencionar, porém, que Cárdenas era, no período, a maior autoridade moral da esquerda no país, o que, dependendo do líder político, poderia significar uma forte influência no interior do Estado.

Conforme Medina Peña,

> Em 1964, López Mateos entregou a presidência à Díaz Ordaz. López Mateos era muito carismático e tinha grande percentagem de aceitação popular, já Díaz Ordaz era carrancudo e muito pouco querido. O contraste do sucessor não poderia ser mais marcado. Formado na irritadiça escola de política de Camacho, Díaz Ordaz foi um homem autoritário, sem carisma e de uma arraigada atitude conservadora, oposto ao seu antecessor. De qualquer modo, a questão é que a personalidade de Díaz Ordaz, que Cosío Villegas chamou de estilo pessoal de governar, provou ser um elemento fundamental para os eventos políticos ao longo do sexênio e as consequências posteriores.[208]

No início de 1964, muitos grupos políticos declararam-se contra a candidatura de Díaz Ordaz. O historiador Jacinto Rodríguez Murguía encontrou no Arquivo Geral da Nação o artigo anônimo "O PRI e a propaganda, uma tirania impossível". Nesse documento, o autor desconhecido elaborou severas críticas ao governo *priista*, afirmando-o, principalmente, um governo democrático de tirania invisível.

Como se nota a seguir:

> Como complemento deste capítulo e para acentuar a necessidade de que o PRI disponha de um instrumento organizado tecnicamente que desenvolva

[205] DÍAZ, Ordaz. Discurso de Díaz Ordaz, como candidato del PRI a la presidencia de la República. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[206] O *Partido Popular* decidiu, em 1960, transformar-se em uma organização marxista-leninista e agregar o nome "socialista", mediante o qual se tornou: *Partido Popular Socialista*. Configurou, contudo, na única opção oficial à esquerda mexicana, já que o *Partido Comunista Mexicano* (PCM) foi legalizado somente em 1979.
[207] HERZOG, op. cit., 1993. p. 35.
[208] MEDINA, op. cit., p. 159.

> em seu favor uma propaganda institucional e não acidental, se elucubra esta idéia: pela ação da propaganda política podemos conceber um mundo dominado por uma tirania invisível que adota a forma de um governo democrático. (…) As ditaduras reprimem pela força as ideias e as expressões populares. Em um governo democrático, este controle deve alcançar qualidade de arte, toda vez que intente manejar cidadãos livres, capazes de se resistir a ação das autoridades e capazes também de chegar o contágio de sua resistência aos demais.[209]

A situação estava tão crítica que o presidente do próprio PRI, Carlos Alberto Madrazo, em 1964, acabou propondo uma nova reforma partidária. Suas propostas foram modestas, mas fortes o suficiente para convulsionarem do interior partido. Afinal, seus correligionários não estavam "preparados" para debater a representatividade *priista* e a ausência de contato entre as bases e o povo. Madrazo renunciou ao cargo, em 1965, e, posteriormente, tornou-se um forte personagem político, mas, morreu, em 4 de julho de 1969, em um acidente aéreo, que deu abertura, inclusive, a teorias conspiratórias.

No dia 5 de julho de 1964, as eleições garantiram a vitória de Díaz Ordaz, que recebeu 8.368.446 de votos (88.81%). O opositor José González Torres (PAN) recebeu 1.034.337 (10.97%) e os outros candidatos, não oficiais, receberam apenas 19.412 votos (0.22%). No mesmo dia, aconteceu um terremoto que provocou sérios danos às regiões de Guerrero e Michoacán. Neste ponto, vale ressaltar que, no período, ocorria o enrijecimento das políticas com os EUA em toda a América Latina, sobretudo, devido ao triunfo da Revolução Cubana e a disseminação do Movimento de Libertação Nacional. Mesmo assim, Díaz Ordaz foi convidado pelo presidente estadunidense Lyndon B. Johnson, para visitar seu rancho.

No início da presidência Díaz Ordaz, o sociólogo Pablo González Casanova publicou um livro que incendiou o México. Em 1965, González publicou "A democracia no México", que, segundo Medina Peña, para a época foi ambicioso e insólito[210]. Mas logo se tornou cartilha de alguns dos movimentos da nova esquerda, que surgiram sob a liderança de Cárdenas. Seu principal intuito foi compreender as estruturas de poder no México e, por isso, chegou a apontar o autoritarismo, o presidencialismo e o tradicional modelo econômico que havia desestabilizado o país. Tornou-se, assim, a "bíblia" daqueles que ambicionavam uma argumentação astuta acerca da democracia mexicana.

---

[209] ANÓNIMO. El PRI y la propaganda. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[210] MEDINA, op. cit., p.159.

Essa nova esquerda fundou o Movimento de Libertação Nacional (MLN) que tinha por objetivo organizar toda a esquerda mexicana. O movimento se organizou mediante o manifesto de Lázaro Cárdenas, morto em 1970, que chamava a esquerda a se mobilizar dentro de um movimento de libertação. Segundo Medina Peña, "as movimentações, contudo, logo se restringiram ao círculo universitário"[211]. Seus integrantes haviam fundado a Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais, UNAM, assim como, agrupavam-se em torno de revistas e periódicos, como o "*El espectador*", a "*Revista de la Universidad*", a "*Plural*" e a "*Vuelta*". Eram eles: Carlos Fuentes, Enrique González Pedrero, Francisco López Cámara, Victor Flores Oléa e Octavio Paz. Pode-se afirmar que a principal oposição ao governo encontrava-se, portanto, nas universidades. Por conta disso, Díaz Ordaz praticamente congelou os subsídios às universidades, embora o aumento constante da população estudantil tenha reduzido os ingressos em tempos reais. A oposição, contudo, não se resumiu somente à academia e abrangeu também outra parcela da classe média bem-educada: enfermeiros, médicos e residentes.

Para Medina Peña,

> Desde 1965, o novo governo atrapalhado na lógica de desenvolvimento exigia que se mantivesse intocada a lógica da legislação fiscal, muito favorável ao setor privado, e iniciou seu mandato com uma política de limitados gastos públicos, principalmente no q se refere à saúde e a educação. Nesse caso, ainda, quem perdeu mais foi à universidade. Onde a nova esquerda e o movimento de libertação estavam concentrados.[212]

No período de novembro de 1964 a outubro de 1965, ocorreu um levante de médicos, residentes, estudantes e enfermeiras, que exigiam melhores condições de trabalho. Para tanto, iniciaram um movimento social que se alastrou por todo o país, com o intuito de denunciar um dos elementos base do regime PRI: o corporativismo. Conforme o historiador Horcasistas Pozas, esse foi um movimento novo no México, com que "iniciou uma nova tradição de mobilização de grupos urbanos, que não buscavam reformar os sindicatos existentes, mas criar novas e autônomas organizações de trabalho fora da estrutura corporativista do Estado"[213].

---

[211] Ibidem, p. 163.
[212] MEDINA, op. cit., p. 164.
[213] POZAS–HORCASITAS, Ricardo. **La democracia en blanco: el movimiento médico en México, 1964–1965**. México: Siglo XXI Editores, 1993. p.15.

O movimento médico começou em novembro de 1964, após os estudantes, as enfermeiras e os residentes do prestigiado Hospital "*20 de Noviembre*", localizado na Cidade do México, serem informados de que não receberiam a bonificação anual. Sendo assim, entraram em greve e ainda criaram um grupo político, com a integração dos profissionais de saúde que se interessavam pelas melhorias sociais. Na ausência de diálogo com as autoridades do hospital, os médicos decidiram deixar suas atividades regulares, para atender somente os casos de emergência. Passaram-se somente algumas horas até que todos fossem demitidos. Isso produziu uma grande reação de solidariedade de outros hospitais (como o Hospital Juárez, Hospital Geral e o Hospital São Fernando), que também aderiram à greve. Mas, em 26 de agosto de 1965, a polícia atropelou a paralisação, aprisionando mais de 500 médicos, dos quais 150 foram ameaçados de morte. Os líderes Emílio Martínez Manatou, Faustino Pérez, Norberto Treviño e José Castro, abandonaram o país. Por fim, em outubro, o movimento "*Blanco*", como o chamavam, havia acabado, mas deixava um importante recado: a academia não era a única insatisfeita com o governo mexicano.

Durante a presidência de Díaz Ordaz, ocorreram outras manifestações. Mas, as principais delas ocorreram por conta dos grupos estudantis, que, inclusive, sofreram com repressões violentas, com direito a execuções e prisões. A manifestação mais conhecida aconteceu no dia 2 de outubro de 1968, na Praça das Três Culturas (e conhecida também como a Praça de *Tlatelolco*), Cidade do México (DF). Em meados do mesmo ano, a polícia passou a invadir as instituições de ensino superior com forte movimento estudantil, para assim, aprisionar, assustar e reprimir quaisquer ameaças. Por essa razão, em 26 de julho de 1968, a Federação Nacional de Estudantes Técnicos (FNET) organizou uma manifestação estudantil com o intuito de denunciar as invasões das escolas 2 e 5 do Instituto Politécnico Nacional (IPN). Aproximadamente cinco mil estudantes se uniram na Praça da *Ciudadela* para denunciar as invasões, porém, o resultado disso levou a várias horas de confronto entre estudantes e policiais. Alguns dias depois, os estudantes reuniram-se em torno das abóbadas 1, 2 e 3 da Escola Nacional Preparatória (o antigo Colégio de San Ildefonso) a fim de arquitetar a próxima ofensiva. No dia 29 de julho, portanto, aconteceu um enfrentamento muito mais agressivo que o anterior. No dia 30, as forças armadas intervieram, o que resultou em muitos estudantes feridos, desaparecidos e aprisionados. A partir disso, o movimento estudantil passou a sofrer coerções muito mais violentas, justificando, portanto, o desastroso efeito das manifestações de 23 a 27 de setembro.

No dia 2 de outubro de 1968, estudantes, em sua maioria da classe média, juntamente ao setor operário, manifestaram-se contra o modelo vigente, alegando que ele reafirmava os laços de dependência externa. Reivindicavam também o estabelecimento dos valores democráticos da Constituição de 1917, deixando implícito que o governo *priista* desonrava a revolução. Díaz Ordaz ordenou que a polícia realizasse o cerco da praça, sobretudo, o topo dos prédios, para que, então, atirassem contra os manifestantes. Essa levante acabou resultando em um sangrento embate chamado pela historiografia de "Massacre de Tlatelolco" ou "A noite de Tlatelolco", em referência ao livro de Elena Poniatowska.

Não se sabe ao certo o que ocorreu. Especula-se, hoje em dia, acerca de uma possível dissimulação da violência universitária, para assim, assaltá-los e aniquilá-los. Outros mencionam atos de provocações entre grupos políticos, que teriam levado ao enfrentamento descontrolado. Fala-se também em um complô externo, cujo principal culpado seria o próximo presidente mexicano Luís Echeverría Álvarez. Recentemente, surgiu a interpretação de que ocorrera uma falha na comunicação entre a polícia e as forças armadas, sendo que a ordem principal seria desalojar a praça. Seja qual for a razão, o episódio mudou o quadro político mexicano. Depois do ocorrido, surgiu uma série de partidos e organizações políticas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). Surgiram também os grupos políticos Liga Operária Marxista (LOM) e Ponto Crítico (PC).

Conforme Medina Peña,

> A maioria das interpretações parte do pressuposto de que um presidente de poder ilimitado, encarnou a maldade e resolveu aniquilar toda uma geração. Hoje em dia aparecem interpretações que falam de erros de ambos os lados, do *Conselho Nacional de Huelgas* e do governo. Muitos falam que o atrito começou, em 1966, devido à greve contra o diretor do campus, César Sepúlveda e que terminou com a renúncia do reitor Ignácio Chávez, respeitado pelo campus, pela esquerda independente e pelo grupo médico. Também falam que poder ter começado pela briga de sucessão entre o médico, adorado pela esquerda independente, Emilio Martinez Manatou, e o advogado Luís Echeverría, que vinha de um grupo conhecido por querer crescer na faculdade a qualquer custo.[214]

O desfecho da manifestação de 1968 foi eventualmente qualificado pela historiografia como "massacre", no sentido de ter sido uma ação policialesca responsável pela execução de

[214] MEDINA, op. cit., p. 211.

muitos estudantes universitários. Depois disso, as "imagens" do PRI e do presidente ficaram absolutamente destruídas. Em verdade, Díaz Ordaz já não era de altos índices de aceitação popular e, por isso, o sucedido agravou ainda mais sua situação. Esse episódio estabeleceu um marco na história do México que mudou a forma como se sentia e se entendia a Revolução Mexicana. E, conforme Barbosa, a repressão governamental trouxe grande desilusão, o que motivou a busca por uma nova compreensão do Estado pós-revolução e incentivou a revalorização dos projetos vencidos[215].

Para Aguilar Camín e Lorenzo Meyer,

> O 2 de outubro de 1968 assinalou o início de uma nova crise no México. Revelou um momento em que o país deixou de celebrar e buscar as conquistas e os milagres para começar a se confrontar diariamente com as insuficiências silenciadas e os fracassos. Não foi um período de crise estrutural que colocasse em dúvida a existência da nação, mas de crise política, moral e psicológica. A primeira rebelião como expressão dessa crise foi da elite juvenil. Foi a primeira do México urbano e moderno. E os estudantes e os profissionais recém-formados eram prova de que o país agrário, provinciano, *priista* e tradicional ia ficando para trás. Os rebeldes de 1968 eram filhos e filhas da classe média gestada pelas 03 últimas décadas. O massacre de Tlatelolco representou o choque de uma sensibilidade política e social imobilista e monolítica com as testemunhas frescas e irredutíveis de uma realidade desnacionalizada e dependente, em rápida transculturação neocolonial, extraordinariamente sensível às causas e aos símbolos que lhes eram contemporâneos. A repressão de 1968 e o massacre de Tlatelolco foram as respostas petrificadas do passado a um movimento que recolhia as pulsões do futuro, que era em si mesmo a presença embrionária de outro país e outra sociedade, cujas flutuações principais seriam cada vez mais difíceis.[216]

Por fim, o período de 1940 a 1968 foi designado pela historiografia como a "Era de ouro" pela sua relativa estabilidade política e progressivo crescimento econômico, que, como exposto anteriormente, estabeleceu uma espécie de monólogo institucional, com severa coerção aos movimentos sociais. Nesse cenário, a indústria avançou relativamente e isso gerou empregos. Empregos esses que foram alvos de greves reivindicadoras por melhorias no próprio ambiente de trabalho e nos salários. Construíram-se novas estradas de ferro, redes elétricas e rodovias; o mesmo ocorreu com a educação e a saúde. Devido ao crescimento das zonas urbanas, surgiu uma ampla classe média, que se dividiu quanto ao governo *priista*. Àqueles que não estavam à margem da sociedade ajuizavam viver um momento próspero. E,

[215] BARBOSA; LOPES; op. cit., 2001, p. 163-198.
[216] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 271.

àqueles que estavam à margem, acreditavam viver um período nocivo à democracia mexicana.

Para Aguilar e Meyer,

> Quanto ao crescimento econômico, o período de 1940 a 1968 é o da construção da base industrial "moderna" do país, período em que se aceleram a substituição de importações, a subordinação da agricultura à indústria, a urbanização, o crescimento sustentado de 6% anuais em média e o equilíbrio de preços e salários. De 1940 a 1960, o México foi se tornando numa sociedade cada vez mais urbana e num ritmo tal que acabaria superando as previsões e a capacidade das autoridades para dar uma forma ordenada aos grandes aglomerados urbanos, particularmente à capital. A tônica da vida cultural, social e econômica, foi a mudança, a transformação acelerada e, inclusive, caótica do entorno material e psicológico dos mexicanos. Estavam à sombra da revolução.[217]

Nos meados da década de 1960, portanto, aumentaram-se os questionamentos em relação à estabilidade política *priista* e ao crescimento econômico, que não havia encaminhado a um desenvolvimento pleno, como se imaginava. Os antigos problemas sociais persistiam e, muito pior, agregavam-se outros novos, sendo resultado da modernização induzida a qualquer preço. Após 1968, a consciência nacional ficou abalada, passando a denunciar constantemente as arbitrariedades e o corporativismo *priista*. No final de seu mandato, Díaz Ordaz percebia que a recuperação do PRI no cenário político mexicano dependia inteiramente de seu sucessor, Luís Echeverría.

1.5 O esvaecimento do milagre (1968-2000)

Os últimos anos do período histórico denominado "Era de ouro" ou "O milagre mexicano" (1940-1970) resultaram em um processo de "autocrítica" da sociedade, que passou a denunciar as oligarquias enriquecidas no pacto do "desenvolvimento a qualquer custo". Isso estimulou, consequentemente, o inconformismo. A partir da década de 1970, portanto, iniciou-se outro período histórico, que se convencionou chamar "esvaecimento do milagre", em alusão à queda do antigo programa *priista* de crescimento econômico e estabilidade política. Após Díaz Ordaz (1964-1970), podemos elencar os vindouros sexênios do seguinte

[217] Ibidem, p. 271.

modo: Luís Echeverría Álvarez (1970-1976), José López Portillo (1976-1982), Miguel de la Madrid Hurtado (1982-1988), Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e, finalmente, Ernesto Zedillo Ponce de Léon (1994-2000).

É importante lembrar, entretanto, que essa "aversão" ao regime *priista* não começou apenas com o movimento estudantil de 1968, como afirma a historiografia tradicional. Esse episódio do movimento estudantil representou, em verdade, uma tomada de consciência da classe média mexicana, que, após agressões, execuções e exílios, se levantou em oposição ao governo, questionando a democracia, a desvalorização do peso, os escândalos de corrupção, o "delito da dissolução", o próprio regime *priista* e a violência indiscriminada. Ao longo de muitos anos, porém, a historiografia afirmou que tal tomada de consciência estudantil havia sido a única conscientização do país e, por isso, consistiria em um grande marco da história mexicana. Não obstante, precisamos lembrar dos grupos políticos que se formaram e se organizaram no fim da década de 1950, como os camponeses nortistas da UGOCM e os ferrocarrilheiros. Isso pode ter sido esquecido muito possivelmente por não serem da elite acadêmica.

O período do "esvaecimento" começa, então, com a presidência de Echeverría Álvarez. Nas eleições de 5 de julho 1970, anunciaram a vitória do *priista* (e que, além do PRI, recebeu o apoio do PPS e PARM), com 11.708.065 votos (82.83%). Seu principal opositor Efraín González Morfín (PAN) recebeu 1.945.070 votos (13.78%). Já os votos nulos somaram 178.857 (2.12%) e os de candidatos "não-oficiais" 89.406 (1.27%).

No início de seu mandato, Echeverría defrontou-se com uma crise dos setores "modernos", que, aliás, o próprio modelo *priista* de "crescimento a qualquer custo" havia produzido. Os maiores beneficiários desse modelo – banqueiros, empresários e comerciantes – estavam irritados com o "populismo"[218] *echeverrista* (mais verbal que real). Por essa razão, planejaram um golpe financeiro, em 1976, ocasionando a retração dos investimentos e fuga de capitais, que teve como desfecho, uma desvalorização ainda maior do peso.

Na época, inaugurou-se a Comissão de Estudos do Território Nacional, o Instituto de Comércio Exterior e a Secretaria de Turismo e Reforma Agrária. Além disso, o governo comprou empresas que estavam em processo de falência, para que, assim, os empregos

[218] Esta palavra está entre aspas, pois compreendemos que ela representa uma base conceitual complexa e delicada que deve ser mais bem estruturada antes de ser utilizada em textos acadêmicos. Não obstante isso, nossa pesquisa científica não se aproxima de tal tema e por conta disso, não nos aprofundaremos na questão. Mas, deixamos aqui nossa compreensão quanto ao enredamento que representa.

resistissem à crise. Mas esse esquema acabou não dando certo por conta da corrupção escancarada. Logo, o governo foi obrigado a abandonar o câmbio fixo adotado no fim da década de 1950, que estabelecia o dólar estadunidense com um valor equivalente a 12,50 pesos mexicanos e, por isso, no último sexênio, o câmbio chegou a 20 pesos por dólar, aumentando a dívida externa[219].

Após o episódio de 1968, aumentou-se a "guerra de baixa intensidade", como chama Medina Peña, na qual a repressão governamental buscou conter os movimentos da oposição (ou melhor, o movimento de outros partidos e grupos políticos, que não o PRI), ocasionando a execução, a tortura e o desaparecimento de muitas pessoas. Por outro lado, adotou-se uma política progressista, que investiu em petróleo e energia elétrica e promoveu políticas de cunho social, repartindo 16 milhões de hectares aos camponeses, assim como, garantindo asilo político a cubanos, espanhóis e sul-americanos[220].

Para Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, a presidência de Echeverría foi marcada por uma severa crise econômica e política, que se agravou com o monopólio industrial, a queda da produção agrícola, as invasões de terras e as greves gerais.

E, assim, continuam:

> Por cinco anos o país foi afetado pela inflação, desemprego, endividamento externo, contratação de crédito e a desconfiança do capital privado pelo estilo "pseudo-populista" adotado pelo Echeverría. No entanto, o que foi ruim para a economia, não foi ruim para a burguesia industrial, financeira e agrícola do México. Os empresários e banqueiros mexicanos sempre tiveram influencia sobre o Estado para obter o atendimento de suas demandas. Nos anos setenta, aprenderam a regatear energicamente, em público, o que não lhes era concedido amigavelmente em privado. Em 1973, a independência política dos empresários, banqueiros e agricultores em relação ao Estado gerou uma divergência aberta, que levou, inclusive, ao assassinato do empresário Eugenio Garza Sada do grupo Monterrey.[221]

Essa contenda aberta entre governo e elite empresarial ocorreu, sobretudo, devido às greves que se espalharam rapidamente por todo o território nacional, sem que o governo as resolvesse de fato. Nesse primeiro sexênio, aconteceram 17 greves em importantes indústrias,

---

[219] MEDINA, op. cit., p. 220. [O governo de Echeverría instaurou ainda um modelo econômico próprio chamado *desenvolvimento compartilhado* Esse modelo ambicionava um grande desenvolvimento econômico, mas, com a redistribuição de riquezas. No caso dos outros presidentes, fazia-se muita menção ao modelo do "nacionalismo revolucionário", especialmente nos governos de López Portillo e de la Madrid.]
[220]MEDINA, op. cit., p. 220.
[221] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 273.

como a *Medalla de oro*, a *Nissan* e a *Rivetex*. Pode-se afirmar, portanto, que se estabeleceu a supremacia de Fidel Velásquez e seus companheiros da CTM. A principal delas ocorreu, em 1975, com a emergência do grupo sindical dos eletricistas, dando início àquilo que ficou conhecido como a "Tendência democrática". Tal movimento tornou-se o núcleo de mobilizações operárias contra as seguintes questões: a burocracia sindical, as correntes antinacionalistas, a esquerda ortodoxa e o isolamento das mobilizações populares. De acordo com Aguilar e Meyer, "o governo não conseguiu manter o controle de toda a área do proletariado industrial"[222]. E, com a inflação, quebrou-se o equilíbrio que existia nessa esfera sindical: a garantia de salários e trabalhos estáveis e a rede de benefícios compensatórios começaram a cambalear.

A retórica *echeverrista* inaugurou a noção de "abertura política", o que ajudou bastante nesse período de crise e conflito pós-1968. Nos discursos, Echeverría falava em promover uma "abertura" na democracia mexicana, para que, assim, houvesse maior tolerância à oposição e suas reivindicações. Isso ocasionou uma "transformação da linguagem pública", conforme Aguilar e Meyer, que, inclusive, "levou a uma surpreendente oxigenação do ambiente, configurando, sobretudo, em uma reafirmação ideológica e institucional do Estado mexicano, desgastado pela crise política de 1968"[223].

O historiador Medina Peña complementa a informação acima assegurando que a mudança mencionada acabou direcionando o governo *priista* aos meios de comunicação em massa. Afinal, "buscavam um público que havia abandonado o Estado e seus meios tradicionais de informação"[224]; e sendo assim, procuravam restaurar a credibilidade e recompor sua audiência. Por isso, "a renovação dos instrumentos de legitimação ideológica foi um aspecto importante dessa mudança e, nos anos 1970, o Poder Público colocou o maior empenho no uso da publicidade e na comunicação de massa"[225].

Logo, em 1971, essa "abertura política" foi colocada à prova.

> O momento de maior credibilidade da *abertura* ocorreu na noite de 1971. Na tarde desse dia, um grupo paramilitar, organizado secretamente por um departamento governamental, dissolveu a pauladas e tiros, metralhadoras e armas pesadas uma manifestação estudantil na Cidade do México. O presidente Echeverría prometeu, pela televisão, que os culpados seriam

[222] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 273.
[223] MEDINA, op. cit., p. 277.
[224] Ibidem, p. 220.
[225] Ibidem, p. 220.

> punidos. Esse foi um momento espetacular, porque provocou a destituição de altos funcionários, entre eles o prefeito da Cidade do México, Alfonso Martínez Rodríguez, embora a investigação nunca tenha sido concluída e os responsáveis não tenham sido indiciados.[226]

No final de seu mandato, a PEMEX, inaugurada, em 1938, pelo ex-presidente Lázaro Cárdenas, descobriu novas jazidas de petróleo, o que a colocou rapidamente no topo da lista de exportadoras. No fim de 1975, o país retomou a conhecida estabilidade. Em seguida, o PRI anunciou seu próximo presidenciável, o Secretário da Fazenda José López Portillo y Pacheco. E, imediatamente, recebeu o apoio do PPS e PARM. Seu lema de campanha foi "A solução somos todos" e, a partir de janeiro de 1976, incluiu uma estratégia de publicidade política que aderiu aos logotipos, às correspondências, às persuasões telefônicas e aos comerciais, que se declaravam contra a corrupção, a desunião nacional e o abstencionismo eleitoral.

López Portillo foi um "candidato-eleito", pois sua principal oposição, o PAN, não apresentou candidato à presidência, em razão de um duelo interno entre novos e velhos correligionários. Concorreu apenas contra pequenos candidatos, os "não-oficiais", como Valentín Campa (PCM) e Pablo Emílio Madero (candidato independente). Sendo assim, nas eleições de 04 de julho de 1976, López Portillo recebeu 16.727.993 de votos (92%)[227].

O presidente recém-eleito assumiu o Executivo em meio a uma séria crise econômica. Em discurso, chegou a responsabilizar todo o país pela situação e, assim sendo, pediu paciência e compreensão, para que se colocasse em prática um novo plano de desenvolvimento econômico, cujas etapas seriam divididas em três passos de dois anos cada um: a) a recuperação, b) a consolidação e c) o crescimento acelerado[228]. Nota-se que, apesar da crise, López Portillo tinha algumas questões a seu favor, como exemplo, seu carisma, que rapidamente conquistou a simpatia popular. Outro fator importante residiu no fato de que, concomitantemente à crise internacional do petróleo, descobriram-se novas reservas petrolíferas no Golfo do México, elevando o país a um dos primeiros lugares na exportação mundial.

Seu governo começou com uma grande reforma da administração pública, mediante a qual outorgou a Lei Orgânica, que trouxe consigo os seguintes códigos: Agricultura e recursos hidráulicos; Assentamentos humanos e obras públicas; Patrimônio e fomento industrial; Programação e pressuposto e, finalmente, o Código de Pesca. No âmbito agrário, houve ainda

---

[226]AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 277.
[227] LÓPEZ, Portillo. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[228] Idem.

a substituição do imposto sobre o ingresso mercantil, para o Imposto do Valor Agregado (IVA)[229]. Seguindo a mesma lógica, anistiou presos políticos e reformou a Lei Federal de Organizações Políticas e Processos Eleitorais, que reconheceu o indivíduo político como uma pessoa jurídica e, em seguida, outorgou o registro de vários partidos "não-oficiais", como o *sinarquista* Partido Democrata Mexicano e o marxista Partido Comunista Mexicano, que vivia na clandestinidade desde 1919.

Por volta de 1977, López Portillo restabeleceu as relações diplomáticas com a Espanha (mas, somente após a morte de Franco) e se solidarizou com o Panamá, na problemática que surgiu referente ao canal. Em 1979, recebeu a visita do Papa João Paulo II, reafirmando a autoridade da hierarquia eclesiástica. Assim como, recepcionou a visita do presidente estadunidense Jimmy Carter, embora este tivesse apoiado aos *sandinistas*. Pode-se afirmar que, durante seu mandato, recebeu sessenta e seis mandatários estrangeiros, bem como, visitou vinte países[230].

O auge da exportação do petróleo tornou possível a análise e o estabelecimento de programas que reativassem a economia nacional, como: a Aliança para a produção, a COPLAMAR (um programa de características mais sociais que econômicas), o Plano de Global de Desenvolvimento[231], o Plano Nacional de Desenvolvimento Agropecuário e, finalmente, o Sistema de Alimentação Mexicano. A renda petroleira permitiu ainda que se promovesse a utilização de recursos e tecnologias nacional, com a formulação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Industrial, Plano de Desenvolvimento Urbano, Plano de Emprego e Plano de Turismo. Do mesmo modo, possibilitou que se empreendessem obras públicas, com o intuito de aprimorar a infraestrutura nacional, como a construção de novas refinarias.

Aumentou-se ainda o gasto com a educação primária, secundária e superior, proporcionando a cobertura de toda a demanda da educação mexicana e, inclusive, inaugurando o Colégio Nacional de Educação Profissional e Técnica, a Universidade Pedagógica Nacional e o Instituto Nacional para Educação de Adultos. Assim como, criou-se

---

[229] Idem.
[230] LÓPEZ, Portillo. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[231] Plano esse que inclusive promoveu a nacionalização dos bancos mexicanos.

a Produtora Nacional de Rádio e Televisão (PRONARTE) [232], regulamentando a intervenção do Estado na televisão.

> Durante seus anos de *boom* do petróleo, o México viveu o incrível paradoxo de que tudo o que podia fazer o país crescer com rapidez haveria de colocá-lo também em risco de falência. O ambicioso plano de investimentos do Estado durante o governo de López Portillo trouxe consigo os gastos e a inflação que devoraram a moeda e suas finanças. Os bancos privados converteram sua busca de rendimentos seguros em especulação e dolarização agressiva de suas operações. A desintegrada indústria nacional cresceu abruptamente, mas ao custo de um fluxo insustentável de importações e de uma debilidade crescente frente ao exterior. [233]

No início de 1981, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs a vários países o aumento do preço do barril de petróleo, que, antes custava U$ 3,00 dólares, passaria a custar, em 1982, US 34,00. No mês de maio, porém, o Secretário de Patrimônio e Fomento Industrial, J. A. de Oteyza, foi obrigado a ordenar o aumento do valor do petróleo, pois o diretor da PEMEX, Díaz Serrano, havia diminuído o preço. Isso desajustou o barril mexicano em relação ao mercado mundial e, consequentemente, ocasionou a renúncia do diretor.

O novo preço não foi bem recebido pelos clientes, gerando um prejuízo de dez milhões de dólares. E, a queda na venda do petróleo desestabilizou mais uma vez a economia mexicana, que já sofria com o crescimento das importações (41,9%), em detrimento da diminuição das exportações. Por essa razão, em 9 de março de 1982, fundou-se o Programa de Ajuste da Política Econômica, que reduziu o gasto público e estabeleceu maior flexibilidade às taxas de interesse, com o intuito de promover a economia, impedindo a dolarização e a fuga de capitais[234].

No Sexto Informe, López Portillo definiu seu próprio governo como sendo de empenho "claro-escuro" e, segundo Aguilar e Meyer,

> Na parte luminosa do desenho, recordou que gasto público e dívida externa faziam parte não apenas da coluna do "deve", mas também da do "haver" e que com esses recursos se havia dado um enorme salto na indústria petrolífera, cujas reservas comprovadas de 6.338 bilhões de barris de 1976 haviam alcançado 72 bilhões em 1982.A exportação do petróleo daquele ano

[232] A PRONARTE mantinha-se, portanto, mediante o suporte estatal. Outra empresa importante no país recebeu o nome de Televisa, fundada em 1973. Seu nome representa a fusão de dois canais importantes, o *Telesistema Mexicano* e o *Televisión Independente de México*.
[233]AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 287.
[234] LÓPEZ, Portillo. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

> era de 1.5 milhões de barris, rendendo 14 bilhões de dólares a mais que em 1976. Entre 1977 e 1982, quase duplicaria a oferta de eletricidade, nos últimos quatro anos o produto industrial havia crescido a uma taxa de 9 por cento e o aumento na média de empregos havia sido de 5,5 por cento, cifra sem paralelo no país, que fez baixar temporariamente o desemprego aberto de 8,1 para 4,5 por cento.(...) conquanto às sombras. Referiu-se ao impacto negativo da entrada da economia internacional na mais grave e prolongada crise desde a Grande Depressão de 1929, a queda estrondosa dos preços de todas as exportações mexicanas, a vigência das taxas de juros mais altas da história, a restrição do crédito e a perpetuação das medidas protecionistas nos países industrializados. Quanto às exportações, lembrou López Portillo, o México havia enfrentado, assim como outros países em desenvolvimento, uma redução muito acentuada nas cotas de boa parte de seus produtos básicos e clássicos de exportação. Esse havia sido o caso, entre 1980 a 1981, principalmente do café em grãos, do algodão em rama, do chumbo refinado e, certamente, da prata.[235]

Após a agitada presidência, o presidente López Portillo atrasou o quanto pôde o para anunciar do próximo candidato. No início de 1982, divulgou que seu sucessor seria Miguel de la Madrid Hurtado. Contrariando, portanto, a vontade do Secretário de Estado e presidente do PRI, Javier García Paniagua. Nessa disputa eleitoral, havia a coalizão PRI, PPS e PARM, contra os novos e velhos partidos opositores: PAN, Partido Socialista Unificado do México (PSUM), Partido Democrata Mexicano (PDM), PRT, Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e Partido Social Democrata (PSD). Sendo assim, nas eleições de 4 de julho de 1982, anunciou-se a vitória de de la Madrid, que recebeu 70,99% dos votos. Essa transição política é retratada da seguinte forma pelos historiadores Aguilar e Meyer: "no final de 1982, na iminência de sua mudança de governo, depois do maior *boom* que experimentara em suas relações com o mercado mundial, o país da Revolução Mexicana viu diluírem-se no ar os acordos centrais de sua estabilidade"[236].

A presidência de de la Madrid Hurtado (1982-1988) ocorreu, portanto, ao longo de uma das mais rigorosas crises mexicanas do século XX. A queda da receita do petróleo provocou um grande prejuízo na economia mexicana, trazendo sérias consequências: o aumento da dívida externa em mais de 800 milhões de dólares; a fuga de capitais; a desvalorização do peso e o aumento da inflação em quase 100%. Por essa razão, o presidente promoveu uma mudança do aparato corporativo com o intuito de implantar o neoliberalismo, que chamou de "alterações estruturais", significando que a empresa privada teria a maior

[235] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 284.
[236] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 289.

responsabilidade na promoção do desenvolvimento nacional e que aconteceria a adesão da economia mexicana ao livre comércio internacional[237].

Para Aguilar e Meyer,

> Visto em seu conjunto, o governo de Miguel de la Madrid parecia ter dois rostos, que pretendia complementares. Um olhava para o futuro, com aspiração reformista; outro, para o passado, com anseio de restauração. Um princípio central do projeto parecia ser que não havia futuro estável para o México se não se restaurasse o acordo essencial da sociedade com o Estado e, mais particularmente, o acordo do capital privado com o setor público. Política e ideologicamente contrários à nacionalização bancária de 1° de setembro de 1982, os membros do novo governo viram nessa medida o fim de um contrato social, o ponto terminal ou de não-retorno da confiança empresarial e da simbiose do capital privado com o governo.[238]

Pode-se afirmar, contudo, que seu governo foi conservador e não empreendeu reforma política, com exceção da reforma do 115° artigo da Constituição de 1917, que criou a figura dos regidores com representação proporcional nas assembleias. No mês de janeiro de 1983, firmou o Programa Imediato de Recuperação Econômica (PIRE), o Sistema Constitucional de Planejamento Democrático e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Esses planos propunham, sobretudo, quatro metas: conservar e fortalecer as instituições democráticas; vencer a crise; recuperar a capacidade de crescimento; e, por fim, iniciar mudanças qualitativas nas estruturas econômicas, políticas e sociais do país. Por consequência, houve congelamento de salários e mais uma desvalorização do peso, que, em 1987, melhorou e chegou ao câmbio de 2,25 pesos por dólar (a menor da história)[239].

Firmou-se o lema de tolerância zero à corrupção com as seguintes prisões: o policial *El negro* Arturo Durazo Moreno e o político Roberto Martínez Vara (sobrinho de López Portillo), acusados de peculato ante a Procuradoria-Geral da República. No mês de julho de 1983, o ex-candidato *priista* à presidência e ex-diretor da PEMEX, Jorge Díaz Serrano, foi julgado e preso por cinco anos, sendo acusado de comprar dois petroleiros superfaturados. Pode-se afirmar que de la Madrid objetivava com isso uma dupla empreitada: garantir credibilidade para com sua política de combate à corrupção e, ao mesmo tempo, vingar-se de Díaz Serrano que havia disputado a candidatura à presidência pelo PRI. Apesar desse combate à corrupção, seu governo ficou conhecido pelas execuções de periodistas da oposição, tal qual

---

[237] MADRID, Hurtado Miguel. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[238] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 294.
[239] MADRID, Hurtado Miguel. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

ocorreu com Manuel Buendía, que havia denunciado a existência de um esquema de cooperação entre os funcionários governamentais e o narcotráfico[240].

Pode-se afirmar, portanto, que, ao longo do mandato de de la Madrid, a sociedade mexicana tornou-se uma nebulosa de contrariedades, repleta de exaustão e suspeições, que não produziu movimentos políticos independentes, mas, sim, alternativas institucionais[241]. Afinal, a população guardava na memória as experiências traumáticas de 1958 e 1968. Por isso, "as pessoas não foram às ruas e sim às urnas; não para a esquerda, e sim para a direita"[242], tal qual afirma Aguilar Camín e Lorenzo Meyer.

A partir de 1986, o *neopanismo* (um movimento católico e conservador) consolidou-se no cenário político mexicano, o que indicou o crescimento do PAN no âmbito nacional, garantindo, inclusive, sua vitória nas eleições municipais das principais cidades de Chihuahua. Houve ainda o escândalo das eleições ao encargo de governador. Como se sabe, o *panista* Francisco Barrío era o favorito ao cargo de governador de Chihuahua, mas, com o intuito de conter o avanço *panista*, impuseram a vitória do *priista* Fernando Baeza. Mais uma vez, o PRI foi acusado de fraude eleitoral e, assim sendo, sua legitimidade passou a ser ainda mais questionada. Por conta disso, expediu-se o Código Federal Eleitoral a fim de que se promovesse maior controle dos processos eleitorais e aumentasse a representação proporcional de deputados, o que praticamente passou a renovar o senado.

Além da péssima popularidade do PRI, ocorreram rusgas internas que levaram a uma divisão do próprio partido. Sendo assim, em 1987, aconteceu uma cisão, na qual seus dissidentes foram liderados por Cuahutémoc Cárdenas Solórzano, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, que formou com seu grupo de ex-*priistas* a Frente Democrática Nacional e, posteriormente, tornou-se o Partido da Revolução Democrática (PRD). E, por conta disso, o PAN conseguiu ainda mais espaço para se fortalecer com o carismático presidenciável Manuel J. Clouthier.

Para Aguilar e Meyer, nesse período

> Instalou-se um enfrentamento intragovernamental entre os que defendiam a necessidade de respeitar as vitórias eleitorais da oposição e os que defendiam a necessidade, *priista* por excelência, de uma democracia dirigida, destinada a impedir que uma conjuntura adversa produzisse mudanças políticas estruturais que tornariam o país vulnerável à pressão estrangeira e à chantagem oligárquica de capitalistas e empresários, aos quais já eram dadas

[240] Idem, passim.
[241] Idem, passim.
[242] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 298.

> concessões por outros canais. No debate entre as duas correntes triunfou a ultima, em especial depois de a oposição panista sair vitoriosa nas eleições municipais de 03 de julho de 1983 em Chihuahua. Foi uma vitória esmagadora nos municípios que concentravam 70 por cento da população do maior Estado fronteiriço com os EUA.[243]

No fim do seu mandato, o deficit do setor público manteve-se em níveis similares aos de 1982, a inflação chegou a 131% e, em 1987, chegou a 159.2% (a maior da história). A economia contraiu-se e a dívida externa aumentou em 30%, por isso, cresceu o emprego informal, já que apenas 35% da força de trabalho estavam empregadas no setor moderno da economia. Os salários apresentavam índices de 40% mais baixos que os de 1980[244]. Em meio a essa situação caótica, muitos intelectuais da oposição passaram a publicar artigos críticos ao PRI e ao seu sistema complexo e peculiar de governar, por isso, oferecendo-lhe nomes, como: "democracia falida", "ditadura perfeita", "o ogro filantrópico", "a hegemonia priísta", entre outros. No mês de novembro de 1983, por exemplo, houve a publicação do "Por uma democracia sem adjetivos" de Enrique Krauze. Em1985, Carlos Pereyra publicou "Sobre a democracia mexicana". Em 1988, Cuauhtemóc Cárdenas, Manuel J. Clouthier e Rosario Ibarra publicaram o artigo "Pela democracia" e, logo em seguida, outros intelectuais escreveram o manifesto chamado "Por uma democracia pluripartidista, até uma nova República". Esse manifesto encontra-se na Revista "*Proceso*", Número 616, no dia 22 de agosto de 1988. Como assinantes constam: René Avilés F, Fabio Barbosa, Roberto Borja, Fausto Burgueño, Jorge G. Castañeda, Luís Cervantes J., Gerardo de la Torre, Marcela de Neymet, Rodolfo Echeverría M., Félix Goded A., Juvenal González, Jorge Meléndez, Carlos Monsiváis, Octavio Paz, Joel Ortega J., Humberto Parra, Emiliano Ramos, Benito Rey R., Enrique Rojas Bernal, Evaristo Pérez Arreola, Eduardo Valle.

De acordo com Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, o período que segue de 1934 a 1988

> (...) vivenciou a consolidação do presidencialismo mexicano sob Lázaro Cárdenas (1934-1940) e Ávila Camacho (1940-1946), o governo impositivo dos mandatos de Alemán, Ruiz Cortinez e López Mateos (1946-1964) e uma nova fase nos anos setenta. Nesse período, sem perder seu papel como centro inconteste da vida política do país, o presidente age e funciona efetivamente como um grande coordenador de interesses e de agencias burocráticas ("A função de um presidente do México é recolher as bandeiras da sociedade", comentou, em certa ocasião, o presidente Luís Echeverría). Os presidentes mexicanos dos anos oitenta tinham um poder absoluto muito maior que seus

[243] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 298.
[244] MADRID, Hurtado Miguel. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

> predecessores em recursos e atribuições, mas um poder relativo de governo sobre o conjunto da sociedade menor que o de seus antecessores. [245]

Nas eleições de 06 de julho de 1988, disputaram a presidência mexicana os candidatos: Carlos Salinas de Gortari (PRI), Cuauhtemóc Cárdenas (FDN, PPS, PARM, PFCRN, PVEM), Manuel Clothier (PAN), Gumersindo Magaña (PDN), María del Rosario Ybarra de la Garza[246] (PRT) e Heberto Castillo Martínez (PMS). Ao longo da corrida presidencial, era evidente a preferência de Cuauhtemóc Cárdenas, que, com o lema "Com um México na nação, o pueblo ao governo", conquistou progressivamente a população mexicana. Cárdenas rapidamente se tornou a figura mais popular das eleições e, em 1987, inclusive, configurou na primeira ameaça real ao poderio *priista*. Contudo, os resultados das eleições fizeram com que ela fosse a mais questionada da história mexicana. No dia das eleições, a contagem de votos apontava a vitória de Cárdenas. No entanto, ocorreu uma pane no sistema das urnas que paralisou a contagem por horas – daí a famosa frase: "*se cayó el sistema*" ou, em português, "o sistema caiu" – e no fim do dia, quando finalmente o sistema "retornou", Salinas foi declarado presidente. Diante de eleições tão controversas, a polêmica expressão deixou subentendida a fraude eleitoral. Após a vitória de Salinas, a imagem do PRI ficou ainda mais manchada, a ponto do processo eleitoral ser repensado. Logo, fundou-se o Instituto Federal Eleitoral[247] a fim de impossibilitar novas fraudes.

Para Luís Medina Peña, os últimos anos de mandato *priista* tiveram resultados contrários àquilo que se pretendia. A soberania nacional, tão cara a ideologia oficial, tornou-se vulnerável, pois as últimas crises financeiras fizeram do país cada vez mais dependente do exterior, sobretudo, dos EUA. Essa situação se resumia por três questões: os termos do FMI, a venda de petróleo de 1982 em desvantagem, o vizinho do norte tentando construir uma reserva petroleira e, portanto, rompendo a solidariedade com os países produtores de petróleo.

A presidência Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) rompeu com o discurso *priista*. Afirmava-se ter por base o "liberalismo social", mas, veremos mais à frente que, em verdade, o *salinismo* concretizou as reformas neoliberais que o governo antecessor não conseguiu realizar, apesar de propagandeá-las. No dia 2 de dezembro de 1988 (um dia após a posse), por exemplo, estabeleceu o Programa Nacional de Solidariedade (PRONASCO), cujo principal intuito era o reajuste econômico do país e o estabelecimento de um sistema político embasado

---

[245] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 332.

[246] María del Rosario, mais conhecida como Rosario Ibarra de Piedra, foi a primeira mulher a concorrer pela presidência mexicana.

[247] *Instituto Federal Electoral* (IFE): instituição encarregada pelo desenvolvimento dos processos eleitorais da federação mexicana.

na justiça social. Seu governo ficou conhecido por levar serviços básicos às comunidades rurais, como água potável, energia elétrica, asfalto, postos de saúde e lojas de suprimentos. Depois, renegociou a dívida externa e seguiu as diretrizes impostas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas o momento não foi somente de "bem-aventuranças", como se julga. Ele foi marcado também por sérios escândalos de corrupção, denúncias de nepotismo e suspeitas de ligações com o crime organizado. Inclusive, em 2009, o ex-presidente de la Madrid em entrevista causou escândalo e polêmica em todo o país, após afirmar que Salinas havia enriquecido durante sua presidência por conta da corrupção e, não satisfeito, afirmou que seu irmão, Raúl Salinas, tinha vínculos com a fuga de capital de 1989 e com líderes criminosos do narcotráfico.

Salinas de Gortari chegou a executar um novo programa político no México, no qual haveria de vender as empresas paraestatais, para, assim, amortizar a dívida pública interna, que, em 1988, era de 19% e, em 1994, chegou a 6%, resultando na diminuição dos gastos públicos e, consequentemente, aumentando a receita às questões sociais. Essas empresas operavam com deficit e se mantinham somente em razão de uma injeção constante dos fundos públicos, que vinham da dívida externa, excedente petroleiro ou, por exemplo, no caso de 1970-1982, por intermédio da emissão de notas e moedas sem "valor" (o que levou o deficit público a mais de 10% do valor do PIB, ou seja, 70% desse mesmo deficit advinham das paraestatais).

A primeira privatização ocorreu, em 1990, com a empresa de telefonia *Telmex*, que havia sido privatizada em 1974. A *Telmex* recebia muitas queixas na Procuradoria de Defesa do Consumidor, que se referiam, sobretudo, à espera de aproximadamente dez meses por linha telefônica, quando era instalada. Após a privatização, a cada dez lugares oito tinham um telefone. No dia 21 de maio de 1990, expediu-se a reforma nos artigos 28 e 123 da Constituição de 1917, que viabilizou a privatização dos bancos nacionais.

No início de 1994, houve o firmamento do Tratado de Livre Comércio (TLC), o que deixou ainda mais evidente a política neoliberal *salinista*. Nesse caso, o governo acreditou ser necessária uma redefinição da relação comercial mexicana com seu principal parceiro comercial, os EUA, pois ela datava de 1930. As negociações começaram, em 1990, com o presidente George H. W. Bush, e continuaram por três anos, sendo estabelecido após as eleições estadunidenses, nas quais venceu o democrata Bill Clinton. Após seu fechamento, houve uma rebelião campesina, em Chiapas, mencionando os ideais *zapatistas*, assim como,

reivindicando melhores condições de vida e reforma agrária. Formou-se, então, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Por fim, o governo *salinista* também ficou conhecido pela forte repressão, um fator que se estabeleceu como marca *priista* nesses setenta e um anos de presidência ininterrupta. Isso repercutiu em diversas áreas da política nacional e, inclusive, levou a uma disputa no interior do próprio "partido oficial". Como ocorreu com Luís Donaldo Colosio Murrieta, candidato *priista* à presidência de 1994 a 1998, mas, durante sua campanha eleitoral no bairro Lomas Taurinas em Tijuana, Baixa Califórnia, no dia 23 de março de 1994, foi assassinado por Mario Aburto Martínez, preso, em 1995, e sentenciado a quarenta e dois anos de prisão. Há várias suspeições quanto à morte de Donaldo, mas nenhuma delas foi comprovada. A principal delas afirma que o presidente Salinas havia encomendado o assassinato, para que, assim, indicasse como presidenciável alguém de sua confiança, tal qual Ernesto Zedillo Ponce de León.

Para Carlos Alberto Barbosa, esse período de 1988 a 1994 foi marcado pela reivindicação da herança legítima da Revolução Mexicana.

Por isso, afirma:

> No final de 1988, devido a uma secessão dentro do PRI, foi criado o Partido da Revolução Democrática, que disputou as eleições presidenciais tendo como candidato o filho de Lázaro Cárdenas. Este chega a obter uma expressiva votação, embora o candidato *priista*, Carlos Salinas de Gortari, fosse eleito. Foi durante a presidência de Salinas de Gortari, em 01 de Janeiro de 1994, que eclodiu a rebelião do EZLN, no estado de Chiapas. Tanto o PRD quanto o EZLN reivindicavam a herança legitima da revolução.[248]

Com o término do mandato de Salinas, em 1994, a presidência mexicana ficara sob a responsabilidade do *priista* Ernesto Zedillo, que ganhou as eleições com apenas 48% dos votos, marca relativamente baixa em relação àquelas atingidas no passado. Fora, então, um governo marcado pela péssima imagem do PRI, assim como, caracterizado pela severa crise financeira que recebera o nome de "efeito tequila". Esta configurara a maior responsável pelos variados conflitos que ocorreram no interior do "partido oficial", dentre eles a principal contenda sucedeu entre o presidente vigente, Ernesto Zedillo, e seu antecessor, Salinas de Gortari.

[248] BARBOSA, op. cit., p. 112.

O “efeito tequila” ou “erro de dezembro” ocorreu em razão da ausência de reservas internacionais de petróleo, o que suscitou nos dois primeiros dias da nova presidência. Por conta disso, o *peso* desvalorizou mais uma vez e o dólar aumentou seu valor em 114%, chegando a custar 8,70 *pesos*, e, por conta disso, muitas empresas faliram, gerando um alto índice de desemprego. Mas sua resolução veio em seguida, quando o presidente Bill Clinton solicitou ao Congresso uma linha de crédito de 20 milhões de dólares ao governo mexicano, para, assim, garantir seus compromissos financeiros. E, mesmo assim, o presidente Zedillo perdeu espaço no governo mexicano.

1.6. O decênio *panista* e o retorno do PRI (2000-2012)

O PRI foi, então, derrotado nas eleições presidenciais pela primeira vez desde 1929. No dia 2 de julho de 2000, o *panista* Vicente Fox de Quesada venceu as eleições. Vicente Fox governou de 2000 a 2006 e, depois, passou o cargo ao *panista* Felipe Calderón Hinojosa, que governou de 2006 a 2012. As eleições de 2006 foram muito controvertidas, já que novamente incorreram acusações de fraude eleitoral. Inobstante grande parte da população mexicana esperasse resultados distintos dessa nova gestão, esses dois sexênios apresentaram aumento da inflação e escândalos de corrupção, assim como, implicaram em um aumento significativo da violência e dos grupos de narcotraficantes. Isso levou ao surgimento de milícias justiceiras, como as *autodefesas*. Apesar disso, acreditava-se que o “partido oficial” demoraria a reaparecer no cenário político do México. Nas eleições de 2012, porém, a disputa presidencial ficou entre Andrés López Obrador (PRD) e Enrique Peña Nieto (PRI) e, no mês de julho, anunciou-se a vitória do *priista* com a porcentagem de 38,21% dos votos mexicanos.

Em suma, o politólogo Leonardo Curzio afirma que as peculiaridades históricas e geopolíticas do México edificaram um projeto nacional que se alicerçou em seis elementos fundamentais para a compreensão do regime não-democrático do país e, ao mesmo tempo, que evitou o excesso de autoritarismo e conjurou o militarismo, são eles: a) a estabilidade política que garantiu a longevidade do PRI num regime autoritário, que começou a modificar em 1997, e concluiu em 2000, com a eleição do PAN; b) o desenvolvimento econômico baseado na economia mista, junto à ideia de que a estabilidade e o crescimento fariam do país um território forte e que, por isso, redimensionaram seus principais problemas ao futuro; c) o

conteúdo social do governo, ou, regime, é clientelista e suas seis décadas funcionam com a relação de permuta, ou seja, apoio político ao Estado em troca de gerências e obras públicas; d) o estabelecimento de uma orientação nacionalista, no sentido de que reivindicou o mexicano como continuação do indígena, com a intenção de se estabelecer uma cultura nacional; e) a política exterior baseada na "não-intervenção" e na autodeterminação dos povos, que estabeleceu uma soberania relativa perante o colosso norte-americano; f) a doutrina nacional de defesa ofensiva, amparada na submissão dos militares ao poder civil – que dará ao país segurança, pois, navegará sem repressões maciças ou guerras civis, pelo tempestuoso mar da guerra fria e seu mais funesto produto na América Latina, os regimes de segurança nacional[249].

A propósito do papel do PRI na história mexicana, Aguilar e Meyer, afirmam que

> Um ator fundamental é o partido do Estado, o velho Partido Nacional Revolucionário, transfigurado com Cárdenas no Partido da Revolução Mexicana e, com Alemán, no Partido Revolucionário Institucional. Nos últimos anos de sua era institucional, o partido chegou a uma situação que poderíamos chamar de inanição revolucionária. A riqueza de sua presença na vida mexicana é, no entanto, tão fora de dúvida quanto à ausência de uma história que a revele. A história da era *priista* estaria incompleta se não mencionasse pelo menos as quatro funções-chaves que o partido do Estado desempenhou nas décadas do milagre e da transição mexicana. Ele funcionou porque é fundamentalmente uma coalizão pragmática de interesses, a encarnação pontual do que alguns chamam de interclassismo da revolução, a possibilidade de reunir, numa tarefa política, interesses de todas as classes, conversadores e revolucionários, camponeses pobres e grandes latifundiários, operários e empresários, de modo que na negociação pragmática, a portas fechadas, cada parte obtenha algo e as que não obtiverem ganhem ao menos esperança. [250]

A partir dessa explanação, compreende-se a razão pela qual há um recorte cronológico no título desta pesquisa. Recorte esse que designa a reforma do PRM, em 1946, com o então presidente Alemán, ou seja, o surgimento do PRI, até a polêmica vitória de Salinas de Gortari, em 1988, aqui compreendida como o prenúncio da derrocada *priista*. Partimos do pressuposto de que, após a reforma partidária, o PRI tornou-se um partido politicamente predominante, que instaurou um regime partidário e, por consequência, estabeleceu uma cultura política dominante que passou a moldar o México e seu regime democrático; a mesma cultura que o encaminhou à derrota em 2000. Essa perspectiva apreende, portanto, que o retorno do PRI ao

[249] AGGIO; LAHUERTA; op. cit., p. 299.
[250] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 337.

Poder Executivo, em 2012, infere uma arraigada e predominante cultura política que, mesmo depois de suas desventuras no decorrer do século XX, lhe trouxera de volta à cena política mexicana.

CAPÍTULO 2

A TRAJETÓRIA *PRIISTA*

O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DO PRI

A trajetória *priista*:
O contexto de emergência e consolidação do PRI

O México apresentou, ao longo do século XX, a maior estabilidade política da América Latina. Após a Revolução Mexicana (1911-1920) e a Dinastia de Sonora (1920-1928), Plutarco Elías Calles fundou, em 1929, o Partido Nacional Revolucionário (PNR) – conhecido também como "partido oficial do Estado"[251] – que, em seguida, se sobrepôs às demais instituições políticas do cenário e instaurou um sistema próprio de governo; compreendido aqui como um sistema de partido hegemônico pragmático. Após sua fundação, elegeu presidentes ininterruptamente até a virada do milênio, em 2000, e, como afirma o sociólogo Pablo González Casanova, "a partir disso, nenhum golpe de Estado e/ou insurgência popular conseguiu impor um grupo da oposição"[252].

O complexo sistema implantado pelo "partido oficial"[253] no México, especialmente, no pós-1946, fugiu – indubitavelmente – dos caminhos trilhados pelos modelos clássicos do século XVIII e XIX. Logo, dificilmente seria compreendido a partir dos renomados teóricos dos setecentos e oitocentos, como John Locke, Montesquieu e Voltaire.

Conforme González:

> Os partidos, o voto, as eleições, os três poderes a "soberania dos Estados federais" e, em geral, todo o aparato da democracia tradicional agem de tal forma que as decisões políticas nada ou pouco têm a ver com os modelos teóricos da "luta de partidos que institucionaliza a mudança do poder", ou com uma "federação de Estados livres e soberanos". A dinâmica política, a institucionalização da mudança, os equilíbrios e controles, a concentração e distribuição do poder fazem dos modelos clássicos elementos simbólicos que encobrem e sancionam uma realidade distinta.[254]

---

[251] O partido oficial, em verdade, chamou-se Partido Nacional Revolucionário (PNR, 1929-1938). Contudo, o mesmo sofreu duas reformas estruturais importantes que modificaram sua nomenclatura. Em 1938, foi renomeado Partido da Revolução Mexicana (PRM, 1938-1946) e, logo depois, em 1946, passou a se chamar Partido Revolucionário Institucional (PRI, 1946-2015).
[252] GONZALEZ, op. cit., 1982. p.10.
[253] O partido ficou no comando do governo federal mexicano por setenta e um anos (1929-2000); se contarmos, obviamente, o período de suas três formações: PNR, PRM e PRI. Além disso, o partido estabeleceu um sistema hegemônico, garantindo que ele predominasse em todas as eleições nacionais, não apenas na presidencial.
[254] GONZALEZ, op. cit., 2004. p.16.

O sistema político *priista* tornou-se funcional exclusivamente por suas peculiaridades, não implicando em um modelo fechado e sólido, que repudiou o novo e conservou suas raízes oligárquicas, como se pode imaginar. Ao contrário. Ele constituiu um organismo vivo, que assumiu características específicas em cada momento do partido ou do sexênio presidencial; de acordo com o que lhe comprazia estrategicamente. Por essa razão, nota-se, em 1936, um sistema passível de assimilar um novo programa político e renunciar ao passado conservador, caciquista e oligárquico. A partir de 1940, entretanto, percebe-se que o mesmo assume uma nova roupagem, que assimila facilmente o passado conservador, mas rejeita o novo programa *cardenista*. Afinal, a cada sexênio o presidente recém-eleito podia mudar a agenda do governo federal, se assim lhe conviesse; de tal modo que havia uma renovação da "lógica política" e da própria acepção de poder, o que, segundo Gonzalez, "unia a realidade e os mitos, com a preocupação de não cair em meras formas e mistificações políticas e com a lógica de atender ao recurso da unidade nacional ou a sobrevivência nacional"[255]. Isso fez com que alguns mandatos fossem inteiramente diferentes uns dos outros, como se nota com Lázaro Cárdenas (1934-1940) e Ávila Camacho (19140-1946).

O discurso oficial seguiu a "lógica de poder" admitida pelo partido e pelo quadro dirigente em determinando momento. Por essa razão, nota-se que em certos períodos assimilou a "alternativa socialista" de Cárdenas e, noutros, avocou a retórica liberal-moderada de Alemán ou a perspectiva de "desenvolvimento compartilhado" de Echeverría. No caso dos ideais de esquerda, o PRI manteve sempre (estrategicamente) mensagens e signos que remetiam ao passado revolucionário. Seu discurso, na maioria das vezes, apoiava as revoluções nacionais e populares, criticava a "intervenção" estadunidense e "bem-dizia" a reforma agrária. Em geral, mantinha uma boa relação com os outros países do globo e, por conta disso, jamais encontrou uma oposição internacional forte o suficiente para respaldar a interna.

Esse sistema político instaurado no México estabeleceu um Poder Executivo forte e centralizado, um Poder Legislativo débil e um Poder Judiciário levemente autônomo, configurando, portanto, na única forma de controle do desmedido Executivo. O Estado admitia a "lógica de poder" outorgada pelo "partido oficial", que, em alguns momentos, era tão influente nas políticas e práticas do governo federal que aparentava um quarto poder do Estado, e, consequentemente, estabelecia seu objetivo central: o crescimento econômico "a qualquer custo" e o "desenvolvimento estabilizador", como o próprio PRI definia. Mas, cabe

[255] GONZALEZ, op. cit., p. 11.

aqui informar que a voz do partido, às vezes, não se assimilava àquela do Estado; ou seja, o partido e o Estado nem sempre falavam a mesma "língua".

Por conta dessa estrutura peculiar, a sociedade mexicana aniquilou algumas questões atreladas ao passado colonial que outros países latino-americanos não conseguiram, como o poderio desmedido da Igreja Católica e o militarismo. A sociedade enfrentou e conjeturou a derrocada da igreja, com a promulgação da Lei Calles e o desdobramento do que ficou conhecido como "Guerra Cristã". Já os militares foram retirados paulatinamente da vida política do país.

As crises econômicas e políticas da segunda metade do século XX (sobretudo, as de 1958, 1968 e 1976) foram "controladas" por um aparato *priista* que soube manejar os símbolos, com medidas de repressão e concessão aos grupos opositores (que eram, em suma, camponeses, intelectuais, operários, etc.). "Tudo isso regido por um Poder Executivo forte cuja faculdade se concentrava em um regime presidencial", como nos recorda González Casanova[256]. Para que esse "sistema" vingasse, então, o partido do Estado formou e divulgou uma cultura política dominante, amplamente estendida, que fez a sociedade assimilar e pronunciar a "língua oficial", absorvendo, inclusive, os mitos nacionais do Estado.

Em suma, o sistema de governo *priista* criado, em 1929, e amoldado ao longo de setenta anos "funcionou" devido às suas características peculiares: o Estado autoritário e manipulador, com um Poder Executivo centralizado, um Poder Legislativo débil e um Poder Judiciário autônomo, cuja principal função seria regular o poderio do desmedido Executivo. O principal objetivo seria estabelecer um crescimento econômico contínuo e um "desenvolvimento estabilizador". Quiçá, somente uma estrutura política de características tão "estranhas e particulares", como assevera González, conseguiria movimentar uma "sociedade tão desigual, desde suas regiões territoriais às classes sociais"[257].

---

[256] GONZALEZ, op. cit., p. 12. [O Poder Executivo era forte, mas a força do Estado era muito relativa. Tal qual afirma González: "O estado mexicano é um estado neokeynesiano, sem sabê-lo. A partir da grande crise dos anos trinta, ele se juntou a um sistema financeiro de perspectiva múltipla; começou a adquirir uma série de empresas - algumas de expropriação -, e fundou outras em vários setores de produção e serviços. Assim, dificilmente se concebe desenvolvimento econômico com independência do estado. A força do estado mexicano é relativa, no entanto. Opera em um país dependente aonde quase dois terços das importações e exportações vão para um mercado único; Estados Unidos. Não se trata de uma dependência geral de país para país; mas país e Estado às empresas de capital estrangeiro e mexicano. Os objetivos sociais do Estado operam dentro de uma economia em que a concentração de capital é muito alto. Caem diante da pressão do capital estrangeiro, monopólico e transnacional, e diante do capital monopólico mexicano."]

[257] GONZALEZ, op. cit., p. 12.

2.1 O surgimento do PNR

Desde o fim do século XIX, o México já compreendia, com o então presidente Porfírio Díaz, que precisava do reconhecimento dos homens fortes da região e dos líderes militares da ala liberal, para assim, legitimar seu poder. No início do século XX, portanto, não seria diferente. E, como afirma o historiador Luís Medina Peña, "tal realidade se impôs à retórica democrática de Francisco I. Madero"[258]. Mas o desenrolar do processo revolucionário postergou essa acepção. A partir de 1920, o jogo político continuou sem regras e, ao longo de nove anos, ocorreram alternâncias de poder sanguinolentas em meio à intensa efervescência social. A única alternativa seria "estruturar um mecanismo político-partidário que convocasse e reunisse todas as forças políticas identificadas com os objetivos e reivindicações da Revolução Mexicana"[259], como afirma Luís Javier Garrido. Assim, o plano seria criar o partido da revolução, para que se conseguisse a almejada arbitragem política, agregando, inclusive, as novas e velhas forças político-sociais do período. Como afirma Medina Peña em relação à criação do "partido oficial":

> Toda revolução do século XIX e XX, como a soviética e a chinesa, tiveram um partido que fundamentou e concretizou a revolução. No caso do México, a Revolução Mexicana originou um partido 10 anos depois; uma instituição centralizada e rígida.[260]

A criação do PNR normalmente é atribuída à morte de Álvaro Obregón e à engenhosidade política de Elías Calles. Não obstante, Obregón já trabalhava a idéia de estabelecer um grande partido que unisse a todos os mexicanos revolucionários. Isso ocorria desde seu primeiro mandato presidencial (1920-1924). Portanto, o planejamento de um novo partido não era novidade. "A novidade", afirma Medina, "estava em tudo o que haveria de ocorrer para que o partido existisse"[261].

Na Convenção de Aguascalientes de 1914, Álvaro Obregón já se sobressaia como um importante general revolucionário, detentor de evidentes ambições políticas. De acordo com Garrido, primeiramente, Obregón criou uma organização de civis e militares com o intuito de

---

[258] MEDINA, op. cit., p. 25.
[259] GARRIDO, Luis Javier. **El Partido de la Revolución Institucionalizada:** la formación del nuevo Estado en México (1928-1945). 11° Ed. México: Siglo XXI, 2005. p.45.
[260] GARRIDO, op. cit., p.50.
[261] MEDINA, op. cit., p. 30.

pressionar Carranza a mudar seu programa político, para então, focar-se nas necessidades sociais[262]. Assim, surgiu a Confederação Revolucionária, futuro partido *obregonista*. A Confederação cresceu e, assim, passou a ser integrada por importantes figuras políticas, como chefes militares, membros de gabinete, governadores pré-constitucionais, etc. Logo, atingiu seu objetivo: o decreto de 6 de janeiro de 1915. Pouco tempo depois, a antiga Confederação tornou-se o Partido Liberal Constitucionalista (PLC) – a principal intenção do partido era unificar a política revolucionária e postular a presidência de Carranza.

O PLC debutou como um partido de herança liberal, com a esperança de tornar-se a voz da Revolução Mexicana. Ele se declarava a favor do sufrágio, da não-reeleição, da reforma agrária, da proteção do direito dos operários, da segurança social, da administração pública embasada na justiça, na separação dos poderes, na soberania dos estados e na autonomia municipal. O PLC era, então, uma nova oportunidade. Carranza, porém, sentiu essa iniciativa como uma futura disputa política. Quando eleito destituiu o jornal "O Gladiador" do PLC e também retirou Obregón do cargo político que ocupava. Foi obrigado a viver longe da vida política do país, em sua fazenda, por quase dois anos. Mas, em junho de 1919, ele rompeu o silêncio e informou sua candidatura às eleições de 1920, vencendo as eleições com grande margem de votos.

Apesar das iniciativas de Obregón, ele conjeturava e refletia acerca da possibilidade de se fundar um partido revolucionário, mas sem nomear sua idéia. Calles foi o responsável por organizar e oficializar o PNR. Mas vale frisar que essa idéia já era debatida no contexto político-cultural e, inclusive, havia uma contenda na época que afirmava que Calles roubara a idéia de Obregón.

O período *obregonista* ficou conhecido, afirmado anteriormente, por organizar a reforma agrária e restabelecer as relações diplomáticas com os EUA. Ficou conhecido também por amenizar as forças políticas do país, anistiando conservadores e radicais. Sua política viabilizou a formação e o registro de vários partidos políticos e, apesar disso, ainda imperou a instabilidade política. E, após seu quadriênio, a presidência passou às mãos de Elías Calles (1924-1928).

O governo *callista* promoveu a construção de várias obras públicas e a ampliação de ferrovias e rodovias, assim como, anunciou a legalização do divórcio e o fim das isenções fiscais. Mas, sua administração ficou conhecida mesmo pela "política do terror", como

[262] GARRIDO, op. cit., p. 51.

designa a historiografia, uma vez que os camponeses e os operários passaram a ser severamente reprimidos, sendo, em sua maioria, fuzilados.

Calles expediu ainda uma lei adicional que regulamentou as instituições religiosas no México. A "Lei Calles", como ficou conhecida, fez valer as disposições anticlericais constantes no 130° artigo da Constituição de 1917. A partir disso, a Igreja seria reconhecida oficialmente apenas mediante um cadastro federal e o subsequente pagamento de tributos. Logo, encerraram-se cultos e atividades em igrejas, mosteiros e conventos, pois seus líderes foram expulsos do país. Essa nova lei acabou gerando um conflito entre o Estado e a Igreja, o que levou uma insurreição travada entre os *callistas* e as milícias cristãs, resistentes às diretrizes e às normas estabelecidas pela nova lei.

Entre 1924 e 1926, Calles e Obregón "dividiram" o Poder Executivo, o que, para a historiadora Maria Cantú Delgado, "aparentava uma antiga diarquia" [263]. Em 1925, Obregón mudou-se para a fazenda de sua família, em Sonora. A partir de 1926, contudo, passaram a ocorrer altercações entre Obregón e Calles. O ex-presidente pretendia aprovar a reeleição "não-consecutiva". Mas, Calles defendia um governo civil, sem reeleições, passando, consequentemente, a declarar-se contra Obregón. Aqueles que se declararam abertamente contrários aos objetivos *obregonistas*, foram perseguidos e executados. Isso pressionou a oposição, que acabou aprovando a emenda de reeleição e, assim sendo, Obregón declarou-se, mais uma vez, candidato às eleições de 1928.

Em julho de 1928, Obregón reelegeu-se e, dezessete dias depois, foi assassinado. Calles, até então, presidente, concedeu a investigação do assassinato aos *obregonistas* e apressou-se na institucionalização do partido. No dia 1 de setembro, fez um pronunciamento no qual afirmava que não se reelegeria, pois a "era dos caudilhos" tinha chegado ao fim, dando início a nova "era das instituições". Diante disso, reuniu todos os governantes mexicanos e estabeleceu um acordo, segundo o qual nenhum militar se candidataria à presidência provisória ou constitucional. Em seguida, foram sugeridos como candidatos à presidência provisória, o ex-governador de Tamaulipas, Emilio Portes Gil, e o governador de Coahuila, Eduardo Neri. Em 25 de setembro de 1928, o Congresso da União declarou a

[263] Cf. DELGADO, Gloria María Cantú. **Historia de México**: México en el siglo XX. México: Pearson Educación, 2003; GARCÍA, Gastón Cantú. **El pensamiento de la reacción mexicana (la derecha).** Tercero Tomo. México: UNAM, 1997; MEYER, Lorenzo. **Agenda ciudadana**. Disponível em: <http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/010621.pdf >. Acesso em: 14/12/13.

presidência interina de Portes Gil, que assumiria em dezembro. Para Medina Peña, a principal função do novo presidente seria organizar as próximas eleições e resolver o conflito cristão[264].

Durante sua ascensão à presidência, Portes Gil declarou (estrategicamente) que o governo federal estava aberto às novas formações políticas e, sendo assim, receberiam com "bons olhos" o estabelecimento de partidos, com programas políticos e setor fixo de opinião. Segundo Garrido, o referido personagem acreditava que isso ajudaria "a impedir que o Estado se tornasse um grande eleitor"[265]. Nesse mesmo dia, anunciou-se ainda a existência de um Comitê organizador, que estava encarregado de elaborar os estatutos, princípios e regimento do novo Partido Nacional Revolucionário (PNR). O Comitê, que se deu, então, a conhecer, estava formado por oito políticos próximos ao ex-presidente Calles. E, sendo assim, integravam-no: Aarón Sáenz, Bartolomé García Correa, Basilio Vadillo, David Orozco, Luís L. León, Manuel Pérez Treviño, Manlio Fabio Altamirano e o próprio Elías Calles, como presidente do Comitê.

Na manhã seguinte, os jornais mais importantes do México noticiaram a nova formação política e, junto a ela, adicionaram um convite do próprio Comitê, no qual chamavam as agrupações, formações e partidos, para participarem da I Convenção do PNR. A convenção ocorreria na cidade de Querétaro e no começo de março de 1929. Nela, os integrantes discutiriam as temáticas sobre o estatuto do partido, seu programa político e o candidato presidencial às eleições de 1930.

Antes de falarmos sobre a Convenção e os documentos oficiais debatidos nela, caberá aqui refletir acerca dos objetivos dessa formação partidária. Sabe-se que a idéia de estruturar uma "frente revolucionária", como os *pnristas* chamavam, não encontrou muita resistência na sociedade mexicana e a notícia da nova formação passou quase despercebida pelas camadas populares. Além disso, as justificativas de Calles para o PNR eram muito convincentes: após a revolução, as eleições haviam se convertido em sangrentos enfrentamentos, pois os mecanismos estabelecidos pelo governo não eram apoiados por diversos grupos políticos e, por conta disso, os resultados eleitorais sempre sofriam com a insurreição e a resistência de grupos políticos. Por essa razão, a história do país descreve, em alguns momentos, a existência de duas Assembleias Legislativas, funcionando ao mesmo tempo, ou a existência de dois governos municipais em uma mesma cidade. Para o ex-presidente, faltavam disciplina e organização políticas.

---

[264] MEDINA, op. cit., p. 50.
[265] GARRIDO, op. cit., p. 55.

Conforme Javier Garrido,

> Aparentemente, os *callista*s acreditavam que em um país semifeudal e agrário como o México, no qual não havia práticas democráticas e no qual a grande maioria da população era analfabeta, um regime *pluripartidarista* constituía um obstáculo para modernizar o país. A tradição caudilhista e autoritária do México eram para eles legítimas e o partido da revolução devia, por conseguinte, permiti-los organizar e enquadrar do mesmo jeito as elites e as massas. Ainda que carecessem de uma idéia clara do que seria esse partido.[266]

Deste modo, pode-se afirmar que o principal intuito do novo partido seria aglutinar todos os grupos revolucionários, para que, assim, se alcançasse a almejada organização política do país, abandonando, então, antigas alegorias políticas. Nota-se que as influências doutrinárias eram praticamente inexistentes; existia, contudo, a influência de modelos políticos europeus, como os partidos da URSS e da Itália. Conforme Garrido, "o fortalecimento na Europa de modelos políticos tão distintos, como no regime comunista soviético e no regime fascista italiano, ambos embasados na existência de partido único, tinha sem dúvida certa influência sobre os dirigentes políticos mexicanos"[267].

O historiador Jean Meyer também afirma que o PNR teria como principal intuito aglutinar as formações e organizações revolucionárias do país, de tal modo que se assemelhou a um partido único europeu.

Como sugere:

> Não cabem dúvidas de que Calles mandou juntar informações e refletiu pessoalmente sobre todos os sistemas políticos contemporâneos; o que mais lhe interessou resultou o fascista italiano. Phil Weigand, em um trabalho, menciona um exemplar dos estatutos do Grande Partido Fascista, traduzido em espanhol, com notas à mão pelo sonorense. De Paris, em 1930, Marte R. Gómez mandou a Calles um extenso memorando sobre a vida de Benito Mussolini, o homem, o regime e sua obra. Sua fórmula é: tudo no Estado, nada fora dele, nada contra ele, como emanação representativa da pátria.[268]

Os aliados do ex-presidente Calles acreditavam fielmente na consolidação do PNR, como um aparato estatal forte. Influenciados amplamente por algumas idéias da época, consideraram necessário organizar um partido político, no qual, segundo eles, as massas

---

[266] GARRIDO, op. cit., p. 72.
[267] Ibidem, p. 72.
[268] MEYER, Jean. EL PNR/PRM como la nueva maquinaria electoral. In: MEDINA, Luís Peña. **El siglo del sufragio**. México: Cultura Económica, 2010. p. 118.

“atomizadas pelo liberalismo individualista poderiam assumir a democracia social e coletiva”[269]. O principal objetivo seria, portanto, organizar um partido permanente que, sem desejar ser um “partido oficial”, fosse uma grande organização, que rompesse com os modelos políticos da democracia burguesa: uma “frente revolucionária”. De acordo com Puig Casauranc, Calles almejava “unificar no PNR as tendências revolucionárias do país: as forças dispersas, os partidos locais, a maioria dos grupos políticos e organizações sindicais”[270].

Durante a Convenção de Querétaro, os fundadores do partido e seus novos aliados discutiram a natureza de três importantes documentos do PNR: a declaração de princípios, o estatuto do PNR e o programa político. Somente dois partidos não participaram dela: o *obregonista* PLM e o comunista PCM. Em seu último dia, o PNR nasceu oficialmente, afirmando possuir a legitimidade revolucionária e a disciplina necessária para (re)organizar o contexto sociopolítico mexicano.

Esses documentos regulamentavam o PNR, mas deixavam evidenciar a vontade *callista* de fazer dele um movimento político extremamente amplo e, por conta disso, acabavam assumindo uma retórica ambígua, imprecisa e, sobretudo, eclética. Em verdade, os mesmos haviam sido divulgados na imprensa nacional, logo após a posse de Portes Gil, mas somente agora seriam discutidos. Eles foram redigidos principalmente pelos *callistas* Basílio Vadillo, Luís L. León e Puig Casauranc.

A “Declaração de princípios do PNR” evidenciava um objetivo maior de conciliação e, por isso, omitia questões polêmicas, como a reforma agrária. Sua declaração aceitava o sistema democrático e a Constituição de 1917, comprometendo-se em lutar pelo sufrágio universal e o triunfo da maioria nas eleições, assim como, buscava a estabilidade dos governos emanados da sua ação política. Além disso, a declaração evidenciava um partido moderado, sobretudo, no âmbito social. O mesmo reconhecia, inclusive, que “o programa material e cultural do México estava subordinado a condição econômica e mental do povo e que era importante executar os preceitos contidos nos 27° e 123° artigos da Constituição”, para os quais “a organização deveria reconhecer nas classes operárias e camponesas o fator social mais importante da coletividade mexicana”[271].

Ainda na declaração, o PNR afirmava que a nova meta do governo seria a soberania nacional, portanto, dedicar-se-ia primeiramente a reconstrução nacional, para então, recuperá-

[269] GARRIDO, op. cit., p. 73.
[270] GARRIDO apud PUIG, op. cit., p. 75.
[271]GARRIDO, op. cit., p. 75.

la da destruição do período revolucionário. No fim do extenso material, a declaração realiza a seguinte constatação: "reconhece-se que, a partir de então, o governo deverá integra-se essencialmente apenas aos homens da ideologia revolucionária. Neste aspecto, atenderá primordialmente a organização econômica do país e a quitação de suas finanças" e, continua, "no que se refere à política financeira, atenderemos à Nação, para que se resolva material e moralmente, mediante o cumprimento de suas obrigações internas e externas"[272].

O "Programa político do PNR" era praticamente o mesmo do governo *callista*, mas com uma roupagem muito mais conservadora e marcada por múltiplos arcadismos. Foi dividido em cinco capítulos – agricultura, comunicação, educação, fazenda e indústria –, que continham propostas ambivalentes, onde imperavam os postulados revolucionários e os anseios por um México próspero. Isso ocorria definitivamente por conta da pluralidade dos redatores. O capítulo de educação, por exemplo, mesclava as idéias positivistas, com assuntos clássicos do Velho Mundo e radicais da Revolução Mexicana.

De acordo com o Programa, o setor industrial deveria favorecer somente as indústrias nacionais; já a indústria estrangeira seria protegida apenas se ela estivesse em sua totalidade no México. Em relação à questão agrária, defendia os *ejidos* e a distribuição de terras. Ao contrário do que se pode concluir, esse trecho não agradou as organizações camponesas e, para elas, o PNR não possuía um programa agrário. No capítulo da comunicação, os redatores se expressaram melhor com uma série de projetos ambiciosos, que falavam da construção de novas rodovias e ferrovias, afirmando a importância do transporte aos cidadãos livres do território[273]. Aos fazendeiros, o programa afirmava o seguinte: "o governo sob liderança *pnrista* ia restabelecer e manter a ordem na economia e nas fazendas nacionais através da coordenação das atividades de produção, de circulação e de consumo"[274]. Tendo isso dito, o documento finaliza: "neste aspecto, o PNR lutará para que de forma segura, mesmo que lenta, se faça a reforma da organização agrária atual, propondo-se a fortalecer a fazenda municipal, até que constitua a verdadeira base econômica do município e consolide seu progresso cultural e material"[275].

O "Estatuto do PNR" foi redigido por Basílio Vadillo e já indicava um partido de estrutura débil, mas, profundamente centralizado. Para Javier Garrido, Vadillo havia sido

---

[272] GARRIDO, op. cit., p. 76.
[273] PROYECTO DE DECLARACION DEL PNR. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[274] Ibidem.
[275] Ibidem.

embaixador do México na URSS e, sendo assim, era muito provável que tivesse tomado como modelo alguns aspectos do Partido Comunista soviético[276]. Estruturalmente, o PNR dividia-se em dois: 1) a estrutura direta (formada pelos Comitês Estaduais, Municipais, Executivo Nacional e Diretivo Nacional) e 2) a estrutura indireta (formada pelos diversos partidos nacionais, regionais e municipais recém-anexados ao PNR); de tal modo que o próprio partido já se dizia uma "confederação de partidos". Com isso, objetivava-se: unificar os elementos revolucionários e submetê-los a uma disciplina rígida, definindo e consolidando cada vez mais a doutrina e as conquistas da própria revolução. Para tanto, deveria encaminhar aos cargos de representação apenas aqueles, cuja filiação e integridade moral revolucionária, garantiriam seus postulados.

No estatuto, o PNR reconhecia a autonomia das organizações políticas municipais e estaduais e, apesar disso, estabeleceu uma série de comitês cujo objetivo seria organizar a política nacional. Deste modo, instituiu o Comitê Municipal (CM), o Comitê do Distrito Eleitoral (CDE), o Comitê das Diretorias do Estado (CDE), o Comitê Nacional de Diretorias (CND) e o Comitê Executivo Nacional (CEN). Os comitês funcionavam de acordo com a localidade e a intensidade das problemáticas enfrentadas pelo PNR. Ou seja, os assuntos locais referentes ao PNR seriam resolvidos pelos comitês municipais e, se a questão *pnrista* ficasse progressivamente mais séria, passaria de comitê em comitê até atingir o CEN. O CEN seria, portanto, o comitê mais importante do PNR. O CND seria o segundo mais importante e, por isso, constituía-se de representantes locais. Seus indivíduos eram eleitos através do CEN, que o tutelaria por seis anos consecutivos, uma vez que sua responsabilidade era controlar e dirigir os programas do PNR. Além disso, a Convenção Nacional do PNR configurava a reunião anual mais importante do partido, nas quais os *pnristas* poderiam introduzir reformas partidárias e designar seu candidato à presidência pelo partido. Sua formação seria constituída de "delegados" de todos os partidos, numa proporção de 1 para cada 10.000 habitantes. Para escolher o candidato, os delegados poderiam propor seus eleitos na véspera do encontro. Durante a convenção, fariam discursos em defesa de seus escolhidos e, apenas depois, ocorreria a votação. Mediante isso, pode-se afirmar que o PNR passou a ser, então, concebido como o verdadeiro "representante da nação", o "herdeiro da Revolução Mexicana" e o "Partido Oficial do Estado".

Para Medina Peña, os documentos oficiais não puderam fugir muito daquilo que havia sido feito por Obregón e Calles, então, o novo partido foi obrigado a aceitar a democracia

[276] GARRIDO, op. cit., p. 80.

como forma de governo, a defender o sufrágio universal e a conjeturar uma perspectiva política voltada ao social. No seu programa de ação, portanto, ficava clara a assimilação da filosofia política *callista*: a educação socialista, o apoio à industrialização e aos pequenos empresários agrícolas e a política agrária conservadora.

Neste ponto, cabe informar que não houve uma oposição acirrada ao longo do encontro *pnrista*. No dia 3 de março de 1929, porém, ocorreu uma diminuta manifestação liderada por José Gonzalo Escobar, Francisco R. Manzo e Jesús M. Aguirre. Quando os *callistas* souberam da revolta recearam que os militares conseguissem dissolver a cerimônia, que já ocorria há três dias e, por conta disso, apressaram-se em findá-la. A revolta *escobarista*, como ficou conhecida, era uma tentativa de se opor ao projeto imposto pelo *callismo*, mas, em verdade, não procurava mais que instituir a presidência de Escobar. Na sessão vespertina, Perez Treviño comunicou a tentativa de golpe de Escobar e, consequentemente, os oradores *pnristas* condenaram a rebelião.

Diante disso, Javier Garrido conclui:

> Em 04 de Março de 1929, o quarto e último dia da convenção, o partido nasceu como uma ampla frente de todos os revolucionários, agrupando 148 partidos de 28 entidades da República. Assim que aprovados os documentos oficiais, os delegados firmaram um pacto afirmando que estavam decididos a viver sob uma disciplina partidária. No outro dia, as 00h20min, o Presidente da Convenção Felisberto Gómez, declarou formal e legalmente a constituição do PNR. A Ata afirmava que nascia no país um agrupamento político que teria como sede a Cidade do México e cujo órgão oficial seria a revolução. Os convencionistas procederam então a nomear o candidato do PNR e, assim, não houve debates quando o dirigente Manuel Reyes propôs ao engenheiro Pascual Ortiz Rúbio. Para a convenção, porém, Calles era o "Chefe Máximo da Revolução", presidente do futuro partido do estado, e a quem até o presidente estava subordinado.[277]

Após a presidência interina de Portes Gil, Calles empenhou-se em angariar apoio político regional e nacional ao primeiro candidato *pnrista* Pascual Ortiz Rúbio, a fim de derrotar o opositor José Vasconcelos. Logo que Ortiz Rúbio venceu as eleições, Calles retirou-se da vida política mexicana. Alegando, inclusive, que havia se aposentado. Todavia, os *callistas*, os *obregonistas* e os *escobaristas* acabaram entrando em conflito e, consequentemente, Calles foi obrigado a retornar com o intuito de restabelecer a ordem no Congresso.

[277] GARRIDO, op. cit., p. 75.

A debilidade do PNR foi também seu alicerce de fundação: a aliança política entre distintos grupos revolucionários. O presidente do CEN tinha um poder limitado, podia arbitrar casos pequenos, regionais e municipais, intervir na candidatura de deputados federais e senadores e, finalmente, orientar e disciplinar o Congresso. Os inevitáveis conflitos nos altos escalões da classe política só poderiam ser resolvidos por Calles, como se fosse um segundo presidente. Esse poder "informal" de Calles fez com que Ortiz Rúbio renunciasse ao cargo de presidente, alegando, inclusive, que havia uma interferência excessiva de Calles nos assuntos do Executivo. Após sua demissão, Abelardo L. Rodríguez assumiu a presidência. As medidas mais relevantes da sua administração incluem a fundação de bancos e o restabelecimento da educação socialista. Seu mandato presidencial acabou em 1934, momento em que Lázaro Cárdenas assumiu o governo, um personagem forte que abalaria as estruturas do PNR.

Durante a II Convenção do PNR, em 1933, já se percebia duas vertentes opostas dentro do partido: o conservadorismo *callista* e o radicalismo *cardenista*. O resultado disso foi a promulgação do *Plano Sexenal*, um programa político referente ao próximo mandato presidencial (1934-1940). Em geral, o plano tinha uma agenda conservadora, mas, assumia também questões bem radicais, o que já indicava o interesse do Congresso em manter a unidade e em incorporar as novas forças sociais. Conforme Medina, "o plano sexenal marcou o início de um giro de 180° frente às políticas agrária, operária e social, até então, seguidas pelos governos e inspiradas pelas diretivas *callistas*"[278].

Esse documento articulou noções e propósitos claramente socialistas, particularmente nos trechos referentes à educação, ao trabalho e ao problema agrário. Na educação, por exemplo, estabeleceu-se que o Estado aplicaria uma educação socialista. No tocante ao setor operário, afirmava que o partido estimularia a organização e a proteção dos trabalhadores, favorecendo a contratação coletiva e estabelecendo o seguro social. Além disso, estimularia a formação de cooperativas. Em relação ao setor agrário, assegurava que o principal intuito seria a satisfação das necessidades da população. Nesse caso, apoiaria a extensão da propriedade *ejidal*, com o fracionamento de latifúndios. Fora essas questões polêmicas, o plano anunciava ainda a candidatura de Cárdenas, que já entrava em conflito com Calles e seus aliados. Respeitando a maioria, Calles apoiou sua candidatura e convenceu Pérez Treviño, então presidente do PNR, a não candidatar-se[279].

---

[278] MEDINA, op. cit., p. 80

[279] Os presidentes do PNR podem ser divididos do seguinte modo: 1° Calles (4 de março de 1929); 2° Manuel Peréz Treviño (Abril a fevereiro de 1930); 3° Basilio Vadillo (fevereiro a abril de 1930); 4° Emilio Portes Gil

Ao longo de sua campanha eleitoral Cárdenas manifestou o desejo de dar ao seu mandato uma base político-social própria. Desde o início, o discurso *cardenista* se orientou a captar o apoio dos operários e camponeses com a retórica socialista, criticando tangencialmente as políticas *callistas*. Cárdenas procurou definir sua própria perspectiva política, sem seguir a lógica liberal ou a comunista soviética. Para ele, o Estado não era um vigilante opressor, mas sim um regulador da economia, que deveria equilibrar as diferenças sociais por intermédio de políticas favoráveis, tanto aos operários, quanto aos camponeses. Em seguida à campanha, Cárdenas elegeu-se presidente. A cisão no interior do "partido oficial" ficou cada vez mais evidente e, consequentemente, o presidenciável aproximou-se dos que se opunham ao *callismo*, camponeses e operários.

Os *cardenistas* eram minoria no Congresso, no gabinete e no "partido oficial". Nesses ambientes políticos, a situação era de constante tensão, pois Calles e seus aliados frequentemente criticavam as políticas *cardenistas*. Em junho de 1935, o Chefe Máximo decidiu entregar à imprensa declarações que condenavam as divisões no congresso e a "maratona de radicalismos" que havia se desencadeado. Mas, Cárdenas agiu com rapidez. À surdina, passou a agrupar e organizar o sentimento *anticallista* da população em geral; apoiando-se nos camponeses e operários.

Segundo Medina Peña,

> A crise política em junho de 1935 entre Calles e o presidente Cárdenas foi motivada pela natureza radical das políticas sociais, que havia assumido o governo. E Cárdenas havia de ganhar, pois suas novas relações de força internas e externas atuavam já a favor de políticas sociais radicais e de um estado interventor. A fim de contas foi um conflito de poder no qual Calles percebeu tardiamente que o novo presidente havia estabelecido sua própria base social e política. Sem que Calles e seus aliados desconfiassem, Cárdenas criou uma base de apoio à margem do PNR.[280]

Antes de passarmos ao próximo tópico deste capítulo, é pertinente elaborar um compêndio acerca da formação e consolidação do PNR. O período de 1929 a 1934 foi denominado pelos mexicanistas como "Maximato", como já exposto. Isso ocorreu para que se

---

(abril a outubro de 1930); 5° Lázaro Cárdenas del Río (outubro de 1930 a agosto de 1931); 6° Peréz Treviño (agosto de 1931 maio de 1933) ; 7° Melchior Ortega (maio de 1933); 8° Peréz Treviño (junho a agosto de 1933); 9° Carlos Riva Palacio (agosto de 1933 a dezembro de 1934); 10° Matías Ramos (dezembro de 1934 a junho de 1935); 11° Portes Gil (junho de 1935 a agosto de 1936) e finalmente, 12° Silvano Barba González (agosto de 1936 a dezembro de 1938).

[280] MEDINA, op. cit., p.82.

deixasse evidente a forte presença de Elías Calles, cumprindo seu papel de "Chefe Máximo da Revolução". Após o estabelecimento do PNR, Calles acabou adquirindo um poder ainda maior do que o reservado ao Executivo, ocasionando um governo federal dualista (pois, Calles governava junto ao presidente eleito) de longos dez anos[281]. Para o ex-presidente, o cenário exigia algo mais arbitrário, daí a criação de uma nova figura caudilhesca: o caudilho institucional. Esse dualismo chegou ao fim somente com a consolidação de novas forças políticas, representadas por grupos camponeses e operários, e não pelo choque entre figuras políticas de peso, como normalmente se afirma.

Em suma, o PNR não estabeleceu um sistema político de partido único, com afirmam alguns mexicanistas. No entanto, seu esquema político anulava as demais formações partidárias, contrarrevolucionárias ou não, ao alegarem que elas eram ilegais. Logo, o partido acabava imperando no cenário político mexicano, aparentando um legítimo partido único (mas, não o era). Faziam parte desse sistema apenas os partidos que se sujeitavam a seguir as diretrizes e normas impostas pelo Estado, como os porvindouros PAN e PARM. E, sendo assim, o partido se apresentava como a instituição política oriunda da Revolução Mexicana, assim como, designava-se a legítima representação das massas populares revolucionárias; portanto, as organizações que não se atrelavam ao PNR constituíam uma oposição à revolução.

A organização do PNR estabelecia um partido político com uma dupla estrutura: 1) a estrutura direta, que repousava sobre a "base territorial", com comitês e convenções e 2) a estrutura indireta, que era preenchida pelos partidos nacionais, estatais e municipais. O CEN foi o principal comitê no interior do partido, sua função baseava-se na mediação entre Estado e as mais variadas forças, partido e organizações, que haviam se atrelado ao PNR. A ação de todas as organizações era autônoma, como realização de propaganda ou o estabelecimento de candidatos aos cargos municipais, mas em assuntos de importância deveriam submeter-se à autoridade nacional ou estatal.

O PNR declarava-se revolucionário e, como efeito, se convertia no herdeiro da Revolução Mexicana. Ao utilizar da palavra "nacional" e apropriar-se das cores da bandeira, estabeleceu-se como a instituição política do Estado, que "bem-recebia" e organizava as forças políticas do México. Nos discursos, os dirigentes afirmavam que o partido havia assimilado os desígnios e valores pátrios, que surgiram no território desde as primeiras

[281]Nessa época, o PNR recebeu um segundo nome: o "Partido Oficial do Estado"; e por isso, seus correligionários diziam fazer parte de uma "família revolucionária" e, inclusive, se chamavam de "irmãos".

civilizações, e, por conta disso, era o único capaz de transformar o país. Seu fundador, Elías Calles, não resistiu à tentação e acabou fazendo do partido um instrumento político exclusivamente seu. Desde sua formação, o "partido oficial" ficou *à mercê* de suas vontades. Assim, seus acordos, comitês e diretorias estavam abaixo da autoridade do Chefe Máximo da Revolução, como era chamado.

A instituição do PNR, de fato, amenizou o clima de insurreição que ocorria desde o início do século XX, estabilizando a política e fortalecendo o aparato estatal. Nesse período, o partido fixou-se como o centro das principais decisões políticas do país e, devido aos mecanismos de controle e coerção, Calles estabeleceu-se como a principal autoridade do partido e do Estado. Seu regime foi teoricamente pluralista, mas combateu incessantemente as principais formações e movimentos políticos da oposição. Nesse período, os únicos partidos de oposição, o PLM e PCM, acabaram perdendo sua força política. Em 1934, o PNR possuía aproximadamente um milhão de filiados e, por conta disso, acabou sendo a organização mais poderosa da nação. Apesar dos esforços de seus dirigentes, o partido não foi popular. Por se identificar com o *callismo*, não gozou de prestígio entre as massas. Os escritores, pintores e poetas, por exemplo, não se manifestaram em relação à formação do PNR. E, sendo assim, acredita-se que ela praticamente passou despercebida por uma parcela da população. Para eles, o PNR não passava de instrumento eleitoral da oligarquia e, por isso, não sustentava moralmente os postulados da revolução.

Concluímos este subitem, portanto, com a constatação do renomado historiador Héctor Aguilar Camín em "México: a cinza e a semente":

> O PNR foi um partido essencialmente de cúpula, um pacto de senhores da guerra, caciques regionais, generais e políticos civis. Não se agruparam com a idéia de ser um partido único, mas de ser o "Partido da Revolução", em oposição ao "Partido da Reação", em uma lógica que reproduzia a luta do século XIX entre liberais e conservadores. O PNR estreou derrotando, graças ao controle governamental das eleições, a candidatura independente de José Vasconcelos, antigo ministro do regime revolucionário, tratado, no entanto, como símbolo da reação. A manipulação eleitoral, é preciso dizer, não foi uma invenção de revolucionários. Era a tradição vigente em um país sem cidadania real nem instituições democráticas enraizadas, um país de costumes corporativistas e feudais.[282]

[282] CAMIN, Héctor Camín. **A cinza e a semente**. Tradução de BEI. São Paulo: BEI Comunicação, 2002. p. 34.

2.2. Primeira Reforma: a formação do PRM

Lázaro Cárdenas assumiu a presidência em 1 de dezembro de 1934. Nessa época, já se notava uma séria divergência política no PNR; de um lado, estavam os conservadores *callistas* e, de outro, os radicais *cardenistas*. Essa contenda degringolou na porvindoura crise política de 1935-1936 e, por conseguinte, no exílio de Elías Calles.

No dia 15 de junho de 1935, Calles publicou no *El Nacional* uma série de críticas à divisão do gabinete e ao radicalismo *cardenista*. Três dias depois, o presidente Cárdenas outorgou a renúncia de todos os *callistas* do governo e, inclusive, obrigou a deposição do Chefe Máximo. Este percebeu tardiamente que havia uma forte base *cardenista* no PNR e, poucos dias depois, saiu do país. A partir disso, a presidência do PNR ficou sob a responsabilidade de Portes Gil, que não aguentou a pressão e acabou renunciando; mais uma vez. Logo, o PNR ficou sob a tutela de Cárdenas, dando forma àquilo que caracterizou seu mandato: a presidência fortemente centralizada, controlando o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o "partido oficial". Após a expulsão de Calles, Cárdenas iniciou uma série de mudanças políticas no interior do PNR e, consequentemente, no seu plano de governo, que levou a o rebatismo do partido e à formação do PRM.

Antes de mencionarmos a formação e consolidação do PRM, passaremos aos três últimos anos do PNR. Assim, a primeira questão a ser debatida será a formação da Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM), cuja trajetória definitivamente influenciou a evolução do PNR, tendo sido planejada durante a crise política de 1935-1936 e as constantes paralisações camponês-operárias do período. Seus líderes ainda estavam atrelados à Confederação Regional Operária Mexicana (CROM)[283], quando resolveram desligar-se dela e formar um grupo dissidente: o "CROM depurada". A partir de 1936, porém, Fernando Amilpa, Fidel Velazquez, Jesús Yurén e Vicente Lombardo Toledano, decidiram formar uma nova confederação sindical; oficializada em 24 de fevereiro de 1936.

A paulatina eliminação dos *callistas* da cúpula do poder e a divulgação do plano presidencial de reorganizar as massas garantiram às formações e aos grupos políticos a

[283]A CROM surgiu em maio de 1918 e constituiu a primeira confederação sindical mexicana a abranger todo o território nacional. Nos meados da década de 1930, Vicente Lombardo Toledano saiu da CROM e fundou a CTM, uma nova confederação atrelada ao Estado *cardenista*. Com o tempo, a CTM acabou se sobressaindo à CROM.

sensação de que teriam maior abertura no cenário mexicano. O primeiro passo seria reorganizar os camponeses e, o segundo, estruturar uma grande central operária; mas, o contexto histórico fez com que a ordem desses passos fosse alterada.

A constituição da nova central operária ocorreu em um ambiente controvertido, mas contou com a adesão das principais organizações populares. As principais confederações do período atrelaram-se a nova formação: a Confederação dos Trabalhadores do México (CNDP), Confederação Geral dos Operários e Camponeses Mexicanos (CGOCM) e a Confederação Sindical Unitária do México (CSUM). Essas organizações, e outras mais, participaram do I Congresso Nacional da Unificação Operária, que ocorreu de 21 a 24 de fevereiro de 1936, e acabaram formando a CTM.

O governo *cardenista* já havia manifestado em diversas ocasiões suas preocupações quanto à criação da nova central operária, principalmente, se anexasse aos camponeses, o "calcanhar de Aquiles" de Cárdenas. Afinal, ele já havia afirmado no início de 1936 que os camponeses deveriam ser organizados pelas instituições estatais. Lombardo Toledano e seus aliados continuaram a organizar a CTM, com a retórica de que a central abrangeria camponeses e operários. Isso causou um "mal estar" entre o PNR e a CTM, atingindo uma dimensão política na qual Cárdenas se viu obrigado a reiterar sua oposição ao projeto de Toledano em uma coletiva de imprensa realizada no trem presidencial, em *La Pila*, Cidade do México (DF), no dia 27 de fevereiro de 1926.

A relação política entre a CTM e o PNR não foi, portanto, cordial. Quando perguntado sobre a formação da CTM, Portes Gil começou dizendo que aplaudia a iniciativa e, logo depois, realizou uma série de críticas aos dirigentes *cetemistas*, arguindo, inclusive, que eles haviam criticado o PNR quando almejou organizar os camponeses. Em resposta, a CTM redarguiu que, enfim, o "partido do Estado" assumia os constantes intentos de organizar politicamente os camponeses. Geralmente, as críticas da CTM direcionavam-se mais ao presidente do PNR, Portes Gil, chamando-o frequentemente de corrupto e representante das velhas práticas *callistas*. Os dirigentes do PNR ignoraram amplamente a inauguração da CTM e não deram maior publicidade à formação.

O desenvolvimento da CTM influenciou a evolução do PNR. Apesar do esforço de Cárdenas, o PNR ainda era visto como um partido caudilhesco. E, a CTM acabou assumindo um importante papel no contexto político mexicano. No fim de 1936, a Central tornou-se o principal pilar da política de massas do presidente, afinal, conseguia reunir em si diferentes

setores, como: açucareiros, eletricistas, ferrocarrilheiros, empregados públicos, mineiros, professores, entre outros. Apesar de sua promessa, os líderes *cetemistas* seguiram organizando os camponeses e, em meados de 1936, algumas atividades da CTM eram claramente reservadas ao público agrário. Com sua rápida consolidação, a CTM assumiu o primeiro lugar na organização de massas; uma vez que, possuía mais de 2 milhões de membros. O PNR, por sua vez, não reconhecia a organização *cetemista* como uma competição política.

Além dessa influência *cetemista*, a "política de abertura" exercida por Lázaro Cárdenas também influiu na reforma do PNR. O presidente passou a ampliar a abrangência política do partido, a fim de conquistar esses novos grupos políticos que estavam cada vez mais fortes e organizados. A partir de 1937, os dirigentes *pnristas* assumiram uma série de acordos que resultaram na "abertura" à participação de camponeses e operários. O CEN, seguindo ordens do presidente, informou, via telegrama, as novas diretrizes e normas de democracia interna.

Segundo Javier Garrido,

> Os telegramas pediam absoluta imparcialidade dos órgãos partidários no processo eleitoral, a fim de que todos os pré-candidatos tivessem as mesmas chances e, insistentemente, enfatizaram a importância da participação popular, pois recomendavam promover a filiação dos camponeses e operários ao PNR.[284]

Essa nova política objetivou limitar a ação e a força dos *callistas* remanescentes, assim como, angariar uma maior participação camponês-operária no partido, para que, então, impedisse o aumento da fissura já existente. Deste modo, os dirigentes do partido avisaram aos filiados que deveriam aceitar, a partir de agora, a participação das organizações camponesas e operárias em suas assembleias, garantindo-lhes credenciais definitivas.

Além disso, Cárdenas solicitou outra "abertura": a organização no partido de mulheres e jovens[285]. Nesse sentido, os dirigentes passaram a ampliar a participação de ambos os seguimentos; embora as mulheres ainda não votassem, o CEN anunciou que participariam de eleições internas. Imediatamente, algumas organizações feministas atrelaram-se ao PNR, como ocorreu, por exemplo, com a Oficina de Ação Feminina (OAF).

---

[284] GARRIDO, op. cit., p. 205.

[285] CÁRDENAS, LÁZARO. Segundo Informe de Cárdenas. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

A “política de abertura” pretendeu, portanto, refazer a imagem do PNR, imprimindo uma organização política voltada unicamente às massas. O CEN ficou responsável por transmitir essa propaganda ao maior número possível de mexicanos e, por conta disso, o mesmo passou a editar jornais que arrazoavam acerca de temas caros à política *cardenista*, como a “A unificação camponesa” (200.000 exemplares), “A escola e o camponês” (210.000 exemplares), “Os quatorze pontos da política operária presidencial” (200.000). O próprio *El Nacional* passou a ter uma tiragem digna da grande indústria editorial mexicana e algumas das reportagens acima eram, inclusive, republicadas em um semanário chamado *Los doce*.

O PNR havia mudado em muitos quesitos, o que deixava os *callistas* remanescentes indignados. Apenas uma questão não mudava: a nomeação de candidatos. Algumas práticas da época de Calles não abandonavam o PNR, pois seu presidente, Portes Gil, garantia que elas continuassem intactas. Mas Lázaro Cárdenas tinha outros planos e, assim sendo, mudou o processo de eleições internas; um assunto muito arriscado e polêmico na época.

As eleições internas ocorreriam da seguinte forma: os principais setores do partido escolheriam entre si um candidato e, em seguida, convocar-se-ia uma Assembleia Nacional, na qual os filiados votariam em um dos candidatos designados pelos setores[286]. O vencedor receberia o cargo ao qual concorrera. Seguir-se-ia tal lógica aos encargos internos e públicos, como as candidaturas municipais, estaduais e nacionais. Em geral, o novo procedimento representou mais uma abertura do partido, uma vez que os líderes camponeses e sindicais poderiam atrelar-se à sua estrutura política. Com a mudança radical, a oposição veio de próprio Portes Gil ao arguir que o partido não escutava seus fiéis seguidores e, por isso, afastava cada vez mais aos dissidentes. Ele acabou renunciando pela pressão interna que sofreu e, em seguida, fugiu a Nova Iorque.

Após a renúncia de Portes Gil, a presidência do PNR ficou sob a responsabilidade de Silvano Barba González. Ele seria o último presidente do partido, antes da primeira mudança. Após sua posse, a administração *cardenista* tornou-se ainda mais voltada às questões sociais e, por conta disso, passou a realizar os seguintes feitos: reformou e ampliou a lei de expropriação (1936); permitiu o exílio de León Trotsky (1936); nacionalizou as ferrovias (1937) e, finalmente, reformou e ampliou a lei de reforma agrária (1937). Além disso, o movimento camponês-operário organizou-se de acordo com o projeto *cardenista*. Logo, a

[286] Esta decisão foi positiva e elogiada pela CTM; chamavam-na de firme passo à “democracia funcional”.

CTM e CNC[287] foram incorporadas ao aparato estatal. A CNC foi organizada pelo próprio PNR, e instituída oficialmente pelo PRM, mas a CTM, apesar de manter a política *cardenista*, seguia como uma organização relativamente independente.

O PNR havia mudado e seus correligionários questionavam-se quanto à continuidade do partido. Os três primeiros anos de Cárdenas na presidência abalaram as estruturas do mesmo e, com o intuito de conter os questionamentos, o presidente resolveu adotar duas medidas: a primeira implicou na criação da "Frente Popular Mexicana" e a segunda resumiu-se no estabelecimento do setor militar dentro do partido. No final de 1936, os dirigentes da CTM e do PCM começaram a discutir a criação de uma Frente Popular no México. Cárdenas astutamente adiantou-se e, assim que percebeu as movimentações, chamou-os a discutir no interior do PNR, respaldados, obviamente, pela política de "portas abertas". No dia 21 de fevereiro de 1937, o CEN aprovou a iniciativa e criou-se oficialmente a Frente Popular Mexicana, com uma aliança entre o CTM, PCM e PNR.

A formação do setor militar representou um dos últimos passos do PNR. A partir dele, o partido passou a funcionar com quatro setores: o agrário, o operário, o popular e o militar. Essa mudança foi anunciada ao longo do "Manifesto do Presidente da República sobre a transformação do PNR", em 18 de dezembro de 1937, na qual afirmou que o setor do exército participaria da estrutura do partido, não como uma instituição deliberativa ou como uma casta particular odiosa, mas, segundo o próprio Cárdenas, "como uma reintegração cidadã que com disciplina e pensamento elevado de dignidade e patriotismo, que é norma do exército, continue apoiando as opiniões majoritárias e assegurando a manutenção e a integridade da Constituição de 1917"[288].

Para Medina Peña, a constituição do quarto setor

> (...) foi inquestionavelmente um triunfo pessoal de Cárdenas, que dava grande atenção a realização de seu projeto. A autoridade presidencial sobre o exército foi sem dúvida um fator decisivo para ele permitir as autoridades vencer as últimas resistências finais do inverno de 1937-1938, mas a agravação das tensões internacionais que teve lugar ao começar 1938 – sobretudo, a conexão Áustria e Alemanha – contribuiu provavelmente a

[287] A Confederação Nacional Camponesa (CNC) foi fundada em agosto de 1938. Constituiu uma organização de *ejidatários*, assalariados, produtores agrícolas e reivindicadores de terras. Começou a ser organizada pelo PNR no Comitê Organizador da Unidade Camponesa (COUC) e, assim que surgiu o PRM, ela se estabeleceu oficialmente. Por um longo período, foi a única confederação que representava o setor agrário.

[288] CÁRDENAS, Lázaro. MANIFESTO DEL PNR. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

> convencer aos oficiais inimigos do projeto sobre a necessidade de preservar a unidade das forças armadas e de participar das atividades do futuro PRM, como propunha o presidente.[289]

A Assembleia Nacional do PNR, que formaria o PRM, começou no primeiro mês de 1938. Nesse momento, a CTM foi incorporada ao partido, mas reiterou continuamente sua necessidade de autonomia e liberdade de ação. O PCM não cedeu e acabou à margem do que acontecia. No mês de março, o PRM começou a tomar forma: em primeiro lugar, o partido se organizaria em setores e, em segundo, o partido teria um setor militar. Nada muito diferente do que havia sido promulgado até então. O partido também funcionaria com quatro setores, mas, aqui, o setor camponês era o principal, pois tinha um alto número de sindicalizados. O setor operário era o segundo mais importante e, apesar de sua autonomia, apoiava o governo plenamente em sua política interna e externa. Já o popular era mais débil estruturalmente e não lhe restava outro caminho, senão aceitar a nova formação.

Houve também a inclusão da política de "democracia funcional", com o artigo 56 do estatuto do PRM. Nesse documento, afirmava-se que, com exceção do presidente e dos governadores, a candidatura seria realizada de acordo com o peso dos setores. No caso dos municípios, os prefeitos e o Conselho Regional ficariam responsáveis por distribuir as chefaturas aos quatro setores, que estariam responsáveis por convocá-los e organizá-los, quando necessário. A seleção à candidatura dos deputados federais tornou-se responsabilidade do novo Comitê Central Executivo (CCE) do PRM; nota-se, portanto, que o CEN recebeu uma nova nomenclatura. Em relação à escolha de candidatos aos cargos de governador, senador e presidente, o estatuto previa Assembleias Setoriais que elegeriam "delegados". Esses seriam relativos ao número de sindicalizados e assim que tal assembleia escolhesse seu candidato, realizava-se a Assembleia Nacional, organizada e vigiada pelos delegados, para que, assim, se designasse um único vencedor.

No final da Assembleia, Cárdenas assumiu uma posição importante para a agenda do partido: a estatização do petróleo. No dia 18 de março de 1938, o presidente expropriou as instalações estrangeiras. Mas a formação da Petróleos Mexicanos (PEMEX) aconteceu apenas em 7 de junho de 1938. Após a estatização, criou-se oficialmente o Partido da Revolução Mexicana (PRM).

Para Javier Garrido,

[289] MEDINA, op. cit., p.150.

> O PRM nasceu como uma ruptura e como uma continuidade em relação ao PNR. Ao abrir a sessão, Barba González expressou que o CEN do PNR se retirava com a satisfação de haver colaborado com o regime de Cárdenas. Por sua parte, Lombardo Toledano em uma ampla exposição explicou na forma mais explicita possível quais eram as bases de sua união com o PRM. Lombardo dizia que o novo partido nascia em circunstâncias transcendentais para a vida futura do México e, por isso, era importante mencionar claramente o que se esperava dele. O PRM tinha para os cetemistas uma dupla responsabilidade: a aliança dos setores revolucionários do México, que se destinaria aos operários. Nessa sessão, os 393 delegados firmaram um *Pacto Constitutivo* e, as 15h30min de 30 de março de 1938, Barba declarou constituído legitimamente o PRM.[290]

O novo emblema do "partido oficial" seguia a mesma lógica anterior, as cores da bandeira mexicana ao fundo e as siglas do partido intercalando a cor branca e preta. Nos jornais do país, difundia-se a imagem de um camponês, um operário, um soldado e um homem de classe média levantando vigorosamente a bandeira do PRM.

No "Pacto, Princípios e Programa do PRM", os membros dos quatro setores acordaram em não realizar qualquer ato de natureza autoritária, principalmente, no quesito político-eleitoral, mas sim em seguir os estatutos, regulamentos e acordos da nova formação. O Pacto ainda afirmava que o PRM compunha-se de organizações agrárias e sindicatos trabalhistas, como a CTM, a CROM, a CGT[291], o SME[292] e a STMMRM[293]. Além disso, o novo "partido oficial" atrelava-se à marinha, ao exército e aos elementos do setor popular, como o polêmico contingente feminino.

Conforme o Pacto, o PRM objetivava

> (...) vigiar a sistemática aplicação dos preceitos constitucionais e das leis agrárias em vigor, promovendo reformas aos ordenamentos que julguem pertinentes; a fim de transformar por completo o regime da propriedade rural e satisfazer totalmente as necessidades da questão agrária. O programa mínimo do partido, em matéria de cooperativismo, compreende os seguintes pontos principais: a) Fomentar a organização de cooperativas entre os pequenos agricultores; b) Organizar as cooperativas de consumo entre os camponeses, para evitar assim a exploração de que é objeto por parte de intermediários.[294]

---

[290] GARRIDO, op. cit., p. 246-247.
[291] Confederação Geral do Trabalho (CGT).
[292] Sindicato Mexicano de Eletricistas (SME).
[293] Sindicato de Trabalhadores Mexicanos Mineradores da Revolução Mexicana (STMMRM).
[294] PACTO, PRINCIPIOS Y PROGRAMA DEL PRM. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

Na Declaração de Princípios, afirmou-se que o partido aceitava "o sistema democrático de governo", mas reconhecia também a existência da luta de classes, que se concebia como um fenômeno inerente ao regime capitalista e, por isso, se sentia na obrigatoriedade de resguardar os direitos dos operários. Assim, considerava como meta fundamental a preparação da população mexicana à implantação da "democracia dos trabalhadores", visando o regime socialista.

Mediante um rigoroso senso revolucionário, o PRM propunha-se a travar uma luta política em favor da "emancipação do proletário" e, sendo assim, agiria com vistas a: cooperar com as centrais sindicais; impulsionar a reparação técnica ao operariado; promover reformais legais, conforme os direitos alcançados; lutar pelo direito de greve; lutar pela previdência social; vigiar a aplicação dos preceitos constitucionais referentes à questão trabalhista; entre outras questões. Com o vocabulário radical, o partido enfatizava a condição de inferioridade que a mulher havia sido obrigada a experimentar e, nesse sentido, afirmava que lutaria para que ela fugisse dessa condição.

No estatuto do PRM, assinalou-se claramente uma dupla estrutura política – direta e indireta – e o caráter predominante desta última. O setor popular formar-se-ia de artesãos, estudantes, membros de cooperativas, profissionais liberais, pequenos comerciantes, trabalhadores independentes e elementos cujos interesses confluíam na revolução[295]. A estrutura direta do PRM repousava, mais solidamente do que no passado, sobre os quatro setores. Os principais comitês do PRM eram, indubitavelmente, o Comitê Central Executivo (CCE) e o Conselho Nacional (CN). O CCE formar-se-iam de seis membros, que ocupariam seus cargos por três anos. A presidência do partido e a "Secretaria de Ação Feminina" seriam nomeadas pela Assembleia Nacional; ao passo que seriam nomeados pelos próprios setores, os secretários de "Ação Operária", "Ação Agrária", "Ação Social e militar", "Ação Popular e Cultural".

O CCE tinha a função de dirigir os trabalhos do partido, estabelecendo, inclusive, o programa anual de administração pública, que seria submetido à aprovação da Assembleia, na qual também se designava o candidato presidencial. O CN far-se-ia composto por 32 membros, que assumiria a seguinte configuração: seis membros por cada setor, seis membros

[295] DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS Y PROGRAMA DEL PRM. In: **Pacto constitutivo, declaración de principios e estatutos**. Turanzas del Valle: La impresora, 1938. P. 5-8.

da CCE, um deputado e um senador – e seu objetivo seria interpretar os estatutos, convocar as assembleias e orientar o CCE. Cada entidade deveria possuir um Conselho Regional (CR) e um Comitê Executivo Regional (CER), cuja atribuição essencial seria executar os acordos das assembleias e dos conselhos, repetindo-se a mesma organização a nível municipal[296].

A preeminência de caráter indireto do partido se manifestou mais claramente no aspecto eleitoral. Os procedimentos estipulados para se eleger candidatos *prmistas* buscavam, primordialmente, a legitimação popular, algo que havia faltado durante o período *callista*. As eleições à candidatura presidencial eram responsabilidade da Assembleia Nacional, que estava integrada aos delegados setoriais. O número de delegados por setor ficava a critério da CN, com exceção dos militares cujo número era estabelecido pelo Departamento de Defesa Nacional do PRM. As propostas de candidatura eram realizadas em papéis frente à mesa dirigente da Assembleia Regional e, sendo assim, os setores designariam um candidato, que concorreriam em Assembleia Nacional, como afirmamos acima.

A primeira eleição ao CCE do PRM havia sido nos dias precedentes a AN; e também foi a primeira oportunidade para se estabelecer uma controvérsia entre os setores, porque se afrontavam duas candidaturas: o "homem de confiança de Cárdenas" Luís I. Rodríguez e o comunista Juan José Ríos. A autoridade presidencial estava mais firme do que nunca e os delegados dos quatro setores aceitaram, então, a candidatura de Rodríguez, que se converteu, assim, no primeiro presidente do PRM; o presidente do partido que presidira o CCE.

Após a criação do PRM, Cárdenas atingiu alguns objetivos políticos que engrandeceram sua presidência e a sua imagem. De um lado, reduziu a burocracia política, promovendo uma disciplina mais rígida; e do outro, "completou a obra", como afirma Medina, "de instaurar o presidencialismo ao 'estilo mexicano', juntando a administração presidencial ao estilo do *Maximato*, com a primazia política arbitral de 'Chefe de Estado'"[297].

O período *cardenista* representou, sobretudo, a consolidação política tardia dos pressupostos propagados durante a revolução. Contudo, não designou somente bem-aventuranças. A partir de 1938, as reformas sociais foram brecadas: houve menor investimento do exterior; as companhias estrangeiras saíram do país, pois, receavam as greves

[296] Resumidamente os órgãos de direção do PRM eram assim: a Assembleia Nacional decidia o Conselho Nacional, que determinava o Comitê Central Executivo. A Assembléia Regional determinava o Comitê Executivo Regional e o Conselho Regional. O CER determinava e tutelava o Comitê Municipal. Os quatro setores estavam presentes apenas no CN e no CCE. O resto dos comitês e conselhos não tinham a presença do setor militar; então, Cárdenas, em verdade, limitou a ação dos militares na política nacional ao criar um setor específico deles.

[297] MEDINA, op. cit., p. 158.

e a nacionalização; a malha ferroviária encontrava-se extremamente deteriorada e a baixa tecnologia atrapalhava a produção nacional. Desde 1935, a inflação aumentava anualmente. Em 1936, aumentou em 26% e, em 1939, 9%. De 1934 a 1940, o salário-mínimo diminuiu em 21% ao ano. Além disso, em 12 de abril de 1939, ocorreu um acidente grave na linha férrea Guadalajara-Laredo, no qual dois trens colidiram e ocasionaram a morte de cinquenta pessoas, o que provocou a comoção nacional e tornou mais grave a situação. Esse apanhado de acontecimentos promoveu o aumento da oposição ao governo, pois, a ala conservadora estava farta, sobretudo, da alta da inflação e das aulas de educação sexual[298] e das velhas estradas ferroviárias. No fim de seu mandato, Cárdenas passou a ser pressionado por uma nova vertente conservadora, o Partido Ação Nacional (PAN), inaugurado em 17 de setembro de 1939[299].

Nos idos de 1939, o principal assunto do PRM era a sucessão presidencial. O mesmo deveria nomear seu candidato a presidência através de eleições internas. Existiam dois candidatos que deixavam evidente a nova cisão do partido[300]: o Secretário de Defesa Nacional Manuel Ávila Camacho, o Secretário de Comunicações e Obras Públicas Francisco Múgica e o Comandante Rafael Sánchez Tapia. Múgica representava a continuidade do *cardenismo* em seus aspectos socialistas; contudo, Ávila Camacho e Sánchez Tapia apresentavam-se como candidatos moderados. Os outros pré-candidatos, como Almazán e Amaro, eram de extrema direita e, por conta disso, não receberam votos suficientes para aspirar à candidatura do PRM, procurando apoio fora dele.

No mês de novembro de 1939, ocorreu a III Convenção do "partido oficial", que deliberou o Segundo Plano Sexenal (1940-1946) e a candidatura de Ávila Camacho. A Assembleia ocorreu tranquilamente e nela participaram 1.478 delegados, sendo que 714 eram do setor camponês, 351 do setor operário, 310 do setor popular e 103 do setor militar. O Segundo Plano sexenal fora dividido em quatorze partes: 1) a distribuição de terras e produção agrícola, 2) a economia industrial, 3) a fazenda e crédito público, 4) as comunicações e as obras públicas, 5) o trabalho e a previsão social, 6) a educação pública, 7) a salubridade, 8) a assistência pública, 9) as relações exteriores, 10) o governo, 11) a

[298] A educação socialista propagada por Cárdenas estabelecia a educação sexual na grade curricular das escolas mexicanas. Essa proposta foi abertamente repudiada pela oposição conservadora, que afirmava induzir os jovens à prática sexual.
[299] ACTA CONSTITUTIVA DEL PAN. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[300] A mesma divisão de sempre: conservadores e radicais.

publicidade, 12) a defesa nacional, 13) o departamento do distrito federal e, finalmente, 14) o planejamento e coordenação.

A campanha eleitoral resultou em um período de mudanças importantes ao PRM. O amplo movimento da oposição ao regime que se estabeleceu, sobretudo, após a escolha de Camacho, e a crise político-econômica que se iniciou com o estouro da Segunda Guerra Mundial, forçou o governo de Cárdenas a reformular seu papel. Já que a oposição interna compunha-se de conservadores e radicais, que haviam apoiado à candidatura de Múgica. Camacho assumiu uma postura de "tolerância política", discursando, sobretudo, à classe média. Isso destoava na campanha agressiva dos grupos radicais e pró-fascistas que apareciam.

As eleições ocorreram em clima de violência, com assaltos, queima de veículos, saques às lojas e alguns feridos. Nelas, Camacho concorreu, sobretudo, com o Juan Andreu Almazán do Partido Revolucionário Unificação Nacional (PRUN), apoiado também pelos partidos PLM e PAN. Estimava-se que Almazán fosse o grande favorito às eleições de 1940. O resultado, contudo, foi o seguinte: Camacho recebeu 2.476.641 votos pelo PRM (93,89%); Almazán recebeu 151.101 pelo PAN, PLM e PRUN (5,72%) e Rafael Sánchez Tapia (um candidato independente) ganhou 9.842de votos (0,39%). Os primeiros resultados oficiais proclamaram vencedor por uma ampla margem de votos Camacho, mas os setores da população ficaram com a impressão de que havia ocorrido fraude eleitoral.

Após a vitória de Camacho, os *almazanistas* manifestaram-se inconformados com as eleições e declararam-na uma grande farsa. As eleições de 1940 foram as mais violentas da história. Temendo uma revolta dos *almazanistas*, o governo trouxe grupos camponeses para vigiar a ordem na cidade. O PRM tinha sobre o PRUM a vantagem (ou a possibilidade) de apoiar-se no aparato estatal e a manhã da votação as ruas estavam ocupadas, quase por completo, por grupos da CTM e do PRM.

Em suma, o governo de Lázaro Cárdenas ficou marcado pelas seguintes questões: a fuga de Elías Calles, a criação do PRM e a política de cunho social. Como dito anteriormente, a vitória de Cárdenas e a reforma do PNR obedeceram diretamente ao abandono da política por Calles e a mudança estratégica do partido, que se tornou um partido *setorial*, logo, direcionado aos principais *setores* da sociedade. Essa peculiaridade continuou por longos anos: filiavam-se organizações políticas e não pessoas. Além disso, o *cardenismo* significou um período de consolidação política e reformas sociais vinculadas à Revolução Mexicana.

Sua política reformista nacionalizou as petroleiras mexicanas e legitimou a reforma agrária; o que lhe garantiu uma forte pressão política da ala conservadora do PRM e do novo partido conservador, o PAN; assim como, lhe garantiu também a alcunha de "corporativo" e "comunista". Por essa razão, Cárdenas escolheu como sucessor o moderado Ávila Camacho (1940-1946), muito embora, seus aliados pedissem a indicação do radical Francisco J. Múgica. Após as eleições, o Executivo ficou a encargo de Camacho (1940-1946), cujo primeiro discurso ponderou acerca da história do México, afirmando que já não precisava ser um terreno de constante luta armada, mas sim de conciliação[301].

2.3. Segunda Reforma: a formação do PRI

Após a vitória de Ávila Camacho, em 1940, o "partido oficial" passou a tomar um rumo cada vez mais diferente; e isso teve relação direta com o contexto mundial. Nesse período, havia começado a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que significou a quebra de importantes países da Europa e o avanço de direitas conservadoras sob a égide fascista. Como afirmamos, a América Latina, a partir de 1939, aumentou sua exportação de matéria prima à Europa. E, com o México não foi diferente. Para aumentar a produção mexicana, os países europeus investiram mais no país, o que gerou relativo crescimento econômico, reativando a agricultura, as indústrias e a mineração.

Além disso, havia um grande receio de que o PRM e seu plano de governo fizessem do país algo semelhante à URSS. Por essa razão, Camacho e seus aliados redirecionaram paulatinamente o partido e sua ideologia política, que assumiu uma roupagem moderada, muito embora mantivesse algumas insígnias revolucionárias para não romper radicalmente com alguns de seus filiados. Essa mudança, então, começou com a destituição do setor militar e, em seguida, deu-se a reorganização de todos os setores do partido, integrou-se o CNC e a CTM ao Estado, assim como, criou-se a Confederação Nacional de Organizações Populares (CNOP) e a Câmara Nacional da Indústria de Transformação (CANACINTRA). A reforma iniciada acabou levando ao rebatismo do "partido oficial", que mudaria, novamente, de nome e orientação política.

Conforme Rogélio Hernandez,

[301] CAMACHO, Ávila. Primer Informe de Gobierno. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

> Entre os anos 1929 a 1946, o partido foi um instrumento do governo federal. Mas, ainda contava com um desenho e projeto que era incompatível com o desenvolvimento econômico necessário ao país, pois ele exigia colaboração e união entre setores. O PRM nasceu como um partido no qual as organizações das massas tinham demasiada influência e eram capazes de impor condições. Se a Declaração de princípios afirmava um partido socialista, o estatuto atribuía às corporações um peso indubitável; capaz de frear ou obstaculizar as medidas governamentais.[302]

A presidência de Camacho promoveu, portanto, uma série de mudanças estruturais no PRM, que lhe garantiram uma nova roupagem política. No entanto, essas modificações foram oficializadas em uma nova estrutura partidária apenas pelo seu sucessor, o futuro presidente Miguel Alemán Valdés. A partir dele, adveio o PRI. Antes dele, Ávila Camacho preparou a política nacional para que o partido aceitasse (com maior facilidade) rumar a um novo horizonte político-econômico. Mas as mudanças geraram críticas. A oposição acusava a nova política do PRM de estadista. Isso atingiu tamanha proporção que, no início da década de 1940, o Poder Judiciário promoveu a separação oficial entre o PRM e o Estado, afirmando que o mesmo não era parte do Poder Executivo, muito menos dos outros poderes da nação. E, apesar dessa separação, o PRM continuou sendo um partido hegemônico no cenário político mexicano.

No dia 10 de dezembro de 1940, Camacho tomou uma atitude impactante: acabou com o setor militar do PRM. Foi o novo presidente do CCE, Antônio Villalobos, que anunciou o fim do setor. No final do discurso, Villalobos afirmou que o PRM passaria por uma análise cuidadosa nos próximos anos, a fim de identificar e solucionar suas debilidades, já que o mesmo caminhava há um bom tempo por trajetos unicamente políticos e sociais, esquecendo-se de questões culturais e econômicas da sociedade mexicana. Anos depois, o presidente justificou sua atitude afirmando que a participação militar na política nacional era algo deveras preocupante e que, conscientes disso, os próprios militares não apoiavam a criação do setor.

Esse corte militar passou quase despercebido pela população mexicana, uma vez que, logo após seu anúncio, houve um acordo entre o presidente e os militares, segundo o qual qualquer membro do Exército poderia aliar-se aos outros setores do "partido oficial", como o setor camponês ou o setor popular. Filiando-se "segundo sua vocação, simpatia, militância ou

[302] HERNANDÉZ, Rogélio. **La historia moderna del PRI:** entre la autonomía y el sometimiento. Foro Internacional, México, vol. XL, n° 2, p. 278-306, abril-junio de 2000. p.279.

fisionomia. Mas, os militares identificados com Camacho filiar-se-iam ao setor popular, conforme as instruções presidenciais"[303], como afirma Javier Garrido.

Para Medina Peña, a escolha do presidente Camacho de acabar com o setor militar evidenciou, na verdade, sua força política e a preeminência do Poder Executivo em relação a qualquer outro setor *prmista*. Tal poderio havia sido alcançado por Cárdenas e, por conta dele, Camacho e seus aliados continuaram a promover novas mudanças no partido sem que passassem pela burocracia interna.

No início da década de 1940, Camacho também promoveu a reorganização do setor popular. No dia 16 de dezembro de 1941, anunciou em discurso que seria formado um novo comitê com o fim de reestruturar o mencionado setor, dando prioridade aos pequenos empresários e às indústrias. A partir disso, estimulava-se o estabelecimento de Confederações, Ligas e Uniões por todo o território mexicano, já que eles dariam forma a nova CNOP. Essa idéia de unificar o setor popular recebeu inúmeras críticas e, definitivamente, não passou despercebida pela população. O sindicato dos professores foi o primeiro a recusar essa política *camachista* e, por isso, realizou muitos protestos. A oposição à unificação logo se articulou e, em 1942, lançou o "Pacto do Magistério", no qual anunciavam a união de vários sindicatos que se opunham ao CNOP. Justificavam-se afirmando que a unificação nacional do setor popular reduziria sua autonomia. O CCE, por sua vez, respondia às argüições afirmando que o momento de crise pedia posturas menos radicais, que estabelecessem uma ampla unidade entre os setores, aumentando e melhorando a produção nacional.

No dia 28 de fevereiro de 1943, inaugurou-se a CNOP. Esta confederação foi liderada pelo Major Antônio Nava Castillo, o que evidencia a persistência dos militares na política mexicana. Em discurso, Nava afirmou que a CNOP era a favor do sufrágio feminino, da capacitação política da juventude, da pequena propriedade agrícola, do estabelecimento de um programa de habitação às classes urbanas e contra o imperialismo estadunidense.

Conforme Javier Garrido,

> Quando surgiu a CNOP ficou evidente a presença da nova classe média. No que se refere aos efeitos políticos dentro do partido, a CNOP foi igualmente exitosa ao converter-se em semeadora de uma nova classe política e servir de equilíbrio as representações dos congressistas dos outros setores. Até os

[303] GARRIDO, op. cit., p. 304.

> anos 1970, os cargos dirigentes de instituições como a CNOP tornaram-se "obrigatórios" para futuras candidaturas importantes em âmbito nacional.[304]

A partir de 1943, o CCE também mexeu com duas grandes centrais mexicanas, a CNC e a CTM. Foram integradas ao Estado e se tornaram as sedes nacionais dos agrupamentos, ligas e sindicatos, camponeses e operários, que deveriam, a partir de então, inscrever-se nelas para serem reconhecidos. No caso da CNC, ela foi estabelecida como a única organização camponesa do país, o que auxiliou na integração dos *ejidatários*, operários agrícolas e pequenos proprietários, mas, significou também a diminuição de representatividade de seus líderes.

No que se refere à CTM, pode-se afirmar que a central passou a ser responsável pelas "desordens" da política *prmista*. Conforme Garrido: "tudo quanto se encontrava de censurável no PRM começou a ser atribuído às teses e às práticas dos dirigentes *cetemistas* e, assim, foi-se desenvolvendo uma campanha quase permanente para limitar a força central"[305].

Na época de Cárdenas, os líderes camponeses e sindicais passaram a fazer parte da estrutura estatal, adquirindo alguma "força política". Após a vitória de Camacho e a promulgação de suas novas políticas, essa força política foi muito reduzida, a ponto de quase ser anulada. Consequentemente, os líderes repudiaram as mudanças e sublevaram-se contra elas. As sublevações foram resolvidas com um antigo método *callistas*: o exército. Inclusive, Camacho chamou o mesmo para acabar com as insurreições por várias vezes e, a partir disso, utilizou-se da força militar "sempre que uma negociação se tornou difícil", como conclui Garrido[306].

Após a integração *cetemista* ao aparato estatal, continuou-se a luta pelos interesses do operariado, mas seguindo, agora, o cronograma e a lógica do Estado. Isso era muito criticado pela oposição que argumentava a ineficiência do discurso dos *cetemistas*, sempre em consonância com os ditames estatais.

Para Medina Peña, havia no setor operário um complexo mecanismo de mediação, que se desenvolveu também nos outros setores e, por isso, reforçou a estrutura indireta do PRM. Como afirma a seguir:

---

[304] GARRIDO, op. cit., p. 315
[305] Ibidem, p. 316.
[306] Ibidem, p. 317.

> A complexa rede de mecanismos de mediação que se foi desenvolvendo no setor operário do partido, igualmente como nos outros setores, reforçou solidamente a estrutura indireta do PRM. Como uma base operária amplamente disciplinada, o partido oficial pode conservar uma parte importante de sua imagem de 1938. No entanto, foi o meio de legitimação da política de unidade nacional.[307]

A presidência de Camacho ficou conhecida também por uma política que combinou coerção e concessão[308]. Essa agenda *camachista* começou com a necessidade de se amenizar as características soviéticas do "partido oficial" e, ao mesmo tempo, fugir da ala conservadora. O próprio presidente não era comunista, muito menos de extrema direita e, por conta disso, pretendia estabelecer uma vertente *prmista* moderada. Logo, promoveu a política de "apaziguamento de ânimos"[309], como chamava.

A política de apaziguamento permitiu a continuidade de algumas práticas políticas do *cardenismo*, para que prevalecesse a imagem de "partido popular". Por essa razão, o CCE manteve a organização de eventos cívicos, culturais e esportivos. Entretanto, abandonou projetos ovacionados ao longo da campanha eleitoral, o aumento da distribuição de terras, a autonomia dos sindicatos e ligas agrárias, a capacitação de políticos jovens, a reforma eleitoral, o sufrágio feminino, entre outros. E, promoveu o fortalecimento da estrutura indireta do "partido oficial", com o controle das centrais nacionais, como a CNC e a CTM, e a organização do setor popular. Este setor acabou assumindo um papel político muito importante, uma vez que se compôs de sujeitos oriundos da classe média mexicana, seguidores das diretivas *camachistas* e não dos princípios *prmistas*.

A oposição foi praticamente inexistente nesse período. A oposição da direita era representada pelo PAN, que, após as mudanças políticas de Camacho, encontrava-se mais calmo. A oposição da esquerda reservava-se ao PCM, que, embora não fosse atrelado ao Estado, ainda assim apoiava algumas de suas políticas. O rompimento total dar-se-ia apenas com a formação do PRI. A principal crítica da esquerda direcionava-se, em verdade, ao "Delito de Dissolução Social", já analisado. Além do delito, essa oposição criticava também a utilização do passado revolucionário para enaltecer o "partido oficial". Camacho lembrava

---

[307] MEDINA, op. cit., p. 165.

[308] Cf. ESCOBEDO, Juan Francisco. **Resonancias del México:** autoritarismo. México: Universidad Iberoamericana, 2000; GONZALEZ, Francisco Ayerdi. **Sistema político mexicano.** Ciudad de Mexico: UNAM, 2007; MIJAREZ, Mario Raúl. **Mexico:** the genesis o its Political decomposition. USA: Palibrio, 2013.

[309] PARTE DEL DISCURSO SOBRE LA UNIDAD NACIONAL. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

constantemente da revolução em seus discursos, a fim de imprimir a idéia do partido como resultado desta luta e, portanto, uma conquista nacional. Comumente, os discursos *prmistas* mencionavam a necessidade de se cultivar o "nacionalismo revolucionário", sendo promulgado como algo benéfico à sociedade mexicana.

Conforme Javier Garrido,

> Havia também uma reorientação ideológica ocorrendo. E ela acabou sendo manifestas nos discursos, declarações, informes e entrevistas tanto de membros do CCE, como da maior parte dos dirigentes setoriais. Os documentos oficiais do partido estavam de fato revogados e as únicas referências à que aludiam os chefes do partido eram as ideias presidenciais. O Segundo Plano Sexenal foi deixado de lado sem que se desse explicação alguma e as reformas propostas não foram tomadas em consideração pela nova administração. A realização integral da distribuição de terras, o estabelecimento de cooperativas, o estado controlando a econômica nacional, a nacionalização total e definitiva da indústria petroleira, o controle dos preços de artigos de primeira necessidade, são algumas das obrigatoriedades que o Camacho ignorou. O governo deu "marcha ré" aos cardenistas e o CCE do PRM, consentiu silenciosamente.[310]

Nesse período, a oposição externa ao partido foi praticamente inexistente, mas a interna quase ruiu com o mesmo. Entre 1943 a 1945, ocorreram tantas mudanças em sua estrutura que se desenvolveu uma crise interna. Afinal, alguns políticos haviam se aliado ao partido exclusivamente pela orientação *cardenista*. Havia, então, várias cisões dentro dele, que reivindicavam desde sua extinção ao retorno de Cárdenas.

A disputa pela candidatura presidencial começou com um ano de antecedência. No início de 1945, o partido já havia postulado as eleições entre três candidatos, o Secretário de Governo Miguel Alemán (moderado), o Secretário de Relações Exteriores Ezequiel Padilla (conservador) e o Chefe de Departamento do Distrito Federal Javier Rojo (*cardenista*). Alemán logo foi escolhido por Camacho e o anúncio foi aceito sem uma oposição demasiadamente preocupante. E com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário mexicano encontrava-se estabilizado, sobretudo, em razão da política de apaziguamento de Ávila Camacho. O PRM dominava a cena política e as forças opositoras não representavam verdadeiras ameaças. Assim, a sucessão presidencial, ao contrário da anterior, ocorreria em clima de tranquilidade.

[310] GARRIDO, op. cit., p. 317.

Durante a campanha eleitoral, Alemán Valdés realizou um importante discurso chamado "Discurso de nomeação pelo PRI". No dia 18 de janeiro de 1946, anunciou a nova formação partidária, arguindo que o "partido oficial" e o país haviam atingido uma nova etapa da vida política mexicana e, por conta disso, o programa *cardenista* tornara-se obsoleto. Logo depois, surgiu o PRI. Um partido para o qual a revolução era "ânsia de constante melhoramento e progresso do país"[311].

Conforme exposto abaixo:

> Declaramos que os ideais revolucionários da Revolução Mexicana já foram cristalizados pelas instituições que constituem parte integrante da vida nacional, porque se enraizaram na consciência pública, e que tais instituições devem manter-se e aperfeiçoar-se. Entre elas encontra-se o ejido, o direito dos trabalhadores à greve, a previdência social, o direito nacional a propriedade e a exploração do solo, o direito do governo de vigiar e dirigir a educação pública, a liberdade de expressão e de pensamento, a liberdade de associação, a liberdade de crenças, a liberdade política e a atividade econômica. Em conseqüência, o partido reafirma sua fé nestas instituições e lutará para que subsistam e vigorem.[312]

Após essa declaração, Alemán afirmou que o PRI não seria mais uma máquina imposicionista, mas sim um órgão vivo, cuja estrutura autêntica transpareceria sua função cívica e democrática[313]. Contra as antigas práticas *callistas* e *cardenistas*, estabeleceria uma nova lei eleitoral que viabilizava aos cidadãos organizarem-se em seu interior. A partir disso, pode-se afirmar que o principal compromisso *priista* seria "lutar por uma vitória eleitoral democrática, sem coerção, sem enganos ou violência; respeitando o veredicto do povo, mesmo que ele fosse hostil ao partido"[314]. Sabemos, porém, que as acusações de fraude eleitoral não cessariam.

De acordo com Alemán, a nova fórmula tinha tudo para dar certo, mas, seu sucesso dependeria unicamente da integridade moral e do nacionalismo de seus membros. Afinal, sua estrutura abrangeria todos os segmentos da sociedade mexicana, como afirma Garrido: "trabalhadores, camponeses, classe média, funcionários do governo, intelectuais, jovens e

---

[311] ALEMÁN, Miguel. Discurso de su postulación por el PRI. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[312] Ibidem.
[313] Ibidem.
[314] Ibidem.

mulheres estarão todos agrupados nesta instituição revolucionária: o nosso objetivo deve ser a grandeza do México e da Revolução”[315].

E, então, concluiu:

> Reitero à nação minha candidatura à campanha eleitoral, e se o povo eleger-me presidente, como Chefe de Governo, vou apresentar a cada momento esse padrão de moralidade política: não há mais compromissos com a pessoas ou mais interesse do que os interesses do povo mexicano, não há maior ambição do que servir o meu país honestamente.[316]

No dia 20 de janeiro de 1946, o partido de Lazaro Cárdenas deixava de existir, dando lugar ao PRI. Para formalizar suas diretrizes e normas, a cúpula do “novo” partido publicou o “Pacto, Declaração de Princípios e Programa do PRI”, ou seja, os três principais documentos do partido foram redigidos e resumidos em um só, não sendo tão complexos e extensos quanto àqueles do PNR e PRM. Esse “caderno” *priista* foi redigido e assinado por seis importantes (e estratégicos) personagens do período, perfilados a seguir: Alemán Valdés (presidente vigente), Antonio Nava Castillo (CNOP), Fidel Velásquez (CNC), Gabriel Leyva Velásquez (CTM), Genaro Lapa (Sindicato do Trabalhador Mineiro, STM), Manuel Elizondo (CGT), Miguel Ávila Camacho (ex-presidente), Miguel Miranda (Confederação Nacional dos Eletricistas, CNE), Juan José Rivera Rojas (Confederación Proletária Nacional, CPN), entre outros.

O Pacto do PRI assegurou que o partido acolhesse, “em absoluto e sem reserva alguma”[317], o sistema democrático de governo. Por essa razão, o mesmo reconhecia que para alcançar seu objetivo deveria seguir uma conduta impecável. Iniciava-se, portanto, um novo processo de purificação da esfera “política oficial”, que objetivava, especialmente, moralizar suas estruturas e setores[318]. Para tanto, o partido investiria na educação cívica e na formação política. Em seguida, reconheceu a existência da luta de classes como um fenômeno inerente

[315] ALEMÁN, Miguel. Discurso de su postulación por el PRI. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[316] Ibidem.
[317] PACTO, DECLARACIÓN DE PRINCÍPIOS Y PROGRAMA DEL PRI. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[318] Ibidem.

ao modo de produção capitalista e, por conta disso, afirmou que haveria de reconhecer e apoiar a maneira que a classe operária escolhia para reivindicar seus direitos[319].

A Declaração tocava ainda em assuntos caros (e complicados) à sociedade mexicana. No que se refere à questão feminina, o documento afirmava que a mulher vivia há milênios numa posição social de inferioridade e, sendo assim, o partido lutaria ao seu lado em busca de uma retificação imediata, "como ato de justiça, uma exigência da revolução"[320]. Essa luta envolvia, em suma, o reconhecimento dos direitos das mulheres no âmbito civil, político e trabalhista. Quanto à questão agrária (o calcanhar de Aquiles do México), o partido posicionava-se do seguinte modo:

> A sociedade mexicana possuía uma realidade social especial, que exigia maior atenção ao setor mencionado, e, consciente disso, o partido lutaria para aumentar seu nível econômico, intelectual e moral, melhorando as aspirações e a qualidade de vida dos camponeses e pequenos proprietários.[321]

Ainda conforme o documento, o PRI adotaria algumas posturas para incentivar o progresso do setor agrário, conforme especificado a seguir:

> (...) b) Trabalho para o avanço da tecnologia agrícola entre latifundiários e pequenos produtores e ao desenvolvimento da indústria da agropecuária e afim; c) Fazer o crédito agrícola, de modo que os bancos agrícolas oficiais atendam às necessidades de crédito de forma rápida e indolor, para que os agricultores possam aumentar sua demanda e oportunidade; d) Esforçar-se para a criação da previdência agrícola e a segurança social dos trabalhadores agrícolas; e) Exigir a execução das leis da terra, para garantir aos camponeses o merecido respeito e a inerente dignidade de vida; f) Cooperar com a educação rural; g) Promover o progresso material e moral das comunidades rurais; h) lutar para a libertação total das mulheres rurais. [322]

A Declaração argumentava também a questão operária, afirmando que, nesse aspecto, o partido manteria um estrito "senso revolucionário", com o intuito de servir lealmente à emancipação do proletariado, sentindo-o como o mais alto triunfo da causa social[323]. No

---

[319] PACTO, DECLARACIÓN DE PRINCÍPIOS Y PROGRAMA DEL PRI. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[320] Ibidem.
[321] Ibidem.
[322] Ibidem.
[323] Ibidem.

documento, o partido afirmou ainda que a consciência de classe haveria de significar a unificação dos assalariados e, para isso, executaria ações concretas e imediatas:

> a) Cooperar com os sindicatos na realização de suas aspirações; b) Promoverá tudo o que estabelecer uma preparação técnica, especifica aos trabalhadores, em acordo com o ramo industrial que pertencerem, e cooperará com o Executivo Federal e com os governos estaduais para que se estabeleçam escolas de especialização técnica, condicionadas pelas necessidades da produção agrícola regional; c) Procurar que a aplicação dos preceitos constitucionais em matéria de trabalho se amplie cada vez mais em beneficio da massa trabalhadora; d) Promover as reformas necessárias na Constituição e na Lei Federal do Trabalho de acordo com as conquistas do proletariado; [e assim por diante].[324]

No Programa do Partido, discutiu-se outro ponto importante: o entendimento do PRI a respeito de regime democrático. No artigo 17 da Declaração, afirmou-se que a política exercida pelo partido apoiava as democracias e respeitava, em absoluto, o direito dos povos fracos. Frente aos regimes ditatoriais latino-americanos, o partido declarava-se solidário às democracias agredidas. Por essa razão, haveria de lutar contra qualquer forma de opressão em prejuízo das liberdades do homem ou dos direitos da classe trabalhadora. Lutaria também com todo empenho contra o imperialismo e suas agressões aos povos menos privilegiados, conscientizando o México e outros países, então, a evitar o progresso das forças contrarrevolucionárias[325]. E, nesse sentido, finalizou seu programa afirmando que: "lutaria com todas as suas energias pela *liberalização econômica* do país, até que desaparecesse completamente do México seus aspectos semi-coloniais"[326].

O caderno *priista* deixava evidente que o "novo" partido seria constituído por todos os cidadãos comprometidos com a Revolução Mexicana, abandonando a característica *prmista* de aceitar apenas os setores. Agora, o controle destes ficava a encargo dos principais órgãos diretivos do partido, a Assembleia Nacional (AN) e o Conselho Nacional (CN). A AN passou a ser o órgão *priista* mais importante, uma vez que foi presidida por importantes líderes do partido, os chamados "delegados"[327]. O CN tornou-se o segundo órgão de maior autoridade do PRI, já que possuía indivíduos do CCE, do movimento dos jovens *priistas*, dos setores

---

[324] PACTO, DECLARACIÓN DE PRINCÍPIOS Y PROGRAMA DEL PRI. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[325] Ibidem.
[326] Ibidem.
[327] HERNANDÉZ, op. cit., p. 282.

nacionais e, a partir de então, do movimento feminista. Este configurava, portanto, no único instrumento passível da influência de camponeses e operários.

O CCE representava o centro diretivo do partido e, sendo assim, era conduzido por nove membros: o presidente, o secretário geral e os outros sete secretários do PRI (os secretários de Ação Agrária, Ação Feminina, Ação Jovem, Ação Operária, Ação Popular e dois de Ação Política); muito diferente do que ocorria no PRM, momento no qual o CCE era integrado apenas pelo presidente *prmista* e um representante de cada setor.

Cabe aqui um *addendum*: os setores foram organizados por secretarias, que possuíam aproximadamente 32 delegados. Algumas das secretarias estabelecidas já existiam, mas outras foram inauguradas, como a feminina, a jovem e a política. Esta última havia sido criada exclusivamente para vigiar a disciplina política dos deputados e senadores eleitos ao Congresso da União. Os membros do CCE eram escolhidos da seguinte forma: o presidente do partido era eleito durante a AN, mas os outros membros eram designados pelo CN. Como se pode notar, diminuía-se no interior do partido, em larga escala, a influência das organizações camponesas e operárias, em relação ao que havia ocorrido no PRM. Essas mudanças garantiram a centralização do poder em um CCE dominado pela figura do presidente mexicano, que podia aprovar ou revogar algumas decisões importantes. Aliás, todos os órgãos *priistas* estavam subordinados ao presidente. Além do comitê central, existiam os comitês municipais e regionais, que seguiam as mesmas diretrizes, o que mudava de um para outro era apenas a importância do assunto que manejava.

A figura centralizada do presidente pouco dizia do "novo" partido. Afinal, isso havia ocorrido nas três formações. A principal mudança envolveu a liderança regional. A partir de então, os governadores receberiam maior autonomia em seu território. Cada governador seria responsável pela estrutura do partido em sua jurisdição e, nesse sentido, gozaria de plena liberdade para atuar politicamente, desde que não interferisse nos planos nacionais do PRI. Os governadores receberiam, então, uma autonomia impressionante para realizar acordos particulares e, para isso, contavam com o apoio federal. Essa relação direta, ainda que subordinada, entre os governadores e o presidente, garantiu o funcionamento do partido.

Com relação à autonomia estatal, Hernandéz afirma que

> Ao repousar nos órgãos diretivos, o PRI teve que entregar praticamente todo seu aparato aos governadores. Isso significava que o mandatário tinha liberdade suficiente para resolver problemas, controlar organismos e

> conduzir o partido. Mas, essa liberdade teve suas limitações. Sua liberdade chegava até onde os planos nacionais não fossem atingidos, o que implicava em resolver problemas que, às vezes, iam muito além da divisa do estado. A autonomia estatal nunca serviria para que o governador rebaixasse seu correligionário, mas sim para controle nacional.[328]

Além da autonomia, os governadores receberam grande "poder", já que poderiam obrigar a câmara municipal, em sua jurisdição, a aplicar determinada prática política. E poderiam fazê-lo como bem entendesse. Essa constituía a melhor forma de alavancar uma liderança política no partido. A política tornou-se, portanto, muito mais "familiar", levantando uma brumosa política: o poderio das lideranças e os limites das instituições *priistas* tornavam-se nebulosos, difíceis de serem definidos. Mediante isso, criava-se um método político que deixava subentendido o seguinte que qualquer ato e resolução em nome da "família *priista*" haveria de ser compreendido.

A forma *priista* diferenciada de se fazer política acabou gerando um tipo específico de militante, que dependia em absoluto dos órgãos locais diretivos. Produziu-se uma militância que conhecia inteiramente a estrutura do PRI e a política eleitoral local. Criou-se um político "esperto" para tarefas lícitas e ilícitas, sempre "úteis" às tarefas do governo *priista*. Esse indivíduo deveria servir ao partido independentemente do cargo que nele ocupasse, por isso, esperava-se dele uma liderança à prova de qualquer dificuldade. Em troca de suas vitórias, receberia maiores responsabilidades no interior do próprio partido. Pode-se concluir, assim, que o método peculiar instaurado pelo PRI foi, em verdade, resultado de sua forte estrutura diretiva, uma vez que garantiu o controle *priista* da política local e a verticalização do partido.

Outra novidade importante foi o estabelecimento de eleições primárias internas para a seleção de candidatos *priistas* (prefeitos, deputados, governadores, senadores e presidente). O processo seria convocado e fiscalizado pelo CCE. A nova formação procurava se distanciar das críticas recebidas pela cúpula *prmista*, que argumentavam as decisões arbitrárias dos setores. Mas os conflitos ocorreriam de qualquer modo.

As organizações do partido firmaram o "Pacto das Centrais", segundo o qual todos os atos eleitorais seriam regidos pela "direito da maioria". Esse documento oficializou o acordo no qual as centrais *priistas* auxiliariam no processo eleitoral interno, evitando, assim, a ocorrência de conflito durante o evento. Com relação ao Pacto, Medina Peña afirma que "o eterno desejo de harmonia setorial levou ao estabelecimento de um *pacto*, no qual se firmava

[328] HERNANDÉZ, op. cit., p. 284.

que a escolha de candidatos deveria respeitar o 'direito das maiorias'; voltando aos métodos anteriores"[329].

O novo processo gerou muitos conflitos, pois os antigos *cardenistas* afirmavam que haviam perdido influência política. E, respeitando este posicionamento, o partido promoveria uma nova mudança. Durante a II Convenção do PRI (fevereiro de 1953), os dirigentes *priistas* reformaram alguns aspectos importantes do seu estatuto. Reconhecia-se que os secretários de Ação Camponesa, Operária e Popular seriam selecionados pelo próprio setor e, a partir de então, não teriam mais faculdades para influenciar o presidente do partido. Além disso, as eleições internas seriam substituídas pelas convenções. Logo, o CCE seria substituído pelo Comitê Executivo Nacional (CEN), que nada teria de diferente em relação ao antigo órgão. Sua mudança, contudo, indicava a necessidade de se desfazer dos últimos aparatos *cardenistas*. Enfim, o partido reconhecia que sua força residia nas corporações e, por isso, lhe concedia espaço para concorrer às candidaturas.

Para Rogélio Hernandez, a partir de 1950, as grandes corporações passaram a tomar conta das eleições internas do partido, para garantir que os eleitos das centrais fossem os verdadeiros escolhidos aos cargos disponíveis[330]. Sendo assim, "esta prática recorrente, tão esmagadora e hábil, ofuscou as estruturas do partido, no âmbito municipal, estadual e nacional. A militância *priista* passou a ser realizada, em sua maioria, pelos sindicalizados, que eram forçados a executá-la pela liderança do sindicato"[331]. Por essa razão, conclui que "o PRI se tornou uma concha de líderes estatais, nacionais e dirigentes de corporações. De fato, porém, as corporações não se ocupavam dos trabalhos pequenos do partido e, por isso, exigia a militância da estrutura dirigente"[332].

Finalmente, pode-se afirmar que, na transição partidária de PRM para PRI, ocorreram muitas mudanças na "estrutura oficial". A partir delas, o PRI se consolidou como um partido hegemônico e assumiu a prática corporativa, recorrendo ao autoritarismo e ao imaginário da Revolução Mexicana sempre que seu "esquema político" se encontrasse em perigo.

---

[329] MEDINA, op. cit., p. 159.
[330] HERNANDÉZ, op. cit., p. 288.
[331] Ibidem, p. 288.
[332] Ibidem, p. 288.

2.4. Ascensão e crise do *priismo*

O partido aqui analisado sofreu duas importantes reformas em 1938 e 1946, que mudaram, inclusive, seu nome. A partir de 1950, passou por oito alterações (1952, 1965, 1968, 1971, 1972, 1978 e 1990) em seus documentos básicos (o "Estatuto do Partido", o "Programa de Ação" e a "Declaração de Princípios")[333].

No dia 1 de dezembro de 1946, Alemán Valdés (1946-1952) foi eleito presidente do México. Em seu discurso de posse, anunciou a prometida reforma constitucional, visando, sobretudo, concretizar os anseios e conjeturas estabelecidos na Declaração *priista*. Nesse documento, o presidente recém-leito afirmou:

> Para cumprir com os propósitos estabelecidos anteriormente encaminho ao Congresso uma série de iniciativas legislativas, que buscam: a) a alteração do artigo 27 da Constituição; b) Projeto de Irrigação; c) Alterações à Lei relativa ao crédito agrícola; d) A promulgação da "Lei de Iniciativa", que institui a Comissão Nacional de Colonização; e) Alterações à Lei do Banco Nacional de Desenvolvimento Cooperativo; f) Projeto de lei que cria o Banco Nacional do Exército e da Marinha; g) Adição ao artigo 115 da Constituição, permitindo que as mulheres votem em eleições municipais; h) Reformas à Lei Orgânica do Distrito Federal, ao Código Tributário da Federação, à Lei do Orçamento de Investimentos, à Lei do Serviço de Inspeção Fiscal e à Lei de Finanças do Distrito Federal.[334]

O presidente Alemán assumiu a presidência promovendo mudanças, pois era sabido que a sociedade mexicana esperava por elas. Afinal, o país encontrava-se em um momento muito delicado, com a alta inflação, a elevada dívida externa e a acelerada desvalorização do peso. Isso castigava as camadas camponesas, operárias e populares, que praticamente ignoravam as reportagens acerca da nova formação do partido, mas, esperavam que a política mexicana seguisse outro rumo. Mediante isso, Alemán instaurou um novo modelo político-econômico, o "desenvolvimento estabilizador". Seu principal intuito era controlar a economia e a política mexicana, suscitando o contínuo crescimento econômico e a imobilidade política.

---

[333]A partir deste item, o capítulo fará referência a alguns eventos e personagens históricos já citados anteriormente. Isso ocorrerá devido à necessidade de se recapturar o mesmo contexto histórico para analisar a emergência e a consolidação do PRI; o principal intuito deste segundo capítulo.

[334]ALEMÁN, Miguel. Discurso de toma de protesta. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

Para manter tal "imobilidade", faria o que fosse necessário, mesmo que isso significasse adotar atitudes fortemente autoritárias.

Para Aguilar e Meyer,

> A preocupação dominante do *cardenismo* havia sido assentar as bases de uma sociedade mais justa e congruente com a revolução. Para o jovem grupo de civis chegados ao poder em 1946 com o presidente Alemán, a obsessão foi primeiro criar a riqueza mediante a substituição das importações industriais tradicionais e depois reparti-la de acordo com as demandas da justiça social. Ninguém estabeleceu uma data para este segundo estágio, e os dirigentes públicos e privados do país só pareciam interessar-se pela primeira parte da equação: acumular capital. As cifras traduzem seu singular entusiasmo.[335]

O fim da Segunda Guerra Mundial fez com que o México perdesse os mercados externos angariados durante o conflito e, por conta disso, as novas manufaturas reservaram-se ao mercado interno, pois as barreiras tarifárias limitavam a concorrência externa. Essa decisão protetora garantiu que as indústrias emergentes se consolidassem e se expandissem sem exigir-lhes uma produção altamente competente. Camín e Meyer concluem que "essa falta de exigência faria a economia mexicana voltar-se para si mesma e impediria os produtores nacionais de ampliar seus mercados além de suas fronteiras, condição que frearia o surgimento de uma verdadeira industrialização moderna e independente"[336].

A industrialização mexicana não foi planejada. Em seu processo, faltavam bens de produção, que deveriam ser importados. Mas, as exportações não "esperavam" essa aquisição e acabavam saindo do país com maior velocidade do que as importações entravam. A maquinaria necessária era adquirida, então, não somente pela exportação agrícola e mineradora, mas também pelo aumento do turismo e pela entrada de novas indústrias no país[337]. Havia também uma nova política governamental que instituía a construção de franquias no solo mexicano às empresas que pretendessem vender seus produtos no país com isenção fiscal, gerando, assim, aumento do investimento estrangeiro e aumento de empregos. "A ênfase industrializadora trouxe novos e necessários investimentos em infraestrutura –

[335] AGUILAR; MEYER; op. cit., p. 222.
[336] Ibidem, p. 222.
[337] Ibidem, p. 223.

comunicação e energia – e na agricultura, fonte fundamental de exportações para financiar a estratégia econômica"[338], como afirmam os historiadores Camín e Meyer.

Além de suscitar o crescimento econômico, havia o interesse em promover o "continuísmo *priista*". Para tanto, foi necessário adotar uma política "antigreve", com a devida reformulação do Código Penal. Assim, surgia o controvertido artigo da "Dissolução Social", contra todos os líderes independentes e os opositores aos desígnios do governo. Esse delito havia sido estabelecido durante a guerra, pois o governo afirmava que pretendia defender-se dos "*nazis*" e de possíveis ameaças, porém, algumas lideranças camponesas e sindicais passaram a ser acusadas de "ameaça à nação", por possuírem um ideário comunista e prováveis projetos subversivos, sendo, portanto, caçados e aprisionados por aproximadamente doze anos.

A nova política recebeu, obviamente, duras críticas, já que alguns *cardenistas* sentiam que estavam perdendo o poder no interior do partido. E, sendo assim, o partido passaria por novas mudanças. Na Convenção, aprovou-se outra reforma, mas, desta vez, sem mudança de nome. A essência dessa reforma foi ideológica, ateando-se às questões do direito do "homem de bem", da família, da liberdade religiosa, da liberdade de imprensa, da importância da autonomia do município, entre outros.

Segundo González,

> O PRI se converteu desde então em um partido de funcionários representativos, procuradores e conciliadores, em que os principais chefes ordenam os chefes menores e estes representam aqueles, de maneira pessoal e burocrática, mas embasada também em 'contingentes' de massas representadas.[339]

A partir disso, afirmavam que o PRI estava "pronto" e, sendo assim, não seria necessário qualquer forma de aperfeiçoamento, uma vez que havia restado apenas o que se afinara e ajustara em seu "sistema". Todavia, sabemos que o partido continuou a sofrer uma série de modificações até a década de 1990.

Para González a nova formação do partido:

[338] GONZALEZ, op. cit., p. 223.
[339] Ibidem, p. 62.

> (...) nasce e se desenvolve como parte do estado autoritário, negociador e concessor, que forma uma imensa corporação de massas, inserta nas leis do desenvolvimento capitalista, em que o capital monopólico tende a incrementar seu poder e sua influências próprias, e no interior do estado, mas sem atingir o que ele tem de poder corporativo e de poder de massas organizadas, integradas e administradas, que chegue a quebrar-se ou romper-se. A grande corporação mantém sua força econômica, política e ideológica, com uma organização autoritária e negociadora, repressiva e concessionária, oligárquica e popular, representativa de funcionários, líderes ou chefes políticos, e de massas.[340]

Durante o governo de Adolfo Ruíz Cortinez (1952-1958), a referida estratégia chegou a controlar a inflação. Isso amenizou os ânimos do país, uma vez que a inflação e a desvalorização provocavam a insatisfação do operariado, o que resultava em greves e manifestações, induzindo o fortalecimento sindical e a eclosão de enfrentamentos agressivos entre civis e militares. Apesar disso, o presidente implantou uma política severa de controle de gastos, sobretudo, após ter sido acusado de vencer eleições forjadas, assim como, acusado de ser um político corrupto, o que o fez, inclusive, publicar uma lista seus bens perfilados, para que a população soubesse exatamente o que possuía.

A partir de 1956, portanto, o México começou a sentir as *benesses* da estabilidade cambial, que se manteve ao longo de todo o decênio. Consequentemente, o governo pôde investir na construção de obras públicas, como escolas, ferrovias, hospitais e rodovias. Reformou a Constituição de 1917, permitindo o sufrágio feminino e, reorientou a exploração de petróleo, construindo a refinaria de Azcapotzalco. Inaugurou ainda a Confederação Revolucionária de Operários e Camponeses (CROC), cujo objetivo era formar uma instituição pró-governo de ação aglutinadora, que anexaria diversos sindicatos ao Estado mexicano. Fixou-se como a principal oposição à CTM. Desta forma, o presidente conseguiu retirar da cena política as principais ameaças ao sistema *priista*.

O sistema político eleitoral mexicano tinha alguns elementos que iam mais além do nascimento do PRI e, inclusive, da época dos caudilhos revolucionários. Do período que vai de 1940 a 1979, o PRI imperou como o centro do Estado institucional com uma só oposição: o PAN. Pode-se dizer que os outros partidos funcionavam como parte do Estado, ocupando seu interior e exterior. Os partidos antigos e o PCM não contavam como oposição efetiva até o ano de 1978. Sua ação era reduzida a pressões políticas e a influências mediadas pelo próprio PRI e o Estado. Em 1978, a oposição passou a receber seus direitos de volta, com a

[340] GONZÁLEZ, op. cit., p. 112.

reforma política que promulgou uma Lei de Organizações Política e Processos Eleitorais (LOPPE). Antes disso, o PAN era a principal e única oposição ao PRI no cenário político mexicano. Outros partidos acabavam apenas coligando-se ao PRI durantes as eleições, como era constantemente o caso do PARM e do PPS.

No fim da década de 1950, instituiu-se uma prática política mexicana muito conhecida, o *tapadismo*. Em geral, a prática permitia que o presidente vigente escolhesse seu sucessor. Antes disso, o cargo de "presidenciável" ficava, normalmente, sob a responsabilidade dos cargos dirigentes mais elevados do PRI, que passava por um processo eleitoral na AN. Com o *tapadismo*, a escolha do candidato ficava às escuras até que o presidente anunciasse seu nomeado. Isso passaria a ser feito no Quinto Informe Presidencial de cada sexênio, quando o presidente realizava um balanço de sua presidência e afirmava, portanto, o futuro responsável pela nação. Cabe aqui um *addendum*: o *tapadismo* não estava atrelado ao regime político mexicano, mas sim às regras informais e às práticas dos atores desse sistema político. Após essa "inovação", o processo eleitoral passou a ser constantemente acusado de fraude.

Nesse mesmo período, iniciaram-se três manifestações intensas no México. A primeira foi a invasão de terras nortistas pela UGOCM, que o governo violentamente sufocou e acabou desocupando o território. Houve também o levante dos professores da esquerda, que chamavam o país a uma greve geral. O levante resultou em um conflito violento entre policiais e manifestantes e na porvindoura negociação, com a obtenção do aumento salarial. A última manifestação, e mais demorada, foi a greve dos ferroviários, que foi duramente reprimida e findou somente no governo de López Mateos.

No início do seu mandato, o presidente López Mateos (1958-1964) focou-se em resolver a greve ferroviária. Para resolvê-la, apelou ao delito da dissolução. Então, ordenou uma ação policial para conter a insurreição, mas acabou ela resultando na prisão de inúmeros ferroviários e, até mesmo, no desaparecimento de líderes populares, como Rubén Jaramillo e sua família. Alguns remanescentes do movimento dos professores que voltaram a se manifestar acabaram presos também. Apesar disso, sua administração foi conhecida exatamente por incitar o equilíbrio político. Assim como, foi distinguida pela alta popularidade de López Mateos, que recebia apoio de todas as camadas. Para se ter uma idéia: o ex-presidente Cárdenas, o mais popular dentre todos, havia recebido apoio das camadas

camponesas e operárias, já López Mateos recebia apoio das camadas camponesas, operárias e populares.

A partir da década de 1960, o presidente tomou duas atitudes que fizeram seus aliados pasmarem, ofereceu o México para sediar os XV Jogos Olímpicos de 1968 e nacionalizou uma companhia estrangeira que mantinha sede no país desde 1898, a *Mexican Light and Power Co*. Essa companhia passou a chamar-se Companhia Mexicana de Luz e Força e suas diretrizes assimilavam a distribuição de uma parte do lucro ao operariado e uma bonificação ao fim de cada ano. Pode-se notar que a mudança sexenal do quadro dirigente modificava também os programas e valores do Poder Executivo, que executa um plano de governo específico da sua gestão. Algumas características, contudo, mantinham-se intactas o autoritarismo e o nacionalismo revolucionário.

No fim de 1963, López Mateos "destapou" o próximo presidenciável *priista*, Gustavo Díaz Ordaz Bolaños. Esse candidato era de família tradicional (a mesma de Porfírio Díaz) e, por isso, apresentava-se como um líder da ala conservadora do partido, não sendo tão carismático quanto o seu antecessor. Sua nomeação acabou iniciando uma crise interna que fez com que o presidente do próprio PRI, Carlos Alberto Madrazo Becerra, propusesse um novo aperfeiçoamento estrutural ao partido. No período de 1952 a 1990, esta foi a única proposta de reforma direcionada ao "partido oficial".

A nomeação de Carlos Madrazo à presidência do PRI (1964-1965) fez com que ele recebesse atenção da imprensa em âmbito nacional, não pelas "magnificências" do cargo, mas sim por representar uma nova leva de políticos favoráveis à mudança do sistema *priista*. Sua carreira política começou em 1930 como um líder estudantil, que se inspirava na causa "*cristera*". Desde muito jovem, participou de assembleias estudantis organizadas e financiadas pelo PRI. E, sendo passim, passou a manter conexões políticas com importantes lideranças do partido, como Jorge Rojo Gómez, Lázaro Cárdenas, Luís I. Rodríguez, Garrido Canabal, Manuel Ávila Camacho e Miguel Orrico de los Llanos. Sua afinidade com Gustavo Díaz Ordaz resultou na subsequente nomeação ao cargo de Governador de Tabasco, em 1958, e, depois, na nomeação à presidência do partido.

A proposta de Madrazo consistiu na primeira sugestão advinda do próprio "partido oficial" e não como uma determinação do Presidente da República (e, neste caso, percebemos como a vida política do PRI e do Estado, por vezes, se entrelaçaram). Suas propostas foram modestas, mas fortes o suficiente para convulsionarem o partido, pois, seus correligionários

não estavam "preparados" para discutir as temáticas propostas. Por essa razão, a principal base de apoio de Madrazo foi exclusivamente os dirigentes locais e a militância popular do partido. Isso explica a razão pela qual a proposta não seguiu adiante, uma vez que o principal líder do PRI, o Presidente da República, não o havia apoiado.

Para Rogélio Hernandéz, a reforma de Madrazo acabou não dando resultado. Ainda assim, sua iniciativa foi sentida por todo o partido, já que foi uma proposta redigida no interior de sua instituição.

Conforme o excerto:

> A reforma frustrada de 1965, além dos próprios conteúdos, teve a qualidade de haver se desenvolvido nas entranhas do partido para acabar com seu papel de instrumento manejável do Executivo. Foi uma chamada de atenção não só sobre as limitações do PRI, senão de que existia uma base militante que queria independência real do presidente.[341]

No mês de novembro de 1965, Carlos Madrazo renunciou à presidência do PRI e, posteriormente, tornou-se um forte personagem político, mas morreu, em 1969, em um acidente aéreo, o que deu vazão a inúmeras especulações.

No início da presidência de Díaz Ordaz (1964-1970), o presidente teve três "surpresas". No fim de 1964, ocorreu o levante dos enfermeiros, médicos e residentes mexicanos da Cidade do México, que exigiam melhores condições de trabalho e, por conta disso, iniciaram uma greve que durou quase dois anos. Os manifestantes denunciavam o autoritarismo e o corporativismo *priista*. Além disso, em 1965, Pablo González Casanova publicou "A democracia no México", que logo se tornou cartilha dos novos movimentos da esquerda. Por fim, formou-se ainda o movimento da nova esquerda mexicana, chamado Movimento Livre Nacional (MLN), cujo objetivo fundamental era (re)organizar a esquerda mexicana. Essa situação denunciava o descontentamento da sociedade mexicana, que clamava por mudanças e, além disso, deixava evidente o esgotamento do modelo de "desenvolvimento estabilizador", com seu autoritarismo e imobilidade política.

Ao longo da presidência, ocorreram outras manifestações que fizeram cair ainda mais o índice de popularidade de Díaz Ordaz. A principal delas acabou resultando no *Massacre de Tlatelolco*, como acabou conhecido na época. No dia 2 de outubro de 1968, estudantes e

[341] HERNANDEZ, op. cit., p. 292.

operários marcaram uma manifestação na Praça das Três Culturas (ou Praça de *Tlatelolco*), para aproveitar da atenção que a Cidade do México estava recebendo, devido à proximidade dos XV Jogos Olímpicos. Os manifestantes reivindicavam um novo modelo político-econômico, alegando que o vigente reafirmava os laços de dependência externa. Além disso, solicitavam o firmamento pleno da Constituição de 1917, argumentando que o governo *priista* desonrava a revolução. Ao tomar ciência da manifestação, Díaz Ordaz ordenou à polícia que realizasse o cerco completo da praça e, em seguida, comandou a ação que recebeu o nome de "massacre estudantil".

As porvindouras consequências desta ação haveriam de ser incalculáveis. Afinal, a classe média tomaria agora a frente de um novo e intenso embate com o partido do Estado. Após a chacina estudantil, aumentaram-se os questionamentos em relação ao modelo *priista* de "desenvolvimento estável", uma vez que o emprego da "verdadeira" democracia não resultaria em uma imobilidade política de aproximadamente quarenta anos e, muito menos, implicaria em um dubitável crescimento econômico que apenas haveria de aumentar a concentração de renda às classes já abastadas. Essa situação acendeu uma intensa crise política interna e externa ao PRI, especialmente, por duas razões: 1) a "ação policial" comandada pelo presidente Díaz Ordaz, que já possuía um péssimo índice de aprovação, acabava por macular diretamente a imagem do próprio PRI; e 2) a tomada de consciência da sociedade mexicana, sobretudo, da classe média, em relação aos problemas sociais existentes e aos novos que se agregavam a cada sexênio. Por fim, a situação que se desenvolveu poderia levar a uma catástrofe ainda maior, não fosse a "esperteza política" do próximo presidente mexicano, Luíz Echeverría Alvarez (1970-1976).

Para Camín e Meyer, desde o começo do regime pós-revolucionário, alguns setores politizados do México manifestavam-se contra a falta de democracia e, em 1968, deu-se apenas mais um capítulo dessa extensa história.

> Em julho daquele ano, uma brutal escalada repressiva contra manifestações estudantis com pouco ou nenhum conteúdo político exacerbou o profundo e tradicional descontentamento político desses setores, encarnados agora nos jovens universitários que eram, por sua vez, a expressão da transformação demográfica da sociedade mexicana. Em setembro, o conflito havia desembocado na agitação mais aberta, constante e generalizada da história contemporânea do México. Amplos contingentes se manifestavam nas ruas, atacavam abertamente o presidente, seus colaboradores mais próximos e o próprio sistema como antidemocráticos. (...) Depois de uma série de demonstrações, repressão e tentativas fracassadas de negociação, às vésperas

> da abertura dos jogos, o presidente e seus consultores políticos, julgaram intolerável o desafio ao princípio de autoridade e no dia 02 de outubro de 1968, o exército e a polícia puseram fim ao protesto mediante um massacre indiscriminado de manifestantes na Praça de Tlatelolco.[342]

O modelo de desenvolvimento seguido ao longo do período pós-revolucionário beneficiou a acumulação acelerada de capital, mas não resolveu "o conflito da relação privilegiada entre a grande burguesia nacional e estrangeira e a elite política"[343], como recorda Aguilar Camín e Lorenzo Meyer. Na verdade, o sistema político mexicano sempre manteve controle de todos os atores e setores políticos, inclusive, do setor privado da economia. Entretanto, essa lógica empregada exige que, com o tempo, os grupos empresariais adquiram maior autonomia diante do Estado, para que, assim, nalguns períodos de crise possam reunir forças para obrigar a retração do Estado. Esta foi, então, a história exata da presidência de Echeverría Alvarez.

No começo da década de 1970, Echeverría defrontou-se com a pesada crise política em decorrência do outubro de 1968. Mais à frente, acabou encontrando ainda uma severa crise econômica, uma vez que, com o intuito de driblar crise política e atender às reivindicações da classe média, implantou um novo modelo econômico chamado de "desenvolvimento compartilhado", que não obteve grandes resultados.

Em 1971, Echeverría anunciou uma Lei de Arrecadação Federal, afirmando que havia chegado o momento de financiar os gastos públicos, sobretudo, pelo sistema tributário, enfatizando o projeto de modernização do país. Pretendia-se, então, uma intensa reforma fiscal. Essa reforma haveria de calcular a renda das pessoas físicas, somar seus rendimentos e determinar o imposto devido. A taxação era muito alta, e como afirma Aguilar e Meyer, "nunca na história mexicana o Estado havia proposto uma taxação tão alta e permanente das camadas de altas rendas"[344]. Obviamente que isso fazia parte do modelo de desenvolvimento compartilhado instaurado pelo presidente, que almejava o crescimento econômico, mas redistribuindo suas riquezas.

Os setores "modernos" do país, como chamavam aos banqueiros, empresários e comerciantes, reagiram instantaneamente contra a nova lei. Em janeiro de 1971, a

[342] AGUILAR; MEYER; op. cit., p. 249-250.
[343] Ibidem, p. 251.
[344] Ibidem, p. 253.

Confederação Patronal da República Mexicana (COPAMEX) publicou um manifesto opondo-se à disposição, arguindo, até mesmo, que ela era abusiva e inconsistente.

A partir disso, a relação entre o Poder Executivo e tais setores ficou tão intensa que acabou resultando em um enfrentamento aberto e, por conseguinte, no golpe financeiro de 1976. Antes disso, o governo federal tentou recuar. Propôs reuniões com representantes dos respectivos setores, para negociar algumas questões polêmicas. Mas, os encontros não trouxeram resultados profícuos. A partir de 1973, adotou-se uma nova lei fiscal menos abrangente, que afetou, sobretudo, a classe média (que já não estava satisfeita). Neste ano, o lucro empresarial atingiu a maior média desde 1960. Segundo Camín e Meyer: "embora a porcentagem do produto interno bruto captado pelo Estado tenha aumentado (foi de 14%), o mesmo aconteceu com o déficit fiscal do governo federal, e o Estado teve que recorrer a um aumento de 29% em seu endividamento externo"[345].

Ao decidir implantar uma reforma fiscal de menor abrangência e focada unicamente na classe média, o governo de Echeverría perdeu a "razão de ser". Afinal, a reforma havia sido muito divulgada durante sua campanha eleitoral e, sendo assim, consistia na principal razão pela qual tinha sido eleito. No fim do mandato, a situação tornou-se insustentável, acarretando em um conflito aberto entre os "setores modernos" e o Presidente da República.

Os maiores beneficiários do "modelo compartilhado" encontravam-se irritados com a dúbia retórica *echeverrista* (mais verbal que real) e, por isso, planejavam um golpe financeiro que, em 1976, ocasionou em uma maior retração dos investimentos. Se o conflito era inevitável, Echeverría poderia ter, ao menos, cumprido sua reformar fiscal à risca. Mas, escolheu ceder à pressão dos setores e, por conta disso, o fim do mandato trouxe consigo uma dívida externa de 20 milhões de dólares, um deficit comercial de 1,749 milhão, uma desvalorização de 100% do peso mexicano, uma espessa fuga de capitais e, como se não bastasse, escassez de jazidas de petróleo. A economia estancou e a sociedade passou a questionar ainda mais a viabilidade do sistema *priista*. De acordo com Aguilar e Meyer, "correram os rumores mais descabelados sobre uma catástrofe política e econômica. Foram os piores momentos do governo de Echeverría e um dos mais difíceis do regime pós-revolucionário"[346].

[345] AGUILAR; MEYER; op. cit., p. 254.
[346] Ibidem, p. 255.

Os mesmos autores definem o fim do mandato de Echeverría Alvarez da seguinte forma:

> A presidência de Echeverría foi marcada por uma severa crise econômica e política, que se agravou com o monopólio industrial, a queda da produção agrícola, as invasões de terras e as greves gerais. O confronto entre o governo e o setor privado cruzou o mandato e resultou no decreto presidencial de 19 de novembro de 1976, em virtude do qual foram expropriadas de 72 famílias, algumas muito poderosas, 100 mil hectares das cobiçadas terras dos vales dos rios Yaqui e Mayo. De nada serviram, nessa ocasião, os ruidosos protestos da COPARMEX, nem a paralisação do trabalho decretada pelo setor privado em Sonora e Sinaloa. As terras foram distribuídas entre mais de oito mil *ejidatários*.[347]

Após a conturbada presidência de Echeverría, o próximo candidato foi destapado somente no fim de 1976 e, ainda assim, acabou sendo anunciado como "candidato-eleito". Isso ocorreu em razão da inexistência de candidatos opositores ao PRI no processo eleitoral, já que o PAN passava por uma séria crise interna. Por fim, López Portillo (1976-1982) acabou concorrendo apenas contra candidatos independentes, ou seja, os "não-oficiais", como diziam. E sua vitória foi esmagadora, recebendo 92% dos votos.

López Portillo, como se pode imaginar, assumiu a presidência em meio a uma séria crise político-econômica. Como já dissemos, em seu primeiro discurso, o presidente recém-eleito responsabilizou todo o país por sua situação crítica e assim pediu paciência e tempo para colocar em prática um novo modelo de desenvolvimento. Todavia, cabe aqui um *addendum*: López Portillo acabou somando duas importantes questões a seu favor: seu carisma político, que apaziguou os ânimos da sociedade mexicana e a descoberta de novas jazidas no Golfo do México, que apareceram exatamente no momento da crise mundial do abastecimento de petróleo.

Seu governo começou ainda com uma grande reforma administrativa, mediante a qual outorgou a chamada Lei Orgânica, que trouxe consigo novos programas: Agricultura e recursos hidráulicos; Assentamentos humanos e obras públicas; Patrimônio e fomento industrial; Programação e pressuposto e, enfim, o Código de Pesca[348]. Houve ainda a anistia de presos políticos e a reformou da Lei de Organizações Políticas e Processos Eleitorais, cujo

---

[347] AGUILAR; MEYER; op. cit., p. 255.
[348] LÓPEZ, Portillo. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

principal intuito foi reconhecer o "político" como pessoa jurídica e, em seguida, outorgar o registro de vários partidos "não-oficiais", como o *sinarquista* Partido Demócrata Mexicano (PDM) e o conhecido PCM, que era considerado "não-oficial" desde 1919.

O governo de Portillo logo retomou o conhecido anseio mexicano de diversificar as relações econômicas. A exportação de gás e petróleo reservava-se apenas aos Estados Unidos e, a partir de 1978, o país passou a negociar com Canadá, Espanha, França, Israel, Japão e Suécia. Mas, a relação não se resumia a enviar petróleo. O produto chegou a ser usado como elemento de política com a América Latina, mediante a qual o México dispôs-se a apoiar efetivamente os governos e partidos reformadores. Nesse momento, o país ainda buscava estabelecer uma política vantajosa com os Estados Unidos, que não lhe sufocasse o desenvolvimento.

Essa retomada da exportação do petróleo viabilizou o estabelecimento de programas cujo intuito seriam reativar a economia, como ocorreu com os planos de desenvolvimento agrário, agropecuário, econômico, industrial e urbano. Igualmente, possibilitou que se empreendessem obras públicas, com o intuito de aprimorar a infraestrutura nacional, como ocorreu com as novas refinarias.

Aguilar Camín e Lorenzo Meyer afirmam que nesse período o governo de López Portillo estava saindo da contração econômica e desordem política e, sendo assim, compreendeu as novas jazidas como uma alavanca para superar a estagnação e retomar o desenvolvimento econômico.

Como afirmam abaixo:

> O descobrimento de novas jazidas de petróleo na metade dos anos setenta permitia essa expectativa: as reservas comprovadas do país aumentaram de aproximadamente 10 bilhões de barris para mais de 70 bilhões em poucos anos. A Pemex, que começava a ser uma incipiente importadora de gasolinas e derivados de petróleo, ascendeu, em poucos meses, à condição de exportadora liquida de petróleo bruto com hierarquia mundial, assim como a indústria petrolífera mexicana do início dos anos vinte. (...) A convergência dessa descoberta com o momento em que o mundo vivenciava sua primeira crise energética importante deu lugar à certeza governamental, mas compartilhada por amplos setores da população, de que o México poderia comprar uma saída definitiva para seu problema.[349]

[349] AGUILAR; MEYER; op. cit., p. 270

A partir de 1980, o México havia adquirido maior autonomia política em relação aos Estados Unidos, que lhe fazia pressão para participar do GATT[350]. López Portillo recusou a adesão por ser o debate, como afirma Aguilar e Meyer, "um produto das pressões imperialistas e contrárias ao interesse nacional"[351].

No início de 1981, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs a vários países o aumento do preço do barril, que, antes custava US 3,00 dólares, e passaria a custar, em 1982, US 34,00. O novo preço não foi bem recebido pelos clientes, gerando um prejuízo de dez milhões de dólares. Em seguida, o México sediou uma conferência internacional entre os chefes de Estado e de Governo dos países industrializados do Norte e alguns líderes do Sul. Seu principal desígnio era realizar um acordo de cooperação econômica entre as nações pobres e ricas. Mas os países, sobretudo, os Estados Unidos, não estavam dispostos a negociar. Em 1982, o país declarou que não conseguia mais pagar sua dívida externa, o que resultou em um empréstimo de emergência estimado em 1,85 bilhão. Isso deveria ser pago com petróleo em um valor abaixo do preço exigido pela OPEP. Para Aguilar e Meyer, "era o princípio de uma nova crise e o fim de uma política que fora anunciada, em seu início, como o verdadeiro caminho da independência econômica"[352].

López Portillo atrasou o quanto pôde para destapar o próximo presidenciável e, no início de 1982, anunciou Miguel de la Madrid. Opondo-se à vontade da cúpula dirigente do partido, que ambicionava a candidatura de Javier García Paniagua (o então presidente do PRI).

O fim desse sexênio presidencial é relatado por Luís Medina Peña como o prenúncio de uma aguda crise financeira. Apesar da queda do valor do petróleo, o presidente "podia mudar os padrões de gastos ou modificar a taxa cambial, chegando a declarar que o presidente que desvalorizava era desvalorizado"[353]. Isso gerou, segundo o autor, um processo que chama de "super deficit" e, sendo assim, justifica:

> Os fatores negativos que concorreram para delinear esse fenômeno foram segundo Baker e Brailowsky: 1) o excesso de demanda interna, que superou em muitas vezes os recursos em moedas estrangeiras obtidos com o petróleo: um terço do deficit; 2) o aumento das taxas de juros e a fuga de capitais: em torno de 40 por cento de deficit; e 3) a liberação das importações: outros 30

[350] General Agreement of Tariff and Trade (GATT).
[351] AGUILAR; MEYER; op. cit., p. 265.
[352] Ibidem, p. 266.
[353] MEDINA, op. cit., p. 175.

> por cento do déficit. Somando-se a tudo isso ao congelamento do crédito externo por temor dos bancos de uma possível insolvência do México, o ano terminal da gestão de José López Portillo, 1982, foi de vertiginoso aprofundamento dos traços adversos da economia e da política.[354]

Para o historiador Daniel Cosío Villegas, a partir de 1982, o PRI tinha uma tarefa importantíssima: reafirmar a legitimidade de seu sistema. Como evidenciado no excerto de Villegas abaixo:

> Ao finalizar o decênio dos anos 1970, o México parecia afirmar seu caráter de potência intermediária e buscar diminuir os laços de dependência em relação ao seu vizinho do norte. O bom êxito desta empresa não dependia somente dos atos voluntários, mas sim da capacidade do grupo dirigente para solucionar os graves problemas internos do país: suscitar uma economia eficiente, aumentar a criação de empregos, propiciar uma vida política mais democrática e conseguir uma distribuição mais equitativa do produto social; em suma, reafirmar a legitimidade do sistema.[355]

A presidência de de la Madrid Hurtado (1982-1988) ocorreu em meio a mais rigorosa crise mexicana do século XX. Como dito anteriormente, a queda da receita do petróleo provocou um grande prejuízo na economia mexicana, trazendo sérias consequências: o aumento da dívida externa em mais de 800 milhões de dólares e, novamente, com fuga de capitais e desvalorização do peso. O novo governo começava, portanto, "com recessão, estrangulamento financeiro, fechamento dos mercados monetários e comerciais internacionais, desemprego com quedas salariais, queda nos gastos públicos e uma recessão econômica para 1983 que já estava estimada entre 0 a 5%"[356], como recorda Aguilar Camín e Lorenzo Meyer.

Essa era a terceira vez que o governo vigente herdava do predecessor uma crise econômica. Por essa razão, o presidente recém-eleito assumiu uma nova política que convencionou chamar de "alterações estruturais", passando às empresas privadas a responsabilidade do desenvolvimento nacional e, em seguida, aderindo ao livre comércio internacional. A severa crise era sentida por toda a sociedade mexicana e o presidente de la Madrid reconhecia sua abrangência; de tal modo que em seu primeiro discurso falou sobre

---

[354] MEDINA, op. cit., p. 175.
[355] COSÍO, Daniel Villegas. **Historia mínima de México**. 7° Reimpresión. México(DF): El Colegio de Mexico, 1998. p. 181.
[356] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 289.

ela: “Vivemos uma situação de emergência. Não é momento para vacilações nem querelas; é hora de definições e responsabilidades. Não nos abandonaremos à inércia. A situação é intolerável. Não permitiremos que a pátria se desintegre em nossas mãos”[357].

Havia um sentimento generalizado de haver atingido o “fundo do poço”, no que se refere, sobretudo, à imobilidade política e à viabilidade do sistema. No início do sexênio, a cúpula dirigente “rezava” para que o presidente conseguisse chegar ao Primeiro Informe Presidencial sem a interrupção de uma nova convulsão social e, consciente dessa situação, ele passou a promover a idéia de que seu projeto político faria surgir um “novo México”, moralmente limpo e não-patrimonial. Esse novo país (idealizado pelo presidente) não seria mais centralizado, nem de apelo popular ou corporativo, e sim

> Liberal e democrático, nacionalmente planejado e conectado às questões sociais do país. E não o Estado frouxo, subsidiador e feudalizado que havia administrado até então o pacto histórico da revolução de 1910-1917, mas um Estado pequeno, enxuto, com limites claros a suas faculdades interventoras, economicamente realista, não-deficitário e administrativamente moderno.[358]

As aspirações de de la Madrid faziam-no aparentar possuir duas caras, como demonstra Aguilar e Meyer, “uma que olhava o futuro, com aspirações reformistas, e outra presa ao passado, com anseio de restauração”[359]. Esse duelo interno fez com que o governo que prometia um “novo México”, adotasse algumas atitudes polêmicas, como a gradual privatização dos bancos mexicanos. A partir de 1983, o governo passou a privatizar parcialmente, colocando à disposição do capital privado 34% das ações dos bancos. Depois, foi gradativamente realizando acordos e pagando indenizações à ex-banqueiros, concedendo-lhes acesso privilegiado à aquisição de empresas.

Após a implantação desse projeto de governo, no quadro geral do país, os mexicanos não tinham mais aquele fervor “nacional revolucionário” e continuavam a buscar o estilo americano de vida. Mas, o processo de democratização havia começado. Afinal, o processo eleitoral municipal que ocorreu de 1984 a 1986, acabou reservando a maioria dos cargos ao PAN.

Na presidência de de la Madrid, a sociedade mexicana tornou-se uma nebulosa de contrariedades, repleta de questões econômicas, políticas e sociais a serem resolvidas. Os mexicanos estavam exaustos e suspeitosos em relação à governabilidade do PRI e, para fugir

[357] AGUILAR; MEYER, op. cit., p. 291.
[358] Ibidem, p. 292.
[359] Ibidem, p. 294.

disso, procuraram uma alternativa institucional e conservadora, encontrando-a em uma nova formação *neopanista*, a principal oposição ao governo vigente.

Além da baixa popularidade *priista*, ocorreram contendas internas que ocasionaram a divisão do partido. Em 1987, os dissidentes, liderados por Cuahutémoc Cárdenas Solórzano, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, formaram um novo grupo de ex-*priistas* chamado Frente Democrática Nacional; que posteriormente se tornou o Partido da Revolução Democrática (PRD).

Para Aguilar Camín e Meyer, o fim desse sexênio resultou em um fracasso econômico sem ruptura de ordem política e social, mas a essência do sistema político autoritário e corporativo se desgastou na mesma medida em que houve a queda do bem-estar dos mexicanos e tal processo foi denunciado por ela como resultado de um planejamento político-econômico cego.

Como se nota:

> O fim catastrófico do milagre mexicano e o posterior esforço de modernização econômica não podiam deixar de ter uma repercussão política. Apesar do golpe brutal que a depressão iniciada em 1982 significou para a qualidade de vida e as expectativas da maioria dos mexicanos, a longa estabilidade política do país – a mais prolongada da América Latina – não se rompeu, nem o partido no poder perdeu seu monopólio tradicional sobre o exercício do poder no México. Ambos se mantiveram graças à enorme força das instituições – em particular, aquela concentrada na presidência – combinada com o peso de uma antiga cultura cívica autoritária e inibidora da participação e, sobretudo, pela ausência de uma oposição forte que pudesse canalizar politicamente o descontentamento gerado pelo fim do crescimento econômico e o custo social do ajuste estrutural do aparelho produtivo.[360]

Nas eleições de 1988, a presidência mexicana foi disputada pelos candidatos: Carlos Salinas de Gortari (PRI); Cuauhtemóc Cárdenas (FDN, PPS, PARM, PFCRN, PVEM), Manuel Clothier (PAN), Gumersindo Magaña (PDN), María del Rosario Ybarra de la Garza (PRT) e Heberto Castillo Martínez (PMS). Nesse período, era evidente a preferência de Cárdenas. Tornou-se, portanto, a figura mais popular das eleições e, a partir de 1987, incidiu na primeira ameaça real ao PRI. Mas, o processo eleitoral *per se* acabou extremamente questionado.

Esse seria o ano em que se implantaria um novo procedimento eleitoral e, por conseguinte, substituir-se-ia a antiga papeleta por um maquinário ultramoderno. No período

[360] AGUILAR; MEYER; op. cit., p. 315.

da manhã, a contagem dos votos apontava a vitória, com larga vantagem, de Cuauhtemóc Cárdenas. Durante a tarde, ocorreu uma pane no sistema das urnas eletrônicas que paralisou o processo, por horas afinco. Quando o sistema tornou a funcionar anunciou-se a vitória de Salinas de Gortari. Mediante isso, alguns grupos *cardenistas* tomaram às ruas, alegando fraude eleitoral. Após essa vitória, a imagem do PRI ficou ainda mais manchada e, por conta disso, o presidente recém-eleito tomou uma medida rápida. Fundou o Instituto Federal Eleitoral, uma instituição encarregada de fiscalizar o processo eleitoral (e lê-se: impossibilitar fraudes).

A presidência de Salinas (1988-1994) acabou radicalmente com a idéia de "nacionalismo revolucionário". Além disso, concretizou as reformas neoliberais que o governo antecessor não havia conseguido realizar, abandonando também o modelo de desenvolvimento estabilizador. E, sendo assim, recusou o sistema *priista*, até então, empreendido. Renegociou a dívida externa e seguiu as diretrizes impostas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Implantou um novo programa político no México, no qual haveria de vender as empresas paraestatais, para, assim, amortizar a dívida pública interna. O momento foi marcado por escândalos de corrupção, nepotismos e suspeitas de transações com o crime organizado.

Em suma, o período de 1946 a 1988 da história mexicana pode ser dividido em duas partes, como executa a historiografia mexicanista: 1) a Era de Ouro ou o Milagre Mexicano (1946-1968) e 2) o Esvaecimento do milagre (1968-1988). Na primeira divisão, o México sofreu com a alta inflação e a desvalorização do peso. Após o *debut priista*, instaurou-se um modelo político-econômico que regimentou o governo federal. Chamavam-no de "desenvolvimento estabilizador", cujo objetivo central era suscitar um progressivo crescimento econômico, ou como chama Pablo González Casanova, "um crescimento econômico a qualquer custo"[361]. Além disso, o modelo objetivava controlar a elevação acelerada dos preços e salários e, finalmente, estabelecer o continuísmo *priista*. Ou seja, implantou-se um desenvolvimento embasado na estabilidade, com contínuo crescimento econômico, sistema político imóvel e fortes características autoritárias.

Durante o governo de Ruíz Cortinez (1952-1958), a referida estratégia chegou a controlar a inflação. Isso amenizou o ânimo do país, uma vez que a inflação e a desvalorização provocavam a insatisfação do operariado, o que resultava em greves e manifestações, induzindo o fortalecimento sindical e a eclosão de enfrentamentos agressivos

[361] GONZALEZ, op. cit., 50.

entre civis e militares. A partir de 1956, portanto, começou-se a sentir as benesses da estabilidade cambial e, ao longo do próximo decênio, o preço do atacado cresceria apenas 50%; o que era muito bom para o período. Tal modelo teria "funcionado" até o fim da década de 1960, momento no qual a estrutura socioeconômica do país mudou rapidamente e a militância opositora se fortaleceu com isso. A política "continuísta" não mudou suficientemente rápido para acompanhar a velocidade das mudanças da sociedade mexicana, passando a ser questionada recorrentemente. Este sentimento contestador ficou ainda mais evidente durante a presidência de Adolfo López Mateos (1958-1964), com as grandes greves de 1958 e 1964.

Finalmente, concluímos com a afirmação de que o modelo *priista* não previu as rápidas mudanças pelas quais passou a sociedade mexicana, sobretudo, a partir de 1950, e, por não conseguir acompanhá-las, deu abertura para que se formasse uma crise política interna e externa ao partido, levando, inclusive, ao terrível episódio de outubro de 1968, no decorrer da presidência de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970). A partir de 1973, há a convergência da crise mundial do petróleo com a crise política nacional. A economia, nesse ponto, voltou a sentir os efeitos da inflação e desvalorização do peso. Intensificou-se em 1976 e, a partir disso, buscou-se uma alternativa. No fim de 1970, ocorre a descoberta de novas jazidas petrolíferas no sudeste mexicano, proporcionando uma solução temporária aos problemas econômicos e, por conta disso, retomou a condição de exportador. No começo da década de 1980, a sociedade mexicana voltou a sofrer com os efeitos de um modelo de desenvolvimento sem planejamentos concretos. Em 1981, a OPEP determinou o aumento do petróleo e o país passou a perder dinheiro. Isso repercutiu de tal forma na estrutura política e social mexicana que as agrupações, os partidos políticos e as lideranças aparentavam estar preparados para começar uma nova revolução. Em meio a essa situação delicada, ocorreu o episódio "amador" das eleições de 1988. Por essa razão, Carlos Salinas foi obrigado a realizar uma série de mudanças para que a sociedade mexicana se acalmasse, fazendo com que o partido, novamente, mudasse sua perspectiva política, mas sem mudar de nome. Ele passou a assumir uma postura neoliberal, com as privatizações e o foco unicamente econômico.

O recorte temático estabelecido indica que esta pesquisa parte do pressuposto de que a longevidade do governo *priista* será plenamente compreendida apenas se levar em consideração o contexto histórico da formação do PRI, em 1946, até o período *salinista*, com a execução de reformas que descaracterizaram por completo o sistema de governo outrora implantado. Ademais, entendemos que havia uma noção solidamente estabelecida na

sociedade mexicana, nesse período, que fazia com que ela, apesar dos escândalos, tropeços e trapaças, ainda assim escolhesse o PRI para governá-la. A fraude eleitoral não é uma resposta cientificamente viável, mesmo porque elas nunca foram comprovadas. A resposta cabível a essa questão consiste na existência de uma cultura política *priista* dominante, estruturada e promulgada pelo próprio partido, que era assimilada pela sociedade. Isso ocorreu por inúmeras razões que vão desde a utilização do imaginário revolucionário do país, tão caro a todos eles, ao receio de que o território nacional vivesse uma constante guerra civil, sem estabilidade alguma, no qual a sucessão presidencial seria resolvida apenas por quem melhor programasse a emboscada.

O próximo capítulo fica, então, com o propósito de definir essa mencionada cultura política *priista*, os métodos utilizados para sua propagação e sua comprovação científica.

CAPÍTULO 3

FORJANDO A REVOLUÇÃO

A CULTURA POLÍTICA *PRIISTA* (1946-1988)

Forjando a revolução
A cultura política *priista* (1946-1988)

A complexidade do período pós-revolucionário mexicano fez com que os estudiosos da área o analisassem por meio de variadas óticas, que perpassam, especialmente, questões econômicas, políticas e sociais. Esta pesquisa acompanha a linha teórica que compreende o advento e a consolidação do sistema hegemônico nos idos de 1929 a 2000. A perspectiva elaborada pelo cientista social italiano Giovanni Sartori afirma que no México do século XX instaurou-se um sistema de partido *não-competitivo*, *hegemônico* e *pragmático*. Tal "sistema", segundo o autor, foi regido por um partido autoritário e centralizado[362].

Sua característica *não-competitiva* refere-se ao fato de que, no mencionado período, os candidatos da oposição foram privados de direitos iguais durante os sufrágios e, por conta disso, acabaram coagidos e atravancados. A *hegemonia*, por sua vez, relaciona-se ao papel secundário desempenhado pelos outros partidos políticos do contexto. O partido hegemônico mexicano "admitia", então, a existência de diferentes partidos, desde que cumprissem um papel coadjuvante na política mexicana. E, finalmente, a faceta *pragmática*, que se refere à postura do partido de não assumir (inteira e abertamente) uma filosofia política, sem afirmar se tinha como base o liberalismo, o socialismo ou o neoliberalismo. Isso ocorreu porque, desde sua primeira formação, o partido objetivou, sobretudo, agrupar as facções, as ligas e os movimentos da Revolução Mexicana (1911-1920); deixando-os confinados numa única instituição. Mas as facções sediciosas sustentavam opiniões, quanto ao processo revolucionário e às questões sociais urgentes, bem divergentes entre si. Com o intuito de estabelecer o novo "partido revolucionário", a base fundadora, liderada pelo ex-presidente Elías Calles (1924-1928) e seus aliados, estruturou uma instituição que assumia todas as "vertentes revolucionárias", o que fez dele, consequentemente, um organismo pragmático. Antes de ser liberal ou socialista, o partido era uma "milícia revolucionária".

O partido pragmático-hegemônico mexicano estabeleceu, assim, um mecanismo de "pluralismo unipartidário" que agregou e incluiu diferentes causas e grupos políticos, mas figurou como o principal partido desse contexto, apesar de ter sido cercado por vários pequenos partidos. Desse mecanismo, adveio o longevo (e imóvel) governo do "partido

[362] Cf. SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Trad. Waltersin Dutra. 2° Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

oficial", como ficou conhecido. A trajetória desse partido admite duas formações antecessoras, o Partido Nacional Revolucionário (PNR, 1929-1938) e o Partido da Revolução Mexicana (PRM, 1938-1946). Após 1946, surgiu o Partido Revolucionário Institucional (PRI, 1946-2000) e assim ele continua até hoje.

As reformas estruturais foram uma marca desse partido. No período de 1929 a 1990, passou por duas importantes reformas, a primeira em 1938 e a segunda em 1946, que acabaram, inclusive, mudando sua nomenclatura. Além delas, sofreu mais oito modificações estruturais dentre as décadas de 1950 e 1990; praticamente uma reforma por sexênio presidencial[363]. Estas, porém, não mudaram sua denominação, mas sim seus documentos básicos, o "Estatuto do Partido", o "Programa de Ação" e a "Declaração de Princípios". Pode-se afirmar, portanto, que tais mudanças atingiram o partido estrutural, política e ideologicamente.

Algumas dessas alterações foram sentidas pelo governo mexicano e dois exemplos claros disso resumem-se às reformas que originaram o PRM e o PRI. No fim da década de 1930, por exemplo, o "partido oficial" consistiu numa instituição política completamente diferente daquela que se estabeleceria uma década depois. Isso, obviamente, refletiu no governo mexicano, já que o partido predominava no cenário político-cultural da época, ocupando a maioria dos cargos públicos municipais, estaduais e federais. Por essa razão, qualquer mudança estrutural mais intensa acabava – quase sempre – reorientando a administração federal[364]. A presidência de Lázaro Cárdenas (1936-1940) e a reforma do PNR, em 1938, residem num exemplo clássico disso, uma vez que a mudança do partido refletiu no regimento do governo. O PNR se tornou, então, o PRM, o que significou ao partido assumir um posicionamento político mais radical. Consequentemente, o governo acabou ficando mais radical também, o que resultou, por exemplo, no aumento extraordinário da distribuição de

[363] Cf. OCAMPO, Rigoberto. **El sistema político mexicano**. México DF: Publicaciones Cruz O., 1990. p.177-179. [Conforme Rigoberto Ocampo, após a reforma que originou o PRI, em 1946, as porvindouras assembléias do partido acabaram modificando seus documentos básicos, o Estatuto, o Programa de Ação e a Declaração de Princípios. No ano de 1952, a assembléia modificou os documentos básicos com o intuito de "democratizar" a estrutura *priista*. Em 1965, o presidente Carlos Madrazo liderou a reforma que adotou um novo sistema de seleção interna aos candidatos municipais e estaduais. Em 1968, a assembléia modificou pela quinta vez o estatuto do partido. Nos idos de 1971 e 1972, houve novamente reformas nesses documentos. Em 1978, os mesmos documentos passaram por reforma, para que o partido se direcionasse então unicamente aos trabalhadores. E, finalmente, em 1990, após o escândalo de Salinas, em 1988, a assembléia designou que a seleção de candidatos realizar-se-ia através da "consulta na base", recusando o "nacionalismo revolucionário" e permitindo a existência de correntes internas.]

[364] Mantemos, portanto, um posicionamento diferente daquele adotado pela historiografia tradicional, que concebe o "partido oficial" com uma instituição absolutamente autônoma em relação ao Estado mexicano. De fato, o PRI não era o Estado, mas existia sim uma relação entre eles, que, às vezes, se estreitava ou se espaça, seguindo os interesses do partido e/ou do Estado.

terras aos camponeses. Uma década depois, o PRM passou por outra mudança, que também refletiu no regimento do governo. Mudança essa que originou o PRI e acabou tornando-o um partido mais moderado. Logo, o governo direcionou-se de maneira semelhante, estabelecendo, até mesmo, mecanismos políticos complexos como o "desenvolvimento estabilizador" e o "tapadismo" eleitoral.

Ao partir desse pressuposto, a pesquisa aqui apresentada apreende que, após o aparecimento do PRI, formou-se e promulgou-se uma cultura política *priista* que orientou e disciplinou a sociedade mexicana frente às reformas econômicas, ideológicas, políticas e sociais que o *priismo* impulsionaria no país. Além disso, sua formação auxiliou a assimilação dos novos símbolos do partido, que se estabeleciam com a formação *priista*. Esta cultura política, obviamente, emergiu, cresceu e se consolidou, representando o principal instrumento político do PRI. Todavia, ela vigorou apenas até 1988, quando o então presidente Carlos Salinas (1988-1994) promoveu novas reformas no partido, derrubando algumas instituições e mecanismos *priistas* que funcionavam desde a década de 1940. E, sendo assim, tal cultura tornou-se dispensável, já que não mais acompanhava o partido e seu "sistema".

A formação da cultura política *priista* alicerçou-se na idéia de que as principais reivindicações e valores promulgados durante a revolução haviam sido assimilados pelas instituições do Estado mexicano. Por isso, seria necessário ao país abandonar os ranços revolucionários, caóticos e radicais, para adentrar a nova era da Revolução Institucionalizada. Havia nessa cultura uma dupla legitimação: a revolução e a instituição. Que pretendiam, obviamente, fazer alusão à Revolução Mexicana e às instituições do Estado moderno, com o intuito de chamar a atenção de variados grupos políticos.

Pode-se afirmar, deste modo, que a cultura política *priista* foi resultado de um processo lento e gradual de formulação, consolidação e desarticulação da cultura radical que havia sido formada por Cárdenas e seus aliados, grupo político que assumiu o poder após a presidência de Abelardo Rodriguez (1932-1934). Estudar tal cultura política implicará, portanto, em perpassar por suas principais nuanças. Algumas delas foram herdadas, por exemplo, da ala liberal do século XIX. Outras vieram do processo revolucionário. E, ainda, houve aquelas que acabaram surgindo ao longo da trajetória do partido e, conforme as reformas ocorreram, esmoreceram, emergiram e, até mesmo, reapareceram. Cabe aqui uma informação: os símbolos da cultura política *priista* não estão presentes em todos os momentos do PRI (em todo o período histórico que ele representa). Isso evidencia como uma cultura

política pode ganhar e perder significados continuamente. No caso da cultura política *priista*, houve mais permanências do que perdas.

Dada a complexidade do período mexicano (1946-1988) e a quantidade de "continuações" da cultura política aqui analisada, revela-se inviável analisar cada uma de suas características. Isso, obviamente, fugiria dos objetivos da pesquisa. Sendo assim, optamos pela análise mais aprofundada de seus principais matizes, que deram forma e caracterizaram o *priismo*.

O conceito de cultura política, como especificado anteriormente, ajuda-nos, então, a compreender esse período mexicano. Auxilia-nos a entender as alianças, os princípios, as regras e as tradições, que reúnem e consolidam um agrupamento político específico. Se algo ocorre, tal qual um processo histórico, e rompe esse "elo", notamos, em verdade, que a sociedade passou por uma aprendizagem, que ou mudou essa cultura política ou a tornou obsoleta, trazendo outra em seu lugar. Afinal, uma cultura política nunca morre, pode ela mudar ou adormecer, mas nunca acaba por completo.

3.1. Estrutura

Este item do último capítulo tem por principal intuito traçar um perfil do "partido oficial", analisando sua estrutura e relações de poder. Assim, a porvindoura análise da cultura política ficará mais consistente.

O PRI não consistiu no único partido político do México. Na brumosa científica que envolve esse tema, muitos mexicanistas acreditam que, ao longo do século XX, se instaurou um regime de "partido único", como ocorreu na China e na URSS. Entretanto, sabemos que essa perspectiva se distancia da realidade[365]. Afinal, existiam outros partidos no cenário político-cultural mexicano, muito embora eles cumprissem um papel coadjuvante[366]. A oposição não conseguia se impor ao Estado. Mas, não vivia uma completa imobilização: conseguia articular críticas e pressionar as classes dirigentes, exercendo, portanto, uma importante "pressão política". Do mesmo modo, seus líderes se candidatavam às eleições

[365] Nessa ala de estudiosos, encontramos, por exemplo, os renomados David Torres Mejía, Kevin J. Middlebrook e Pablo González Casanova.
[366] Como já informamos, o Partido Ação Nacional (PAN) foi fundando em 1939 e figurou nesse contexto como a principal e mais antiga oposição ao PRI, em todas as suas formações.

locais, regionais e nacionais através de partidos (constituíam eles, num âmbito geral, partidos satélites, "não-oficiais"[367], ou criados apenas para as eleições) ou de forma independente.

Para González Casanova, percebe-se o papel secundário da oposição mexicana ao se analisar sua proporção de votos durante as eleições à presidência de 1911 a 1958. A oposição nunca atingiu mais que 25% dos votos, sendo que isso ocorreu apenas uma vez, em 1952.

De acordo com o autor:

> A exígua força dos partidos da oposição, ou melhor, a exígua força do sistema de partidos que existe no México, é percebida claramente ao se ver a proporção de votos que obtêm os candidatos à presidência. Da revolução a 1958, a oposição nunca atingiu 25% dos votos e isto apenas uma vez em 1952. Normalmente, o candidato oficial à presidência tem mais de 90% dos votos: 99%, em 1910, com Porfírio Díaz; 99%, em 1911, com F. I. Madero; 98%, em 1917, com V. Carranza; 96%, em 1920, com Álvaro Obregón; 84%, em 1924, com Elías Calles; 100%, em 1928; Álvaro Obregón; 94%, em 1929, com Ortíz Rúbio; 98%, em 1934, Lázaro Cárdenas; 94%, 1940, Ávila Camacho; 78%, 1946, com Miguel Alemán; 74%, em 1952, Ruíz Cortinez; 90%, em 1958, com López Mateos.[368]

Esses dados indicam que, no período mencionado, os "presidenciáveis oficiais" recebiam em média a maioria dos votos mexicanos, o que em números significava, por exemplo, 813 mil votos em 1917 e 7 milhões e 500 mil em 1958. A oposição, por outro lado, ficava sempre "na casa dos mil", recebendo 15 mil votos em 1917 e 715 mil em 1958[369]. A partir da década de 1960, porém, a oposição, e em especial o PAN, passou a assumir um papel mais importante e a receber mais votos. Mesmo assim, sua vitória à presidência acabou demorando a ocorrer e se concretizou apenas em 2000.

O sistema eleitoral mexicano que se estabeleceu no decorrer do século XX, especialmente, entre 1946 e 1988, possuía características que retomavam a época dos caudilhos revolucionários. No período de 1940 a 1979, o PRI imperou como o centro político do Estado mexicano, possuindo apenas uma oposição, o PAN. Os outros partidos funcionavam como parte dessa lógica de exclusividade (aliando-se ao PRI, como faziam o PARM e o PPS) e, por isso, os pequenos partidos da oposição não eram reconhecidos oficialmente, como ocorreu com o Partido Comunista Mexicano (PCM). Após o episódio de

[367] Os partidos não-oficiais eram aqueles que o Estado não reconhecia como tal.
[368] GONZALEZ, op. cit., p. 15.
[369] Ibidem, p. 15.

1968, o movimento estudantil condenou tal sistema eleitoral, o que foi importante ao período, mas não resultou numa mudança radical. A partir de 1978, houve a promulgação da LOOPPE e, isso sim, acarretou em mudanças importantes, muito embora ainda diminutas em relação ao que o sistema necessitava.

Além disso, o mesmo viu surgir uma instituição unicamente *priista*, o *tapadismo*. Este foi constituído no fim da década de 1950, época na qual ocorreram importantes convulsões sociais, que resultaram, inclusive, na manifestação de outubro de 1968. Em primeiro, rebelaram-se os camponeses e operários da UGOCM. Logo, se levantaram os professores, conclamando a greve geral. Depois deles, os ferroviários paralisaram-se e, quase imediatamente, os médicos e residentes firmaram a "greve branca". Tais levantes foram interpretados como uma ameaça perigosa à estabilidade política do país e, por isso, reprimiram-se todos. Devido ao cenário caótico, o então presidente Ruíz Cortines resolveu segurar, até os últimos dias de seu sexênio, a nomeação do presidenciável *priista*. Isso gerou grande consternação na sociedade mexicana, pois havia um regimento interno a ser seguido pelo partido, no qual o presidente deveria convocar a Assembleia Nacional do PRI, para que, após eleições internas, designasse o próximo candidato à presidência. Ruíz Cortines pulou esta etapa e, assim que achou conveniente, anunciou seu escolhido; sem qualquer auxílio do partido. Tal prática tornou-se um mecanismo do PRI que, com o tempo, recebeu o nome de *tapadismo*. Procedimento este que foi, para alguns estudiosos, o ingrediente secreto da longevidade *priista*[370].

Conforme Glória Cantú, o *tapadismo* foi uma prática política mexicana na seleção de candidatos do PRI à Presidência da República. Isso fez com que os Secretários de Governo acreditassem que estavam mais perto de serem nomeados, do que indivíduos em qualquer outra função do governo. Então, difundia-se a idéia de que os secretários seriam escolhidos pelo presidente, gerando grande competição entre eles. E, assim, conclui: "o *tapadismo* se revelou um dos mecanismos mais eficazes do *priismo* para neutralizar o barulho dos conflitos políticos, pois, além da competição, controlava aquilo que o leitor sabia sobre seu candidato. Não havia tempo suficiente para uma sondagem completa"[371].

Tendo isso dito, pode-se afirmar, então, que o PRI se sobressaiu politicamente aos outros partidos do período, sobretudo, após o estabelecimento do *tapadismo*. O partido tinha, portanto, relativo poder político. O Presidente da República acabava assimilando parte desse

[370] GONZÁLEZ, op. cit., p. 18.
[371] CANTÚ, op. cit, 2003. p. 200.

poder, o que lhe concedia ainda mais autonomia e força para exercer um Poder Executivo profundamente centralizado. Apenas o Poder Judiciário conseguia controlar, ou mesmo, barrar, algumas das iniciativas do presidente.

O Poder Legislativo estava quase que inteiramente composto por representantes do PRI e, por conta disso, seria difícil mesurar o poder do presidente em seu interior. Mas, a história mexicana não nos deixa mentir. A Câmara normalmente se opunha à figura do Presidente da República. Durante a presidência de Francisco I. Madero, por exemplo, houve um agrupamento de deputados conservadores, que representavam os ideais e os interesses de Porfírio Díaz[372]. Pouco depois, Madero foi assassinado e, em sequência, o grupo deu forma ao novo quadro dirigente do Poder Executivo, encabeçado, obviamente, pelo general Victoriano Huerta. O presidente Huerta continuou com a execução de *maderistas* e, por fim, resolveu dissolver a Câmara.

Na Convenção de Águascalientes, e, mesmo depois, na Assembleia Constituinte, houve espaço aos representantes das mais variadas facções revolucionárias. Através de suas atas, podemos concluir que houve uma grande diversidade de interesses. Essa situação se manteve até a presidência de Álvaro Obregón, momento no qual a oposição se tornou maior e mais independente no interior do Legislativo. A partir disso, o Executivo se fortaleceu e começou a assumir medidas que o controlavam. Tal controle se converteu numa das características do sistema político mexicano até 1932, quando o então presidente Lázaro Cárdenas liberou a participação autônoma da oposição no Legislativo.

A partir de 1940, o poderio do Executivo pode ser analisado, então, mediante a Câmara dos Deputados, na qual há alguma oposição. Todavia, a Câmara renova-se a cada três anos e o presidente governa nos três primeiros anos com a legislatura deixada pelo seu predecessor. Esses são os anos mais interessantes para se saber o nível de "personalismo" entre o Executivo e o Legislativo e, após a presidência Cárdenas, percebemos a queda progressiva do número de aprovações dos projetos de leis.

Conforme González, entre 1935 e 1941, todos os projetos de lei enviados pelo Poder Executivo foram aprovados. A partir de 1943, apenas 92%; em 1947, foram 74%; em 1949, foram 72%; em 1953, foram 59%; em 1955, foram 62% e, finalmente, em 1959, foram 95%[373]. Como se nota, nos três primeiros anos do sexênio a aprovação das iniciativas

[372] GONZÁLEZ, op. cit., p. 20.
[373] Ibidem, p. 23.

advindas do Executivo diminui, pois o Legislativo, em suma, compõe-se de deputados da gestão anterior. Após o terceiro ano do mandato presidencial, elegem-se novos deputados que se sintonizam mais facilmente com o novo regimento e, sendo assim, passa-se a aprovar um maior número de leis.

A partir disso, González realiza sete constatações acerca do Poder Legislativo do México pós-revolucionário. A primeira delas afirma que nas primeiras formações do regime revolucionário a oposição atrelou-se às classes derrubadas pela própria Revolução Mexicana e, por conta disso, a oposição não conseguiu se articular melhor. A segunda afirma que a prioridade do sistema político mexicano sempre foi estabelecer um Executivo forte, pois assim se conseguia diminuir e/ou eliminar a oposição, mantendo a estabilidade política do país. A terceira constatação menciona que o controle integral do Legislativo acabou em 1940, sendo de impacto muito mais simbólico, do que real (ou melhor, a quebra da tradição tem uma simbologia importante, mas na Câmara não significou muita coisa). A quarta afirmação reside na ideia de que o presidente fortalecido acabava tendo controle tanto da Câmara herdada (com menor intensidade), quanto daquela renovada, uma vez que as leis continuavam a ser aprovadas, com maior ou menor intensidade. A quinta constatação afirma que o governo de Cárdenas foi o único a aprovar 100% dos projetos enviados pelo Executivo e, a partir de 1946, o governo de Miguel Alemán foi o que menos aprovou projetos; um governo cuja política foi essencialmente popular não implicava numa maior oposição no Legislativo, como normalmente se pensa. A sexta delas afirma que os projetos de lei aprovados majoritariamente nunca enfrentavam uma oposição que excedesse 5% da Câmara; os projetos eram todos realmente importantes. A sétima e última constatação afirma que o princípio de equilíbrio entre os poderes do Estado realmente não funcionava na política mexicana. Deste modo, o papel do Legislativo resumia-se há algo muito mais simbólico, sendo efetivo apenas para sancionar as iniciativas do Executivo. Finalmente, González Casanova conclui: "Dá-lhes uma validade e uma fundamentação do tipo tradicional e metafísica, em que esses atos adquirem a categoria de leis, ou se escudam e apoiam na ordem das leis, obedecendo a um mecanismo simbólico muito antigo, embora de tipo leigo"[374].

Para o autor, havia no Legislativo uma simbologia, que simulava o equilíbrio entre os poderes, mas o presidente controlava boa parte da Câmara.

[374] GONZALEZ, op. cit., p. 23-24.

> De fato, assim como os antigos governantes diziam governar em nome da lei e que a lei estava escudada pela divindade, o que tinha um sentido funcional simbólico-religioso, em nossa cultura, a câmara dos deputados cumpre esta mesma função, apresentando na comunidade um significado teórico de "crença legal", que desde o pensamento racional do século XVIII transfere o ato legislativo de Deus ao povo e aos representantes do povo. De um ponto de vista antropológico, as leis no México são um sistema de crenças, assim como os modelos de governo.[375]

O Poder Judiciário, por outro lado, assumiu um papel completamente diferente. Enfrentava o Poder Executivo ao barrar algumas de suas solicitações, estabelecendo, então, certo limite ao poder descomedido do presidente. Para analisá-lo, González utilizou os "mandados de segurança" emitidos pelo presidente à Suprema Corte de Justiça.

No período de 1817 a 1960, há um total de 3.700 mandados de segurança, dentre os quais o presidente é mencionado expressamente, como autoridade responsável. A média anual de mandados varia de acordo com as gestões presidenciais: o período de Carranza obteve 31 mandados; Huerta obteve 70 mandos; Álvaro Obregón atingiu 70; Elías Calles atingiu 62; Cárdenas atingiu 78; Ávila Camacho atingiu 126; Miguel Alemán atingiu 112; Ruíz Cortines atingiu 90; Lopes Mateos atingiu 131. Isso representava o trabalho expedido pela Corte Suprema, dentre os quais 28% representavam amparos ou suspensões que ela concedia aos queixosos. Deste modo, amparava 1/3 deles.

Os queixosos contra o Poder Executivo eram, geralmente, proprietários estrangeiros ou mexicanos (no quesito "proprietários", englobam-se as companhias estrangeiras, os bancários e os latifundiários). Os latifundiários passaram a ser maioria, sobretudo, após a década de 1940, quando se contrapuseram às reivindicações *ejidais*, indigenistas, *rancheras*, entre outras. Sendo assim, os reclamantes exigiam a devolução das terras distribuídas, a expropriação dos *ejidos* e a taxação das pequenas propriedades. A Suprema Corte avaliava essas exigências com certa rigorosidade, ordenando a devolução, a expropriação ou a taxação, independentemente das intenções do Executivo. Por essa razão, conclui-se que o Judiciário agia de forma autônoma e, às vezes, podia, até mesmo, servir como freio às ações descomedidas do presidente e seus colaboradores.

Esse sistema *priista* estabelecia ainda um Poder Executivo controlador dos governos estaduais. O presidente opinava em relação à maioria dos assuntos estaduais, que dependiam de seu "aceite". Caso contrário ele poderia, até mesmo, impor a destituição do governador,

[375] GONZÁLEZ, op. cit., p. 24.

aplicando as leis da Constituição de 1917. Por essa razão, o presidente orientava, então, desde os comandantes da região, deputados e senadores às finanças dos estados mexicanos (as receitas estaduais dependiam quase inteiramente das federais).

González Casanova afirma que:

> A dependência dos estados em relação ao governo central é um fato político, militar e financeiro. Desde a aplicação da Constituição para a destituição de governadores, passando pelas funções políticas dos comandantes de região, dos agentes do governo, deputados e senadores que fazem carreira política na capital, as exíguas finanças dos estados, a dependência considerável das receitas estaduais frente às federais, as possibilidades de oscilação em cem por cento da ajuda federal, até chegar a um calendário político que paulatinamente vai acentuando o poder do presidente conforme transcorre o período presidencial, todos estes fatos fazem com que os instrumentos políticos idealizados para formar um sistema de "contrapesos e balanças", do tipo proposto por Madison, não funcionassem no México contemporâneo.[376]

O mesmo sistema, muito embora admirasse e estimulasse a idéia de governo local autônomo, ocasionou a completa dependência dos governos municipais. Formalmente, os municípios eram independentes, mas a realidade política denunciava uma comunidade local altamente dependente do governo estadual (que era, por sua vez, dependente do governo federal), cujas deficiências reduziam suas funções públicas. Por ser tão deficiente, o governo estadual ocupava-se até de seus serviços primários.

Conforme González,

> O problema da liberdade municipal é uma instituição de raízes muito profundas. A liberdade municipal é uma instituição que, com freqüência, não existe desde a base. Nem a estrutura do poder local nem a atividade política dos municípios derivam em algo que se pareça a um município livre. E a entidade política que se denomina município livre está, na realidade, controlada pelo poder estadual e pela Federação.[377]

Além da dependência dessas regiões, existiam nelas outros "poderes" que as acompanhavam desde o século XIX, personificados nos caciques e nos caudilhos. A partir da Revolução Mexicana, ambos os poderes foram desaparecendo paulatinamente, perdendo a

[376] GONZÁLEZ, op. cit., p. 32.
[377] Ibidem, p. 33.

influência política decisiva. Tal controle passou a ser realizado no governo de Álvaro Obregón e acentuou-se com Elías Calles. O próprio PNR cumpriu o papel político de aprimorar e disciplinar a elite política mexicana, uma vez que integrou e controlou os agrupamentos revolucionários.

Para González, a história do PNR foi, sem dúvida, uma história de controle dos caudilhos e caciques mexicanos. Aliás, a centralização do Executivo teria essa função: controlar os caciques, os partidos e os prefeitos. "Ao mesmo tempo em que lhes tiravam o poder, recebiam honrarias, vantagens e novos poderes; selando uma espécie de acordo", como afirma González[378]. E, sendo assim, formava-se um novo grupo de caudilhos, mais importantes e fortes politicamente. Pode-se afirmar, então, que o país superou, de certa forma, o caudilhismo e o caciquismo, mas deixou como legado uma cultura de relações pessoais, que privilegiava os parentescos e os compadrismos.

O militarismo seria outra importante superação mexicana. A presidência de Ávila Camacho (1940-1946) iniciou o processo de superação dessa questão militar, que ocorria em quase toda a América Latina. Nesses casos, o setor militar passava a atuar como um órgão político, autoritário e golpista. No período de 1946 a 1988, o militarismo já não representava na política mexicana uma ameaça constante à democracia, como ocorria com outros países latino-americanos.

Segundo González, essa superação ocorreu devido à resolução dos problemas da terra, pois

> O militarismo dos países hispano-americanos faz parte de todo um sistema no qual os latifúndios foram o elemento essencial. Desaparecidos os latifúndios, como forma predominante das relações econômicas e políticas, o militarismo passou a ocupar uma posição muito diversa no conjunto das relações sociais. Medidas de controle direto, reforma agrária e desenvolvimento econômico foram a origem do desaparecimento do militar como principal personagem da política mexicana.[379]

Além do militarismo, o sistema mexicano tomou uma postura inédita. Tentou controlar o poderio desmedido da Igreja católica. O atrito entre governo e Igreja intensificou-se, ocasionando

[378] GONZÁLEZ, op. cit., p. 33.
[379] Ibidem, p. 42.

o episódio histórico que ficou conhecido como guerra cristã. Todavia, foi a única instituição que, com o tempo, acabou retomando seu poderio e influência.

Outra característica peculiar desse sistema foi a distribuição dos latifúndios aos camponeses e a formação de pequenas propriedades. Após a Revolução Mexicana, o México passou a ser um país de pequenos proprietários, *ejidatários* e de grandes empresas agrícolas, abandonando progressivamente o bucólico cenário dos antigos latifúndios, com meeiros e peões. No período de 1915 a 1960, os presidentes mexicanos distribuíram 42.792 milhões de hectares de terra e, por conta disso, as estruturas agrárias mudaram radicalmente. Esse fenômeno complementou-se com o processo de industrialização, que aumentou o mercado interno e os processos de capitalização.

Segundo González,

> Encontramos no México da década de 1960 um amplo setor e profundamente organizado, com financiamento próprio, com representantes próprios eleitos democraticamente, com especialistas e técnicos a seu serviço, recebendo os melhores salários do país e servindo para assessorá-los no terreno econômico, jurídico e político, com organizações que se coordenam entre si e seguem – cada vez que o julgam conveniente – uma estratégia comum.[380]

O Estado mexicano, ao longo do século XX, acabou sendo controlado, então, por um Poder Executivo forte, que assumiu e desempenhou a lógica do sistema político instituído pelo PRI. Seus principais mecanismos envolveram a prática de concessão e repressão. Qualquer questionamento direcionado ao sistema haveria de ser fortemente repreendido, mas o movimento aliado seria sempre digno de "concessões".

A Constituição de 1917 reconhecia, em beneficio dos trabalhadores, o direito de associação aos sindicatos e o direito de greve. Entretanto, a análise dos sindicatos mexicanos deixou evidente que essas instituições trabalhistas eram dependentes do PRI e do Executivo. como informa González:

> Primeiramente, dois terços dos trabalhadores sindicalizados pertenciam a uma organização, a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos, a CTM, estreitamente ligada ao PRI, através do setor operário do partido, e ao governo federal. Outros sindicatos não vinculados a CTM possuíam ligação

[380] GONZÁLEZ, op. cit., p. 53.

> direta com o PRI. Seus dirigentes conseguiam um número considerável de vereanças, como concessão. Na legislatura de 1952-55, havia 35 deputados das organizações operárias, dos quais 19 eram da grande central e o resto de outras centrais e sindicatos do partido governamental – ferroviários, mineiros, CROC, CROM, CGT. A vinculação dos líderes deste sindicato ao governo já vêm de várias décadas e desde 1940 os principais deles foram eleitos várias vezes deputados e senadores.[381]

Tendo isso dito, pode-se afirmar que, no interior do Estado, o PRI assumiu a luta política, pois objetivava assim manter seu predomínio nos postos do governo[382]. Em um âmbito geral, o PRI possuía sete "tarefas". Em primeiro lugar, o partido tinha por principal empreitada consolidar o *priismo* político entre os camponeses, empresários, líderes sindicais e trabalhadores. Em segundo, o partido tinha a obrigatoriedade de mobilizar e disciplinar o eleitorado. Em terceiro, ocupava-se de ouvir as argumentações dos grupos mais ativos do contexto, para que, assim, formulasse suas demandas políticas e sociais. Em quarto, administrava o mecanismo de "concessão e castigo" aos grupos e líderes que atuavam na política local, regional e nacional. Em quinto, assumiu um papel ideológico ativo, mediante o qual preparava a sociedade para aceitar a política advinda do Poder Executivo e, com este fim, invocava três símbolos importantes: a Revolução Mexicana, a Constituição de 1917 e o presidente. Em sexto, o partido elaborava programas políticos que norteavam as campanhas eleitorais e, nesse caso, "há toda uma arte de expressar planos sem medidas excessivamente precisas e sem calendários de aplicação"[383], ainda de acordo com González Casanova. Em sétimo, o PRI ocupava-se de identificar e enfrentar a oposição política e o fazia de forma mais agressiva que o próprio Poder Executivo. Por fim, suas funções envolveram obrigatoriedades que envolviam o recrutamento de quadros[384], a mediação de problemas político-sociais e a anulação e/ou integração da oposição.

Para Richard R. Fagen e William S. Tuohy, "o PRI não foi apenas um lugar de decisão ou de responsabilidades, mas sim de serviços críticos que permitiam às elites governamentais

---

[381] GONZÁLEZ, op. cit., p. 58.

[382] Os posicionamentos do partido, às vezes, não refletiam na administração do Estado mexicano. Já mencionamos casos em que as reformas partidárias mudaram o regimento do governo, mas isso não era uma regra. Portanto, não se pode afirmar que o partido aqui estudado era de fato do Estado, pois não era. E, em cada momento do partido, instituiu-se uma relação específica com ele.

[383] GARRIDO, op. cit., p. 108.

[384] Recrutamento nesse caso não significa somente atrair indivíduos capazes ou talentosos, mas também captar indivíduos perigosos para a hegemonia do aparato convidando-os a fazer parte do governo.

manter e exercer sua capacidade de decisão. Funcionava como um soldado, intermediário e integrador das instituições executivas do governo centralizado"[385].

O Estado mexicano revelou-se uma conjuntura das massas, embora sujeito à dialética e às tendências da luta de classes. Nele, o PRI funcionava como parte constitutiva, o que não significa que o mesmo representava todo o aparato estatal. Durante a formação do PNR, o poder do partido residia no Estado, que se firmava na imagem de Elías Calles. No PRM, seu poder estava nas organizações camponesas e sindicais. Já o poder *priista* mudava de acordo com a relação de forças que se expressavam no Estado. E como o partido acabava constituindo parte da estrutura estatal, ambos articulavam uma política de massas. O PRI administrava a política eleitoral do país. O Estado, por sua vez, ocupava-se da administração econômica, social e coercitiva dessa mesma política divulgada.

> O PRI nasce e se desenvolve como parte do Estado autoritário, negociador e concessor, que forma uma imensa corporação de massas, inserta nas leis do desenvolvimento capitalista, em que o capital monopólico tende a incrementar seu poder e suas influências próprias, e no interior do Estado, mas sem atingir o que ele tem de poder corporativo e de poder de massas organizadas, integradas e administradas, que chegue a quebrar-se ou romper-se. A grande corporação mantém sua força econômica, política e ideológica, com uma organização autoritária e negociadora, repressiva e concessiva, oligárquica e popular, representativa de funcionários, líderes ou chefes políticos, e de massas.[386]

Além disso, o governo federal e o Estado formavam ainda um todo constitucional. A luta pelo poder e pelo governo estava, então, muito mais conectada do que se podia imaginar. O Chefe de Estado consistia no Chefe de Governo, afinal, viviam em um sistema presidencialista. Estas lideranças tinham normalmente uma relação direta com o Presidente do PRI, que em raros momentos, como ocorreu com Carlos Madrazo, discordou radicalmente dessa lógica política.

O PRI era dividido em setores, como o camponês, a classe média, o operário e o popular. Todo campo tinha em seu interior uma confederação, cujas lideranças identificavam e organizavam suas reivindicações, como ocorria com a CNC, o CNOP e a CTM. Seus líderes formavam um bloco sólido para a solução dos problemas do Estado, operacionalizado a relação de forças e as demandas entre o Estado e os respectivos setores. Nesse caso, as referências políticas foram

[385] GARRIDO apud FAGEN e TUOHY, op. cit., p. 109.
[386] Ibidem, p. 112.

> (...) a) a estabilidade e funcionamento do Estado, cujo representante máximo é o Chefe do Executivo; b) apaziguamento das massas por concessão; c) a acumulação e reprodução ampliada do capital, levando em conta a força dos grupos empresariais do Estado e das massas para decidir níveis de concessão e repressão. Ou seja, o presidente da República concentra um enorme poder jurídico, político e econômico.[387]

Os funcionários e os líderes do partido, em alguns momentos, agiam de acordo com as ordens do presidente, pois ele acabava se sobressaindo como uma "autoridade máxima". Nisso, adicionam-se fortes controles e influências nos meios de comunicação em massa e na direção do setor público da economia. Possuíam 124 organismos descentralizados e 387 empresas de participação estatal, que compartilhavam em 40-50% da inversão nacional, abarcando a eletricidade, a indústria, a malha ferroviária, o petróleo, o telégrafo, os transportes coletivos e as siderúrgicas.

O lema *priista* de "disciplina e poder", acabou sendo uma máxima do Estado. As forças políticas do presidente, do Estado e do PRI deram ao sistema mexicano suas características mais significativas. O partido no poder era o partido do presidente, do governo, dos setores e da classe média. Para impetrar esta lógica, o partido teve que formular e promulgar uma ideologia absorvente, que abrangesse todos os campos do conceito e da argumentação política. E, em seguida, era divulgado por ambos, Estado e partido. Conforme justifica Garrido,

> Mas, os heróis, os projetos populares, o sentido comum e os ideais eram do Estado. Nenhuma história real, programa válido, filosofia progressista ou revolucionária, ou experiência de lutas populares deixa de ser acolhida por um estado que se quer herdeiro das lutas do povo mexicano. O Estado se apresenta como defensor e intermediário natural dos ideais do povo.[388]

A partir disso, compreendia-se que o Estado era depositário de todos os ideais nacionais e humanos, abrindo espaço às vozes dissidentes, sem cair no totalitarismo. Esta perspectiva versátil adveio ao longo da história de vinculações da classe média com os movimentos populares.

Nessa estrutura, a repressão foi um recurso permanente contra o movimento camponês e operário que pretendesse se organizar fora dele. Assim, era seu primeiro e último recurso.

---

[387] GARRIDO, op. cit., p. 115.
[388] Ibidem, p. 124.

No *pós-cardenismo*, a repressão girou em torno do estabelecimento de uma cultura autoritária e paternalista, que argumentava e concedia posições de poder[389].

Ao longo do século XX, o Estado mexicano acabou sendo regido por um forte Poder Executivo, que controlava, inclusive, um de seus outros poderes. O Poder Legislativo consistia em um poder muito mais formal do que real e, por isso, era controlado em absoluto pelo Executivo[390]. Além disso, o mesmo preenchia-se quase por inteiro de políticos *priistas*, o que facilitava tal controle. Por conta disso, o Judiciário constituía no único meio de se opor e/ou controlar o desmedido Executivo, barrando ou expedindo mandados de segurança relacionados ao presidente. Nesse cenário, o Executivo controlava ainda a relação entre os governos federal, regional e local; muito embora, se acreditasse (e ainda se divulgue esse tipo de informação) que o município era absolutamente autônomo, sua precariedade exigia sempre a intervenção estatal (controlado pelo governo federal). Esse modelo estabelecido pelo PRI acabou fazendo com que o país fugisse de questões como o poder desmedido da Igreja católica e o militarismo; questões que outros países da América Latina demoraram mais para abandonar. No contraponto, estabeleceu-se uma relação entre o Estado e o PRI; tal conexão nem sempre era direta e imediata, mas existia. Isso não significa que o partido e o Estado eram um só. As posições do Estado, às vezes, eram ignoradas e/ou repudiadas pelo PRI e vice-versa. A afinidade entre eles estava suscetível ao quadro dirigente e à relação de forças que se expressavam no Estado. E podia ela se afinar ou espaçar de acordo com os interesses envolvidos. Nessa estrutura complexa, a coerção e a concessão foram um recurso periódico contra os grupos que pretenderam lutar fora da coalizão *priista*.

3.2. Contracorrente

No período de 1946 a 1988, o PRI apresentou-se como uma forte e caudalosa correnteza política, que arrastava tudo aquilo que estivesse nas suas águas. Alguns agrupamentos e partidos políticos aliaram-se ao PRI e acabaram nadando a favor da corrente. Outros decidiram enfrentar a hegemonia que se estabeleceu no país e, nesse sentido, nadaram contra a vertiginosa correnteza do partido hegemônico. Mas, a oposição em si não era forte politicamente, pois havia assumido um papel secundário nesse contexto e, por conta disso, acabou quase sempre sendo levada pelas águas do PRI.

[389] GONZÁLEZ, op. cit., p. 135.
[390] Ibidem, p. 135.

A partir das análises precedentes, apreendemos que o PRI não consistiu no único partido do México no século XX, contrariamente ao que afirma a historiografia tradicional. Assegurar que o PRI foi um partido único, implicará em deixar subentendido que o mesmo cumpriu um papel no país semelhante àquele desempenhado pelos "partidos de Estado" na China comunista e/ou na URSS; o que não é verdade.

Como afirmamos, partimos do pressuposto de que o PRI instaurou um sistema de partido hegemônico pragmático e, no período de 1946 a 1988, estruturou, promoveu e consolidou uma cultura política que norteou e disciplinou a sociedade mexicana, no que se refere, sobretudo, às mudanças que o *priismo* político executaria nela. Além disso, havia uma oposição política ao sistema estabelecido, muito embora ela exercesse um papel secundário neste contexto histórico-político. A oposição não dependia unicamente de uma instituição partidária para se fazer valer e, sendo assim, advinha de qualquer agrupamento, clube, facção ou liga, nos quais se firmavam alianças e pactos que justificam tal posicionamento político. Dependendo da forma como isso era feito, o grupo da oposição poderia manter-se, mesmo que precariamente, contracorrente.

Antes de mencionarmos os partidos contrários ao PRI, discorreremos sobre aqueles que se atrelaram a ele, nadando a favor da corrente política, intensificada, sobretudo, na segunda metade do século XX. Os dois principais partidos foram o Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM) e o Partido Popular Socialista (PPS).

O PARM existiu de 1954 a 2000. Foi inaugurado por Jacinto B. Treviño e Juan G. Barragán, antigos revolucionários, que não encontravam mais espaço na formação *priista*. Após a cisão, porém, continuou atrelado ao partido e, por essa razão, acabou conhecido como "partido paraestatal"[391].

Além de Treviño e Barragán, ficou-se sabendo que, na época, o partido também havia sido conjeturado por Adolfo Ruis Cortínez (Secretário de Governo e futuro Presidente da República) e Rodolfo Sanchez Taboada (Presidente do PRI), pois a formação satisfaria, em verdade, uma necessidade política mexicana. O PARM seria lançado para que se canalizasse institucionalmente o setor militar, que acreditava passar por uma "marginalização política" e não se identificava com os novos rumos do governo pós-revolucionário.

[391] Cf. ARAUJO, Octavio. **La reforma política y los partidos en México**. 12° Ed. Coyoacán: Siglo XXI, 1997. p.156-167.

O primeiro comitê diretivo do PARM foi integrado por Treviño (presidente), Alfredo Breceda e general Escobar (vice-presidentes) e Barragán (secretário-geral). Seus documentos básicos afirmavam que o principal intuito do partido era defender os postulados da Revolução Mexicana e, para isso, lutaria pacificamente, dentro da ordem constitucional. O registro oficial foi expedido apenas em 5 de julho de 1957, podendo, então, participar das eleições de 1958, nas quais apoiou a candidatura do *priista* Adolfo López Mateos. Cabe aqui mencionar que o mesmo nunca atingiu o número de membros necessários (75.000 membros), para que fosse reconhecido como um partido e, ainda assim, manteve-se firme no cenário apoiando aos presidenciáveis *priistas*.

Após a Reforma de 1977, os partidos políticos mexicanos, inclusive, os "paraestatais", puderam assumir uma atitude mais crítica e competitiva. Em 1988, o PARM foi o primeiro partido a apoiar a candidatura do ex-*priista* Cuauhtémoc Lázaro Cárdenas, estruturando a Frente Democrática, futuro PRD. Ao lançar o novo partido, Cárdenas perdeu o apoio do PARM, pois ele alegava que a nova formação havia se distanciado ideologicamente da Frente e, em seguida, voltou a apoiar o governo.

O PARM perdeu seu registro em 1994, recuperando-o em 1999. Destarte, anunciou a candidatura de Porfírio Muñoz Ledo, mas o candidato acabou entrando em conflito com o quadro dirigente do partido, o que ocasionou sua renúncia. Por fim, os principais partidos da oposição realizaram a "Aliança pela mudança" (PARM, PAN e o PVEM[392]), anunciando a candidatura de Vicente Fox, que saiu vitorioso.

Para Glória Cantú,

> O PARM foi criado em 1954 por Jacinto Treviño, mas graças ao apoio do então presidente Adolfo Ruiz Cortines. Sua primeira organização chamava-se Associação Política Social de Homens da Revolução, fundada, em 1951, pelo próprio Treviño e pelo General José Gonzalo Escobar, a fim de reunir os ex-combatentes *carrancistas* e *villistas*, que haviam manifestado sua opinião contrária a reforma que desprezou o setor militar do PRI.[393]

O PPS foi fundado por Vicente Lombardo Toledano, em 1948, defendendo uma ideologia política que se pode dizer "trabalhista", mas se autointitulava "*lombardista*", uma

[392] *Partido Verde Ecológico de México* (PVEM).
[393] CANTÚ, Gloria**. Historia de México**. México: Prentice Hall, 2003; SEVILLA, Luís Ramírez. **Dibujo de sol con nubles:** El PRD en un municipio michoacano. Michoacan: El Colégio de Michoacan, 1997.

vez que promovia o sindicalismo revolucionário no país. Foi considerado também por muitos mexicanos como sendo um partido "paraestatal".

Desde a CROM, e mais tarde na CTM, Toledano assinalava a necessidade de se formar um partido popular. Apenas em 1946, entretanto, o líder sindicalista foi realmente ouvido pelos seus aliados, ao salientar a necessidade deste tipo de partido em meio ao motim que ocorria na Federação Sindical Mundial (FSM). Um ano depois, ocorreu o Encontro Marxista, que concentrou a esquerda e a atenção dos agrupamentos: a Ação Socialista Unificada, o grupo "O Insurgente", a Liga Socialista Mexicana e o PCM. Nesse momento, Lombardo passou a anunciar as porvindouras preocupações do partido, mas direcionando-se apenas "aos que concebiam esse novo partido e os que estavam convencidos da necessidade do seu funcionamento imediato"[394]. E, sendo assim, informou:

> Em primeiro lugar, um partido independente do governo e, em segundo, uma frente revolucionária. Enquanto a sua composição, o partido estará integrado pelo setor operário, camponês, ejidatários, pequenos proprietários agrícolas, peões e classe média: professores, pequenos empresários, profissionais em geral, intelectuais e burocratas. O novo partido não perseguirá pois o monopólio da ação política em nosso país. Será um organismo mais importante, um organismo mais a favor da Revolução Mexicana. [395]

No dia 25 de setembro de 1947, criou-se o Comitê Central organizador do PPS e, poucos meses depois, criaram-se comitês provisórios em 27 estados mexicanos. Após aproximadamente um ano, o partido foi realmente instituído. Em Assembleia, aprovaram o documento chamado "Razões históricas do PP, seu programa e estatutos". A sigla PP refere-se ao primeiro nome do partido, somente mais tarde passou a se chamar PPS. Sua trajetória não foi muito diferente daquela instituída pelo PARM, firmando-se também no cenário político-cultural mexicano como um partido de apoio ao PRI.

O PPS apresentou candidatos às eleições presidenciais de 1952, como Lombardo Toledano. Em 1988, com Cuauhtémoc Cárdenas (filho de Lázaro Cárdenas) e, finalmente, em 1994, com Marcela Lombardo Otero (filha de Lombardo). Nas outras eleições, apoiou os presidenciáveis *priistas*. E, cabe aqui uma curiosidade: o PPS era chamado às *bocas pequenas* de "*ni, ni y ni*", o que em português seria algo equivalente à "nem, nem e nem", e

[394] ARAUJO, op. cit., p. 143.
[395] Ibidem, p. 144.

completavam astutamente que o PPS não era "nem partido, nem popular e nem socialista"[396]. Tal situação começou a mudar apenas no fim da década de 1980, quando se formou a "Aliança pela mudança". A partir disso, o PPS entrou em declínio e, em 1994, seu registro foi caçado. Três anos depois, voltou ao cenário com a adição da palavra "socialista" ao nome. Hoje em dia o partido ainda se diz *lombardista*, com o objetivo de orientar e liderar a luta da classe trabalhadora.

Nesse contexto, houve outros partidos, mas eles se concentraram na ala da oposição. Desde sua fundação, o PAN representou o principal partido mexicano de oposição, o único habilitado para competir "oficialmente" contra o PRI. A partir de 1988, o PRD surgiu e se consolidou como uma vertente mais radical e crítica. O resto dessa ala oposicionista não recebia a mesma atenção e, por conta disso, a maioria acabava sem reconhecimento "oficial", sendo chamados, inclusive, de "não-oficiais"; um exemplo claro foi a trajetória política do PCM, que demorou muitos anos para ser reconhecido.

O PAN foi fundado em 1939 por Alejandro Ruíz Villaloz, Aquiles Elorduy, Efraín González Luna, Luís Calderón Veja e Rafael Preciado Hernández. Todos eles foram liderados por Manuel Gómez Morin[397]. No ano seguinte, ocorreriam as eleições presidenciais, momento no qual a sociedade mexicana se via encurralada a decidir entre o PRM e o Partido Revolucionário da Unificação Nacional (PRUN). O PRUN havia sido criado unicamente para as eleições de 1940, sob a liderança de Juan Andrew Almazán. O PAN tentou postular a candidatura de Luís Cabrera Lobato, muito prestigiado no país, mas acabou desistindo e apoiando ao presidenciável *prunista*.

A primeira vitória *panista* ocorreu nas eleições regionais de 1946, com a conquista de um cargo de deputado. Exatamente um ano depois, aconteceu a segunda vitória mediante a conquista da cidade de Quiroga, Michoacan. No início da década de 1950, o partido conseguiu disputar pela primeira vez à presidência, com o candidato Efraín González, e, a partir de então, passou a concorrer frequentemente. Nos meados de 1970, porém, não apresentou candidato, uma vez que atravessava sérios problemas internos que inviabilizaram essa questão. Após a Reforma de 1977, o partido adquiriu maior espaço no cenário político mexicano, conseguindo uma margem maior de votos nas eleições nacionais, estaduais e municipais. No fim da década de 1980, conseguiu eleger o primeiro governador da oposição

[396] ARAUJO, op. cit., p. 145.
[397] Cf. ARAUJO, Octavio. **La reforma política y los partidos en México**. 12° Ed. Coyoacán: Siglo XXI, 1997. p.125-135; SHIRK, David. **Mexico's new politics**: the Pan and the democratic change. EUA: Library of congress, 2005. p.49-95.

em sessenta anos de *priismo*, com o *panista* Ernesto Ruffo Apple. No ano de 1997, conseguiu a maioria absoluta na LVII Legislatura, alcançando assim o sonhado fim da hegemonia do PRI. E, nesse contexto, venceu as eleições de 2000, com a candidatura de Vicente Fox de Quesada.

O partido indubitavelmente fixou-se como um partido de direita, conservador e extremamente religioso; dizia-se, inclusive, alicerçado na doutrina social cristã. Para defini-lo com um partido católico-conservador, devem-se levar em conta os elementos que têm particular importância na ideologia do partido e nas suas posições políticas. No caso do PAN, percebe-se com maior intensidade duas correntes político-filosóficas, a social cristã e o comprometimento cívico, especialmente, nas zonas municipais[398].

Conforme Middelbrook,

> Essas correntes foram personificadas por, respectivamente, Efraín González (ideólogo do partido) e Manuel Gómez Morin (co-fundador). Juntos esses elementos definiram a ideologia do partido e a estratégia municipal-federal que o PAN seguiu rumo ao poder. Ao mesmo tempo, essas orientações determinaram a agenda política do PAN, conforme gradualmente aumentou sua influência entre as décadas de 1980 e 1990.[399]

O pensamento social cristão norteava a visão de ação política do PAN. Gómez Morin foi muito influenciado pelos pensadores cristãos do começo do século XX, como Charles Maurras e Jacques Maritain. Para Middelbrook, Efraín Morfín e Adolfo Christlieb fizeram questão de garantir ao partido uma perspectiva cristã altamente coerente[400].

Ainda que o tom doutrinal do partido tenha mudado com o tempo, o mexicanista Donald J. Mabry afirma que o PAN emergiu como uma alternativa católica à revolução[401]. Isso fica evidente no discurso proferido por Luna em 1954, no qual afirma: "o caminho difícil para o México, mas, ao mesmo tempo, o caminho obrigatório ao católico, é promover a reabilitação política do país pelo estabelecimento de um regime representativo"[402].

---

[398] Cf. MIDDELBROOK, Kevin. **Party politics and the struggle for democracy in México**. Califórnia: La Jolla Center for US-Mexico studies, 2000.p. 43.
[399] MIDDELBROOK, op. cit., p. 14.
[400] Ibidem, p. 15.
[401] MABRY, Donald. **Mexico's Acción Nacional:** a catholic alternative to revolution**.** New York: Syracuse University Press, 1973. p. 99-112.
[402] SHIRK apud LUNA, op. cit, p. 49.

O engajamento cívico local foi uma base político-filosófica estabelecida, sobretudo, por Gómez Morin. A mexicanista Soledad Loaeza realizou uma análise cautelosa desse comprometimento cívico *panista* no livro "Classes médias e política no México"[403]. Conforme a autora, a orientação política do partido fez com que o mesmo, embora sem grandes chances, continuasse a competir nas eleições ao longo de várias décadas. Mas, a persistência *panista* não era tão bem quista assim, existia uma rusga interna quanto a ela: uma ala do partido liderada por Gonzalez Luna afirmava que participar nas eleições sem as armas necessárias para a vitória servia apenas para legitimar a hegemonia do PRI e a ordem política estabelecida por ele. Por outro lado, Gómez Morin afirmava que participar das eleições, mesmo sem a instrumentária mandatória, garantia ao PAN a chance de se posicionar politicamente; era uma questão de comprometimento cívico[404]. Tal comprometimento fixou-se em denunciar, ano após ano, as presumidas fraudes eleitorais, o que, até então, nunca foi comprovado.

Mediante isso, pode-se afirmar que, se houve outra cultura política forte o suficiente para competir e/ou obstaculizar a predominância *priista*, ela, com certeza, veio do PAN, emitindo idéias conservadoras (quanto ao desenvolvimento do país), religiosas (pois, embasada na doutrina social cristã) e de comprometimento cívico (quanto às fraudes eleitorais e à estabilidade política do partido).

Após a Reforma de 1977, o *panismo* político assumiu um papel mais importante no contexto mexicano. O partido já "controlava" o Poder Judiciário e com as mudanças pode assumir uma quantidade maior de cadeiras na Câmara dos Deputados e, sendo assim, conseguiu paulatinamente fazer-se predominar no Legislativo; esse fator culminou na vitória do ano 2000.

Conforme Glória Cantú,

> O PAN foi criado em setembro de 1939 na Cidade do México, uma iniciativa de Manuel Goméz Morin, quem, ao contrário dos princípios doutrinários do PRN criado por Calles e reestruturado por Cárdenas, planejou a formação de um partido de oposição, que recorreu as inquietudes das pessoas, católicas em sua maioria, – empresários, universitários, classes médias e hispânicos – inconformados com a política cardenista e, em geral,

[403] LOAEZA, Soledad. **Clases medias y política en México**: La querella escolar. México: El Colégio de México, 1998. p.171.
[404] LOAEZA, op. cit., p. 171.

> com a política sustentada no poder. Desde o começo, o PAN era um partido elitista, uma organização de notáveis.[405]

O Partido Comunista Mexicano (PCM) foi outra importante instituição do período pós-revolucionário. Foi criado em 1919, mas tornou-se reconhecido "oficialmente" apenas em 1979, e vigorou até 1981, momento no qual iniciou um processo de reconstrução que se prolongou até 2006. Sua base doutrinário-ideológica alicerçava-se no marxismo-stalinista, mas passou por inúmeras rusgas internas ao longo de sua trajetória, que debateram, sobretudo, a linha teórica seguida pelo partido, dividindo-se entre stalinistas e trotskistas. No fim da década de 1990, os membros do partido acabaram dividindo-se entre os novos: Partido Socialista Unificado do México (PSUM) e o Partido da Revolução Democrática (PRD)[406].

O PCM surgiu, em verdade, durante a Revolução Mexicana (1911-1920) e logo após a Revolução Russa (1917). Após a inauguração do PNR, em 1929, o PCM foi considerado ilegal e conseguiu seu registro apenas nos meados da década de 1930, com a ascensão de Lázaro Cárdenas (1934-1940) à presidência mexicana. A partir de 1940, porém, teve seu registro caçado outra vez, vivendo clandestinamente até 1979.

De acordo com González, ao longo da presidência Cárdenas, o PCM foi o principal alicerce da CTM, objetivando, sobretudo, limitar as ações de organizações como a CROM[407]. Em alguns momentos da história mexicana, o partido aliou-se ao "partido oficial"; com a formação do PRM.

Nos seus primeiros anos, o mesmo passou por dilemas ideológicos, que envolviam o exílio de Leon Trotsky. Alguns comunistas que receberam o exilado acabaram sendo expulsos do partido, como Diego Rivera e Frida Kahlo. Inclusive, esse era o principal motivo para as desavenças entre Rivera e David Alfaro Siqueiros, um grande *muralista* conhecidamente comunista.

A partir de 1950, iniciou-se um período muito complicado ao PCM, no qual foi duramente combatido pelo governo mexicano através daquilo que ficou conhecido como "guerra suja". Isso culminou, até mesmo, no massacre estudantil de 1968.

---

[405] CANTÚ, op. cit., p. 102.
[406] Cf. ARAUJO, Octavio. **La reforma política y los partidos en México**. 12° Ed. Coyoacán: Siglo XXI, 1997; GONZÁLEZ, Pablo Casanova. **La clase obrera en la historia de México**. 6° Ed. México (DF): Siglo XXI, 1996. p. 197-206.
[407] GONZÁLEZ, op. cit., 1996, p. 198.

Nos meados de 1970, o PCM nomeou um candidato à presidência, o líder ferroviário Valentin Campa. Ao longo do processo, o presidenciável comunista recebeu cerca de um milhão de votos, que não foram contabilizados, já que o partido não era reconhecido oficialmente. O presidente eleito, López Portillo, e seu secretário de governo acabaram promovendo a Reforma de 1977, que outorgou o registro oficial do PCM e de outros partidos políticos, que também viviam clandestinamente. Conforme González, isso permitiu que o PCM participasse das eleições porvindouras e, até mesmo, assumisse pela primeira vez um governo municipal, a prefeitura de Alcozauca[408]. A partir de 1980, o mesmo resolveu unificar as forças da esquerda mexicana, fundindo o Movimento de Ação Popular (MAP), o Movimento de Ação e Unidade Socialista (MAUS), o Partido do Povo Mexicano (PPM) e o PCM. Por fim, surgiu o novo PSUM, cuja cisão mais à frente ajudaria a formar o PRD.

Para Luíz Fernando Alvarez,

> O PCM acabou se espelhando no Partido Comunista estadunidense. No seio do comunismo mexicano havia intelectuais e artistas (David Alfaro Siqueiros e Diego Rivera), assim como estrangeiros. Após sua inauguração, o PCM se tornou uma instituição promotora e influente, que realizou uma boa quantidade de mobilizações exitosas, sobretudo, no distrito federal. Essa corrente da esquerda seguiu um caminho distinto da CROM e da CGT e, por isso, com o tempo sua influência reduziu.[409]

O PRD, por sua vez, foi inaugurado em 1989 e sua vertente político-ideológica é de esquerda. Pouco a pouco, assumiu um papel importante no cenário mexicano, representando a segunda maior "ameaça" à hegemonia *priista*.

O partido nasceu como uma coalizão de diversos partidos de esquerda, embora alguns de seus filiados tivessem formado a Corrente Democrática do PRI; grupo político contrário aos posicionamentos assumidos pelo partido hegemônico no país. Antes de se tornar o PRD, constituiu o Partido Mexicano Socialista (PMS), cuja base fazia-se da junção de seis partidos, o Movimento Revolucionário do Povo (MRP), o Partido Mexicano dos Trabalhadores (PMT),

[408] GONZÁLEZ, op. cit., 1996, p. 200.
[409] ALVAREZ, Luis Fernando. **Vicente Lombardo Toledano y los sindicatos de México**. México (DF): UNAM, 1995. p. 65.

o Partido Patriótico Revolucionário (PPR), o PSUM e a União da Esquerda Comunista (UEC)[410].

Logo após a fundação, o PMS abandonou seu registro oficial e quebrou a aliança política com os membros do PRI, para formar o PRD. Segundo Cantú, o partido foi idealizado por Cuauhtemóc Cárdenas (filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas), Heberto Castillo, Ifigênia Martinez, Gilberto Rincón Gallardo e Porfírio Muños Ledo[411]. Pode-se afirmar, então, que o PRD formou-se de distintas correntes políticas, como a tradicional *priista*, a comunista e a socialista.

O PRD adveio, em verdade, após a desastrosa eleição de 1988, a mesma que elegeu o *priista* Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). O processo eleitoral ocorreu com a instalação de um novo sistema, automático e informatizado, que se presumia melhorar a apuração e a candidez dos votos. Tal sistema era controlado pela Comissão Federal Eleitoral, liderado pelo Secretário de Governo Manuel Barlett Díaz. No meio da apuração, a comissão afirmou que o sistema havia "caído" e, sendo assim, esperavam seu "retorno" para que a contagem pudesse prosseguir tranquilamente. Horas depois, o sistema voltou e revelou a vitória de Carlos Salinas. Essa situação minimamente "suspeita" fez com que os outros candidatos, como Manuel Clouthier (PAN) e o Cárdenas Solorzano (Frente Democrática Nacional), denunciassem a ilegalidade do processo ao próprio secretário. Mas não adiantou. No dia 13 de julho de 1988, Barlett anunciou a vitória de Salinas, gerando um forte sentimento de incredulidade na população mexicana quanto ao processo eleitoral e ao "novo sistema" adotado. Posteriormente, ocorreram muitas mobilizações lideradas pelo PAN e pela Frente, que levaram, inclusive, a formação do novo partido, o PRD.

A partir disso, houve uma visível inimizade entre o PRI e o PRD. Isso poder ser percebido, por exemplo, através das inúmeras denúncias de ilegitimidade por parte dos *prdistas* em relação ao governo de Salinas. Inclusive, acusaram o partido do desaparecimento de 500 pessoas politicamente engajadas, mas o processo acabou fechado por falta de comprovações.

Nas eleições estaduais de 1992, o PRD atravessaria novamente uma eleição complicada. A família de Cárdenas era de Michoacán, por isso, esperava-se que o estado

[410] Cabe aqui mencionar que alguns partidos acabavam se formando unicamente para o processo eleitoral e/ou para levantar uma bandeira ou reivindicação, por isso, prendemo-nos aqui aos partidos mais importantes deste contexto histórico-político da segunda metade do século XX.
[411] CANTÚ, op. cit., p. 150.

votasse quase que em absoluto no candidato *prdista*. Em Michoacán, o candidato do PRD chamava-se Cristóbal Arias Solís, jovem e enérgico político. Arias Solís concorria com o *priista* Eduardo Villaseñor e o *panista* Ernesto Ruffo Appel. Após o processo, anunciou-se a vitória de Ruffo Appel. Isso foi o suficiente para que o PRD passasse a denunciar um acordo político entre PAN e PRI, contra a nova formação *prdista*. Sendo assim, a primeira vitória do partido ocorreu em 1997, momento no qual Cuauhtemóc Cárdenas foi eleito governador da Cidade do México (DF)[412].

Conforme Glória Cantú,

> A origem do PRD está vinculada a formação da chamada Corrente Democrática que se estabeleceu em meados de 1986, quando um grupo de *priistas* de esquerda integrou o Movimento de Renovação Democrática, liderado por Porfírio Muñoz e Cuauhtemóc Cárdenas. A demanda inicial da Corrente Democrática embasou-se, sobretudo, no episódio de 1998 e se referia a necessidade de democratizar o PRI, eliminando o tapadismo eleitoral, para substituí-lo por um calendário pré-estabelecido, para que, assim, os candidatos se registrassem como possíveis presidenciáveis. Além disso, esse grupo aumentava o coro dos movimentos sociais mexicanos, que condenavam a crise econômica e o rumo neoliberal que Miguel de la Madrid estava dando ao país; utilizando-o como uma estratégia de solução a crise.[413]

3.3. Cultura política e suas nuanças

Esta pesquisa parte do pressuposto, portanto, de que, no período de 1946 a 1988, surgiu e se cristalizou uma cultura política *priista* que organizou, conformou e orientou a sociedade em relação às mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais que o *priismo* empreenderia na sociedade mexicana. Essa cultura política integrou ao ideário do "partido oficial" noções que promoviam a estabilidade política, o desenvolvimento e a moderação, para que, assim, ele perdesse a roupagem radical ideada e "costurada" por Lázaro Cárdenas. Foi resultado de um processo lento e gradual, que se iniciou com a primeira formação do PNR, em 1929, e, a partir disso, galgou sua aceitação e força política, adaptando-se, obviamente, às mutações político-estruturais do partido. Com a formação do PRI, adquiriu

[412] CANTÚ, op. cit., p. 105
[413] Ibidem, p. 108.

uma faceta definitiva e, sendo assim, conseguiu se consolidar ao longo da segunda metade do século XX. Contudo, sustentou-se até o fim da década de 1980, uma vez que, nesse decênio, se instaurou uma séria crise político-econômica que assolou o país e, por conta disso, a recém-estabelecida presidência de Salinas de Gortari (1988-1994) agenciou uma nova reforma política, derrubando, então, as instituições que se alicerçavam na cultura política *priista* desde 1946.

A formação do *priismo* alicerçou-se na idéia de que as principais reivindicações e valores promulgados durante a Revolução Mexicana haviam sido assimilados pelas instituições do Estado. Com isso, anunciou-se uma nova etapa do processo revolucionário, segundo a qual a revolução havia sido institucionalizada. Ao unir termos tão antagônicos em seu nome (revolução e instituição), a cultura política adquiriu uma dupla legitimação. Afinal, envolveu os ideais e as representações da revolução e, ao mesmo tempo, a institucionalização democrática do Estado.

A cultura política *priista* foi, portanto, um ideário que expressava juízos, regras, tradições e valores compartilhados por esse mesmo grupo político. Tal conjunto de referentes levava ao entendimento "de uma leitura comum do passado ou de uma projeção do futuro vivida em conjunto"[414]. Foi expressa em atas, bandeiras, cartas, diários, discursos, jornais, relatórios, etc., que assumiram e promoveram importantes símbolos dessa cultura política, tendo como principais símbolos o autoritarismo, o nacionalismo, o pragmatismo político, o reformismo e o tapadismo.

Estudar uma cultura política pode ser, assim, muito esclarecedor para compreender processos históricos de transformações políticas, transições e consolidações democráticas, mudanças no sistema de governo ou no sistema de partidos[415].

De acordo com Marcos Alves de Souza:

> Há uma trama cultural na política na qual prevalecem os valores e os princípios que dão sentido às lealdades, às tradições e às regras. E, quando estes valores se modificam, verifica-se que o conjunto da sociedade passou

[414] Cf. SIRINELLI, Jean-François. **Pour une histoire des cultures politiques.** Voyages en Historie. Besançon : Annales littéraires de lÚniversité de Besançon, 1995.
[415] SOUZA, Marcos Alves. **A cultura política do batllismo no Uruguai (1903-1958).** São Paulo: Annablume, 2003. p. 108.

> por um processo de aprendizagem coletiva. Portanto, o historiador deve estar atento às mudanças culturais ao longo do tempo.[416]

Jean-François Sirinelli foi o primeiro historiador a esquematizar a cultura política em seus estudos e, sendo assim, definiu o conceito como "a representação de uma espécie de código e/ou de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política"[417].

Logo depois, o renomado historiador Serge Berstein elaborou sua própria definição conceitual, que se revelou mais complexa:

> (...) [a] cultura política [é] um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história.[418]

Analisar a cultura política no campo da história implica numa avaliação do conjunto de idéias e/ou representações de determinado agrupamento, partido ou indivíduo, mediante o qual ela é "comunicada" à sociedade. Tal ideário político-cultural pode ser transmitido por meio de cartas, discursos, jornais, livros e símbolos (geralmente, materializados numa vasta cultura visual, como as bandeiras, os cartazes, as fotografias, os filmes, os quadros, os murais, entre outros), que assumem e promovem importantes compreensões desse agrupamento, como a doutrina, a ideologia, os juízos, as regras e as tradições.

Seu estudo é, portanto, muito útil. Auxilia-nos a compreender as motivações políticas individuais e as motivações coletivas. Além disso, ajuda-nos a entender também as soluções de determinados grupos e/ou partidos aos dilemas enfrentados pela sociedade em questão, trazendo consigo novas diretrizes e princípios político-culturais que substituem a ordem vigente. Nesse caso, mostra-nos que, em geral, a sociedade passa por um processo de aprendizagem coletiva, que assimila e promove o advento da nova cultura política, passando-o, então, de geração em geração.

---

[416] SOUZA, op. cit., p. 108.
[417] SIRINELLI, op. cit., p. 110.
[418] Cf. BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; (orgs). **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.31.

Há uma vertente da historiografia atual que discorda dessas afirmações. Afirma ela que não há uma cultura política *panista* e *priista*, por exemplo. Afinal, o conceito de cultura política reservar-se-ia apenas ao conjunto de ideologias e representações do partido e, sendo assim, a instituição seguiria uma cultura política comunista, republicana ou socialista. De acordo com tal acepção, o *priismo* e o *panismo* haveriam de representar importantes conceitos, mas deveriam ser analisados pelos estudiosos de imaginário político, ou mesmo, pelos próprios cientistas políticos, e nunca através do conceito de cultura política.

Essa questão resume-se, em verdade, ao quão próximo o conceito de cultura política adotado está de suas primeiras formulações, pois a noção tratada acima só é plenamente compreendida se levarmos em consideração que tal vertente historiográfica ainda a compreende como um instrumento de qualificação social, analisando quão evoluído se encontra determinada sociedade (o maior nível sempre é aquele adotado ideologicamente pelo próprio interlocutor). Quando partimos do "conceito renovado" de cultura política, estabelecido por Berstein e Sirinelli, conseguimos assimilar facilmente as investigações históricas que pressupõe a formação e a consolidação de culturas políticas no seio de partidos, mas não só neles, obviamente.

Conforme Berstein,

> As possibilidades abertas pelo enfoque nas culturas políticas são amplas e férteis (...) Estudos inspirados por esse campo conceitual permitem uma compreensão mais rica e sofisticada do comportamento político, indo além da tradicional ênfase no interesse e na adesão a idéias como fatores motivadores. Os estudos dedicados à cultura política revelam outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medos), a fidelidade, as tradições (família, religiões) e a adesão a valores (moral, honra e patriotismo).[419]

O conceito de cultura política, especificado anteriormente, ajuda-nos, portanto, a compreender o período aqui especificado. Auxilia-nos a entender as alianças, os princípios, as regras e as tradições, que reúnem e consolidam um agrupamento político específico. Se algo ocorre, tal qual um processo histórico, e rompe esse "elo", notamos que, em verdade, a sociedade passou por uma aprendizagem e, em consequência disso, a cultura política muda ou torna-se obsoleta, trazendo outra em seu lugar. Percebe-se que em nenhuma dessas opções

[419] BERSTEIN, op. cit., 1998, p. 363.

cogita-se seu fim, pois nunca morre, pode mudar ou adormecer, mas nunca acaba por completo.

Neste capítulo, o primeiro aspecto da cultura política *priista* a ser tratado será o autoritarismo, pois, além de ser uma característica dessa mesma cultura, é também uma particularidade da história contemporânea do México. Como se sabe, o autoritarismo tem raízes históricas profundas no país e, após a Revolução Mexicana, ficou ainda mais cristalizado no sistema de partido hegemônico instaurado pelo PRI.

O conceito de autoritarismo geralmente é utilizado em referência às autoridades abusivas, que oprimem as liberdades individuais e coletivas. No campo do político, as palavras "autoritário" e "autoritarismo" são empregadas em três contextos: 1) em referência à estrutura dos sistemas políticos; 2) em referencia às disposições psicológicas e 3) em alusão às ideologias políticas[420]. Nos sistemas políticos, chamam-se autoritários os regimes que privilegiam sua preeminência e menosprezam o consenso. No aspecto psicológico, fala-se que uma pessoa é autoritária para indicar um tipo de personalidade na qual há disposição à obediência cega em relação aos seus superiores e uma atitude arrogante com indivíduos abaixo de seu cargo ou sem poder algum. E, por fim, as ideologias políticas tornam-se autoritárias ao negar a igualdade entre os homens, afirmando existir uma hierarquia "social" ou "racial" [421].

Para o politólogo e sociólogo Sánchez Rúben, a análise desse termo necessita de muito cuidado, pois acaba por gerar um dilema conceitual, no qual o interlocutor acaba sempre valorizando sua própria perspectiva.

> Do ponto de vista dos valores democráticos, o autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade e, por outro lado, do ponto de vista autoritário, o igualitarismo democrático é o que não é capaz de produzir a "verdadeira autoridade".[422]

O politólogo Mario Stoppino afirma que o autoritarismo surgiu após a Primeira Guerra Mundial e, pouco a pouco, tornou-se um conceito que, como a ditadura e o totalitarismo, foi

[420] RÚBEN, Sánchez David Ignacio. **Autoritarismo**. Disponível em:<http://www.iidh.ed.cr/comunidades/rede lectoral/docs/red_diccionario/autoritarismo.htm>. Acesso em: 12/05/14.
[421] Cf. RÚBEN, Sánchez David Ignacio. **Autoritarismo**. Disponível em:<http://www.iidh.ed.cr/comunidades /redelectoral/docs/red_diccionario/autoritarismo.htm>. Acesso em: 12/05/14.
[422] Ibidem.

utilizado em oposição à democracia[423]. Não obstante, as definições desses conceitos são pouco claras e muito diferentes a cada contexto.

Conforme o mesmo autor, o autoritarismo é utilizado de duas formas, quando se faz menções aos regimes políticos: em referência aos sistemas não-democráticos, incluindo os totalitários e em alusão aos sistemas não-democráticos caracterizados por um baixo grau de mobilização e penetração da sociedade[424]. Nesses dois casos, a "autoridade" exerce seu poder mediante o uso da força e da coerção (e é reconhecida especialmente por isso). Por questões como essas, o termo passou a ser compreendido, sobretudo, no pós-1945, como algo inerente ao conservadorismo. Contudo, William P. Kreml afirma que o autoritarismo não reside em um "órgão vital" do conservadorismo e, sendo assim, o conservador pode ser ou não autoritário[425].

A ordem é outra problemática enfrentada por qualquer sistema político e, por isso, também não é monopólio do autoritarismo. Arrazoar acerca da ordem social, portanto, não implica em aliançar com o pensamento autoritário. Afinal, a estrutura social se mantém intacta pela operação de controle social (o estabelecimento de leis e normas). O pensamento autoritário, contudo, não se limita a impor uma organização social, mas a converte em princípio político exclusivo para alcançar a ordem[426].

Sánchez Rúben conclui,

> As doutrinas autoritárias descansam no princípio da desigualdade e elevam o problema da ordem ao pináculo dos valores políticos. Para a doutrina autoritária, a organização hierárquica da sociedade encontra sua própria justificação em si mesma e sua validade é perene.[427]

O pensamento autoritário surgiu como uma reação à ideologia liberal e democrática e sua expressão mais clara e coerente foi o pensamento de Maistre e Bondal, que contrapuseram o racionalismo ilustrado ao irracionalismo radical, a ideia do progresso à tradição e a tese da soberania popular à ideia de que todo poder vem de Deus. Com o avanço do socialismo, o autoritarismo passou a ser utilizado como uma "solução cabível" e, por isso, foi executado

---

[423] STOPPINO, M. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto. **Diccionario de Política**. México: Siglo XXI, 1997. p. 125.
[424] STOPPINO, op. cit., p. 126.
[425] KREML, W.P. **The Anti-Authoritarian Personality**. Oxford: Pergamon Press,1977.
[426] RÚBEN, op. cit., p. 02.
[427] Ibidem, p. 04.

nos períodos de crise, "como nos territórios de subdesenvolvimento derradeiro e cultura cívica precária"[428].

A partir disso, fica fácil compreender a razão pela qual o autoritarismo passou a ser utilizado na definição de qualquer regime antidemocrático. Mas o regime autoritário propriamente dito se reserva a um tipo específico de sistema antidemocrático, que não designa apenas atitudes, pensamentos e programas totalitários.

Segundo Sánchez Rúben, a definição de Juan Linz revela-se a mais completa e importante no que se refere a esse tema, conforme o excerto:

> Os regimes autoritários são sistemas políticos com um pluralismo político limitado e não responsável; sem ideologia elaborada e propositiva (com as mentalidades características); sem uma mobilização política intensa ou vasta (exceto em alguns momentos de seu desenvolvimento), e nos quais um Chefe exerce o poder (ou talvez um pequeno grupo) dentro dos limites que formalmente estão mal definidos, mas que de fato são facilmente previsíveis. Desta definição se apreende que os regimes autoritários se desenvolvem em contextos nos quais corre uma marcada linha divisória entre o Estado e a sociedade.[429]

Gabriel Almond e Bingham Powell distinguem os regimes autoritários da seguinte forma: o regime autoritário conservador, o regime autoritário nas vias de modernização e o regime autoritário pré-mobilizado[430]. O primeiro refere-se apenas aos sistemas políticos tradicionais, afetados por uma modernização parcial, limitando a destruição da ordem tradicional com a adoção de algumas técnicas modernas de organização, como a propaganda. O regime autoritário nas vias da modernização refere-se ao regime obstruído por graves problemas sociais, o que o "obriga" a reforçar o poder político para acabar com os problemas mais urgentes. Finalmente, o regime autoritário pré-mobilizado se refere a uma estrutura social inteiramente tradicional, tanto na estrutura, quanto na cultura política, e acaba sendo a mais difícil de governar.

Para Rúben, os regimes autoritários são opressivos e o sistema político embasado na repressão ocorre com maior facilidade em países com escasso desenvolvimento e nos quais

---

[428] RÚBEN, op. cit., p. 04.
[429] RÚBEN Apud LINZ, op. cit., p. 04.
[430] ALMOND, Gabriel; BINGHAM, Powell. **Comparative Politics Today**. UK: Harper Collins Publishers, 1992, p. 10.

apenas com o crescimento econômico se consegue viabilizar o regime democrático[431]. Todavia, a experiência latino-americana acabou apresentando tendências opostas, segundo as quais certos incrementos de desenvolvimento econômico acabaram inflando ainda mais as tensões sociopolíticas preexistentes.

Por essa razão, conclui que

> Incidem nesta possibilidade o tipo dominante de liderança, a cultura política e a grande concentração de poder. Por exemplo, as estruturas do tipo caudilhistas são propensas ao autoritarismo, nelas as lideranças intermediárias são, em geral, muito débeis e atuam mais como 'elos de comando', proporcionando uma direção associada, coletiva. O autoritarismo, em suma, se associa à concentração e a centralização do poder e dos controles sociais. Quando os mecanismos de controle social se centralizam geograficamente, se reprimem as formas organizativas independentes e predomina o Poder Executivo sobre um Legislativo débil ou inexistente, um Judiciário ineficaz, o autoritarismo adota seu máximo valor, aproximando-se de um *cesarismo*. [432]

No caso latino-americano, o autoritarismo aparece como resultado de governos arbitrários, que administram pela força, sem restrições institucionais e/ou legais, sendo geralmente incapazes de manter a ordem. Além disso, percebe-se a centralidade do Estado, com marcas peculiares como o clientelismo, o nepotismo e a corrupção.

O México se distanciou um pouco desse padrão de regime autoritário latino-americano. No país, o autoritarismo foi uma das contradições históricas que acompanhou a luta liberal pelo século XIX. Durante a Revolução Mexicana (1910-1920), o autoritarismo saiu um pouco de cena para que o país se focasse na derrubada do *porfiriato* e, em seguida, para a consolidação do Estado democrático. Com a formação do "partido oficial", passou a ser parte constituinte do sistema que haveria de ser implantado.

Para Lorenzo Meyer, o regime *priista* foi autoritário, hegemônico e presidencialista[433]. Isso legitimou a estabilidade (e quase imobilidade) política do período pós-revolucionário e,

---

[431] RÚBEN, op. cit., p. 07.
[432] Ibidem, p. 07.
[433]*Presidencialismo*: sistema de organização política em que o Presidente da República é também – constitucionalmente – o Chefe do Executivo. Esse poder é unipessoal, muito embora o presidente receba auxílio de alguns órgãos para cumprir suas funções. O *presidencialismo mexicano* do período pós-revolucionário apresenta-se, portanto, como um sistema de partidos hegemônico pragmático, uma vez que o presidencialismo está presente no país desde a primeira presidência de Porfírio Díaz. Mas, fica mais evidente a partir da presidência de Emílio Portes Gil (1928-1930), momento no qual foi escolhido pelo Congresso para substituir Álvaro Obregón, que havia sido assassinado.

consequentemente, impediu a modernização política: a democratização e a diminuição das desigualdades sociais[434].

Esse sistema político "estável e hegemônico" acabou, portanto, apropriando-se de mecanismos e práticas autoritárias para se fazer valer. Ao longo dos anos, o mesmo partido ainda passou por algumas mudanças, mas a "fórmula" se manteve, garantindo, inclusive, sua predominância quase absoluta nas eleições populares. E, pensando nisso, Meyer afirma que a principal lógica do partido acabou sendo "disciplina e institucionalização e, para isso, autoritarismo e patronagem"[435].

Os mexicanistas já realizaram uma vasta discussão acerca do autoritarismo mexicano[436] e, nessas argüições científicas, destacam-se aquelas realizadas por Pablo González Casanova e Héctor Aguilar Camín; que serão aqui expostas por constituírem nossa base conceitual.

No artigo "A cultura política do México" (1981), González Casanova afirma que o país é perpassado por uma cultura política voltada às massas, às alianças políticas e às medidas autoritárias[437]. A partir dessa perspectiva, o autor sistematiza a "cultura de vexação", uma parte integrante da cultura política mexicana e principal responsável pela retórica elitista de "manipulação populista e autoritarismo repressivo"[438]. Essa cultura de vexação revelou-se parte do controle feudal-popular, que poderia assumir duas posturas distintas, a racional e a irracional. O caráter racional reserva-se à "cólera justa", como define González. Já o irracional seria utilizado quando a oposição empregasse as mesmas posturas arbitrárias das autoridades.

As contradições desse sistema seriam resolvidas na esfera ideológica, no momento em que se declarasse a igualdade entre todos, premiando os indivíduos ou grupos políticos que se sobressaíssem dentro da lógica adotada. Ao mesmo tempo, porém, assimilavam-se idéias promulgadas fora dessa "bolha", dando origem ao mutualismo ideológico, que González chama de "fenômeno da expropriação e assimilação dos planejamentos (populares, nacionais, democráticos, socialistas e marxistas)"[439].

---

[434] MEYER, Lorenzo. **Liberalismo autoritario**. México (DF): Océano, 2000. p. 15.
[435] MEYER, op. cit., p. 16.
[436] Cf. DOMINGUEZ, Freddy. **Legitimidad y gobernabilidad en el autoritarismo**. México: Universidad Juárez Autónoma de Tabasco, 2004; MUÑOZ, Víctor M. **Del autoritarismo a la democracia**. México: Siglo XXI, 2001.
[437] GONZÁLEZ, Pablo Casanova. **La cultura política de México.** Revista Nexos. México, setiembre, 1981. Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=3914>. Acesso em 05/09/12.
[438] Ibidem.
[439] Ibidem.

Esse fenômeno ocorreu, segundo o autor, ao longo de toda a história do Estado mexicano, mas se sobressaiu em dois momentos:

> Em primeiro, quando o crioulo se declarou índio e, em segundo, quando o caudilho se declarou socialista. O primeiro momento ocorreu no século XVIII e foi a base da ideologia da Independência, feita em nome dos índios contra os espanhóis. O segundo ocorreu, sobretudo, a partir de 1910, na revolução armada, passou pela construção do Estado nos anos 1920, ficou mais aguda com a radicalização do processo nos anos 1930 e teve seu ultimo suspiro no governo de Echeverría, após a crise de 1968. Nem o branco que se declara índio, nem o burguês que se declara socialista constituem as únicas forma de expropriação e assimilação das ideias do outros.[440]

As contradições do *priismo* acabavam sendo inegáveis. Para González, houve nele um confesso "autoritarismo institucional", que também foi informal, objetivo e psicológico[441]. As classes dirigentes exerciam sua autoridade e, através de ameaças veladas (comunicadas por discursos, informes presidenciais e notícias), avisavam que as críticas não seriam bem recebidas. Nos discursos públicos, porém, o PRI afirmava que a criticidade era sempre respeitada, já que constituía um direito cívico

Os dirigentes *priistas* resolviam seus problemas com a oposição mediante uma prática de "concessão e repressão". A "concessão" assumia um duplo caráter, o clientelista e o paternalista, negociando questões sociais importantes (que, geralmente, envolviam manifestações, movimentações e greves) na base do poder. Isso garantia aos "de dentro" as pequenas exceções e subsídios. Os "de fora" dificilmente conseguiam realizar um acordo vantajoso e acabavam, então, sendo reprimidos.

No livro "México: a cinza e a semente" (2001), Héctor Aguilar Camín afirma que o sistema instaurado pelo PRI tinha um mecanismo que acionava instantaneamente quando percebia o advento de uma cultura opositora. Em primeiro lugar, o mecanismo procurava fagocitar o núcleo estranho, tentando trazê-lo para a coalizão *priista* e, caso isso não ocorresse, agia através da repressão, para acabar com a iniciativa completamente[442].

Para Aguilar Camín, desde 1929, e particularmente após 1946, a estabilidade do sistema político mexicano foi notável[443]. Isso foi possível apenas em razão da natureza

---

[440] GONZÁLEZ, Pablo Casanova. **La cultura política de México.** Revista Nexos. México, setiembre, 1981. Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=3914>. Acesso em 05/09/12.
[441] Ibidem.
[442] Cf. AGUILAR, Héctor Camín. **A cinza e a semente**. São Paulo: BEI Comunicação, 2002.
[443] AGUILAR, op. cit., p. 115.

“autoritário e flexível” (a mesma idéia de concessão e coerção de González) do PRI no controle da vida política do México; o que contrasta com os outros países da América Latina. A diferença está em almejar que o “dessemelhante” faça parte da coalizão, para que, assim, aumente sua abrangência política e, consequentemente, seu poderio. Quanto maior fosse o grupo opositor e sua exuberância política, mais interessante soava ao PRI seu enquadramento.

Conforme o autor, o autoritarismo se fez presente em toda a história do país, mas foi no governo *priista* (1946-2000) que ele ficou evidente, sobretudo, na presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988).

Como afirma o excerto:

> O autoritarismo permeou toda a história do México, mas foi na presidência de Miguel de la Madrid que o país realmente sentiu sua força. O PAN foi angariando votos, o que fez com que o PRI reconsiderasse seu posicionamento, buscando a recuperação econômica e a abertura política. Ele tinha que se manter de qualquer jeito. Percebe-se claramente, então, a consolidação, com de la Madrid, do Estado autoritário, da estabilidade política corporativa, da indústria protegida pela substituição de importações e da expansão dos gastos públicos. O Estado revelou-se ao longo do século XX uma instituição onipresente, absorvedora e subsidiadora da tradição pós-revolucionária.[444]

Além disso, o autor afirma que, ao longo de 1934 e 1984, o *priismo* conservou dois fatores: o autoritarismo e o presidencialismo. O autoritarismo se manteve conforme as questões óbvias exemplificadas anteriormente. Já o presidencialismo apareceu como um reflexo da estrutura complexa estabelecida pelo PRI.

Como exposto no excerto:

> A presidência foi parte fundamental do sistema político mexicano. De 1934 a 1984, ela reivindicou a consolidação do presidencialismo mexicano sob Lázaro Cárdenas (1934-1940) e Ávila Camacho (1940-1946) e o governo impositivo de Alemán (1946-1952), Ruíz Cortinez (1952-1958) e López Mateos (1958-1964) e a nova fase dos anos 1970. Fase em que os presidentes exerceram sua função como coordenador de interesses e de agências burocráticas. Nos anos 80, os presidentes tiveram poder absoluto maior que o de seus predecessores em recursos e atribuições, mas menos poder relativo de governo em relação a seus antecessores.[445]

[444] AGUILAR, op. cit., p. 116.
[445] Ibidem, p. 120.

A flexibilidade do governo autoritário acabou levando a institucionalização do mecanismo *priista* de "concessão e coerção". A primeira negociação oferecida era, obviamente, a união ao "partido oficial", propondo, portanto, a aderência à coalizão. A segunda já continha caracteres autoritários. Com o tempo, a coalizão resultou num amontoado de grupos e partidos, partidários ou coligados ao PRI, que não chegavam a um denominador comum. Assim, o pluralismo mexicano acabou levando a ingovernabilidade.

Ainda segundo Aguilar,

> Se a perversão do consenso é o autoritarismo, a doença do pluralismo pode ser a ingovernabilidade. No mundo dos impasses de governo, quem acaba governando são as inércias. Se as mudanças são impossíveis porque não se consegue negociá-las, a democracia acaba sancionando a imobilidade, o que é justamente o contrário do que a mudança democrática prometia. Depois da ineficácia vem o desencanto, ao desencanto segue-se a nostalgia, e a nostalgia abre caminho para a ira.[446]

Ao alegar que existiu uma cultura política *priista*, que teve como um de seus símbolos o autoritarismo, afirmamos que tal cultura política assumiu e promoveu atitudes e práticas políticas autoritárias, crendo que tal exercício seria a forma "ideal" de levar a sociedade mexicana adiante.

A cultura política *priista* orientou e disciplinou a sociedade mexicana diante das mudanças que o *priismo* político realizara no governo. Sua premissa era a coalizão política, englobando, assim, todas as facções e grupos revolucionários, independentemente de suas orientações políticas. O *priismo* surgiu e impôs uma "nova ordem" político-cultural, e, nesse sentido, quem se opunha ou questionava tal ordenamento acabava sendo levado para um caminho bifurcado, no qual escolheria: ou era fagocitado pela coalizão *priista*, aceitando a negociação proposta, ou era fortemente reprimido.

Essa característica da cultura política aqui analisada pode, portanto, ser apreendida com maior facilidade em um trecho do discurso realizado pelo então presidenciável Miguel Alemán Valdés. No dia 18 de janeiro de 1946, Alemán anunciou sua candidatura pelo PRI e propagou as benesses que seriam atingidas com a nova formação do "partido oficial". O presidenciável falou também de assuntos polêmicos no tocante a política do partido, como o voto feminino, a reforma agrária e a liberdade de expressão. O último item abordou o tema

[446] AGUILAR, op. cit., p. XV.

das autoridades e do abuso de poder e, muito embora tenha sido mencionado rapidamente, a fala trouxe consigo significados importantes.

Na parte "Liberdade de expressão", Alemán falou que as críticas ao governo e ao próprio partido eram sempre muito bem-vindas e isso demonstrava, contrariamente ao que se pensava, que ambos eram abertos e tolerantes. Em seguida, porém, realizou uma constatação que mais aparentou uma ameaça velada: "A liberdade crítica às autoridades é aceita, indiscutivelmente. Quando construtiva é útil aos governantes e aos governados. Em outras ocasiões, com propósitos negativos, leva a descontentamentos e muitos conflitos"[447]. Sua constatação pode levar imediatamente a um questionamento: quem decide quando uma crítica política é positiva ou negativa? Percebe-se, então, que o candidato à presidência deixava implícito que as críticas advindas da coalizão política do PRI seriam sempre bem recebidas, mas, as críticas que vinham "de fora" dela provavelmente ocasionariam conflitos.

Outra comprovação da faceta autoritária do *priismo* pode ser evidenciada no episódio de Tlatelolco, do qual já falamos exaustivamente. Ao contrariar a lógica instaurada pelo PRI, a manifestação dos estudantes da UNAM foi duramente reprimida, ocasionando a morte prematura de muitos jovens.

No mês de setembro de 1969, o então presidente Díaz Ordaz divulgou seu Quinto Informe, no qual falou sobre o Massacre. Díaz Ordaz afirmou que o Exército mexicano havia operado bravamente no episódio mencionado e, por conta disso, garantira, tal qual exige sua função, a vigência da Carta Constituinte de 1917, para que, assim, as instituições revolucionárias continuassem funcionando. Percebe-se, portanto, que a postura autoritária e a violência exacerbada foram concebidas como um método eficaz contra a oposição.

Como se nota abaixo:

> O Exército mexicano tem a grave responsabilidade de manter a paz, a tranquilidade e a ordem interna, baixo o império da Constituição, a fim de que funcionem nossas instituições, os mexicanos possam desfrutar da liberdade que a lei garante e o país continue seu progresso. A forma em que cumpriu sua função é prova clara de que podemos confiar em seu patriotismo, sua convicção civilista e institucional: restabelece a ordem e volta de imediato às suas atividades.[448]

---

[447] ALEMÁN, Miguel V. Discurso de la postulación del PRI. Enero de 1946. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[448] DÍAZ, Ordaz. Quinto Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

O segundo aspecto dessa cultura política a ser aqui analisado será o *nacionalismo*, que também se fez presente em todo o período pós-revolucionário, especialmente, na segunda metade do século XX[449]. Todavia, sua trajetória no sistema político mexicano começou durante o período *constitucionalista* da Revolução Mexicana, que foi liderado por Venustiano Carranza. Após a década de 1920, o nacionalismo mexicano se consolidou e passou a apregoar sua busca pelas seguintes questões: a construção de instituições que promovessem a estabilidade política e social; a estruturação de um regime democrático com economia mista que admitisse a intervenção do setor público na distribuição de riquezas; e, finalmente, o desenvolvimento com base no mercado interno.

O "partido oficial" teve um papel muito importante na formação e propagação desse nacionalismo mexicano. Com a criação do PRM, o então presidente Lázaro Cárdenas conseguiu desarticular o *Maximato*, eliminando as antigas estruturas políticas que se embasavam unicamente nos partidos regionais e estatais atrelados ao PNR. Foi substituída por outra estrutura de caráter corporativo, que se dividia em quatro setores, o camponês, o militar, operário e o popular. Os setores eram responsáveis por realizar a comunicação entre seus respectivos grupos (informando suas necessidades e reivindicações) e o partido. Nesse momento, Lázaro Cárdenas assumiu uma figura presidencial paternalista e protetora e, a partir dela, criou e deu forma ao nacionalismo mexicano. Cárdenas deu a ele o nome de "nacionalismo revolucionário"[450].

Os presidentes posteriores, Ávila Camacho e Miguel Alemán, promoveram a mudança do PRM, nomeando-o PRI, mas o nacionalismo continuou sendo estimulado do mesmo modo, quiçá, até com maior força. Isso pode ser notado, por exemplo, pela bandeira *priista*, que passou a adotar as cores (e realizando algumas referências) da bandeira nacional e a similaridade entre elas tornou-se ainda maior[451]. O *priismo* foi, portanto, um movimento patriótico e nacionalista.

As figuras abaixo evidenciam a similaridade entre as bandeiras do México e do PRI. A partir das imagens, percebe-se que a bandeira do PRI absorveu elementos da bandeira

---

[449] Cf. BARTRA, Roger. **La sangre y la tinta**: ensayos sobre la condición postmexicana. México: Debolsillo, 2013; TUCKMAN, Jo. **México, democracia interrumpida**. México: Debate, 2008.
[450] Cf. MEYER, Lorenzo. **La posrevolución:** caracterización y interpretación de las formas de control político autoritario. Disponível em: <http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/106.posrevolucionmexicana.pdf>. Acesso em: 12/09/12.
[451] TUCKMAN, op. cit., p. 130.

nacional, o que fez com que elas ficassem praticamente idênticas. Isso deixa clara a concepção *priista* segundo a qual consistiria em um ato verdadeiramente nacionalista e revolucionário atrelar-se ao PRI. Logo, a oposição estaria, em verdade, contra a nação e a Revolução Mexicana. Além disso, a semelhança entre as bandeiras denunciam a ausência de limites *priista* em relação ao Estado.

Como se nota abaixo:

Figura 1: A bandeira oficial do México

Figura 2: A bandeira oficial do PRI

No livro "México: a cinza e a semente", Aguilar Camín analisa o nacionalismo mexicano e, para esse tema, há um capítulo inteiro, no qual discorre acerca do fenômeno de "nacionalismo defensivo", como ele mesmo define. Exporemos aqui sua compreensão, pois compartilhamos de suas idéias.

Nesse capítulo, afirma que o nacionalismo permeou a história mexicana ao longo de todo o século XX, sendo, inclusive, o começo de muitos episódios históricos, nos quais se viu atrocidades, guerras e solidariedades. Tal "sentimento" revelou-se como uma "força livre e complexa" e, dependendo de sua natureza, levava a objetivos completamente diferentes entre si, como uma coalizão, com o estabelecimento de tranquilidade e vínculos políticos, ou como uma destruição, com a ânsia por ataques e vinganças históricas. Em qualquer uma dessas situações, o país acabou desenvolvendo um nacionalismo defensivo, o qual mirava o mundo exterior às suas fronteiras com certo "receio e vitimismo" [452].

Como afirma:

> O nacionalismo deu coesão ao México, deu-lhe sentido de país e orgulho de comunidade, mas também lhe fechou os olhos, estimulou seu provincianismo, encheu-o de mentiras exaltadoras. No caminho da construção nacionalista mexicana acumularam-se muitas mentiras fundadoras, constitutivas de nossos orgulhos nacionais. (...) O nacionalismo defensivo é uma especialidade da pedagogia pública mexicana do século XX, um dos produtos mais populares dessa grande fornecedora de mitos formadores que foi a Revolução Mexicana. Vitimização e ressentimento são faces da mesma moeda. Nosso nacionalismo têm muito desses ingredientes.[453]

A perspectiva elaborada por Aguilar Camín concebe a presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988) como um marco importante do sistema político mexicano, pois ocasionou inúmeras mudanças em seu âmago, que fizeram dele um sistema ainda mais nacionalista. Por essa razão, o autor afirma que "sua gestão concebeu o país como centralizador e corporativo; não o concebeu como liberal e democrático, mas sim como 'não-patrimonial' e corrupto; concebendo-o como um país que deveria ter o sentimento 'nacional revolucionário' e ser nacionalmente planejado"[454]. Mas, a gestão de de la Madrid apenas concebeu o país como tal, pois realmente não atingiu seus objetivos.

O nacionalismo mexicano do século XX assumiu, então, uma roupagem "oficial" que moldou as identidades nacionais e suas representações. Isso ocorreu, sobretudo, porque o nacionalismo *per se* constrói uma ponte entre a cultura e a política, ou melhor, estabelece um *elo* entre as naturezas das ideias e das ideologias e o Estado. A partir da formação do PRI, em

[452] AGUILAR, op. cit., p. 136.
[453] Ibidem, p. 137-138.
[454] Ibidem, p. 138.

1946, até a vitória de Salinas, em 1988, a sociedade mexicana assimilou o nacionalismo revolucionário, como o próprio partido designara, e segundo o qual se deixava implícito que ser um bom mexicano implicava em votar no PRI.

No livro "O sangue e a tinta: ensaios sobre a condição pós-mexicana" (2013), Roger Bartra define o nacionalismo e seu papel político-cultural na sociedade mexicana de maneira espetacular, como demonstra o excerto abaixo:

> O nacionalismo é a transfiguração das características das identidades nacionais no terreno da ideologia. O nacionalismo é uma tendência política que estabelece uma relação estrutural entre a natureza da cultura e as peculiaridades do Estado. No México as expressões oficiais do nacionalismo nos dizem: vote no PRI. Quem não vota, portanto, trai sua natureza profunda, ou não são bons mexicanos.[455]

Esse nacionalismo foi moldado e divulgado pela cultura política *priista* assegurando que os mexicanos verdadeiramente revolucionários, preocupados com a nação e com a estabilidade política do país, deveriam se aliar ao PRI, uma vez que unidos adquiriam maior força política para continuar os desígnios da revolução, mas agora de maneira institucionalizada e organizada[456].

Os signos e as mensagens desse mesmo conceito podem ser notados das mais diferentes formas. A primeira aqui exposta se fez presente no primeiro discurso de Adolfo López Mateos (1958-1964), no qual anunciou sua candidatura pelo PRI e aproveitou o espaço concedido para relembrar as benesses da trajetória oficial no país, uma vez que o período era de grande efervescência social. E, muito embora o partido fosse agora contrário à radicalidade *cardenista*, o então presidenciável acabou recordando as conquistas dessa época, o que incluiu a política de nacionalização do petróleo e a proteção ao mercado interno. Isso ocorreu, segundo ele, para o bem da nação e o mesmo comprometimento se espera daqueles que trabalham na indústria do petróleo, a cooperação patriótica. Nesse período, ocorrera uma greve na Pemex, por conta do reajuste outorgado pela OPEP.

Como se nota no excerto:

---

[455] BARTRA, op. cit., 2013. p. 101.

[456] Devemos lembrar que o fato de uma característica da cultura política *priista* ser anterior a fundação do PRI não indica que ela não existe ou que ela pertence à outra formação. A cultura política pode assimilar culturas ou práticas políticas que fazem parte da estrutura social de agora ou do século passado.

> O petróleo nacionalizado, nenhum passo atrás. Foi conquista inegável da Revolução Mexicana orientada à independência econômica; nossa riqueza petroleira é parte do patrimônio nacional e não pode ser tocada senão para o bem do México. Para obter os recursos financeiros que necessita o crescimento da indústria petroleira, confiamos no patrimônio dos mexicanos a fim de que o desenvolvimento da Pemex se funda no crédito interno, procurando, sobretudo, que a indústria se estabilize, produzindo equilíbrio e saúde econômica, servindo plenamente à pátria. Assim, esperamos de quem serve a indústria do petróleo, uma contínua cooperação patriótica.[457]

No discurso de postulação de Díaz Ordaz, notam-se também menções a esse conceito – em tudo o que ele implica. Após anunciar sua candidatura, o presidenciável fala das maravilhas do país, dizendo, inclusive, que a raça mexicana e sua consciência são diferenciadas, já que se formou da constante batalha pela autonomia, democracia e liberdade. Além do fato de que, para o candidato, o país teve em sua trajetória um processo histórico importantíssimo, a Revolução Mexicana, que uniu todas as lutas numa só.

Afirmou que:

> Para estabelecer a estreita solidariedade que creio indispensável para acometer, com maior vigor, as tarefas urgentes que nos esperam são necessárias autenticidade e proibição. Pertenço a corrente histórica e progressista que desde a inconformidade contra o velho colonialismo, que dá forma a consciência nacional, em oposição vitoriosa sobre a injustiça, o obscurantismo e a imobilidade; resplandecentes nas lutas da Independência e da Reforma, culminada na Revolução e concreta em seus ideias na Constituição de 1917. Sou um homem que nasceu na Revolução, e a ela deve muito; e que percebe que chegou a hora de ser seu filiado. Aceito a honra da postulação à presidência da República, com limpeza de propósitos e livre de compromisso, salvo aquele que agora contraio. Então, amigos companheiros de Partido, saúdo a todos vocês, mexicanos, sem distinção de opiniões, nem de situação, pois são todos solidários do interesse da pátria que aqui se congrega.[458]

Além dos fatores elencados anteriormente, há também a evidente transfiguração do nacional ao mundo da ideologia quando o presidenciável afirmou que havia nascido durante a revolução e percebia que estava na hora de se filiar a ela. A Revolução Mexicana foi um evento nacional, do qual a maioria da população se orgulha, e no discurso o candidato deixa

---

[457] MATEOS, Adolfo L. Toma de protesta. 17 de Noviembre de 1957. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[458] ORDAZ, Díaz. Discurso del candidato del PRI, Díaz Ordaz. Noviembre de 1963. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

claro que, para ele, o partido é a revolução. Encontra-se a mesma lógica nacionalista ao longo de toda a trajetória do PRI.

No "Programa" do PRI, item "Pacto", o partido afirmou que a educação seria a melhor forma de transferir os ideais da revolução, para que não se perdessem com os anos. Assim, ele enviaria um projeto de lei ao governo federal que regulamentaria uma educação revolucionária e nacionalista.

Como se lê no excerto:

> O regime revolucionário compreende que a escola é a forma lógica e indispensável para que os ideais da revolução, que o inspiram, perdurem através da infância. Em consequência, o partido deverá garantir que a educação seja orientada com a visão de futuro e nacionalismo previstos no 3° artigo da Constituição de 1917. [459]

O terceiro aspecto da cultura política aqui analisada é o importante e polêmico pragmatismo. Acreditamos que assim seja, pois há uma grande discussão na historiografia atual acerca da orientação política do PRI, sobretudo, no período de 1946 a 1988, e, sendo assim, a compreensão assumida acaba revelando muito da teoria metodológica adotada pelo pesquisador. Existem cinco vertentes historiográficas importantes, as quais assimilam o mesmo partido assumindo diferentes orientações. A primeira vertente assimila o PRI como um partido liberal, mas voltado ao social. A segunda assimila o partido como sendo neoliberal. A terceira compreende o partido como uma instituição neokeynesiana e, finalmente. E, finalmente, a quarta assegura que o partido foi unicamente pragmático[460].

Este trabalho compreende que o PRI, desde seus primeiros passos, acabou cumprindo um papel aglutinador, mediante o qual objetivava reunir os clubes, os movimentos e os grupos revolucionários numa única instituição política, para assim organizá-los e orientá-los. Tal característica manteve-se ao longo dos anos, mesmo com as sucessivas reformas partidárias. O objetivo constituía em unir ao partido o maior número possível de agrupamentos políticos (que, em geral, possuíam orientações políticas diferentes entre si), aumentando sua coalizão política e, consequentemente, seu poderio hegemônico. Antes de ser liberal, socialista ou

[459] PACTO. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[460] Os principais mexicanistas dessas vertentes são respectivamente: Lorenzo Meyer, Hubert Carton Grammont, Pablo González Casanova e Giovanni Sartori.

neoliberal, portanto, o partido era revolucionário e assim se apresentou ao longo de toda a segunda metade do século XX.

A cultura política *priista* adquiriu e propagou, então, um caráter pragmático, para que essa lógica fosse aceita e prevalecesse, legitimando seu sistema político. Através desse costume, o PRI assumiu o tão mencionada atuação de "rolo compressor"[461], pois ao perceber que uma oposição crescia e ganhava adeptos rapidamente, logo, tentava trazê-la para sua coalização. Para atingir tal objetivo, realizava-se uma intensa negociação a fim de que todos os envolvidos se beneficiassem com a pretendida junção política. Caso isso não fosse possível, a mesma passava a sofrer uma série de consequências, como o isolamento político, o não-reconhecimento oficial (como ocorreu com o PCM) e o completo aniquilamento. Tendo isso dito, pode-se afirmar que a união de diferentes grupos políticos em um mesmo partido foi possível apenas em razão da política pragmática firmada e promovida pela cultura política *priista*, pois conclamou aos revolucionários que se agruparem e se organizarem em torno de uma organização exclusiva. Todavia, isso não implica na total ausência de parâmetros político-ideológicos, se fossemos definir a política promovida pelo partido, no período de 1946 a 1988, teríamos que afirmá-la liberal social moderada.

Esse mesmo conceito foi analisado por Pablo González Casanova no livro "O Estado e os partidos políticos no México"[462] (1982). No capítulo "O partido do Estado e suas funções", o autor afirma que o PRI responsabilizava-se pelas tarefas relacionadas à luta política do Estado, para assim manter seu predomínio. Isso lhe impôs as mais diferentes ações dentre as quais se destacam sete.

A primeira delas refere-se ao fato de que o PRI tinha como incumbência (no interior do Estado) a consolidação do seu monopólio político-ideológico, garantindo o predomínio *priista* entre as principais lideranças políticas. A segunda tarefa estava atrelada ao objetivo de canalizar e organizar o eleitorado. A terceira implicava em ouvir as reivindicações e sugestões dos grupos políticos mais ativos da coalizão, para assim formular as demandas político-sociais. A quarta estava relacionada à função de "concessão e coerção", mediante as quais o partido oferecia disciplinas e prêmios aos líderes dos grupos que atuam a favor ou contra a coalizão (cada um recebia o que merecia). A quinta delas estava atrelada a um papel "ideológico" ativo, preparando as massas às políticas do Poder Executivo e, para isso, o

[461] Tal como definem os mexicanistas Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer.
[462] Cf. GONZALEZ, Pablo Casanova. **El Estado y los partidos políticos en México**. México (DF): Editora Era, 1982.

partido evoca três importantes símbolos, a Revolução Mexicana, a Constituição de 1917 e o pensamento do presidente expresso em discursos. A sexta estava relacionada à realização de planos e programas destinados às campanhas eleitorais; para González, "há uma arte *priista* em realizar planos sem medidas precisas e sem cronograma exato"[463]. A sétima e última revela que o PRI ocupava-se de enfrentar a oposição nas disputas eleitorais, ideológicas e sociais; o PRI adota uma postura contra a oposição mais agressiva que o próprio Executivo[464].

A tese de González Casanova consiste na ideia de que o PRI tinha como principal obrigatoriedade a mediação política da nação e isso, obviamente, era uma estratégia. Tal "ação" gerou o pragmatismo político do partido. Tal qual afirma González: "essa política *priista* tinha duas consequências, o controle do ambiente político e o desenvolvimento e aplicação do espírito pragmático. O pragmatismo se converte, então, numa filosofia, num sentimento e numa ideologia"[465].

O pragmatismo da cultura política *priista* esteve atrelado então à função de conciliar e integrar do partido.

Conforme o autor:

> Em qualquer conflito, seja um conflito de classe ou econômico entre obreros e empresários, ou entre facções e grupos de interesses, se supõe que o partido constitui uma arena na qual os antagonistas podem resolver suas diferenças, senão num plano de igualdade, ao menos em um terreno comum. Quando não pode ser resolvido no partido passa as autoridades competentes.[466]

A cultura política *priista* assumiu então essa característica pragmática e isso pode ser percebido com maior força quando se lê o Programa do PRI. No item "Pacto", o partido afirma que estabelece um regime acima de tudo revolucionário, que preza e valoriza a Revolução Mexicana. E, inclusive, objetiva que seus valores sejam transferidos em salas de aulas, para que as crianças o assimilem e, consequentemente, ele não se perca.

> O regime revolucionário compreende que a escola é a forma lógica e indispensável para que os ideais da revolução, que o inspiram, perdurem através da infância. (...) O partido colocará ao governo federal um projeto de lei orgânica do preceito mencionado, para precisar seu conteúdo ideológico,

[463] GONZALEZ, op. cit., p. 108.
[464] Ibidem, p. 109.
[465] Ibidem, p. 109.
[466] Ibidem, p. 110.

> assim como os meios práticos e as normas pedagógicas que devem reger em beneficio da educação do povo mexicano.[467]

Outro momento em que essa compreensão transparece consiste no discurso de candidatura de Adolfo Lopez Mateos. Nele, Lopez Mateos afirma que o partido assume e mantém a filosofia da revolução, anexando a ela os princípios constitucionais em que se resumem ideais e postulados da própria revolução.

> Cumprimentos a vocês, aos setores representativos do país, a meus companheiros de PRI e a força que impulsiona o desenvolvimento nacional, com a fé nas doutrinas que herdamos de nossos maiores, confiança nas instituições que o povo estabeleceu e ação orientada à criação de um México melhor, no âmbito humano, político e social. O PRI, ao qual pertencemos, mantém a filosofia da Revolução, atrelada ao cumprimento dos princípios constitucionais em que se resumem os ideais e postulados da própria revolução, considera que a meta de nosso progresso se faz da evolução de todos os níveis de nosso povo, em relação à saúde, a cultura, a sua vida material e seu nível cívico que permite ao individuo o deleite de seus direitos inalienáveis e a possibilidade de intervir nas tarefas governamentais que pertencem a todos.[468]

No mês de fevereiro de 1968, o então presidente Díaz Ordaz falou ao Comitê Executivo Nacional acerca da base doutrinário-ideológica do partido. Um pouco antes do "massacre estudantil", o presidente afirmou: "Nesse sentido o PRI tem sido e segue sendo não somente um órgão eleitoral, mas também um verdadeiro instituto político da Revolução Mexicana, como muitas vezes foi chamado"[469].

Essa cultura política, como se percebe, era emitida pelo partido e assimilada pela sociedade mexicana. Além da sociedade, porém, percebe-se que essa cultura política era assimilada também pelo exterior. Assim, o trecho a seguir reside numa parte da notícia intitulada "O fermento do México" do New York Times, escrita no editorial do jornal e datada do dia 12 de outubro de 1968 (logo após o massacre). Mas, a reportagem possui uma constatação que confirma nossa perspectiva:

---

[467] PACTO. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[468] MATEOS, Adolfo L. Toma de protesta. 17 de Noviembre de 1957. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[469] DÍAZ, Ordaz. Discurso ante lo CEN. Febrero de 1968. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

> Durante a maior parte deste século, o México foi governado pelo mais forte e mais durável partido da América Latina, o PRI. Esta é uma peculiar organização. Os chefes do partido residem nos únicos legítimos interpretes da Revolução Mexicana, que eles vêm como um processo contínuo embasado no consenso de empresários, operários, camponeses, profissionais, militares e intelectuais, trabalhando pela justiça social e pelo crescimento econômico.[470]

A partir dessas colocações, nota-se que, antes de se declarar liberal ou socialista, o PRI se definia como um partido revolucionário e, sendo assim, sua cultura política assumiu um pragmatismo que ajudou a manter sua prática de conciliação e integração, já discutido. Seu governo, contudo, tinha uma base nitidamente liberal social moderada, especialmente, a partir da segunda metade do século XX.

O liberalismo mexicano já foi muito debatido e, nessa discussão, nos posicionamos ao lado de Héctor Aguilar Camín e a Pablo González Casanova, que trazem em suas reflexões importantes contribuições.

De acordo com Aguilar, o partido oficial desde o início revelou um caráter liberal, mas que possuía uma base conflituosa, oscilando entre o liberalismo e o socialismo. Tal qual afirma abaixo:

> O general Plutarco Elias Calles, então, presidente da República, ideou uma saída para congregar em um só instituto político todas as facções regionais e grupos locais que reivindicavam na promoção de seus interesses o esteio das legitimas causas da revolução mexicana. Se os partidos políticos são, segundo a definição mais elementar e consensual, uma parte da sociedade que se organiza para conquistar o poder – na tradição marxista -, ou para ascender ao governo e ao legislativo – na tradição liberal -, a fundação do PNR obedeceu a critérios inversos: de um lado, pretendeu a proteção de uma liderança política já no poder, e de outro, consistiu numa iniciativa orientada para a articulação de uma parte da sociedade visando competir segundo regras previamente definidas e estáveis, mais em recurso tido como indispensável para a própria consolidação do Estado.[471]

Segundo González, o liberalismo instaurado no país, na segunda metade do século XX, consiste no liberalismo social.

---

[470] EDITORIAL. Fermiento en México. NY TIMES. 12 de Octubre de 1968. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[471] AGUILAR, op. cit., p. 280.

> O episódio de 1968 levou a uma crise política. Os esforços por refazer o país foram inúteis. A radicalização verbal não convenceu ninguém. Irritou as classes dominantes e aborreceu ainda mais os progressistas revolucionários que buscavam autonomia do Estado. Em alguns momentos, o país parecia perder a ideologia e a linguagem política nacional. Mas, então, ocupou novamente o governo com o liberalismo social e o populismo. O Estado pode reorganizar o diálogo público e recuperar o sentido da palavra com contradições toleráveis e sentidos comunicáveis. A reforma política de 1977 foi o texto objetivo e legal que restituiu e reorganizou uma linguagem política e uma ideologia nascida na guerra de Juárez, uma linguagem popular, nacional e oficial. Existe uma contradição nisso, sem dúvidas. [472]

E, sendo assim, continua:

> Para o caso do México, temos que destacar as oposições e afinidades de um liberalismo dominado por populismo e depois dominante do populismo, que ao triunfar sobre este lhe representa um significativo reduto. As idéias nacionalistas seguem percebendo, com a lógica do poder a nível internacional, a necessidade e conveniência de ter boas relações diplomáticas com todos os países socialistas. As idéias operárias, por seu lado, reconhecem e refazem os planejamentos socialistas das nacionalizações com uma lógica acerca da social-democracia.[473]

O quarto aspecto da cultura política aqui analisada refere-se ao reformismo. Essa característica tornou-se evidente apenas na segunda metade do século XX, pois, o partido havia passado, até então, por uma única mudança estrutural, que gerou, em 1938, o PRM. A mudança foi intensa e radical, o que a distanciou, então, dos postulados do reformismo (segundo os quais a sociedade passa por transformações graduais, que respeitam algumas das velhas instituições e assimilam novos aspectos). A partir da década de 1950, a cultura política assimilou o reformismo em todos os seus aspectos e, por essa razão, percebe-se que as transformações passam a ocorrer de forma gradual, acompanhando o desenvolvimento político-social do país; sem o caráter radical, que mudava o partido e o regimento do governo da "água para o vinho".

Falar em reformismo, porém, implica em compreender seus diversos aspectos conceituais. A acepção em si indica um processo sociopolítico que geralmente leva a mudanças graduais com o intuito de melhorarem um sistema, um projeto ou uma sociedade. Essas mudanças geralmente ocasionam a transformação de um modo que certos aspectos da

[472] GONZALEZ, op. cit., p. 129.
[473] Ibidem, p. 130.

ordem antecessora são preservados e outros destituídos, instituindo-se novos projetos, programas, etc. Teoricamente, portanto, poderíamos mencionar inúmeros fundamentos conceituais, como o cristão, o liberal social, o socialista, entre outros.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a cultura política *priista* foi reformista, assumindo as bases político-filosóficas do liberalismo social, mediante a qual a própria sociedade deve criar as condições que favoreçam o desenvolvimento humano e, consequentemente, a igualdade social.

No período de 1946 a 1988, o PRI passou por oito importantes reformas em 1952, 1965, 1968, 1971, 1972, 1978 e 1990. Estas, porém, não mudaram sua denominação, mas sim seus documentos básicos, o Estatuto do Partido, o Programa de Ação e a Declaração de Princípios. Pode-se afirmar, portanto, que as principais mudanças acabaram por mudar o partido estrutural, política e ideologicamente, o que influenciou, indubitavelmente, no regimento *priista* do governo mexicano.

Conforme Rigoberto Ocampo, após a reforma que originou o PRI, em 1946, as porvindouras assembleias do partido acabaram modificando seus documentos básicos, o Estatuto, o Programa de Ação e a Declaração de Princípios. No ano de 1952, a assembleia modificou os documentos básicos com o intuito de "democratizar" a estrutura *priista*. Em 1965, o presidente Carlos Madrazo liderou a reforma que adotou um novo sistema de seleção interna aos candidatos municipais e estaduais. Em 1968, modificou pela quinta vez o estatuto do partido. Nos idos de 1971 e 1972, a assembleia resultou novamente na reforma dos documentos básicos. Em 1978, os mesmos documentos passaram por outra reforma, alegando que o partido haveria de se direcionar então unicamente aos trabalhadores. E, finalmente, em 1990, após o escândalo de 1988, a assembleia designou que a seleção de candidatos realizar-se-ia através da "consulta na base", recusando o "nacionalismo revolucionário" e permitindo a existência de correntes internas; o que quebra a ideia de que a cultura política *priista* era, em verdade, um amontoado de subculturas (o que é impossível de ser comprovado, já que, uma vez na coalizão, o grupo ou indivíduo era "moldado" politicamente)[474].

Pode-se afirmar, então, que a cultura política reformista implicou em uma compreensão lógica que canalizou e orientou a sociedade mexicana diante das sucessivas mudanças que eram promovidas e/ou instauradas nela.

---

[474] Cf. OCAMPO, Rigoberto. **El sistema político mexicano**. México DF: Publicaciones Cruz O., 1990. p.177-179.

O caráter reformista dessa cultura acabou assumindo um papel tão importante no sistema que foi promovido em alguns momentos como algo tão importante quanto à própria Revolução Mexicana. Isso se evidencia, por exemplo, no discurso de Adolfo Ruíz Cortinez proferido em 1 setembro de 1955, acerca do voto feminino.

> A reforma constitucional que se empreendeu com o justo propósito de que a mulher mexicana compartilhe dos direitos cívicos do homem, se manifestaram pela primeira vez em toda a República, especialmente, nos comícios do mês de julho, mesmo nos casos em que se colocaram em destaque pelo seu entusiasmo e interesse. Sua intervenção proporcionou a transcendência e alcance necessários para manter, com sua vontade, as instituições emanadas da Revolução Mexicana. Abrigamos a convicção de que sua militância cívica haverá de significar para o México um harmonioso casamento de dois conceitos primordiais: a casa e a pátria.[475]

Apesar do machismo expresso no excerto acima, percebe-se que o presidente em questão estabelece, em verdade, uma reverência à reforma executada, pois sem ela as instituições emanadas da revolução não conseguiriam progredir e se consolidar, adaptando-se às evoluções político-sociais.

O último, e não menos importante, caráter assumido pela cultura política *priista* refere-se ao *tapadismo*. Essa característica tornou-se evidente na segunda metade do século XX, especialmente, dentre 1958 e 1988, e acabou demonstrando claramente a lógica adotada pelo sistema político do PRI.

O método foi adotado pelo então presidente Adolfo Ruíz Cortinez no fim de seu mandato. A partir dele, o presidente *priista* vigente não precisou mais anunciar o novo candidato à presidência pelo PRI com um ano de antecedência, o que geralmente ocorria ao longo do quinto discurso presidencial. Antes disso, o presidente esperava pelo veredicto de um processo eleitoral interno, que ocorria entre os possíveis candidatos escolhidos pelos setores do partido para representá-los. Com o *tapadismo*, a escolha do candidato ficava às escuras, o que provocava uma luta desenfreada entre os possíveis competidores.

O historiador Lorenzo Meyer problematizou essa questão do "destape", como ele mesmo chama[476]. Nesse artigo, o autor afirma que o principal problema desse método reside

---

[475] RUIZ, Cortinez. Setiembre de 1955. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[476] MEYER, Lorenzo. **El tapadismo, juego perverso.** Disponível em: < http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/21enero1993.pdf>. Acesso em: 12/12/13.

no fato de que a nação acaba não conhecendo o candidato, até que ele seja apresentado a população. Na década de 1950, o presidencialismo estava em seu apogeu, quando o pêndulo oscilou para o outro lado e, assim, se rompeu a corda e ele quebrou. Após a atitude de Ruíz Cortinez, os presidentes porvindouros aprenderam a lição e mantiveram tal tática. E, sendo assim, afirma Meyer:

> Daí em diante, o melhor que podia fazer aqueles membros do partido no poder que aspiravam a receber o apoio do primeiro *priista* – o do presidente – era negar em público sua aspiração à presidência e insistir que sua única ambição – e máxima honra – era continuar servindo ao "senhor presidente", até o último minuto de seu mandato. A hipocrisia foi elevada então à categoria de grande política e assim ela segue.[477]

Para Lorenzo Meyer, em um sistema presidencial genuinamente democrático os aspirantes às candidaturas podem e devem anunciar abertamente suas ambições presidenciais e também de maneira aberta devem buscar e envolver ao apoio não só do presidente (no caso de ser do mesmo partido), mas também dos correligionários em geral, com seus líderes de facções diferentes e/ou correntes dentro do partido. Nesse processo, os pontos fortes e fracos dos candidatos acabam sendo debatidos publicamente e, ao chegar o dia das eleições, a sociedade consegue se posicionar diante deles. No caso do México, o dia do sufrágio acaba sendo de desconhecimento total, pois a sociedade não teve tempo suficiente para examinar aos aspirantes[478].

Por conta disso,

> No México, há um partido de Estado que, desde sua criação, monopolizou seu domínio sobre a presidência. No interior dessa organização, a luta aberta desapareceu faz tempo. No entanto, o fato dos aspirantes não se manifestarem como tal e não impulsionarem sua candidatura a luz do dia não significa que na realidade eles se mantenham disciplinados, quietos e resignados, à espera que o presidente anuncie sua candidatura. Não, a luta interna no partido se dá, inevitavelmente, mas, desafortunadamente, trata-se de uma luta surda, onde os cochichos buscam a escuridão ao brilho. À luz do dia, todos são falsos, franciscanos e desinteressados no poder.[479]

---

[477] Cf. MEYER, Lorenzo. **El tapadismo, juego perverso.** Disponível em: < http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/21enero1993.pdf>. Acesso em: 12/12/13.
[478] Ibidem.
[479] Ibidem.

O caráter *tapadista* da cultura política *priista* refere-se, então, a habilidade do PRI em forjar novas diretrizes e regras que adotam e/ou mudam uma prática interna, o que, por sua vez, pode alterar o regimento do governo.

3.4. Forjando a revolução

O estudo da cultura política auxilia no esclarecimento desse complexo período mexicano, que sofreu inúmeras mudanças no seu sistema de partidos. O *priismo* político assimilou e promoveu novos símbolos culturais, fazendo com que o "partido oficial" perdesse a roupagem radical e assumisse uma base político-ideológica mais moderada. Além disso, orientou a sociedade mexicana diante das inúmeras mudanças econômicas, políticas e sociais que executara.

A cultura política *priista* consistiu num ideário complexo que foi apregoado pelo principal partido do México, o PRI. Além dele, outros partidos comungaram com suas idéias, como os coligados PARM e PPS. Esse conjunto de referências divulgou e expressou costumes, ideologias, juízos, tradições e valores, que eram transmitidos em atas, bandeiras, cartas, diários, discursos, jornais, relatórios, entre outros. Por meio dele, os indivíduos e os agrupamentos políticos compartilhavam uma mesma visão de futuro, diagnosticando o passado e solucionando o presente (de acordo com seus parâmetros).

Como afirmamos, a formação dessa cultura política alicerçou-se na idéia de que as principais reivindicações e valores promulgados durante a Revolução Mexicana haviam sido assimilados pelas instituições do Estado. Ela passou, portanto, a anunciar uma nova etapa do processo revolucionário, na qual afirmava que a revolução havia sido institucionalizada. Ao unir termos antagônicos, acabou adquirindo uma dupla legitimação; a Revolução Mexicana e ao Estado moderno.

A cultura política *priista* acabou forjando, portanto, a acepção de Revolução Mexicana, que tinha sido compreendida, até então, como um processo histórico que, resumidamente, derrubara a ditadura *porfirista* e estabelecera a democracia no país. Com a emergência e a consolidação do *priismo*, a revolução deixou de ser um elemento etéreo e intocável da história mexicana (embora ainda fosse assimilada como um processo honroso e importante), já que estava nas instituições do Estado e, sendo assim, era factível. Em verdade,

havia sido transladada do caos revolucionário à organização institucional, acompanhando as inovações e tendências nacionais e mundiais, e, sobretudo, sendo canalizada num único partido, o PRI (que afirmava ser o verdadeiro legatário da revolução).

Forja em português normalmente é atrelada a um sentido pejorativo. No entanto, devemos lembrar que a palavra possui vários significados, que não são ruins. De acordo com o Dicionário Houaiss, forja significa aparato ou instrumentária com a qual o ferreiro molda o ferro até que se transforme naquilo que ele ambiciona construir. Além disso, pode significar: ferraria, frágua, conjunto de instrumentos do ferreiro, imaginação, preparação; como verbo, trabalhar ou fazer, inventar ou maquinar. Nesta pesquisa, usamos a palavra forja no sentido de que a revolução acabou sendo "moldada" pela cultura política *priista*.

Nesta etapa da pesquisa, compreende-se, portanto, que a cultura política *priista* se embasou na *prima* idéia de que a Revolução Mexicana foi "institucionalizada" e, sendo assim, acabou moldando a noção dela existente. Isso ocorreu para que as novas mudanças geradas pelo *priismo* no interior do partido e na sociedade mexicana, fossem mais bem assimiladas e facilmente aceitas[480].

O discurso de Miguel Alemán Valdés, em 1946, deixou evidenciar a questão dita acima. Ao longo da alocução, o então presidenciável afirmou que as "instituições revolucionárias" mexicanas surgiram mais vigorosas após a guerra, quando país decidiu pelo lado da democracia. A revolução seria, então, um eterno elo do governo mexicano e seus princípios institucionais garantiam a vida da República. Deste modo, fica evidente que Alemán emitiu a percepção de que a revolução havia sido institucionalizada.

Alemán afirmou:

> A Revolução é ânsia de constante melhoramento e progresso do país. Seus princípios, expressos na Constituição e nas leis que nos regem, são instituições que garantem a vida da República como nação soberana e a conduzem no interior até o trabalho, a produção, a moralidade em todas as ordens e a responsabilidade cidadã de funcionários e particulares. Devemos insistir para que a realização dos propósitos concretos dê a maior força à futura administração: responsabilidade e moralização de governantes e governados. Os exemplos lhes darão os funcionários. As instituições revolucionárias do México surgiram mais vigorosas com o fim da guerra, na

[480] Cabe aqui um *addendum*: nossa análise não se resume ao aparecimento das palavras "instituição revolucionária" nos documentos históricos aqui utilizados. Muito pelo contrário. O objetivo é realizar uma analise meticulosa das mensagens explícitas e implícitas desse conjunto de significados. E, por conta disso, escolhemos apenas aqueles trechos que mais se relacionam com ideia proposta.

> qual tomamos o lado da democracia. O esforço do México, durante o período bélico, concretizou a unidade de seu povo e o pós-guerra requer a responsabilidade histórica de todos os mexicanos, para o cumprimento dos altos destinos da nossa pátria.[481]

A partir disso, percebe-se que o discurso do candidato *priista* já não era tão voltado às ideias e reivindicações da Revolução Mexicana; embora ainda haja menções a ela, acabam sendo colocadas de outro modo. E, conquanto as alusões às "instituições revolucionárias" nem sempre sejam literais, o simples fato de haver uma retórica eloquente quanto à revolução e sua nova "versão" institucional (o que pode, geralmente, indicar ideias semelhantes) comprova nossa perspectiva.

No trecho "O PRI não deve ser máquina imposicionista", Miguel Alemán afirmou que a Revolução Mexicana havia sido a base do Estado mexicano, deixando implícito que isso continuaria a ocorrer apenas se ela cumprisse com suas funções institucionais. Essa nova "ordem" por ela estabelecida deveria priorizar métodos que fossem cívicos e democráticos.

Como se lê a seguir:

> A nova Lei Eleitoral estabelece que os cidadãos devam se organizar em partidos. As novas forças revolucionárias vêm realizando isso; mas foi necessária uma nova organização dentro das próprias instituições revolucionárias e, por isso, surge o novo partido que se inicia na vida política do país. O Partido Revolucionário Institucional não deve ser uma máquina de imposição, senão um órgão, com procedimentos de tal natureza que realize uma autentica função cívica e democrática. A Revolução – neste molde – continuará a cumprir seu dever para com o povo mexicano. [482]

No fim de seu discurso, o presidenciável ainda afirmou que a revolução e seus princípios induziram no povo mexicano anseios e aspirações que, na época, acabavam de se tornar universais e, portanto, revelavam-se "um caminho certeiro que o mundo, numa perspectiva mais ampla, estava tomando"[483]. Deste modo, o candidato finalizou seu discurso com a seguinte aclamação:

---

[481] VALDES, Alemán. Enero 18 de 1946. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[482] Ibidem.
[483] Ibidem.

> Operários, camponeses, classe média, trabalhadores oficiais, intelectuais, homens dedicados às mais distintas atividades econômicas, mulheres e jovens que se agruparam nesta instituição revolucionária: nossa meta deve ser a grandeza do México e da Revolução.[484]

Na cerimônia de posse de Adolfo Ruíz, em 1952, o recém-leito presidente discursou acerca da organização política mexicana, afirmando que uma marca dela era a cooperação entre a União, os estados e os municípios, o que a deixava cada vez mais "autêntica, eficiente e honesta"[485]. Como vimos nos capítulos anteriores, porém, a vangloriada "colaboração", na verdade, ocorria entre lideranças *priistas*, o que – por si só – deixava o mecanismo político muito mais ágil. Tal perspectiva evidencia, portanto, que havia entre eles uma espécie de "acordo", que mantinha a eficiência e a organização da "vida institucional" e, ao mesmo tempo, alteava e respeitava o regimento da Constituição de 1917. Em sua fala, o presidente deixa claro que se instituiu uma "vida institucional" no país, embasada, sobretudo, nos grandes processos históricos do México.

Como afirma o trecho abaixo:

> A colaboração e o respeito recíproco entre os poderes da União e dos estados, e o fortalecimento da organização municipal, para que seja cada vez mais autenticamente livre, eficiente e honesta, fortalecem a vida institucional. Nossa organização política, o respeito à dignidade humana e os princípios de justiça social, são a conseqüência de uma luta secular, e constituem o compêndio dos anseios da coletividade mexicana, que expressados através de nossos três grandes movimentos libertários, a Independência, a Reforma e a Revolução, se concretizaram na Carta Fundamental de 1917, que nos rege. A satisfação das aspirações populares e a continuidade de nosso destino histórico exigem, portanto, a fiel observância de suas ordens.[486]

A partir disso, percebe-se que a revolução passa a ser mencionada constantemente juntamente à Constituição de 1917, indicando que os valores haviam mudado; agora, valorizavam-se mais o resultado da revolução, as leis e as ordens que ela estabelecia na Constituição, ou seja, seu lado institucional. Isso fica claramente evidente no fim do mesmo

---

[484] VALDES, Alemán. Enero 18 de 1946. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[485] RUIZ, Cortinez. 1952. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[486] Ibidem.

discurso, momento no qual Adolfo Ruíz assegurou que seu "governo revolucionário" alicerçava-se na democracia, na liberdade e na Constituição de 1917.

Conforme o excerto:

> Devemos sempre insistir na invariável trajetória de manter incólumes os postulados revolucionários que nossa Constituição e nossas leis garantem: a liberdade de pensamentos, de imprensa, de trabalho, de opinião pública, de crenças, de crítica ao governo e a liberdade espiritual e econômica.[487]

No primeiro discurso do então candidato *priista* Adolfo Lopes Mateos, percebe-se novamente a ideia de que a Revolução Mexicana havia sido institucionalizada e, consequentemente, passado por um processo de "forja". Especialmente, no momento em que Lopes Mateos refere-se à "força impulsionadora" do desenvolvimento mexicano, que, por intermédio da fé e das doutrinas recebidas dos antepassados (lê-se os heróis da revolução) e da confiança nas "instituições estabelecidas pelo povo"[488], orienta a criação de um México melhor, no âmbito humano, político e social[489].

No mesmo documento, o candidato López Mateos afirma que o PRI promovia a filosofia da Revolução Mexicana e o cumprimento dos princípios constitucionais ao qual estaria diretamente atrelada.

López Mateos afirmou:

> O partido ao qual pertencemos mantém a filosofia da Revolução Mexicana, mas almeja o cumprimento dos princípios constitucionais nos quais se resumem os ideais e postulados da própria Revolução e considera que a meta de nosso progresso se faz na elevação de todos os níveis de nosso povo, em referência à saúde, à cultura, à vida material e ao seu nível cívico.[490]

Por fim, López Mateos afirma que a cada progresso alcançado pela "vida institucional" mexicana alcançavam-se, em verdade, as importantes tarefas da revolução, pois se resumia a uma somatória de esforços de ontem, hoje e amanhã. E, sendo assim, conclui: "o

---

[487] LOPEZ, Adolfo Mateos. Noviembre de 1957. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[488] Ibidem.
[489] Ibidem.
[490] Ibidem.

sentido de continuidade das grandes tarefas da Revolução, para uni-las de forma perdurável, os esforços de hoje, com os de ontem, e com os que haveremos de realizar para servir o México"[491].

Essa lógica pode ser percebida até mesmo nos discursos de políticos *priistas* que já exerciam seu mandato político. Afinal, mencionaram-se aqui apenas candidatos *priistas*, podendo passar a imagem errada. Os políticos que haviam vencido as eleições não podiam mais mencionar abertamente em seus discursos o "partido oficial" e sua ideologia. Por essa razão, mantinham palavras que induziam a institucionalização da revolução.

No dia 1 de setembro de 1963, López Mateos publicou o "Quinto Informe Presidencial", no qual afirmava que a liberdade e as instituições democráticas haviam se fortalecido progressivamente, principalmente, no que se referia às grandes responsabilidades do Estado mexicano, como a autenticidade e a constância. Do mesmo modo, afirmou que essa seria a fundamental essência da Revolução Mexicana, a herança ancestral dos mexicanos, processo do qual tinham brotado e pelo qual lutavam.

Como afirmou López:

> A liberdade e as instituições democráticas se fortalecem com seu exercício constante; de sua melhoria, de sua autenticidade e de sua permanência, é responsável o Estado, que constitui sua expressão concreta. No decurso de crises históricas como as que ocorrem em nossa época, se as formas políticas se modificam é justamente para fazer mais certeira a liberdade e mais real a democracia para os grandes grupos. Essa é a essência da revolução, de onde viemos e pela qual lutamos.[492]

No mesmo documento, López Mateos afirmou que a verdadeira tarefa de um "governo revolucionário" seria lutar pelo seu povo e ajustar a estrutura social à liberdade e à democracia. Como se evidencia a seguir: "Por isso um governo revolucionário, interpretando a verdadeira tendência da transformação histórica do povo, não deve permanecer passivo ou observador quando, como muitas vezes ocorre quando movimentos como os nossos estão ajustando a estrutura social à liberdade e à democracia"[493].

---

[491] LOPEZ, Adolfo Mateos. Quinto Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[492] Ibidem.
[493]Ibidem.

A partir disso, López Mateos afirma que as instituições democráticas de um governo revolucionário devem promover a defesa e a proteção de suas coletividades, o que seria alcançado, sobretudo, pela Constituição de 1917 ao resguardar os valores revolucionários e institucionais do Estado[494]. Em seguida, finaliza sua arguição com a afirmação de que a essência do povo mexicano seria a "sede de justiça" revolucionária e, enquanto presidente, ele reajustou as novas realidades à essência da doutrina, da lei e das instituições. Como se nota abaixo:

> Assim interpretei o sentir popular: que a essência de justiça, que nosso movimento revolucionário representa, não se perca, nem diminua, mas que se afirme e se aviva. Estimei necessário recriar o processo evolutivo da sociedade dentro desse objetivo primordial, reajustando as novas realidades à essência da doutrina, das leis e das instituições.[495]

Um ano depois, López Mateos divulgou seu último informe presidencial, no qual se despediu do povo mexicano e afirmou que seu governo, sem fugir dos princípios e responsabilidades da revolução, havia alcançado o aperfeiçoamento necessário das instituições do Estado.

> Se durante esse lapso meu empenho e o de meus colaboradores acertaram reduzir o âmbito de insalubridade, de ignorância, de pobreza, de insegurança e da injustiça; se podemos alcançar campos de atividades mais amplas e melhores para o futuro mexicano; se fomos capazes, sem nos distanciar da doutrina da Revolução nem do cumprimento de suas leis, de aperfeiçoar nossas instituições jurídicas e políticas; se unimos mais aos mexicanos em seu amor e em seus deveres para com o México; se ampliamos o horizonte de nossa pátria, mantendo intacta sua soberania e nesta a dignidade nacional.[496]

Alguns anos depois, no mês de setembro de 1969, o presidente Díaz Ordaz divulgou seu Quinto Informe, no qual, logo após o fatídico massacre estudantil, avaliou a opinião pública, concluindo que pretendia seguir com o sério "caminho institucional" trilhado por ele.

---

[494] LOPEZ, Adolfo Mateos. Quinto Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.
[495] Ibidem.
[496] Ibidem.

> Longe de ceder às pressões, cumprimos a decisão que publicamente havíamos anunciado, de seguir em todo momento o caminho institucional presente em nossa trajetória. A imensa maioria da nação se manifestou decididamente a favor da ordem e contra a monarquia. A tática de ir planejando situações ilegais, cada vez mais graves, até a subversão publicamente confessa; assim como as ações deliberadamente tramadas para serem ao mesmo tempo provocação e emboscada para a força pública, e uma série de atos de terrorismo, determinaram indispensáveis a intervenção do Exército.[497]

No dia 1 de dezembro de 1970, o recém-eleito presidente *priista* Luíz Echeverría Álvarez realizou seu primeiro discurso, no qual afirmou, por ser sabidamente da ala da esquerda no PRI, que não se podia mais confiar unicamente no equilíbrio das instituições do Estado. Sendo, portanto, propício aos mexicanos revisitarem a revolução e seus ideais. Não obstante ele se posicione contrariamente (revelando, até mesmo, uma contracultura) à lógica institucional, ainda há na afirmação uma junção de ideias, que, mesmo contrárias, comprova a tese aqui exposta.

Tal qual se lê abaixo:

> Não podemos confiar exclusivamente ao equilíbrio das instituições e ao incremento da riqueza a solução de nossos problemas. Estimular as tendências conservadoras que surgiram de um largo período de estabilidade, equivale a negar a melhor herança de nosso passado. Repudiar o conformismo e acelerar a evolução geral é, por outro lado, manter a energia da revolução.[498]

No mês de outubro de 1972, o presidente Echeverría realizou outro pronunciamento no qual arrazoou sobre a procedência "institucional revolucionária" do PRI. Afinal, as instituições do Estado mexicano advieram, segundo ele, de uma mesma base: a Revolução Mexicana e seus princípios. Esse seria, inclusive, um dos motivos pelos quais os documentos chegam a mencionar a governabilidade democrática.

No documento intitulado "Na Assembléia", Echeverría afirmou:

---

[497] DÍAZ, Ordaz. Quinto Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[498] ECHEVERRIA, Alvarez L. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

> Nosso partido pode e deve seguir sendo, ao mesmo tempo, institucional e revolucionário! As instituições são agrupamentos de homens, para fins específicos. Não perdemos a esperança acerca da possibilidade de renovação dos homens dos que integram e dirigem, não somente por uma política de maior permeabilidade às novas gerações, senão pela capacidade de se auto-regenerar, de revisar os propósitos que abrigam e as atividades que, em relação com elas, decidamos adotar. E, dentro do institucional, o revolucionário; porque os objetivos iniciais, sendo os mesmos em sua realização paulatinamente geraram ante o mundo e ante os novos problemas mexicanos, novos objetivos e novas formas de ação.[499]

No dia 5 de outubro de 1975, José López Portillo (1976-1982) proferiu um discurso no qual falou acerca de quão grande havia sido o fortalecimento do Estado revolucionário. Para ele, as primeiras alterações revelavam-se viáveis apenas sob a ótica institucional, quando elas foram adotadas perceberam-se as contribuições. Essa compreensão indica que a revolução continuou por todo o país, segundo ele, pelo *caminho institucional*.

No Discurso, López Portillo afirmou que:

> Nosso partido, ao continuar a Revolução pelas vias das instituições, formulou um plano básico ao governo de 1976-1982. Ao aceitar a candidatura que os três setores me ofereceram, aceitei também o plano que será a base sobre a qual estruturarei a campanha que em breve iniciaremos. Atrevo-me a discordar em um ponto: o regime de Echeverría não foi de transição: abertura, diálogo e crítica reestruturaram nossa democracia. Sua política exterior é permanente e transcende a importância nacional. A vida dos mexicanos se enriqueceu. A juventude foi resgatada. Isso não é transitório e sim permanência.[500]

Mais a frente, no dia 10 de Dezembro de 1982, o recém-eleito Miguel de la Madrid Hurtado (1982-1988) proferiu o "Fundamentos da Renovação Moral", no qual justificou a mudança dos artigos 22, 73, 74, 78, 94, 97, 108 ao 114; 127 e 134 da Constituição de 1917. Sua retórica se respalda na ideia de que ainda existiam mudanças a serem feitas, embora poucos povos tivessem institucionalizado um movimento tão transformador quanto a Revolução Mexicana.

No discurso apresentou a ideia de que:

---

[499] ECHEVERRIA, Alvarez L. Primer Informe. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[500] PORTILLO, Lopez. Postulación por el PRI. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

> Muito poucos povos no mundo construíram e institucionalizaram um projeto transformador como o nosso. Menos ainda são os que souberam mantê-lo vivo, forte e sólido ao largo deste século, em meio das mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas mais aceleradas que já viveu a humanidade em toda sua história. Inclusive, na atualidade, muitos poucos são os povos no mundo que, como o mexicano, tem os canais institucionais para expressar sua indignação frente a tudo àquilo que desviam da realização de seus valores, os meios políticos para levá-los a caso e a capacidade de renovação de suas estruturas. Voltaremos a inovar e a vigorar, desde a Revolução para a Revolução. [501]

No mês de julho de 1988, Carlos Salinas realizou um pronunciamento no qual falou sobre sua vitória nas eleições presidenciais. Seu breve comunicado girou em torno da acepção de que o povo mexicano por meio da Independência, da Reforma e da Revolução havia encontrado uma forma autêntica de trilhar seu próprio caminho histórico e, consequentemente, suas próprias instituições e organizações; mais complexas e diferentes em relação aos modelos que se via pelo mundo.

Salinas afirmou que:

> (…) os valores fundamentais que nos dão identidade como mexicanos abre uma nova etapa ao projeto da revolução, porque tem o propósito explicito de assegurar nossa soberania e independência e a defesa de nossos interesses nacionais. Será democrática porque a levaremos a cabo de maneira correta, mediante a participação co-responsável de cidadãos, grupos, organizações, partidos e setores. Porque está destinada a ampliar os espaços políticos e a criar as vias institucionais que requer a maior participação da sociedade, e será uma modernização popular porque terá um claro sentido social: elevar o bem-estar de nossos compatriotas.[502]

Esta perspectiva evidencia a compreensão de que a cultura política *priista* fora produzida pelo próprio partido a fim de perpetuar seu longevo governo; o que nos equipa de preceitos teórico-metodológicos referentes à sua tecedura. E, sobretudo, refuta a interpretação adotada por uma parte da historiografia tradicional que afirma a ocorrência de uma "ditadura *priista*", visto que os princípios fundamentais da democracia não foram teoricamente

---

[501] MADRID, Miguel de la. Fundamientos de la renovación moral. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

[502] SALINAS, Carlos Gortari. Pronunciación. In: CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015.

infringidos. Afinal, o termo ditadura implica em certas questões estruturais do Estado que não condizem com a realidade do período pós-revolucionário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

Esta pesquisa parte do pressuposto de que, no período de 1946 a 1988, surgiu e se consolidou uma cultura política *priista* que organizou, conformou e orientou a sociedade em relação às mudanças culturais, econômicas e políticas que o *priismo* empreenderia na sociedade mexicana. Essa cultura política integrou ao ideário do "partido oficial" noções que promoviam a moderação e a estabilidade política, para que, assim, perdesse a roupagem radical arquitetada pelo *cardenismo*.

O *priismo* consistiu em um complexo ideário político promulgado pelo principal partido do cenário mexicano, o PRI. Mas, os pequenos partidos coligados a ele comungavam com suas idéias. Esse conjunto de referências divulgou e expressou costumes, ideologias, juízos, tradições e valores, que eram transmitidos em atas, bandeiras, cartas, diários, discursos, jornais, relatórios, entre outros. Por meio dele, os indivíduos e os agrupamentos políticos compartilhavam uma mesma visão de futuro, diagnosticando o passado e solucionando o presente.

A formação dessa cultura política alicerçou-se na idéia de que as principais reivindicações e valores promulgados durante a Revolução Mexicana haviam sido assimilados pelas instituições do Estado. Ela passou, portanto, a anunciar uma nova etapa do processo revolucionário, na qual afirmava que a revolução havia sido institucionalizada. Ao unir termos antagônicos, acabou adquirindo uma dupla legitimação: a Revolução Mexicana e ao Estado moderno.

A cultura política *priista* acabou forjando (no sentido de moldar) a idéia que se tinha de Revolução Mexicana, a qual havia sido compreendida, até então, como um processo histórico que derrubara a ditadura *porfirista* e estabelecera a democracia no país. Com a emergência e a consolidação do *priismo*, a revolução deixou de ser um elemento etéreo e intocável da história mexicana, passando a ser algo concreto. Já que estava nas instituições do Estado e era factível. Em verdade, ela havia sido transladada do caos revolucionário à organização institucional, acompanhando as inovações e as tendências nacionais e mundiais, sobretudo, sendo canalizada num único partido.

Estudar tal cultura política implica em perpassar por suas principais nuanças. Algumas delas foram herdadas, por exemplo, da ala liberal do século XIX. Outras vieram do processo revolucionário. E, ainda houve aquelas que acabaram surgindo ao longo da trajetória do partido e, conforme as reformas ocorreram, esmoreceram, emergiram e, até mesmo, reapareceram. Cabe aqui uma informação: os símbolos da cultura política *priista* não estão presentes em todos os momentos do PRI (em todo o período histórico que ele representa). Isso evidencia como uma cultura política pode ganhar e perder significados continuamente. No caso da cultura política *priista*, houve mais permanências do que perdas.

Dada a complexidade do período mexicano (1946-1988) e a quantidade de "continuações" da cultura política aqui analisada, revelar-se-ia inviável analisar cada uma de suas características. Isso, obviamente, fugiria dos objetivos da pesquisa. Sendo assim, optamos pela análise mais aprofundada de seus principais matizes, que deram formam e caracterizaram o *priismo*.

O estudo de cultura política, contudo, ainda recebe severas críticas da historiografia. Por essa razão, o historiador, se não for cauteloso, possuindo um heterogêneo (no sentido de que deverá beber da água de diferentes fontes) e sólido respaldo teórico, acabará em um dilema semelhante ao de Epicuro, visto que se deixará levar pela retórica censora. Essas críticas dividem-se em dois grupos. O primeiro grupo afirma que a cultura política pode ser um conceito muito abrangente e, por isso, pode levar a qualquer conclusão que se queira (sujeito a manipulação de hipótese e resultado). O segundo afirma que, para que o conceito não seja muito abrangente, deve ser ele utilizado em regiões diminutas e não, por exemplo, em âmbito nacional. Mas, o conceito dificilmente consegue ser comprovado em pequenas regiões, pois exige muito tempo e vasta documentação. Então, o dilema se estabelece: ou o conceito é abrangente em demasia, sendo passível de manipulação, ou é ineficaz por ser utilizado em regiões pequenas e, portanto, sendo de difícil comprovação.

Sem alongar-me com querelas acadêmicas respondo pontualmente: este trabalho parte do pressuposto de que se estabeleceu uma cultura política *priista* dentre 1946 a 1988. Ela foi o cimento da estrutura *priista*. A cultura política foi assimilada, o que legitimou seu governo. O *priismo*, especificamente, surgiu após a segunda reforma do partido, em 1946, e perdurou com o modelo estabelecido até o ano de 1988; quando o partido entrou em crise interna política. O partido, assim, se consolidou, porém, isso não significa que não houve oposição interna e externa ao partido.

Por fim, nossa perspectiva evidencia que a cultura política *priista* foi produzida pelo próprio partido a fim de perpetuar seu governo, o que nos equipa de preceitos teórico-metodológicos referentes à sua tecedura. Ao partir desse pressuposto, distanciamo-nos da interpretação adotada por uma parte da historiografia que afirma a ocorrência de uma "ditadura *priista*", já que os princípios fundamentais da democracia não foram infringidos (teoricamente). Afinal, o termo ditadura implica em certas questões estruturais do Estado que não condizem com a realidade do período pós-revolucionário.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

Documentação impressa e digital

CARMONA, Doralícia Dávila. **Memoria política de México**. 2° Ed. 1 DVD. México: INEP, 2015

DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS Y PROGRAMA DEL PRM. In: **Pacto constitutivo, declaración de principios e estatutos**. Turanzas del Valle: La impresora, 1938. P. 5-8.

HENDERSON; Timothy; JOSEPH, Gilbert. **The Mexico reader:** history, culture, politics. United Kingdom: Duke Press, 2002.

Obras gerais

ABBONDANZA, Ermanno. **La cuestión Yaqui en el segundo porfiriato, 1980-1909.** Una revisión de la historia oficial. Revista Signos Históricos, México, núm. 19, enero-junio, p. 94-126, 2009.

AGGIO, A. & LAHUERTA, M. (orgs.). **Pensar o século XX –** problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

AGGIO, A. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Edunesp, 1998.

_____. **Uma nova cultura política**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

AGUILAR CAMIN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **A sombra de Revolução Mexicana**. São Paulo: Edusp, 2000.

AGUILAR CAMIN, Héctor. **México: a cinza e a semente**. São Paulo: Beí Comunicação, 2002.

AGUILAR, Sergio Mendez; BENITEZ, José Luíz. **Problemas sociales, políticos y económicos de México**. MEXICO: UNAM, 2006.

ALEGRE, Robert F. **Las rieleras: gender, class and memory in the railroad movement, 1958-1959.** EUA: University of Nebraska Press, 2013

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture.** Political attitudes and democracy and five nations. Boston: Little/Brown, 1965.

ALMOND, G. A. **A discipline divided: schools and sects in political science.** London: Sage, 1990.

ALMOND, Gabriel; BINGHAM, Powell. **Comparative Politics Today**. UK: Harper Collins Publishers, 1992.

ALTMAN, W. **A trajetória contemporânea do México**. São Paulo: Pensieri, 1992.

ALVAREZ, Luis Fernando. **Vicente Lombardo Toledano y los sindicatos de México**. México (DF): UNAM, 1995.

AQUINO, Arnulfo & PÉREZVEGA, Jorge. **Imágenes y símbolos del 68. Fotografía y gráfica del movimiento estudiantil**. México: UNAM, 2004.

ARAUJO, Octavio. **La reforma política y los partidos en México**. 12° Ed. Coyoacán: Siglo XXI, 1997.

BAQUERO, Marcello (org); PRÁ, Jussara Reis; SOUZA, Ayda Connia; ARING, Scott Mainw. **Democracia, Partidos e Cultura Política na América Latina**. Porto Alegre: Editora Kuarup, 1989.

BARBOSA, Carlos; LOPES, M. A. **A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI**: tendências gerais e novas perspectivas. V. 20. São Paulo: Revista História, 2001.

BARBOSA, Carlos A. S. **A Revolução Mexicana 1910-1920**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **A fotografia a serviço de Clio.** Uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1900-1940). São Paulo: EDUNESP, 2006.

BARTRA, Roger. **La sangre y la tinta**: ensayos sobre la condición postmexicana. México: Debolsillo, 2013.

BEEZLEY, William; MEYER; Michael. **The oxford history of Mexico.** New York: Oxford Press, 2010.

BETLHE, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930**. 1° Reimpressão. Volume V. São Paulo: EDUSP, 2008.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; (orgs). **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BOTELLA, Joan. Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In:

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989.** A Revolução Francesa da historiografia. 2° Ed. São Paulo: Edunesp, 1991.

CAMP, Roderic Ai. **La política en México**. 2° Ed. México: Siglo XXI, 1995.

CAMOU, Antonio (coord.). **Transición democrática y gobernabilidad de México y América Latina**. México: Valdés Editores, 2000.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Hibridas.** 4° Ed.São Paulo: Edusp, 2003.

CANO, Andaluz. **La gestión presidencial de Plutarco Elías Calles**. México: UNAM, 2006

CAREY, Elaine. **Plaza of sacrifices: gender, power and terror in Mexico of 1968.** EUA: University of New Mexico Press, 2005.

CARNEIRO, Leandro; KUSCHNIR, Karina. **As dimensões subjetivas da política**: a cultura política e a antropologia. Revista estudos históricos, São Paulo, v.13, n.24, p.227-250.

CASTILLO, P. & CRESPO, I. (org.). **Cultura Política -** enfoques teóricos y análisis empíricos. Valencia: *Tirant lo Blanch*, 1997.

CYPHER, James. **Estado y capital en México.** Política de desarrollo en 1940**.** México: Siglo XXI, 1997.

CÓRDOVA, A.; GILLY, A., MORA, A., SEMO, Enrique. **Interpretaciones de la Revolución Mexicana**. 2° Edición. México: UNAM, 1983.

CORDOVA, Arnaldo. **La política de masas y el futuro de la izquierda en México.** Primera Reimpresión. México: Era, 1986.

_____. **La ideología de la revolución mexicana**. La formación del nuevo régimen. México: Ediciones Era, 1992.

COSÍO, Daniel Villegas. **El sistema político mexicano**. Las posibilidades de cambio. México: Ed. Joaquín Mortíz, 1973.

_____. **Historia mínima de México.** Séptima reimpresión. México: El Colegio de México, 1994.

CORREA, A. M. M. **A Revolução Mexicana 1910-1917**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELGADO, Gloria María Cantú. **Historia de México**: México en el siglo XX. México: Pearson Educación, 2003

DÍAZ, Porfírio. **Memorias del General Porfírio Díaz**. Texas: Whitt & Co., 1929.

DICCIONARIO HISTÓRICO Y BIOGRÁFICO DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA. México: INEHRM (Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana), 1994, 8t. Disponível em: < http://www.inehrm.gob.mx/Portal/PtMain.php?pagina=diasdemexico>. Acesso em 12 de Agosto de 2013.

DOMINGUEZ, Humberto Chávez. **La estrutura del estado neoliberal en México**. Disponível:<http://portalacademico.cch.unam.mx/materiales/prof/matdidac/sitpro/hist/mex/mex2/HMII/Salinato.pdf>.Acesso em: 15/01/14.

DOMINGUEZ, Freddy. **Legitimidad y gobernabilidad en el autoritarismo**. México: Universidad Juárez Autónoma de Tabasco, 2004.

DUBLAN, Manuel; LOZANO; José María. **De las disposiciones Legislativas**. Desde la Independencia de la República. México: Imprenta del Comercio Dublan, 1896.

DUTRA, Eliana F.. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. Varia História, número 28, dez. 2002.

ESCOBEDO, Juan Francisco. **Resonancias del México:** autoritarismo. México: Universidad Iberoame-ricana, 2000.

FALCON, Francisco. **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

FERREIRA, Marieta Moraes. **A nova velha história: o retorno da história política**. Estudos históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, n° 10, 1992.

FUNES, Patricia. **Salvar a la nación**. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GALINDO, Adrián Castro. **Estado fallido y militarización**. Disponível em: <http://www.aacademica.com/000-062/961>. Acesso em: 02/02/2015.

GARCÍA, Gastón Cantú. **El pensamiento de la reacción mexicana (la derecha).** Tercero Tomo. México: UNAM, 1997.

GARCÍA, M. Luna. **El movimiento obrero en el estado de México.** Primeras fábricas, obreros y huelgas (1830-1910). 2° Edición. México: Universidad Autónoma de México, 1996.

GARRIDO, Luis Javier. **El Partido de la Revolución Institucionalizada:** la formación del nuevo Estado en México (1928-1945). 11° Ed. México: Siglo XXI, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (org). **Culturas políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GONZALEZ, Francisco Ayerdi. **Sistema político mexicano.** Ciudad de Mexico: UNAM, 2007.

GONZALEZ, Pablo Casanova. **La cultura política de México.** Revista Nexos. México, setiembre, 1981.

_____. **El Estado y los partidos políticos en México**. México: Era, 1983.

_____. **La clase obrera en la historia de México**. 6° Ed. México (DF): Siglo XXI, 1996.

_____. **La democracia en México**. Edición 27°. México: Era, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos dos Cárceres**. Vols. 2(b), 3(c), 4(d). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HARRISON, J. P. **Henry Lane Wilson, el trágico de la decena**. Disponível em: < http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/LQ1KQGU5HBQVBFCTVU87SX8IEJ29LK.pdf > . Acesso em: 13/04/14.

HERNANDÉZ, Rogélio. **La historia moderna del PRI:** entre la autonomía y el sometimiento. Foro Internacional, México, vol. XL, n° 2, p. 278-306, abril-junio de 2000.

HERZOG, J. S. **Breve historia de la Revolución Mexicana**. Los antecedentes y la etapa maderista. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

_____. **Una vida en la vida de México**. Segunda Edición. México: Siglo XXI, 1993.

HILB, Claudia. **El político y el científico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

HODGES, Donald. **Mexico under siege**. London: Zed books, 2002.

HOYO, Eugenio Cabrera. **Historiografia mexicana.** Revista Sobretiro de Humanas, Nuevo León, n° 20, p. 230-241. 1979.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JARDÓN, Raúl. **1968:** el fuego de la esperanza. México: Siglo XXI, 1998.

JOSEPH, Gilbert; NUGENT, Gabriel (coord.). **Every day form of state formation: revolution and the negotiation of rule in modern Mexico**. EUA: Duke University Press, 1994.

KUSCHNIR, Karina. CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política**: cultura política e antropologia da política. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, 1999.

KNIGHT, Alan. Caudillos y campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: Brading, A. (Ed.) **Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana**. México: Fondo de cultura económica, 1993.

_____. **La Revolución Mexicana**. Del porfiriato al nuevo régimen constitucional. México: Grijalbo, 1996a.

_____. **La Revolución Mexicana**. Burguesa, nacionalista o simplemente una gran rebelión?. Cuadernos Políticos (México), n.48, 1996b.

_____. **Interprating Mexican Revolution.** University of Texas Magazine on Mexican studies, paper number 88-02. 2000. Disponível: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/tpla/8802. pdf>. Acesso em: 14/03/2014.

_____. **Revisionismo, anti-revisionismo y política. ¿**Hay espacio para una nueva interpretación de la revolución? Aportaciones totémicas. Revista electrónica Sincretismos sociológicos, México, Año 3, Número 4, Mayo. 2012.

KRAUZE, E. **Caudillos culturales en la Revolución Mexicana**. México: Siglo XXI, 1994.

KREML, W.P. **The Anti-Authoritarian Personality**. Oxford: Pergamon Press,1977.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LOAEZA, Soledad. **Clases medias y política en México**: La querella escolar. México: El Colégio de México, 1998.

LÚJAN, José María. **Entrevista Díaz – Creelman**. México: Cuadernos del Instituto de Historia, Série Documental, Número 02, 1963.

MABRY, Donald. **Mexico's Acción Nacional:** a catholic alternative to revolution**.** New York: Syracuse University Press, 1973.

MAGAÑA, Gildardo. **Emiliano Zapata y el Agrarismo en México. Tomos I a V.** Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana. México, 1a ed. 1937. Edición facsimilar 1985. Tomo III. p. 91-93.

MATUTE, Alvaro. **Orígenes del revisionismo historiográfico de la revolución mexicana.** Revista Signos históricos, número, 3, volumen II, p. 29-48, Junio. 2000.

MAYER, Alicia (coord.). **México en tres momentos: 1810-1910-2010.** Primera Edición. México: UNAM, 2007.

MEDINA, Luis P. **Hacia el nuevo Estado***:* México 1920-1993. 2° Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

MEYER, Jean. EL PNR/PRM como la nueva maquinaria electoral. In: MEDINA, Luís Peña. **El siglo del sufragio**. México: Cultura Económica, 2010.

MEYER, Lorenzo & REYNA, José Luis. México, el sistema y sus partidos. Entre el autoritarismo y la democracia. In. **Los sistemas políticos em América Latina**. México: Siglo XXI, 1989.

MEYER, Lorenzo. **Agenda ciudadana**. Disponível em: <http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/010621.pdf >. Acesso em: 14/12/13.

_____. **El tapadismo, juego perverso.** Disponível em: <http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/21enero1993.pdf>. Acesso em: 12/12/13.

_____. **La encrucijada.** Disponível em: < http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/9_la_encrucijada.pdf>. Acesso em: 12/12/13. p.1277.

_____. **La posrevolución:** caracterización y interpretación de las formas de control político autoritario. Disponível em: <http://www.lorenzomeyer.com.mx/documentos/pdf/106.posrevolucionmeXicana.pdf>. Acesso em: 12/09/12.

_____. **Liberalismo autoritario**. México (DF): Océano, 2000.

MIDDELBROOK, Kevin. **Party politics and the struggle for democracy in México**. Califórnia: La Jolla Center for US-Mexico studies, 2000.

MIJANGOZ, Eduardo Días. **La historiografía de la revolución:** entrevista con Gloria Villegas**.** Revista de Estudios históricos TzinTzun, n° 14, p. 144-158, Julio-Diciembre. 1991.

MONSIVÁIS, C. **Días de guardar**. México: Bolsillo Era, 2010.

_____. **El 68. La tradición de la resistencia**. México: Era, 2008.

MOTTA, Rodrigo P. S. **A História Política e o conceito de cultura política**. Anais do X Encontro Regional de História. Mariana: 1996.

_____ (Org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MUÑOZ, Víctor M. **Del autoritarismo a la democracia**. México: Siglo XXI, 2001.

OCAMPO, Rigoberto. **El sistema político mexicano**. México DF: Publicaciones Cruz O., 1990.

PANSTERS, Wil G. **Violence, coercion and state making in twenty century Mexico**. California: Stamford University Press, 2012

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e post scriptum**. Trad. Eliane Zagury, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Tempo Nublado.** 2° Ed. São Paulo: Editora Guanabara, 1986.

_____. **Ogro filantrópico.** 4ª Ed. São Paulo: Editoria Paz e Terra, 1989.

POZAS–HORCASITAS, Ricardo. **La democracia en blanco:** el movimiento médico en México, 1964–1965. México: Siglo XXI Editores, 1993.

RAMÍREZ, A. Hurtado. **Aguascalientes vivió la convención revolucionaria.** Disponível em: <http://www.aguascalientes.gob.mx/segob/archivohistorico/docs/convencion.pdf>.Acesso em: 12/03/13.

RÉMOND, R.(org.) **Por uma história política**. 2° Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

REYES, F. Heroles. **La convención de Aguascalientes.** Disponível em:<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/700/38.pdf>. Acesso em: 12/03/13.

RIVERA, José Castro. **La clase obrera en la historia de México: en la presidencia de Plutarco Elías Calles**. 4° Ed. México: Siglo XXI, 1987.

RODRÍGUEZ, Octavio Araújo. **La reforma política y los partidos en México.** Duodécima Edición. México: Silgo XXI, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROZÓN LEÓN, J. **Los orígenes de la historiografía mexicana contemporánea**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1994.

RÚBEN, Sánchez David Ignacio. **Autoritarismo**. Disponível em:<http://www.iidh.ed.cr/comunidades/redelectoral/docs/red_diccionario/autoritarismo.htm>. Acesso em: 12/05/14.

RUBESTEIN, Anne. **Bad language, naked ladies and other threats to the nation.** A political history of comic books. EUA: Duke University Press, 1998.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Zahar editores, 1976.

SCHERER, Julio. **Los Presidentes**. México: Editorial Grijalbo, 1986.

SILVA, José Valero. **La decena trágica**. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/revistas/moderna/vols/ ehmc03/021.pdf>. Acesso em: 13/04/14.

SEMO, Ilán. **La transición interrumpida**. México 1968-1988. México: Nueva Imagen, 1993.

SETTI, Ricardo. **Conversas com Llosa**. Peru: Panda Books, 2010.

SERVÍN, Elisa. **Las elecciones presidenciales de 1952.** Disponível em: < http://www.historicas.unam.mx/moderna/ehmc/ehmc23/285.html> . Acesso em: 12/12/13.

SERVIN, Elisa; REINA, Leticia. **Cycles of conflict and centuries of change.** EUA: Duke University Press, 2007.

SEVILLA, Luís Ramírez. **Dibujo de sol con nubles:** El PRD en un municipio michoacano. Michoacan: El Colégio de Michoacan, 1997.

SHIRK, David. **Mexico's new politics**: the Pan and the democratic change. EUA: Library of congress, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. **Pour une histoire des cultures politiques.** Voyages en Historie. Besançon : Annales littéraires de lÚniversité de Besançon, 1995.

SOUZA, Marcos Alves. **A cultura política do batllismo no Uruguai (1903-1958).** São Paulo: Annablume, 2003.

STOPPINO, M. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto. **Diccionario de Política**. México: Siglo XXI, 1997.

TANNENBAUM, Frank. **Peace and Revolution**. New York: Columbia University Press, 1968. p. 121-122.

TORRES, David Mejía. **Proteccionismo político en México.** México: UNAM, 2001.

TUCKMAN, Jo. **México, democracia interrumpida**. México: Debate, 2008.

VÁLDÉS, José C. **El Porfirismo**. Historia de un régimen. México: Universidad Autónoma de México, 1987.

VAUGHAN, Mary Kay. **Cultural politics in Revolution:** teachers, peasants, and schools in México 1930-1940. EUA: University of Arizona Press, 1997.

VILLEGAS, Daniel Cosío. **El sistema político mexicano.** Las posibilidades de cambio. México: Ed. Joaquín Mortíz, 1973.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Brasília: Brasiliense, 1987.

ZAVALA, Silvio. **Apuntes de historia nacional 1808-1974.** México: Editora Efe, 1980.